

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Eduardo Wolf Pereira

FILOSOFIA MORAL E BUSCA DEFINICIONAL NA *ETHICA NICOMACHEA* DE
ARISTÓTELES
Uma leitura de *EN I.1-7* à luz dos *Segundos Analíticos*

PORTO ALEGRE
2012

FILOSOFIA MORAL E BUSCA DEFINICIONAL E BUSCA DEFINICIONAL NA
ETHICA NICOMACHEA DE ARISTÓTELES
Uma leitura de *EN I.1-7* à luz dos *Segundos Analíticos*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Filosofia.

Orientador: Marco Antônio D'Ávila Zingano

Porto Alegre
2012

À Luíza, ponto de partida e de chegada de todas as buscas.

À minha família.

Agradecimentos

O trabalho intelectual tem uma dimensão indiscutivelmente solitária. Não creio, contudo, que qualquer empreitada dessa natureza possa ser fruto de um trabalho puramente individual: várias são as forças que operam sobre a empresa intelectual de um indivíduo, exercendo suas influências desde o ponto de partida até o objetivo bem ou mal atingido. Por isso quero dedicar esse trabalho a todos que de alguma forma contribuíram, mesmo que de modo sutil, para sua realização, ainda que não possa mencionar a todos aqui.

Primeiro, agradeço à Luíza, que há cinco anos vem me dando a alegria e o privilégio de viver a vida ao seu lado e de realizar o bem que nos coube: a ela o meu amor e a minha admiração sempre renovados.

À minha família, por tudo o que representam para mim.

Ao Gerson e à Rosane, que me deram um caminho a seguir.

Aos amigos Pedro Gonzaga e Felipe Pimentel, que com sua amizade inabalável fazem mais por mim do que imaginam, e que me dão o prazer superfino de uma fraterna convivência intelectual que espero sempre levar comigo.

Ao Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde recebi uma formação que, naquilo que os concernia, foi de exemplar qualidade, restando os meus evidentes defeitos sob minha responsabilidade. Aos professores que ali tive, por tudo o que me ensinaram, mas especialmente pelo exemplo de profissionalismo, de rigor intelectual e de empenho pessoal na empreitada do conhecimento. Particularmente agradeço ao professor Alfredo Carlos Storck, que com sua dedicação já conhecida de todos, gentilmente se dispôs a me orientar nos passos iniciais de minha formação filosófica durante a graduação; ao professor Paulo Faria, exemplo de brilho filosófico e de uma entrega apaixonada a tudo o que há de mais elevado na experiência humana; e ao professor Nelson Boeira, que pela extensão dos seus interesses humanísticos e por seu engajamento intelectual na vida pública, é sempre um modelo nos meus horizontes.

Ao Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo, onde parte importante de minha formação teve continuidade.

Aos colegas que acompanharam das formas mais variadas os meus primeiros passos na filosofia.

Três pessoas, no entanto, merecem um agradecimento especial. O professor, colega e amigo Paulo Fernando Tadeu Ferreira, o melhor quadro filosófico de nossa geração, e que há muitos anos tem me dado o privilégio de sua amizade e o luxo de sua convivência intelectual. Os temas desta dissertação foram discutidos com ele um sem-número de vezes e desde há muito tempo, e sempre e a cada passo, Paulo mostrou o brilho de sua inteligência, indicando caminhos ou forçando-me a reinventar os meus. Sua dedicação e generosidade estenderam-se, nesses anos de amizade, para muito além do terreno da Filosofia.

Ao professor Balthazar Barbosa Filho (*in memoriam*), que com seu gênio filosófico nunca suficientemente louvado, fez com que eu me decidisse por aceitar o desafio da Filosofia. Seu triste e precoce desaparecimento não apagou as marcas que o extraordinário rigor conceitual e a inigualável clareza filosófica que o caracterizavam deixaram em mim.

Ao meu orientador, o professor Marco Zingano, antes de mais nada, pelo modo acolhedor com que me recebeu em São Paulo para estudar sob sua orientação. Seu voto de confiança, sua paciência, seu incentivo, sua prontidão para aceitar caminhos dos quais discordava e para esclarecer as minhas próprias direções fizeram deste trabalho o que ele é, naquilo que por ventura tiver de bom. A ele, dedico os célebres versos de Alexander Pope:

“But where’s the man who counsel can bestow,
Still pleas’d to teach, and yeat not proud to know?
Unbiass’d or bay favour or by spite;
Not dully prepossess’d nor blindly righth;
Tho’ learn’d well bread, and tho’ well bred sincere;
Modestly bold, and humanly severe,
Who to a friend his faults can freely show,
And gladly praise the merit of a foe;
Bless’d with a taste exact, yet unconfin’d;
Gen’rous converse; a soul exempt from pride;
And love to praise, with reason on his side?
Such once were critics: such the happy few
Athens and Rome in better ages knew”.
(*An Essay on Criticism*, 631-44).

Posso dizer que tive a felicidade e a honra de encontrar nele um leitor assim.

Por fim, agradeço ao CNPq pela bolsa de pesquisa que me foi concedida, sem a qual este trabalho não teria sido possível.

*“Fondly I ponder You all;
without You I couldn’t have managed
even my weakest of lines.”*
W. H. Auden

*“(…) ar’ oun kai pros ton bion hē
gnōsis autou megalēn echei rotēn,
kai kathaper toxotai skopon echontes
mallon an tunchanomen tou
deontos?”*
Aristóteles, *Ethica Nicomachea*
1094b23-24

Sumário

Introdução	9
1 A estrutura conceitual da <i>Ethica Nicomachea</i> e a busca definicional nos <i>Segundos Analíticos</i> segundo a interpretação de Carlo Natali: primeira formulação	14
1.1 Aspectos “retóricos”: primeiras aproximações	23
1.2 Aspectos “científicos”: uma nova abordagem	37
1.2.1 <i>Segundos Analíticos</i> B: esboço do esquema da busca definicional	39
1.2.2 A busca definicional na <i>Ethica Nicomachea</i> : primeiras aproximações	42
1.3 Dificuldades suscitadas pela interpretação	50
1.3.1 Dificuldades referentes à leitura de <i>Segundos Analíticos</i> B.1-10.	50
1.3.2 Dificuldades referentes à aplicação do modelo da busca definicional ao primeiro livro da <i>Ethica Nicomachea</i>	56
2 <i>Segundos Analíticos</i> B.1-10 e a busca pela definição de <i>eudaimonia</i> em <i>Ethica Nicomachea</i> I.1-7: a interpretação de Carlo Natali desenvolvida	61
2.1 O modelo da busca definicional em <i>EN</i> I reconsiderado.....	62
2.2 Em busca da definição: a pergunta pela existência	66
2.3 Em busca da definição: a definição nominal	74
2.3.1 O nome do Sumo Bem: <i>eudaimonia</i>	75
2.3.2 Uma incursão pela dialética: <i>EN</i> I.4-6.....	85
2.4 Em busca da definição: as qualidades do SBH	93
2.4.1 Obtendo as qualidades	94
2.4.2 O problema da existência reconsiderado: <i>EN</i> I.7 1097a15-27.....	97
2.5 Em busca da definição: a etapa final	106
2.5.1 Os passos do argumento	107
2.5.2 A natureza da definição	109
2.6 Conclusões provisórias.....	109

3 Segundos Analíticos B.8-10: as três etapas da investigação científica em Aristóteles segundo a interpretação de David Charles	111
3.1 Aristóteles e a definição nominal: a Primeira Etapa	114
3.1.1 A relação com <i>Segundos Analíticos</i> B.1-2.....	118
3.1.2 A passagem de <i>logos tou ti esti</i> para <i>logos tou ti sêmainei</i> e a relação com <i>Seg. Anal. A.1 71a13-15</i>	120
3.1.3 O argumento da primeira sentença de B.10	121
3.2 Após a definição nominal: rumo à Segunda Etapa	133
3.2.1 O advérbio <i>houtôs</i> : compreendendo a dificuldade expressa em 93b33	135
3.2.2 A causa da dificuldade: retomando <i>Segundos Analíticos</i> B.8.....	139
3.2.3 A passagem da Primeira para a Segunda Etapa	142
3.3 A passagem para a Terceira Etapa: <i>zêtoumen dia ti estin</i>	152
3.3.1 Saber “o que é”, saber “porque é”: uma identidade, uma passagem.....	153
3.3.2 Uma definição de definição.....	162
3.4 Alinhavando os pontos.....	164
Conclusão	165
Bibliografia.....	170

Introdução

Recentes estudos consagrados aos problemas do método empregado por Aristóteles na *Ethica Nicomachea* vêm buscando problematizar a visão dominante quanto ao assunto, que identifica tal método com a dialética.¹ Assim, o método do Estagirita consistiria em partir das opiniões reputadas, da maioria ou dos sábios, que serviriam, portanto, como ponto de partida da investigação. A seguir, Aristóteles examinaria as dificuldades que tais opiniões apresentam, quer quando tomadas em conjunto, quer isoladamente. Oferecido o tratamento filosófico das teses expressas em tais opiniões, as que passassem no crivo da análise por ele empreendida seriam utilizadas como pontos de partida, princípios da investigação a ser conduzida.

A formulação, contudo, expressa com vigor e brilho por comentadores sobretudo no correr do século XX,² não é de todo aproblemática. Nesse sentido, alguns estudiosos do tema buscaram oferecer outros tratamentos à questão, e isso nas mais variadas chaves, o que levou a uma retomada das considerações do método em ética. Entre esses recentes estudos, alguns procuraram estabelecer resultados com base em um contraste entre os dois mais célebres tratados consagrados à filosofia moral por Aristóteles, a *Ethica Nichomachea* e a *Ethica Eudemia*, buscando, assim, avaliar a regularidade do método dialético lá onde os tratamentos consagrados a um determinado ponto filosófico divergiam em um e outro tratado, o que, por contraste, poderia iluminar a natureza do método de uma e de outra.³ Outros estudos apontaram, diferentemente, para uma eventual inconsistência entre a caracterização que o próprio Aristóteles faz da dialética em alguns dos *loci classici* de seu tratamento, como, por exemplo, os *Tópicos*, e o procedimento efetivamente empregado por Aristóteles nas análises realizadas na *Ethica Nicomachea*. Assim, ainda que envolva algo de dialético, a filosofia moral seguiria exibindo um caráter metodológico problemático.⁴

Um e outro caminho, escolhidos aqui exemplarmente para ilustrar um problema geral de interpretação no seio do aristotelismo, deixam ainda ao menos uma parcela da investigação quanto ao tema, se não intocada, ao menos com

¹ Cf. Zingano (2007b); Salmieri (2009); Natali (2007) e (2010a).

² Cf., e.g., Owen (1980); Barnes (1980); Irwin (1988); Broadie (1991).

³ Cf. Zingano (2007b).

⁴ Cf. Salmieri (2009).

resultados em aberto. Trata-se de considerar que, mesmo que eventuais argumentos contra a natureza do método dialético da filosofia moral aristotélica possam ser mobilizados com sucesso no exame dos textos, ainda assim restaria compreender exatamente em que consistiria, então, positivamente, o método em operação no desenrolar da investigação levada a cabo em tratados como a *Ethica Nicomachea*. Ainda, uma eventual resposta positiva quanto a um método distinto daquele que se entende por dialético, além de mostrar sua conformidade com os textos e com o sistema de pensamento do Estagirita, precisaria, ainda, esclarecer se se tratam de métodos por inteiro apartados, inconciliáveis, ou se um qualquer outro modo de se interpretar a metodologia de Aristóteles na *Nicomachea* é, ao menos, compatível com a dialética ou não.

Entre esses recentes estudos estão dois ensaios de Carlo Natali, “Rethorical and scientific aspects of the *Nicomachean Ethics*” (2007) e “*Posterior Analytics* and the definition of Happiness in *NE I*” (2010a). Como os títulos já insinuam, tais trabalhos procuram aproximar o trabalho de investigação em matéria prática, de um lado, e, de outro, certas prescrições de Aristóteles quanto ao que caracterizaria o procedimento mais propriamente científico. A tese é, por certo, quando mais apenas anunciada, *sui generis*, haja vista as grandes diferenças que inequivocamente Aristóteles afirma entre os métodos de um e de outro tipo de investigação, assim como de seus objetos. Segundo a proposta de Natali, no entanto, o procedimento do filósofo moral ao conduzir suas análises e seus exames conceituais é tal que não parece ser apreendido pela noção de dialética; antes, ter-se-ia algo nos moldes preconizados nos *Segundos Analíticos*, apenas que com as alterações devidas. A presente dissertação pretende examinar essa postulação *prima facie* estranha, argumentando em prol de sua plausibilidade textual e conceitual, ainda que dela divergindo em muitos pontos.

O trabalho foi dividido da seguinte maneira. O capítulo 1 é consagrado a, primeiramente, caracterizar as linhas gerais do problema do método na filosofia aristotélica à luz dos supramencionados estudos recentes quanto ao ponto; essa porção inicial do capítulo dá as linhas gerais do debate em que se insere o artigo de Natali. Essa conexão será mais adequadamente explorada sobretudo no início do capítulo 2.

Feita essa caracterização geral dos termos em que se dá o debate, todas as atenções estarão voltadas para a reconstrução da interpretação de Natali que

propõe tal aproximação da *Ethica Nicomachea* com os *Segundos Analíticos*, a começar com seu primeiro artigo consagrado ao tema. O objetivo é esclarecer tão detalhadamente quanto possível em quê consiste a interpretação defendida, quais são seus pressupostos não-explicitados e de que modo ela se conecta com os demais debates acerca do tema. Em fazendo isso, por certo, o foco de análise tem de ser, e será, sempre duplo: a atenção dispensada ao comentador italiano e aos demais especialistas na obra de Aristóteles é central para a pesquisa que aqui se apresenta, mas é sempre o exame, direto ou por contraste, do *texto de Aristóteles* que estará em meu horizonte.

Ao fazer isso, há de se reconhecer aqui que a primeira parte do tratamento concedido ao artigo de Natali no capítulo 1, sobretudo quando da análise dos chamados aspectos “retóricos” do texto nicomaqueio, será excessivamente escolar, quando não maçante. Pior, dele pouco será retomado no que segue, mas uma ou outra caracterização mais geral ali apresentada será de alguma relevância. É a partir da seção 1.2 do capítulo 1, em que são examinados pela primeira vez os aspectos ditos científicos da *Ethica Nicomachea*, que começa a se configurar mais claramente os propósitos desta dissertação. No primeiro tratamento oferecido à interpretação de Natali, o texto é, até mesmo para acentuar o caráter provisório da primeira abordagem de Natali, ainda muito geral. Gradativamente, contudo, principia-se a ir mais e mais ao texto da *EN* e ao dos *Segundos Analíticos*, começando a dar corpo à dissertação. Com efeito, pode-se dizer que são as seções 1.2 e 1.3 do primeiro capítulo, em que se apresentam a primeira versão do modelo interpretativo do autor e se indicam as principais dificuldades da leitura por ele defendida, que dão início propriamente à porção relevante da dissertação, tudo (e talvez demais) o que veio antes servindo apenas de preparação para o terreno. Caso eu tenha sido bem sucedido, o andamento da dissertação vai afunilando, saindo da generalidade talvez demasiada dos passos do capítulo 1 em direção a uma discussão pormenorizada da tese de Natali quando contrastada com o texto da *EN* no capítulo 2, culminando com o exame dos *Segundos Analíticos* na leitura de David Charles no terceiro e último.

O capítulo 2 acompanhará, então, os desdobramentos da tese de Carlo Natali no artigo seguinte (2010), procurando manter em vista as dificuldades formuladas previamente. Seu propósito é, agora que os termos do debate já terão sido esclarecidos, bem como os impasses e dificuldades mapeados, esmiuçar a análise do texto da *Ethica Nicomachea* à luz de tal interpretação, procurando averiguar

como os resultados apresentados por Natali resolvem, se é que o fazem, as dificuldades previamente apresentadas. Ao fazer isso, contudo, já será possível avançar nos resultados desta pesquisa: à medida que as questões forem sendo consideradas, procurarei esboçar uma leitura alternativa que lhe preserve o espírito, ainda que divergindo aqui e ali. Pode-se dizer que o foco desse capítulo consiste em considerar o papel da definição nominal, tal qual se a tem nos *Segundos Analíticos*, no esquema de busca definicional que ocorre na *EN*. Ao examinar questões como essa, pretendo apresentar, paulatinamente, uma interpretação diferente, ainda que de mesmo espírito, para o que de fato esteja ocorrendo no texto da *EN*. Essa interpretação leitura será sintetizada ulteriormente na conclusão da dissertação.

Tendo sido os dois primeiros capítulos consagrados ao exame em especial de passagens da *Ethica Nicomachea*, e em face de certas dificuldades que surgirão no transcurso da análise, o capítulo 3 foi dedicado, então, a mergulhar em *Segundos Analíticos* B.1-10, em particular tomando a interpretação de David Charles⁵ para a teoria da definição e da investigação científica ali esboçada. O passo é justificado, pois de um lado se imporá a necessidade de examinar mais detalhadamente o esquema científico dos *Analíticos* para melhor considerar aplicação nos quadros da *Ethica Nicomachea*, e de outro, como se verá, a própria interpretação de Natali é, em parte, inspirada nos debates que encontraram tão exemplar formulação na obra de Charles. Ao final, espero poder oferecer, à guisa de conclusão, uma reconsideração geral do modelo metodológico em operação no primeiro capítulo da *Ethica Nicomachea* à luz dos *Segundos Analíticos*, conectando tal resultado à pleora de questões que pontualmente forem surgindo ao longo da pesquisa.

Vale dizer, portanto, que o mergulho concentrado na bibliografia secundária, em particular em dois comentadores, Natali e Charles, não altera a ordem de prioridade dada aqui nesta dissertação: é ao texto de Aristóteles que se quer apresentar uma interpretação. Do mesmo modo, o recorte do tema, que pode dar a sugestão de ser excessivamente restritivo, exigiu variadas incursões por outros tantos temas caros ao aristotelismo. Certo, nem em todo momento se pode dar o tratamento adequado a todas as questões, algumas sendo apenas reconhecidas; outras, tão-somente referidas. Ainda assim, procurou-se apontar as variadas conexões filosóficas suscitadas pelo tema central.

⁵ Charles (2000).

Para as obras de Aristóteles, vali-me das edições dos textos gregos assinaladas ao final na bibliografia (I.1). A numeração dos capítulos da *Ethica Nicomachea* segue a divisão de Bywater. Para as traduções aqui apresentadas, estão assim arranjadas: as traduções de *EN* I.13-III.8 são de Marco Zingano;⁶ as das demais passagens da *Nicomachea*, foram feitas com base na edição de Bywater, em cotejo com as edições correntes em língua vernácula apontadas na bibliografia final (II.1); aquelas dos *Segundos Analíticos* e dos *Tópicos* são de minha autoria, com base nos textos também mencionados ao final (I.2 e I.3). As traduções da bibliografia secundária em língua francesa, inglesa e italiana são, igualmente, de minha autoria. Todas as citações do texto grego foram transliteradas; vogais longas estão assinaladas pelo acento circunflexo (^).

O trabalho seguiu a nova ortografia da língua portuguesa.

⁶ Zingano (2008)

1 A estrutura conceitual da *Ethica Nicomachea* e a busca definicional nos *Segundos Analíticos* segundo a interpretação de Carlo Natali: primeira formulação

Considerações preliminares: formulação geral do problema de método

A tese segundo a qual a ética de Aristóteles emprega um método dialético é hoje amplamente aceita. Em verdade, não apenas os tratados de filosofia prática (a *Ethica Nicomachea*, como também a *Ethica Eudemia*, para deixar de fora a problemática condição da *Magna Moralia*), mas a quase totalidade do *corpus* aristotélico é interpretada hoje à luz do método dialético. Como observa Zingano,

(...) o método dialético é hoje considerado o principal método de investigação filosófica de Aristóteles: não apenas sua ética, mas também a física e suas ramificações, e mesmo sua teologia, são tomadas consideradas como sendo fundamentalmente dialéticas. As únicas exceções são a matemática e a lógica.⁷

Essa expansão do método dialético para boa parte das obras de Aristóteles recebeu grande impulso ao longo da segunda metade do século XX, que, em geral, prestou grande atenção às questões de método em sua filosofia.⁸ Enrico Berti, por exemplo, chega a afirmar que “do ponto de vista do método, a física e a metafísica não diferem substancialmente entre si, na medida em que praticam procedimentos de tipo prioritariamente dialético, isto é, dialógico (...)”,⁹ tese que Berti não restringirá a tais disciplinas. Terence Irwin, por sua vez, em trabalho publicado pela mesma época, buscou sistematizar essa expansão do método dialético, ainda que com diferente compreensão da natureza da dialética praticada, em seu influente *Aristotle’s First Principles*.¹⁰

⁷ Zingano (2007b), p. 297.

⁸ Veja-se, por exemplo, três importantes *Symposia Aristotelica* dedicados direta ou indiretamente ao tema e cujos trabalhos publicados constituem uma contribuição decisiva sobre o assunto: *Aristote et les Problèmes de Méthode* (organizado por Suzanne Mansion e publicado em 1960), *Aristotle on dialectic: The ‘Topics’* (organizado por G.E.L. Owen e publicado em 1968) e *Aristotle on Science: The ‘Posterior Analytics’* (organizado por Enrico Berti e publicado em 1981), além de uma plethora de títulos consagrados a questões de método na filosofia aristotélica. Berti (1997), assinala esse interesse focado nas questões de método em seu *Aristóteles no século XX*, p. 160.

⁹ Berti (2002) p.115. O capítulo dedicado à filosofia prática aparece também no volume *Studi sull’etica di Aristotele*, editado por A. Alberti.

¹⁰ Irwin (1988); veja-se ainda (1981).

No que concerne especificamente à filosofia prática, tal tese fora apontada com vigor por John Burnet em seu *The Ethics of Aristotle*; Burnet, com efeito, afirma que “a ética é, e, pela natureza do caso, deve ser, uma obra dialética, e não demonstrativa”, e que a resposta para a questão sobre como devemos encontrar o Bem Humano é o “método dialético”.¹¹ Entre os trabalhos que impulsionaram essa tese ao longo do último século, dois deles foram de seminal importância: *Tithenai ta Phainomena*, de G. E. L. Owen,¹² e “Aristotle and the Methods of Ethics”, de Jonathan Barnes.¹³ Owen, através de minuciosa análise de *EN VII.1*, estabeleceu dois sentidos de *phainomena*: um, o de “fatos empiricamente observados” ou “evidências sensíveis”, outro, ali empregado, equivalente a *legomena*, isto é, o que é dito, conectando com a noção de dialética; sua análise, como se sabe, buscava identificar tal procedimento com a prática metodológica de Aristóteles na *Física*. Barnes, por sua vez, especificando a noção de *endoxa* empregada por Aristóteles, afastou o Estagirita de vez da chamada “filosofia do senso comum” (*common sense philosophy*) em que alguns buscaram situá-lo.

Longe de ser tese superada, uma rápida consideração das recentes edições em línguas vernáculas da *EN* mostra que o alcance e a vitalidade de tal interpretação seguem fortes. Sarah Broadie, por exemplo, em sua introdução filosófica à edição preparada em conjunto com Christopher Rowe, afirma que Aristóteles “procede mediante exame das opiniões existentes. Ele se serve das opiniões das pessoas comuns, dos ‘melhores’ e dos intelectuais”.¹⁴ Tal procedimento é, como se sabe, aquele que se verá Aristóteles oferecer nos *Tópicos* para caracterizar um argumento dialético – e sobre isso falarei mais adiante.

De fato, a estreita identificação entre a noção de método dialético em ética e a noção de dialética presente nos *Tópicos* é claramente afirmada por Terence H. Irwin:

O método da investigação ética é dialético, descrito em *Top. I.1-4;10-12*. Portanto, ele parte das opiniões comuns [viz. *endoxa*], o que parece ser ou que aparece à maioria ou aos sábios. (...) Ele toma as opiniões comuns como pontos de partida porque elas são mais conhecidas (ou “mais familiares”) para nós (...). A discussão dessas opiniões reputadas mostra que elas dão origem a dificuldades, *aporiai*, quando encontramos argumentos aparentemente convincentes para opiniões comuns para

¹¹ Burnet(1900), pp. xvii e xxxix, respectivamente.

¹² Owen (1980).

¹³ Barnes (1980).

¹⁴ Broadie; Rowe (2002), p. 11.

conclusões inconsistentes (...). Para solucionar (ou “dissolver”, 1146b7) as aporias, Aristóteles busca uma explicação que mostre a verdade da maioria e das mais importantes dentre as opiniões comuns. (1145b5). Tal explicação nos fornecerá um princípio que é “conhecido por natureza” porque justifica as reivindicações de conhecimento. Uma defesa de um princípio teórico mostra como ela vindica muitas das opiniões comuns. (1098b9). Mas ela não as vindica a todas. Logo, uma defesa apropriada deverá mostrar igualmente porque as opiniões comuns parecem atraentes e repousam em incompreensões explicáveis.¹⁵

Como se vê, o que Broadie fazia implicitamente, sem referência direta aos *Tópicos*, Irwin faz de maneira explícita, já nas primeiras linhas mencionadas acima, identificando um e outro métodos. Frise-se que a questão concerne ao proceder do *filósofo moral*, quer dizer, ao que caracteriza o modo pelo qual é organizada a exposição e a análise dos conceitos que são apresentados no tratado, e não a como se dá ação moral no caso de agentes singulares agindo em situações particulares. Isso assinala o sentido em que o que se investigará nesta dissertação diz respeito à *filosofia moral*, entendida em termos desses procedimentos de organização e exame conceitual que vão no tratado.

Dando continuidade, então, vale lembrar como Aristóteles define, em *Tópicos* I.1, em que consiste o argumento dialético. Após ter definido o argumento dedutivo (*sullogismos logos*) como aquele em que, postas certas coisas, outras diferentes destas se seguem necessariamente (*ex anankês*), em virtude mesmo daquilo que foi posto (100a25-26), Aristóteles prossegue estabelecendo a distinção entre a demonstração (*apodeixis*) – a dedução cujas premissas são verdadeiras e primeiras, ou, ao menos, tais que o conhecimento de sua verdade seja dado por premissas primeiras e verdadeiras – e a dedução dialética (*dialektikos sullogismos*), que deduz a partir de *opiniões reputadas* (*ex endoxôn sullogizomenos*) (100a26-30). É precisamente a noção de *opinião reputada* que se vê tanto no comentário de Broadie quanto no de Irwin, e o uso feito por ambos quadra perfeitamente com a descrição oferecida por Aristóteles nas linhas seguintes dos *Tópicos*: são verdadeiras e primeiras as coisas cujo caráter convincente (*pistis*) provém delas mesmas, e não de coisas alheias, ao passo que as *opiniões reputadas* (*endoxa*) são aquelas partilhadas por todos, pela maioria ou pelos sábios (*ta dokounta pasin ê pleistois ê tois sofois*), seu valor provindo, portanto, não delas mesmas.

¹⁵ Irwin (1999), pp.347-9.

Não é apenas quanto a isso, contudo, que Irwin e Broadie, tomados aqui exemplarmente, parecem estar de acordo. Afinal, como se pode perceber pelo supracitado comentário de Irwin, o referido método dialético encontrado nos *Tópicos* consistiria em um procedimento em três etapas: primeiro é necessário estabelecer as *opiniões reputadas (endoxa)*, identificadas a *ta phainomena* (ou ainda a *ta dokounta*), encontrar, a seguir, as *aporias (aporiai)* que surgem dessas opiniões para, então, provar (*deiknunai*). É o mesmo procedimento encontrado na descrição de Broadie, logo na sequência da passagem já citada. Escreve Broadie:

[Aristóteles] acredita que a maioria das opiniões ou bem amplamente defendidas, ou que tenham sido apresentadas ou, ainda, às quais se tenha chegado cuidadosamente, contém alguma verdade. Embora a verdade amiúde conduza à falidade ou ao erro quando não é corrigida ou qualificada. Aristóteles julga que uma sua posição é corroborada se o fato de ser verdadeira explica por que os outros, chegando menos efetivamente à mesma verdade, chegaram às suas posições. Formas particularmente satisfatórias de corroboração ocorrem quando a posição do próprio Aristóteles acerca de um assunto explica e, de um certo modo, justifica, cada um dos conjuntos de opiniões existentes, ou, ao menos, soluciona dificuldades (*aporiai*) conhecidas.¹⁶

Se chamo atenção para essa confluência no comentário contemporâneo tão disseminada em traduções recentes do texto de Aristóteles é precisamente para destacar que a identificação entre método dialético empregado pelo filósofo moral e as teses dos *Tópicos*, ao menos no que concerne à *EN*, não é tão simples assim. Tem-se, com efeito, uma descrição muito próxima daquilo que, no próprio texto do tratado em questão, encontra-se sob a rubrica de uma caracterização geral do método próprio para a investigação do filósofo moral: um procedimento em três passos, nos moldes do que acaba de ser exposto acima. Não há dúvidas de que tal esquema em três etapas faz-se presente no interior da *EN*. Trata-se, como já foi

¹⁶ Roger Crisp (2000) interpreta da mesma forma a questão metodológica na *EN*. Richard Bodéus (2004) conecta as passagens metodológicas de *EN I* (I.2, 1095a8 e ss.; I.7 1098a33 e ss.) com a descrição do método em *EN VII.1* (p. 347, nota 1). Já Carlo Natali (1999), por outro lado, reconhece em sua tradução italiana da ética uma maior variedade de métodos em jogo, a depender da seção do tratado que se está considerando, mas também fala de um método em que “posto o problema de definir uma noção x, são examinadas as opiniões populares, as doutrinas dos filósofos e o conteúdo próprio do conceito” (p. ix). Inúmeros comentaristas identificam a famosa passagem de *Nicomachea VII.1* como “o método em ética” para Aristóteles: assim escrevem Nussbaum (1986, p. 240) e Bolton (1991, p. 8); Zingano (2007b) refere-se a ela como sendo “perfeitamente dialética, com efeito, é a declaração *par excellence* do método dialético em ética (p. 310); o que Zingano bloqueia em sua análise é a expansão deste método, descrito e praticado em um dos livros comuns às duas éticas, à *EN*, quando, em verdade, seu chão conceitual é o da *EE*.

indicado, da passagem celeberramente analisada por G. E. L. Owen, *EN* VII.1, 1145b2-7, em que se lê:

Deve-se, então, assim como nos outros casos (*hôsper epi tôn allôn*), estabelecer as fenômenos (*tithentas ta phainomena*)¹⁷ e, primeiro tendo passado pelas dificuldades (*diaporêsantas*), provar,¹⁸ preferencialmente, todas as opiniões reputadas (*deiknunai malista ta men panta ta endoxa*) sobre essas afecções (*pathê*), se não [todas elas], a maioria (*ta pleista*) e as mais autorizadas (*kai kuriôtata*). Pois se as dificuldades são resolvidas e as opiniões reputadas permanecem, terá sido suficientemente demonstrado.

Ora, uma vez que esse é, com efeito, o procedimento sugerido (e adotado) em *EN* VII, fica uma primeira questão: é esse, de fato, o método levado a cabo pelo filósofo moral (i.e., Aristóteles) ao conduzir e expor suas análises? Quer dizer, uma análise interna ao texto da *EN* faz-se necessária para saber se o método sugerido é colocado em prática e *em que contextos*.¹⁹

Se é verdade que a tese do método dialético teve o reconhecido fôlego ao longo do século XX, já a primeira década do século XXI, contudo, vem testemunhando o surgimento de uma abordagem distinta no que concerne às questões metodológicas na ética aristotélica. Dois ensaios recentes, em especial, oferecem relevante contribuição para que se vislumbrem as dificuldades quanto ao caráter dialético *tout court* da ética de Aristóteles; suas análises são bastante distintas, mas talvez seja possível considerar seus resultados em conjunto.

Marco Zingano, em seu já mencionado “Aristotle and the problems of method in ethics” mostrou como o método de Aristóteles parece ter sido, inicialmente, dialético, o que se percebe com clareza ainda na *Ethica Eudemia*; contudo, a *Ethica Nicomachea* representaria já um estágio em que o filósofo abandonara a dialética como método de prova.²⁰ Centrando sua análise na natureza dialética das provas oferecidas pelo filósofo para as verdades morais expostas nos dois tratados (o que confirma a dimensão conceitual em que se dá o debate), Zingano mostra uma diferença entre os métodos das duas éticas, sublinhando a presença, no tratado eudêmio, das opiniões reputadas como constituindo as premissas das provas do filósofo, mas que estariam próximas de um procedimento de prova por hipóteses,

¹⁷ Cf. análise supracitada de Owen (1980).

¹⁸ Barnes (1980) notou bem os três verbos que caracterizam o procedimento: “O método que Aristóteles esboça tem três componentes, marcados por três verbos: primeiro, *tithenai*, estabelecer; Segundo, *diaporein*, percorrer as aporias; terceiro, *deiknunai*, provar, p. 490.

¹⁹ Por exemplo, como ficou indicado acima, Zingano sublinha que a passagem ocorre em um livro comum à *EN* e à *EE*; ora, a se confirmarem as distinções metodológicas entre os dois tratados, esse contexto de ocorrência poderia servir como evidência para a restrição do método dialético, em sentido mais forte e geral, na *EN*.

²⁰ Como se vê, a interpretação depende fortemente de uma tese quanto à cronologia das duas éticas. Sobre isso, veja-se Rowe (1971); para uma interpretação distinta, veja-se Kenny (1978).

como nas matemáticas; já o tratado nicomaqueio abandonaria esse procedimento, incorporando importantes reflexões sobre a peculiaridade da precisão (*akribeia*) possível em matéria moral, mas com um tremendo ganho, a saber, a filosofia moral via-se agora no reino seguro da verdade, não mais da mera opinião que caracterizaria o modelo da *EE*. Como se vê, a análise traz um resultado potencialmente poderoso, mas negativo: o método da *EN* não seria dialético – o que, como Zingano destaca, não extirpa de todo a dialética como método filosófico em geral;²¹ o que sai mitigada é a tese da dialética como método *throughout* em ética, particularmente no caso da *EN*.

Em seu “Aristotle Non-‘Dialectical’ Methodology in the *Nicomachean Ethics*”, Gregory Salmieri, fornece notável contribuição relativamente a uma possível inconsistência entre as noções de dialética usualmente empregadas para se referir ao método em ética; no mesmo passo, sugere, assim como Zingano (ainda que em chave diferente), um interessante caminho para recusar o caráter *inteiramente* dialético do método de organização e análise da filosofia moral do Estagirita. Em sua análise de *EN* VII.1 1145b2-7, Salmieri indica com precisão a natureza do problema:

Também a progressão do livro I é tida, por vezes, como seguindo esse padrão [i.e., os passos descritos em VII.1], haja vista que algumas opiniões da maioria e dos sábios são consideradas em I.5-6 e que aporiai são solucionadas em I.8-12. Creio que esse modo [via. *EN* VII.1] de ler o livro I é enganadora, pois essas opiniões [i.e., I.5-6] são consideradas tão-somente como respostas possíveis a uma questão já apresentada independentemente delas, e porque os capítulos que levam a cabo a maior parte do trabalho, I.1-2 e I.7, não são, eles mesmos, organizados em torno de aporiais, e não creio que se possa ver nisso, com plausibilidade, uma instância de qualquer dos procedimentos dos três passos [de VII.1].²²

Nesse sentido, a definição de *eudaimonia*, por exemplo, à qual Aristóteles chega em *EN* 1098a15 e ss. poderia ser tomada como um resultado que não envolve a recomendação metodológica de *EN* VII.1; a estar certa essa leitura, o procedimento de examinar as dificuldades e resolvê-las, de contrastar seu resultado com as opiniões, procedimento esse levado a cabo por Aristóteles a partir de *EN* I.8,

²¹ Zingano (2007b), p. 326: “A despeito disso, a dialética não desaparece completamente – nem se deveria esperar que o fizesse sem deixar marcas.”

²² Salmieri (2009), p. 313-14. Gostaria ainda de deixar indicado que creio ser possível uma leitura ainda mais forte, capaz de mostrar que o exercício dialético de *EN* I.4-6 não é parte da demonstração da definição de *eudaimonia* em I.7, o que minimiza consideravelmente o papel da dialética no livro I. Apenas sugiro essa possibilidade aqui, mas a ela irei no capítulo 2 desta dissertação, tratando-a com mais vagar.

serve para confirmar um princípio que fora estabelecido – o Sumo Bem Humano ou *eudaimonia* – independentemente das prescrições tidas como tipicamente dialéticas. Não é apenas no seio da *Ethica Nicomachea*, contudo, que Salmieri parece ter percebido uma tensão capaz de mostrar que os resultados substanciais da *EN* não são diretamente dependentes da dialética; talvez algo ainda mais forte esteja em jogo. A própria identificação entre o método preconizado em *EN VII.1* e o método dialético tal como descrito nos *Tópicos* poderia estar sendo posta em cheque, pois, segundo o autor, “os *Tópicos* não recomendam nada semelhante ao procedimento descrito em C-3 [= *EN VII.1*].”²³

É possível que uma tal diferença em relação aos *Tópicos* ocorra em virtude da função distinta que a dialética operaria em contextos que não os da disputa com um contendor. Tal é tese defendida por Zingano em “*Akrasia* and the Method of Ethics” ao analisar o esforço de Aristóteles, em *EN VII*, para preservar a tese socrática quanto ao ponto;²⁴ de todo modo, trata-se de uma diferença significativa que demandaria uma análise mais detalhada, o que não poderá ser feito aqui.

Ao se questionar assim a tese do método dialético, o intérprete de Aristóteles depara-se com a seguinte questão: se não a dialética, qual método, então? Afinal, concedendo-se provisoriamente a correção das análises acima, seja quanto aos problemas internos, seja quanto aos problemas externos da tese, ainda resta oferecer uma explicação positiva quanto ao método de que se vale Aristóteles. Também relativamente a esse ponto o trabalho de Salmieri parece oferecer uma indicação de caminho. Em verdade, parte decisiva de sua tese consiste em reconhecer que, uma vez que a *EN* é uma investigação, um tratado, ela tem por objetivo um conhecimento, em algum sentido ao menos, teórico, objetivo que Salmieri reconhece como uma *busca por definições*, um “objetivo cognitivo”. É esse propósito, com efeito, que permite que se identifique a arquitetura conceitual do tratado,²⁵ delineando as conexões entre as mais fundamentais definições nele apresentadas. Opera-se aqui, importa frisar, no nível da *filosofia moral*, e não no registro da ação singular a respeito da qual a primeira versa. O autor insiste, além

²³ Salmieri (2009), p. 312.

²⁴ Escreve Zingano (2007c): “No tratamento dialético da *akrasia*, o que é notável é que ela é ainda mais suave do que este já amigável exame dialético. O método dialético proposto para a *akrasia* lida com a investigação de dificuldades e aporias, mas também preserva as teses reputadas, deixando-as intocadas. Por um lado, ela de fato exhibe o caráter de refutação que o argumento dialético canônico traz como sua marca mais destacada. Por outro, aqui a demonstração é considerada satisfatória quando as opiniões permanecem *intocadas*.”, p. 185.

²⁵ Salmieri (2009), pp. 312-16.

disso, em destacar – como eu mesmo o tenho feito nesta breve exposição – que isso não implica na excisão de argumentos dialéticos dos quadros da ética;²⁶ trata-se de reavaliar a função e a posição que a dialética ocupa no tratado.

O propósito dessas considerações preliminares é duplo: (i) apontar um recente movimento nos estudos aristotélicos que busca reconsiderar o papel da dialética como método *throughout* em ética e (ii) defender a razoabilidade, quer do ponto de vista textual, quer do conceitual, de tais investidas. Ocorre que, pelo que se viu, no entanto, não é claro o que, se é que algo, pode fazer as vezes de método na filosofia moral de Aristóteles caso a dialética não seja, de fato, a única capaz de cumprir esse papel; além do quê, se a dialética não for o método em ética, mas ainda assim estiver envolvida nos seus procedimentos metodológicos (tese aqui sustentada), não é claro que tipo de envolvimento seria esse.

Ora, os objetivos deste trabalho não são nem inventariar o histórico das interpretações dialéticas do método aristotélico em matéria moral, nem, vale insistir, concentrar sua atenção na demorada e minuciosa análise de teses contrárias à dialética; antes, buscou-se apontar os pontos (i) e (ii) acima com vistas ainda a um terceiro, a saber, (iii) a tentativa também recente de propor um novo modelo de leitura relativamente à estrutura e ao método na ética aristotélica, sobretudo na *Nicomachea*. Nisso consiste a presente dissertação, e foi com os olhos nesse objetivo, com efeito, que as análises precedentes foram aqui empreendidas. Para concluir essa caracterização geral do problema, tratarei de formular (iii) em suas linhas mestras.

Foi na esteira dessas reavaliações do método da filosofia prática de Aristóteles que Carlo Natali apresentou em seu “Rethorical and Scientific Aspects of the *Nicomachean Ethics*” (2007) uma das primeiras sugestões de leitura do texto de *EN* a partir de uma aproximação com os *Segundos Analíticos*; o trabalho renderia ainda dois outros artigos que esmiuçariam a interpretação do autor, esclarecendo a leitura por ele proposta e extraíndo-lhe algumas consequências importantes.²⁷ Trata-se de leitura tão instigante quanto problemática: é ponto pacífico entre os especialistas que há um verdadeiro abismo entre, de um lado, a concepção de ciência esposada por Aristóteles, exposta em sua forma mais acabada justamente nos *Segundos Analíticos* e, de outro, a sua suas concepções acerca da ação

²⁶ Salmieri (2009), p. 313, especialmente para formas argumentativas recomendadas nos *Tópicos*.

²⁷ Natali (2010a) e (2010b). O primeiro deles será objeto de detalhada análise no capítulo 2.

humana. Com efeito, afirma Aristóteles em *Seg. Anal.* A.2 79b9-12 que o conhecimento científico dá-se quando “julgamos conhecer a causa pela qual a coisa é, que ela é a sua causa, e que não pode [o que se conhece] ser de outra maneira (*mê endechesthai allôs echein*)”; tal caracterização como se vê, resulta em ser o conhecimento científico acerca do *necessário* e do *universal*, ou seja, daquilo que não pode ser de outro modo. A ética, por outro lado, é insistentemente referida por Aristóteles como versando sobre coisas que apresentam variação, como já alerta o Estagirita em *EN* I.3 1094b14-15, lidando, portanto, com algo *contingente*, que já é de um modo, já de outro.

Nesse sentido, qualquer tentativa de aproximar a *EN* do que vai exposto por Aristóteles nos *Seg. Anal.* é um movimento interpretativo, para dizer o mínimo, delicado. Não é minha intenção abordar uma a uma as inúmeras questões conexas a esse problema, o que requer um tratamento peculiar que lhes seja adequado e que lhes faça justiça, coisa que esta pesquisa não pode oferecer. Basta, por ora, esclarecer que em nenhum momento a tese proposta pelo autor e aqui esquadrinhada sugere ser a filosofia moral uma ciência a título pleno tal qual Aristóteles concede às ciências teoréticas; a suposição que lhe subjaz, e creio que acertadamente, é que no *nível conceitual* da investigação, aos moldes do Salmieri chamou de “objetivo cognitivo”, tem-se uma proximidade de procedimentos quanto ao vai nos *Analíticos* prescrito à ciência teorética demonstrativa. É com tal perspectiva assegurada que as análises desta dissertação podem concentrar-se no exame de uma aproximação entra a *EN* e os *Seg. Anal.*

Assim, vale sublinhar que os propósitos deste capítulo são consideravelmente mais básicos e mais focados: (1) reconstruir a interpretação de Natali da maneira mais completa possível, buscando esclarecer cada um dos passos de sua articulação interna, extraindo-lhes os pressupostos não enunciados explicitamente e contextualizando-a no debate com outros intérpretes que trataram de questões a ela conexas; (2) estabelecer, a seguir, as dificuldades internas ao esquema interpretativo por ele apresentado; e, por fim, (3), sugerir a possibilidade de uma interpretação que, ainda que vá na mesma direção daquela sugerida pelo autor, dela difere nos passos específicos.

Creio que (1) se faça necessário por duas razões: primeiro, por se tratar de resultados de pesquisa ainda recentes, pouco consolidados e difundidos mesmo nos meios aristotélicos; segundo, porque os caminhos propostos por Natali destoam do

grosso dos comentários sobre o problema. Já (2), a análise das objeções e dificuldades internas à própria interpretação do autor italiano, é condição para que se possa avaliar a interpretação por ele proposta caso se queira, futuramente, melhor responder às questões gerais quanto ao método em ética para Aristóteles tal como formuladas no que acima foi exposto. Apenas de posse de tais resultados será possível avaliar adequadamente a correção e o alcance dos recentes estudos sobre o assunto. Certo, tal tarefa inicial pode parecer demasiado mecânica e de menor fôlego filosófico, mas se eu estiver correto, é etapa preparatória para avançar na direção de resultados se não mais substanciais do ponto de vista filosófico, certamente menos desinteressantes. Por fim, cabe ressaltar que (3), a reformulação de certos passos é aqui oferecida não a título de divergência, pretendendo antes seguir a inspiração mais geral que animou a pesquisa do comentador italiano. Escusa dizer que a ofereço, portanto, por conta e risco. Neste capítulo, tal reformulação é apenas insinuada (via problematização do modelo de Natali); nos capítulos seguintes, ela será melhor formulada.

1.1 Aspectos “retóricos”: primeiras aproximações

Em seu primeiro trabalho sobre o tema, Natali apenas indicava as grandes linhas da leitura que pretendia fazer da *EN* com base no modelo da busca definicional exposto no segundo livro dos *Seg. Anal.*, indicação essa já mencionada no título pela expressão “aspectos científicos” da *EN*.²⁸ Em verdade, boa parte de suas considerações voltavam-se para aquilo que chamou de “aspectos retóricos” da *EN*.²⁹ Este trabalho está interessado nos aspectos ditos *científicos*; contudo, cabe dizer uma ou outra palavra sobre os assim chamados aspectos *retóricos*, pois, em verdade, creio ser possível extrair dois resultados que serão relevantes para a aplicação do modelo da busca definicional ao texto do primeiro livro da *EN*, em que pese o fato de o próprio Natali não ter estabelecido o vínculo em questão – ou, ao

²⁸ Natali (2007), seção IV, pp. 375-381.

²⁹ Idem, seções I-III, pp. 364-375. Gostaria de frisar que o uso do termo “retórico”, aqui, pode ser tomado em dois sentidos: especificamente, ele significa certos procedimentos expositivos da parte de Aristóteles relacionados direta ou indiretamente a certas teses presentes na *Retórica*, propriamente, e quando isto for o caso, tal conexão é explicitada; em sentido *lato*, trata-se apenas do reconhecimento de certos procedimentos do filósofo relativamente a como proceder sua argumentação adequadamente dadas certas condições (tema, público e propósito), tendo assim uma relação mais frouxa com doutrinas particulares do tratado da *Retórica*.

menos, não de modo explícito e nos termos que aqui proporei. O primeiro deles é explicitado ao final do tratamento do item (B.iv) de 1.1; já o segundo será apresentado ao final de 2.4.2, no próximo capítulo. É apenas em virtude dessa importância para a análise futura dos aspectos propriamente científicos, portanto, que começo a exposição do esquema proposto por Natali pelos aspectos retóricos. Assim, esta primeira porção da investigação aqui empreendida percorre algumas passagens da *Ethica Nicomachea* de grande valor e que poderiam ensejar discussões sobre um sem-número de pontos filosóficos por elas suscitados, mas o foco deverá ser mantido na ulterior consideração de suas consequências para o esquema interpretativo com base na busca por definições. A seguir, na seção 1.2, detenho-me na exposição dos assim chamados “aspectos científicos” do andamento argumentativo e expositivo de *EN I*; as dificuldades que certamente hão de emergir dessa (como de qualquer) leitura serão abordadas na seção final do capítulo, em 1.3.

As três primeiras seções do artigo ora examinado trazem considerações que podem ser agrupadas, genericamente, sob duas grandes rubricas: (A) as de natureza filológico-estilísticas e (B) as focadas no problema do convencimento (*pistis*). Tanto em (A) quanto em (B), Natali oferece certas interpretações para as questões suscitadas à luz dos usos retóricos que, segundo ele, Aristóteles estaria fazendo – coisa mais evidente no segundo grupo, nem tanto no primeiro. Os dois grupos merecem atenção, pois os resultados que pretendo ver preservados e incorporados na futura aplicação do esquema definicional à *EN* estão, direta ou indiretamente, relacionados a essa análise, e apenas por isso incorro nesta breve síntese expositiva. Vale assinalar, ainda, que, como a análise de Natali no que diz respeito a esses aspectos retóricos não é retomada nos desdobramentos de sua pesquisa, ou ao menos não de modo explícito, procurarei aqui avançar um pouco nas considerações acerca do tratado nicomaqueio por ele referidas para assegurar certos resultados futuros, sobretudo no que concerne aos itens (B.i) e (B.iv) abaixo.

(A) Considerações de natureza filológico-estilísticas

Três são as considerações dessa natureza feitas por Natali em seu artigo: (A.i) a carência de uma edição científica do texto da *EN*, (A.ii) certa técnica peculiar presente no estilo da argumentação aristotélica e (A.iii) a diferença de estilo e de organização interna entre os livros comuns à *Ethica Eudemia* e os livros que

constituem a *Nicomachea*. Antes de passar a esta última, mais explicitamente relevante para este trabalho, sintetizo brevemente o ponto de Natali quanto às primeiras.

(A.i) A carência de uma edição científica moderna do texto da *Ethica Nicomachea*

Queixar-se da ausência de uma edição científica moderna³⁰ da *EN* pode dar a entender ao leitor que tal trabalho poderia resultar na apresentação de um texto substancialmente distinto daquele com o qual se trabalha. O autor, contudo, é enfático ao afastar essa hipótese. Escreve, com efeito, que

embora não queira sugerir que uma nova edição da *EN* mudaria dramaticamente o texto que conhecemos, segue sendo uma possibilidade que muitos pontos difíceis sejam resolvidos de modo diferente com base em um texto mais confiável.³¹

Mesmo assim, Natali faz questão de destacar a elaboração de uma nova edição como um dos campos de pesquisa ainda a se explorar.³² Fazendo menção ao estudioso francês R. A. Gauthier e a sua queixa, já nos anos cinquenta do século passado, relativamente à edição do texto da *EN*, Natali expõe sucintamente o estado da questão nos dias de hoje. Não me ocuparei desse ponto, e isso não apenas por não ser qualificado para fazê-lo, mas também porque, dos três elementos destacados neste item, tem-se neste primeiro aquele que menos parece poder contribuir para os objetivos da pesquisa aqui desenvolvida.

(A.ii) O estilo da argumentação aristotélica

Entre os estudos consagrados ao estilo de Aristóteles, Natali destaca um trabalho de R. Netz dedicado ao exame do parágrafo aristotélico. Segundo o autor, Aristóteles valer-se-ia de uma peculiar técnica argumentativa, pois em vez de apresentar certas premissas em determinada ordem com vistas a extrair-lhe a conclusão, seu procedimento parece ser o de primeiro fornecer uma conclusão, para, a seguir, apresentar certas razões. Nos termos de Natali, a estrutura pode ser básica, como em

p porque q .

Ou mais complexa, tal como

p porque q , porque z , porque w , etc.

³⁰ Queixa já feita em sua edição de 1999, p. xii.

³¹ Natali, p. 366.

³² Já na "Introdução" a sua tradução italiana Natali queixava-se disso, observando, com efeito, que a ausência de uma edição crítica moderna, científica da *EN* era algo estranho, pois trata-se de "um dos escritos mais estudados na história de todo o pensamento ético". Cf. Natali (1999), p. XII.

A conclusão de Netz não é de todo nova para Natali, que já chamara atenção para tal fato na introdução a sua tradução italiana da *EN*.³³ Netz, entretanto, parece fornecer, isso sim, a chave de leitura “retórica” a Natali, pois considera que tal procedimento da parte de Aristóteles visa, sobretudo, a “focar a atenção do público na conclusão principal”,³⁴ uma vez que era tese assentada entre os gregos a dificuldade da audiência para acompanhar argumentos mais complexos, fixando-se nas informações primeiras ou finais, em geral. Esse aspecto será relevante para uma das considerações do grupo (B), analisadas mais adiante, especialmente para o item (B.iv).

(A.iii) Diferenças estilísticas e organizacionais entre a *Ethica Eudemia* e a *Ethica Nicomachea*

Se do ponto de vista da análise do estilo do parágrafo aristotélico tal resultado parece ser menor, as considerações estilísticas que Natali apresenta do ponto de vista da estruturação geral do livro, por outro lado, indicam elementos mais robustos para a análise realmente decisiva que o autor pretende fazer. Assim, na seção II desse seu primeiro artigo sobre o tema, Natali apresenta uma observação filológico-estilística geral, seguida de dois comentários mais específicos. Quanto à observação geral, a intenção do autor é destacar as diferenças de estilo que o leitor das duas éticas aristotélicas, a *EE* e a *EN*, vai encontrar entre ambas:

(...) o estilo dos Livros I-IV e VIII-X é muito diferente do estilo usual dos tratados de Aristóteles e do estilo dos livros V-VII, os assim chamados Livros Comuns. O estilo dos Livros Comuns é elíptico, deselegante e muito conciso, semelhantemente àquele empregado por Aristóteles na *Metafísica* e na *Física*, enquanto que os demais livros são relativamente fluentes, claros e bem organizados. O leitor tem a impressão de estar antes diante de um trabalho bem-acabado, pensado para ser lido por ou para um público habituado a um estilo de discurso elegante.³⁵

Não é minha intenção avaliar aqui a correção e o alcance dessas sugestões; assinalo, apenas, que a relação entre os dois tratados, já esboçada nas considerações preliminares pela interpretação de Zingano, vem sendo objeto de

³³ Natali (1999), p. IX. De fato, já então Natali chamava atenção para o fato de a estrutura argumentativa proceder assim; acrescenta-se, ainda, que na referida edição italiana, o autor mostra que frequentemente Aristóteles vale-se de uma estrutura argumentativa que apresenta certa conclusão, para confirmá-la, a seguir, como uma razão, quando não com um exemplo. Escrevia o autor: “A demonstração nos diversos capítulos constrói-se costumeiramente pela adição deste pequeno núcleo argumentativo, frequentemente apenas justaposto: *p*, porque *q*; *z*, porque *w*, etc.; por vezes concatenada: *p*, porque *q*, porque *z*, por exemplo *w*; em que *w* oferece um exemplo em favor de *z*, que é o motivo que torna *q* aceitável, e este, por sua vez, *p*”.

³⁴ Natali (2007), p. 367.

³⁵ Idem, p. 368.

importantes estudos ao longo do último século e meio,³⁶ tendo o debate concentrado-se sobretudo na cronologia da redação da *EE* e da *EN*, hoje havendo certa inclinação para se considerar que o tratado nicomaqueio represente a versão mais madura e robusta da ética do Estagirita.³⁷ Além dessa observação mais geral sobre a relação entre a *EE* e a *EN*, Natali assinala ainda que a divisão dos livros que constituem a *EN* não quadra perfeitamente com o andamento dos argumentos; assim, por exemplo, o livro I apresenta a pergunta básica pelo Bem Supremo, mas já introduz a discussão sobre a virtude em geral; contudo, a análise da virtude em geral é levada a cabo no livro II, que a conclui; o mesmo ocorre com o tratamento das virtudes particulares, que começa no livro III, que se encerra sem concluir o assunto, desenvolvido e finalizado no livro seguinte.³⁸ Como observa o autor, tal estrutura encontra paralelo na *República* de Platão, cuja “divisão em livros não tem conexão com o conteúdo, como no caso dos livros VI e VII”,³⁹ semelhança reforçada pela retomada do tema abordado no livro I ao final do tratado, no livro X.

Quando, ao introduzir esse primeiro grupo de considerações presentes no artigo de Natali, afirmei que (A.iii) era a mais significativa para a presente investigação, não tinha em mente nem a consideração geral acerca da diferença de estilo entre os dois tratados, nem a primeira das observações específicas, a saber, a aproximação com a *República* platônica: mirava, então, a segunda observação específica introduzida pelo autor. Esta, com efeito, sublinha certa continuidade na linha argumentativa no tratado nicomaqueio, reconhecida já por um comentador do XIX como Grant. Eis como Natali sintetiza o ponto:

A linha do argumento, do Bem Humano à felicidade, da felicidade à virtude, da discussão geral da virtude à discussão das virtudes particulares é contínua. Aristóteles fornece, primeiramente, uma definição geral de seu tópico e, a seguir, esclarece tal definição de modo detalhado.

Antes de explorar o que me parece relevante nessa sugestão, gostaria de fazer uma ressalva para evitar um possível equívoco a seguir: não se trata de sugerir que essa organização conceitual (que vai refinando a análise, partindo de conceitos mais gerais rumo a outros mais específicos) seja uma exclusividade metodológica da *EN*; pelo contrário, o próprio Natali indica essa organização interna como sendo um elemento comum aos dois tratados, *EN* e *EE*.⁴⁰ Ao apresentar inicialmente o ponto,

³⁶ Idem, p. 366, nota 8; p. 367, nota 10.

³⁷ Uma visão destoante pode ser encontrada em Kenny (1978), como já mencionado.

³⁸ Natali (2007), p. 368.

³⁹ Idem, ibidem

⁴⁰ E mesmo à *Magna Moralia*. Cf. Natali (1999), pp. III-IV.

tudo o que Natali quer destacar – e daí, quero crer, sua menção ao comentário de Grant – é o contraste entre o estilo que vai do livro I ao livro IV e alguma mudança no que concerne aos livros seguintes da *EN*.⁴¹ No entanto, apesar de tal ser, com efeito, o propósito da observação inicial do autor, pode-se ver que ela terá um valor para além da simples confrontação estilística entre os tratados: trata-se de um traço característico do procedimento de Aristóteles, a saber, a “articulação de definições gerais através de análises mais específicas”, que examinarei mais adiante, conforme mencionei acima.⁴² Apenas ao final desse seu primeiro artigo sobre o tema, quando Natali passa a analisar o que chamou de aspectos científicos da *EN*, o ponto será retomado em chave filosoficamente proveitosa para o presente trabalho.

(B) Considerações centradas no problema do convencimento

O segundo bloco de considerações que se pode destacar das análises de Natali que caem sob a rubrica de “aspectos retóricos” em seu artigo concernem à noção de convencimento (*pistis*), e fazem emergir mais claramente a chamada dimensão *retórica* referida pelo autor. Natali pensa (creio que acertadamente) que o propósito de Aristóteles não é *apenas* mostrar qual é a natureza do Bem Supremo, mas, sobretudo, sublinhar para sua audiência a necessidade prática de se tornarem homens melhores. Não são poucas as passagens em que Aristóteles destaca precisamente essa dimensão prática de sua *pragmateia*,⁴³ assim como são muitas as interpretações que lhes dão destaque, nela reconhecendo essencialmente um aspecto ineliminável da própria disciplina ética.⁴⁴ Na abordagem do autor, entretanto, não está no horizonte uma análise da natureza eminentemente prática da disciplina moral; tampouco as interpretações que, acertada ou equivocadamente, buscaram ver a ética do Estagirita como sendo refratária a universalizações ou, para dizer o mínimo, resistente às funções de um ensinamento que pode ser dito em certo sentido *teórico* acerca da conduta humana (em virtude mesmo da universalidade que marca as proposições universais como as definições encontradas na *EN*).

⁴¹ Natali cita a seguinte passagem de Grant: “Lendo continuamente (...) chegamos ao final do Livro IV sem que se nos levante qualquer suspeita ou se nos detenha a atenção qualquer sintoma de interpolação. Pode-se considerar justamente que tudo foi escrito consecutivamente pela mesma mão”. Cf. Natali (2007), p.369.

⁴² Natali (2007), p. 370.

⁴³ Cf. e.g., 1095a6, 1103b26-29, 1179a35-b4

⁴⁴ Cf. e.g. McDowell (1980), (1989), (2010); Nussbaum (1986); Wiggins (1980). Para uma visão distinta, cf. e.g. Irwin (2000).

Em que pese a importância incontestável de tais tópicos, objetos de análises clássicas de especialistas na obra aristotélica. Natali busca antes em seu artigo apontar para certos elementos textuais e sua função, como a organização interna da *EN* e certos modos de apresentação e desenvolvimento dos argumentos, com ênfase no primeiro livro, mas não apenas. O que, por ora, poderia ser uma mera questão de análise estilística, ao se considerar os aspectos “científicos” abaixo assume a verdadeira dimensão de exame do método da *filosofia moral* propriamente.

Para o autor, são quatro esses elementos: (B.i) a presença de um preâmbulo ou proêmio, (B.ii) a prática de fornecer certas pistas constantes à audiência acerca do modo de desenvolvimento dos argumentos, (B.iii) uma tendência a não introduzir abruptamente novos tópicos ou argumentos e (B.iv) a articulação conceitual que progride de definições gerais para análises mais específicas. Minhas atenções nesse bloco estarão concentradas em (B.iv), que, a meu ver, está conectado com (A.iii) da seção precedente e que, tomados em conjunto, serão relevantes para a análise dos chamados “aspectos científicos”. Trata-se do primeiro dos resultados da análise dos “aspectos retóricos” que buscarei incorporar à avaliação final dos “aspectos científicos”. Ainda assim, proponho uma breve consideração dos demais pontos desta seção B, que julgo poder levar a ainda outro resultado que pretendo integrar à leitura final do esquema definicional na *EN*.

(B.1) Ao final de *EN* I.3, em 1095a12-13, diz Aristóteles que “Sobre a audiência, sobre como receber os argumentos e sobre aquilo que propusemos, sejam ditas tais coisas em caráter preliminar” (*kai peri men akroatou, kai pôs apodekteon, kai ti protithêmetha, pephroimiasthôn tosautá*). A sentença sumaria, em ordem reversa, os três itens abordados desde 1094b12, a abertura do trecho em questão. Com efeito, de 1094a1-b10, Aristóteles apresenta (a) o objeto proposto à investigação – o supremo bem humano – daqui em diante, abreviado SBH; a seguir, na passagem de 1094b11-27, o filósofo aponta (b) o grau de precisão que se deve esperar de tal espécie de investigação, em uma primeira (de várias) incursão em comentários de ordem metodológica; por fim, entre 1094b28-1095a11, lê-se (c) um esclarecimento relativamente à audiência adequada para tais lições.

A passagem fornece rico material inicial para uma análise dos problemas de método na ética do Estagirita; o ponto da interpretação de Natali, entretanto, é mais básico, a saber, tomá-la como procedimento retórico com vistas a convencer sua

audiência de algo. Assim, sem excluir as demais questões suscitadas pelas considerações iniciais de Aristóteles, trata-se de destacar o movimento expositivo do filósofo, que julga necessário como que conduzir sua audiência com considerável cautela. Não creio que haja novidade notável no procedimento aristotélico, uma vez que, sempre respeitadas as adequações necessárias, não é diferente do que Aristóteles parece fazer em outros tratados. A título de exemplo, na abertura dos *Tópicos*, Aristóteles faz questão igualmente de esclarecer qual o objeto da investigação e qual seu propósito; e o próprio Natali quer ver na escolha do filósofo uma espécie de regra geral de seus tratados, comprovada, segundo ele, em alguns comentários antigos que opõem a estratégia de Aristóteles àquela de Platão. Na citação de uma passagem dos *Elementa Harmonices* II 1 fornecida por Natali encontra-se, com efeito, tal oposição: Aristóteles amiúde apresentaria esse tipo de preâmbulo com vistas a esclarecer de início o que a audiência poderia esperar de suas lições ou não, motivado sobretudo pela incompreensão daqueles que buscavam nas lições de Platão sobre “o bem” aquilo que geralmente se entendia por isso: “riquezas, saúde, poder ou, em geral, alguma extraordinária dádiva da fortuna”.⁴⁵

A precaução parece ser justificada para os três itens que Aristóteles parece preparar seu público. No que concerne ao item (a), a matéria tratada, por exemplo, em mais de um momento o próprio Platão parece ter alertado para a discrepância entre o tipo de *bem* que seus concidadãos pareciam buscar e aquilo que ele se propunha a oferecer em suas investigações, o que teria levado Aristóteles a delimitar apropriadamente, logo de partida, sobre o que versará sua explanação e o que se está buscando, corrigindo qualquer expectativa indevida da audiência. A ser assim, Natali tem razão em ver nisso uma estratégia de Aristóteles no sentido de buscar fazer com que seus argumentos sejam *convincentes*.

Também relativamente a (b), ou seja, ao modo como os argumentos devem ser recebidos, as observações de Aristóteles podem ser lidas com proveito na chave proposta por Natali. No mesmo passo de uma expectativa equivocada relativamente ao bem perseguido em tal investigação, similarmente haveria em meio à audiência de tais lições em matéria moral um certo anseio quanto à acribia quer de seu proceder, quer de seus resultados; de um lado, poderia o público estar motivado a seguir as lições de Aristóteles na esperança enganadora de receber ensinamentos

⁴⁵ Citado por Natali (2007), p. 370.

more geometrico acerca da conduta humana, de outro, estaria o horizonte não menos quimérico de se apossar de uma resposta suficientemente segura e inabalável quanto ao bem humano que tornaria o indivíduo prontamente bom. Uma vez mais o esclarecimento preliminar serve como preparação para o que Natali chama de “adesão emocional” do público face aos argumentos e doutrinas que Aristóteles pretende apresentar e que serão dissonantes em relação a todos esses anseios infundados, dispondo o referido público em maior sintonia com o espírito de suas concepções.

Os itens (a) e (b), isto é, os esclarecimentos que concernem ao tema e ao método da investigação, permitem a Aristóteles melhor delinear (c), o perfil apropriado de seu ouvinte. O filósofo exclui o jovem (1095a2 e ss.), quer por idade, quer por caráter, pois ele não possui experiência nas ações da vida, sobre as quais versa a investigação; no seu caso, assim como no caso do acrático fornecido por Aristóteles, a referida “adesão emocional” não teria ocasião. Tal adesão, portanto, requer que Aristóteles delimite bem as condições para seu êxito, o que será feito a seguir.

Com efeito, em *EN* I.4, 1095a14-19, Aristóteles parece pronto para encerrar o referido próêmio e suas observações preliminares, retomando a investigação:

Digamos, retomando o que vai acima, que, uma vez que todo saber e toda escolha visam a algum bem (*legômen d’analabonetes, epeidê pasa gnôsis kai proairesis agathou tinos oregetai*), o que é o bem que afirmamos ser buscado pela política (*ti estin ou legomen tên politkên ephiesthai*), ou seja, o que é o maior de todos os bens praticáveis (*kai ti to pantôn akrotaton tôn práktôn agathôn*).

A seguir (1095a19-20), o filósofo reconhece um acordo nominal quanto ao que seja o referido bem, indicando ainda que o acordo estende-se tanto à massa dos homens quanto aos cidadãos mais refinados – trata-se da *eudaimonia*, que se supõe ser idêntica a bem viver (*eu zên*) e a bem agir (*eu prattein*), reconhecendo que, entretanto, há divergências quanto a saber em que isso consiste. Ocorre que quando a investigação parece estar prestes a retomar seu caminho, no momento em que Aristóteles anuncia algumas respostas à pergunta pelo Bem Supremo (1095a22-30), ainda uma vez Aristóteles interrompe a investigação para tecer considerações quanto ao método da investigação e ao público adequado para suas lições (1095b231-b9):

Presumivelmente, então, aquilo a partir do que *nós* devemos começar seja o mais familiar [conhecido] para *nós*. Eis porque deve-se ter sido bem educado nos bons hábitos para ouvir adequadamente as lições sobre as

coisas nobres e justas, e em geral sobre assuntos da política. Pois o começo (ponto de partida) é o “quê”, e se isso é suficientemente claro para alguém, ele não precisará, em acréscimo, do “porquê”. Alguém assim tem ou pode facilmente apreender os pontos de partida, enquanto aquele que não tem nem um, nem outro (nem o “quê”, nem o “porquê”), que ouça as palavras de Hesíodo (...).

Para efeitos desta exposição da interpretação de Natali, o que importa é ressaltar que ainda que ele não tenha abordado a passagem em suas análises, é possível tomá-la como ainda outra evidência do tipo de preocupação de Aristóteles que Natali buscava identificar: se, com efeito, tem razão o autor italiano em apontar a presença do preâmbulo como um indício de que o Estagirita engajava-se em preparar sua plateia para o tipo de lição que lhe ofereceria, a digressão de 1095a31-b13 – reconhecida por Aristóteles como tal em 1095b14 (*paraxebêmen*) – não faz senão confirmar tal cuidado da parte de Aristóteles, esclarecendo, ainda, que o tipo de condição para que a exposição seja convincente consiste em ter sido educado nos bons hábitos. Como se vê, se antes, em I.3, o jovem era excluído do público adequado porque não tinha experiência nas ações da vida, agora o tipo de experiência requerida é qualificada: a educação nos bons hábitos, que gera a boa disposição. A sugestão de Natali, ainda que muito geral, portanto, é conforme ao sabor conceitual do texto, ainda que, há de se dizer, não acrescenta muito ao ponto. Passo, então, aos demais traços do procedimento de Aristóteles examinados por Natali.

(B.ii) Uma característica que certamente não escapa ao leitor das passagens iniciais da *EN* é a presença de certos marcadores textuais que assinalam seja uma mudança no argumento, seja a retomada de um certo ponto anteriormente abordado. Assim, conforme se viu acima, após apresentar o referido preâmbulo, Aristóteles afirmava em 1095a14, ao retomar a investigação sobre o Bem Supremo:

legômen d'analabonetes (...).

Ao introduzir o segundo bloco de considerações sobre método e público, em 1095a31-b13, lê-se na frase de abertura:

mê lanthanetô d' hêmas hoti (...).

É lugar-comum referir-se às argumentações cerradas de Aristóteles, amiúde introduzidas mediante mudanças bruscas de tópico ou foco; os capítulos iniciais da *Nicomachea*, por outro lado, sugerem atenção e cautela da parte do filósofo, o que levou Natali a afirmar que

Aristóteles alerta seu público para as principais mudanças em seu argumento e *descreve o seu desenvolvimento*. Ele parece conduzir a

audiência com bastante cuidado, como que a levando pela mão através do emaranhado de sua demonstração”.⁴⁶

Como se viu há pouco, ao retomar o argumento em *EN* I.5 1095b14 encontra o leitor novamente a mesma atenção: “Retomemos novamente do ponto em que digredimos” (*hêmeis de’ legômen hothen paraxebêmen*). Como observa Natali, o procedimento é comum, povoando os livros da *EN*,⁴⁷ e sua presença no texto, assim como aquela dos demais elementos ora apresentados, levaram Natali a afirmar que “os aspectos retóricos da *EN* têm origem na forte intenção de convencer que está entranhada na obra”.⁴⁸ Os dois “aspectos retóricos” relativos ao convencimento restantes não fogem a tal espírito.

(B.iii) O leitor da *EN* há de lembrar que é apenas em III.4, 1111b4-5, que Aristóteles procede ao exame da escolha deliberada (*proairesis*). Assim escreve o filósofo: “Tendo sido definidos o voluntário e o involuntário, segue-se o exame da escolha deliberada, pois parece ser mais própria à virtude e mais apta a discriminar o caráter do que as ações o fazem”. Certamente é um longo percurso quando se considera que já a frase de abertura da *EN* fazia menção ao conceito. Em 1094a1-2

⁴⁶ Natali (2007), p. 370-71.

⁴⁷ Cf. ainda 1097a24-25 e 1097b14-15, assinalados por Natali (2007), p. 371. Sobre o procedimento do Estagirita, afirma Natali: “Aristóteles obviamente busca ajudar sua audiência a seguir seu raciocínio, e claramente não tem confiança na habilidade do ateniense médio para seguir um argumento complexo, como ele mesmo afirma na *Retórica*: ‘Tais ouvintes são incapazes de ter uma visão abrangente de muitos estágios, ou de seguir uma cadeia longa de argumentos’ (1257a10-12). Não é meu propósito aqui examinar a *Retórica* e suas doutrinas, mas julgo pertinente assinalar que tal referência pode ser considerada uma demasia para os propósitos estabelecidos pelo próprio Natali em sua interpretação. Digo isso em virtude de dois motivos: (i) a simples evidência de que sua audiência tem uma expectativa formada e que suas lições colidirão com tais anseios já é uma boa razão para que Aristóteles proceda com tal zelo; além disso, (ii) não por acaso os exemplos de Natali concentram-se nas passagens iniciais, do preâmbulo até logo a seguir à apresentação da definição de *eudaimonia*, contexto em que se encontram os comentários parentéticos de Aristóteles relativamente às questões de método e de perfil do público, forçando a nota na clareza das idas e vindas ao tema da investigação propriamente. Acresce que, como afirma o próprio Aristóteles em 1098b5-7, é importante definir os princípios de acordo com sua natureza e corretamente, pois são de grande importância para o que virá depois – mais, “os princípios parecem ser mais da metade do todo” (*dokei gar pleion hê hêmisu tou pantos einai hê arché*), rendendo evidentes muitas das coisas que investigamos. Ora, a *eudaimonia* é, precisamente, um tal princípio, daí que os passos rumo a sua definição tragam a marca dessa cautela.

⁴⁸ Natali (2007), p. 371. Segundo sua interpretação, trata-se de uma “tendência protréptica” característica do estilo de Aristóteles que, aliás, serve de base para Bywater identificar, no seio do tratado de lâmbico, o *Protrepticus* de Aristóteles. Logo a seguir, à página 372, ao comentar a o modo cauteloso mediante o qual Aristóteles introduz novos temas ou tópicos, discutindo-os com vagar apenas em momentos posteriores, Natali remete ainda à interpretação de dois comentadores que sublinharam esse mesma preocupação do filósofo para convencer seu público: “Alguns comentadores do século XIX, como Grant e Ramsauer, sustentam que Aristóteles procede desse modo com vistas a convencer seu público de suas teorias: *usu convinceremur, prudentem Aristotelis in docendo progressus est*. De modo similar, quando Aristóteles discute um problema e apresenta sua solução, amiúde vale-se da solução para introduzir um novo tópico. Ao proceder assim, pode simultaneamente resolver uma dificuldade e fazer avançar sua análise rumo ao fim que quer alcançar”. Cf. ainda Rowe, p. 14, que, no entender de Natali, reconhece a característica, mas não lhe extrai as implicações retóricas.

lê-se, com efeito, que “toda a arte e toda investigação, e do mesmo modo toda ação como toda escolha, parecem tender a algum bem” (*pasa technê kai pasa methods, homoiôs de práxis te kai proairesis agathou tinos ephiesthai dokei*). Após as considerações iniciais acerca do tipo de bem que perseguido pela investigação ética, das observações sobre o método e sobre o público de tal empresa, Aristóteles retoma em 1095a12 a investigação, e por essa ocasião o termo surge novamente ao leitor: “Digamos, retomando o que vai acima, que, uma vez que todo saber e toda escolha visam a algum bem (...) (*legômen d’analabonetes, epeidê pasa gnôsis kai proairesis agathou tinos oregetai...*)”.

Poder-se-ia dizer que tais ocorrências são desmarcadas do ponto de vista do conteúdo técnico-filosófico que passam a informar o termo em sua aplicação de 1111b4-5 em diante; ainda que se conceda isso, há ainda uma outra referência à noção de *proairesis* que muito provavelmente não poderia vir à tona naquele contexto senão com o sentido mais preciso que Aristóteles dará a seguir. Trata-se (e esse, de fato, é o único exemplo envolvendo a *proairesis* dentre os casos citados por Natali) de *EN* II.3, 1105a17-33, em que, ao empreender a análise da aquisição da virtude, Aristóteles introduz novamente o termo, que já ganha então contornos bastante mais específicos, pois servem para caracterizar a ação virtuosa em sentido próprio, atentando para o “estado de quem age”:

primeiramente, quando sabe; em seguida, quando escolhe por deliberação, e escolhe por deliberação pelas coisas mesmas; em terceiro, quando age portando-se de modo firme e inalterável (*prôton men ean eidos, epeit’ean proairúmenos, kai proairumenos di’ auta, to de triton ean kai bebaiôs kai ametakinêtos*).

E, ainda assim, será somente em 1111b 4-5, contudo, que, como se viu acima, Aristóteles passa ao exame do conceito de “escolha deliberada”. Para Natali, o procedimento não é fortuito; e ainda que seus exemplos não se proponham a ser uma lista exaustiva de tais ocorrências, apontam seguramente para algo recorrente na prática do filósofo na *EN*.

Assim, segundo Natali, é marca da estratégia aristotélica “introduzir novos tópicos e temas de modo discreto durante a discussão de outros tópicos, a eles voltando mais adiante”.⁴⁹ Assim como no caso da *proairesis*, os demais exemplos mencionados pelo autor são expressivos e não se restringem ao primeiro livro da *EN*, como, por exemplo, a ideia de “mediedade”, que ocorre em II.2, 1104a26, mas recebe análise mais detida apenas a seguir, em II.5, 1106a14-b35; ainda em *EN* I,

⁴⁹ Natali (2007), p. 371.

em um de seus momentos decisivos – a busca pela definição de *eudaimonia* retomada em I.7 –, Aristóteles introduz, como parte da investigação acerca do *ergon* do homem, a ideia segundo a qual a função própria do homem é certa atividade da alma ser “segundo a razão ou não sem razão” (*kata logon hê mê aneu logou*); segundo Natali, no entanto, sua análise ocorrerá apenas mais adiante, em *EN* II.2, de 1103b33 em diante e, sobretudo, no livro VI.⁵⁰

(B.iv) Encerrando o segundo bloco das considerações relativas à questão do convencimento dentre os ditos aspectos retóricos do texto, resta a Natali considerar a tendência de Aristóteles a articular as definições gerais com análises mais detalhadas, com especificações. O autor assume que o propósito de Aristóteles nesse passo, ao menos no que concerne à definição de virtude, é não apenas científico,⁵¹ mas também prático. Segundo o autor, o Estagirita reconheceria a seu público que as definições e explicações de caráter mais geral são insuficientes para se chegar à verdade em matéria prática, ou seja, naquilo que concerne às ações humanas. Para ilustrar o ponto, o autor remete à *EN* II.7, 1107a28-32:

É preciso, porém, que isso [=que a virtude é uma mediedade] seja expresso não somente de modo geral, mas deve também aplicar-se aos casos particulares, pois nos discursos relativos às ações os gerais são mais vagos, ao passo que os que concernem aos particulares atingem mais a verdade: com efeito, as ações dizem respeito às coisas particulares, devendo harmonizar-se a elas.

Se não me engano, o ponto que Natali parece estar querendo indicar pode ser resumido do seguinte modo: uma vez que a investigação em curso versa (e assim seus *logoi*) sobre as ações, que, por sua vez, concernem aos particulares, e uma vez que as definições são gerais e não *tocam* ou *exaurem* essa particularidade, progredir em direção à particularidade, fazendo com que tais definições aproximem-se o mais rente possível dos casos singulares é antes um propósito prático, e não apenas (ainda que envolva, sem dúvida) um passo teórico para preencher tais definições. A análise do autor, contudo, não explora aqui os significados desse

⁵⁰ Aqui, em verdade, creio que se possa dizer que a ocorrência em II.1 referida por Natali (1103b31-34) constitui antes mais *exemplo* de como Aristóteles vai preparando o terreno para certas análises do que propriamente o primeiro passo da análise. Lê-se em tal passagem, com efeito, que “O agir segundo a reta razão é corrente; fique valendo como tese (será discorrido mais adiante, a esse respeito, sobre o que é a reta razão e como se relaciona com as demais virtudes)” (*to men oun kata ton orthon logon prattein koinon kai hypkestho, rhêthêsetai d’ husteron peri autou, kai ti estin ho orthos logos, kai pôs echei pros tas allas aretas*). Logo a seguir, Aristóteles introduz uma nova consideração metodológica (1104a1-10) relativamente à acribia própria do discurso acerca de questões práticas e, ato contínuo, dá início ao exame da noção de “mediedade”. Mesmo que esse ajuste seja necessário e correto, em nada altera o ponto essencial da sugestão de Natali.

⁵¹ Entenda-se por “científico” aqui algo equivalente a “teórico”, próprio do esclarecimento puramente conceitual.

caminho argumentativo da parte de Aristóteles, análise essa que Natali levará a cabo ao final de seu artigo seguinte, “*Posterior Analytics and the Definition of Happiness in NE I*”,⁵² sobre o qual falarei no capítulo 2 deste trabalho, consagrando ainda um terceiro ensaio exclusivamente ao tema.⁵³ Ainda assim, antes mesmo de proceder ao exame dos desdobramentos de sua interpretação, vale assinalar que na seção IV do artigo ora comentado, o autor apresenta certas observações que antecipam os rumos de sua leitura precisamente na chave proposta acima (e que desenvolverei a seguir):

De todo modo, encontrar a definição de virtude moral não é o suficiente. A virtude moral é novamente dividida em diversas partes, chamadas de “virtudes particulares” (*merê tês aretês, kath’hekasya, hekastê*) tais como a coragem, a temperança, a generosidade e assim por diante. São “particulares” no sentido de serem partes da virtude ética em geral, e não porque são individuais. Aristóteles sente a necessidade de confirmar sua definição mostrando como (D.2) [*i.e.*, a definição da virtude moral] é validade para cada uma delas. Tal tarefa é levada a cabo de modo esquemático em II.7, e de maneira mais completa em III.8-IV. Esse exame é igualmente proveitoso na articulação da noção geral de um caráter virtuoso.⁵⁴

Por ora, o que importa é compreender que, à luz desta interpretação, não se altera o consenso correto e já sedimentado de que a ética aristotélica concerne inequivocamente à particularidade (*i.e.*, às circunstâncias particulares em que itens tais como “ações” no sentido relevante se desenrolam). Além disso, compreende-se, talvez com algum ganho, o modo como se dá a articulação conceitual no tratado *Nicomacheio*, uma e outra coisa estando articuladas.

Por fim, gostaria de retomar ainda uma conexão interna aos chamados aspectos retóricos da *EN* que o autor não chega a tornar explícita, mas cuja evidência não parece dar margem à disputa. Ao final do bloco de análise precedente deste capítulo, frisei a destacada relevância de um ponto do item (A.iii), qual seja, certa diferença estilística que o autor destacava entre o modo de concatenação das definições e dos conceitos na *Ethica Eudemia* e na *Ethica Nicomachea*; ali, conforme indiquei anteriormente, o ponto parecia mínimo, uma simples observação de diferenças estilísticas; agora, quero crer, *começa a tomar forma uma diferença filosófica*, a saber, o modo de proceder da *EN* está associado tanto à dimensão que Natali chama de “retórica”,⁵⁵ quer dizer, o propósito de convencer, quanto à

⁵² Natali (2010a), pp.322-24.

⁵³ Natali (2010b).

⁵⁴ Natali (2007), pp. 380-81.

⁵⁵ Gostaria de insistir ainda uma vez que o termo não necessariamente precisa ser tomado em conexão estreita com teses, quaisquer que sejam, do tratado aristotélico sobre o tema.

dimensão da ordenação interna dos conceitos, uma e outra coisa estando imbricadas. Não por acaso, aliás, ao final de sua análise dos “aspectos científicos” do tratado, isto é, da aproximação com o modelo da busca definicional tal como proposta no segundo livro dos *Segundos Analíticos*, Natali poderá, então, concluir que Aristóteles “combina em seu tratado ético mais importante uma intenção *protréptica* e um interesse prático com uma ordem da exposição inspirada pelas prescrições dos *Segundos Analíticos*”, conclusão para a qual concorrem (A.iii) e (B.iv).⁵⁶

Avaliar o alcance dessa conclusão, ainda que em caráter provisório, uma vez que resta examinar seus desdobramentos nos artigos seguintes, é passo que requer reconstruir com vagar o que seriam os ditos “aspectos científicos” presentes na obra, determinando-lhes sentido e função no tratado. Senão por isso, ao menos pelo já mencionado inusitado da interpretação face às leituras correntes da *Ethica Nicomachea*.⁵⁷

1.2 Aspectos “científicos”: uma nova abordagem

Os aspectos retóricos descritos acima são, contudo, apenas a superfície da *Ethica Nicomachea*. Em um nível mais profundo, os primeiros livros da *EN* parecem estar organizados com base no modelo de investigação de definições descrito no segundo Livro dos *Segundos Analíticos*, embora, é claro, com alguma adaptação devido ao tema.⁵⁸

Assim abre Natali as considerações sobre os chamados “aspectos científicos” da *Ethica Nicomachea*. Após algumas considerações sobre o modo usual de compreensão da *EN*, já referidos nas considerações preliminares deste capítulo,⁵⁹ a

⁵⁶ Natali (2007), p. 381.

⁵⁷ O autor ainda examina, na terceira seção do artigo ora comentado, de que modo e em que grau os chamados aspectos retóricos cuja presença buscou sublinhar nos primeiros livros da *EN* aparecem ainda nos demais livros, à exceção dos livros comuns cf. Natali (2007), pp. 373-375. Como minha investigação concentra-se numa certa aplicação do modelo definicional especificamente relacionada à busca pela definição de *eudaimonia* no primeiro livro do tratado do Estagirita, não vou tecer considerações a respeito dessa dimensão de seu trabalho. Creio que a escolha justifique-se não apenas por uma questão de recorte interno de minha investigação, mas também em virtude da sequência da própria pesquisa de Natali, que privilegiou ainda o conjunto dos quatro primeiros livros da *EN*, com destaque para o livro I.

⁵⁸ Natali (2007), p. 381.

⁵⁹ O autor ainda faz referência a um detalhe geral que bem poderia ser incluído em suas considerações estilísticas (no que eu chamei de bloco “A”): o tom impessoal típico do discurso ético nos tratados aristotélicos, que contrasta fortemente com a expressão abertamente pessoal das obras de tradição gnômica, como *Os Trabalhos e os Dias*, de Hesíodo e de obras retóricas, de exortação, como as de Isócrates. Também a *Memorabilia* de Xenofonte e a *Apologia* de Platão partilham dessa

saber, a leitura dialética, o autor menciona ainda um problema que está no seu horizonte investigativo desde o início, qual seja, o fato de que “alguns *scholars* pensam que a *EN* é um tratado razoavelmente desordenado, e muito menos ordenado que a *EE*”,⁶⁰ tese da qual o autor claramente discorda. Para Natali – e gostaria de fazer disto um *motto* para o que segue em meu trabalho –, “o problema do método utilizado por Aristóteles para estabelecer as definições dos princípios práticos na *EN* e o problema da ordem dos argumentos no tratado permitem uma e a mesma solução.”⁶¹

Para Natali, tal solução passa por levar em consideração de maneira mais atenta a teoria aristotélica da definição, o que possibilitará que se vislumbre com mais clareza a ordem e a sequência que elas exibem na *EN*; para tanto, deve-se seguir, sempre segundo Natali, algumas pesquisas recentes que investigaram os tratados biológicos de Aristóteles à luz da teoria exposta nos segundo livro dos *Segundos Analíticos*, embora sem lhes assumir todas as suposições.⁶² Além desta ressalva, o autor ainda apresenta duas observações a título de precaução que merecem ser mencionadas: na primeira delas, Natali faz questão de destacar que não se trata de investigar o processo de aquisição dos primeiros princípios na ética, matéria por si só suficientemente controversa, mas compreender como Aristóteles expõe e justifica tais princípios ou definições, o que é feito segundo os preceitos de uma investigação, “uma *zêtesis* organizada segundo o modelo da busca por princípios descrita em *Seg. Anal.* B.1-2 e 8-10”⁶³; na segunda, afirma o autor que não poderá por completo analisar a estrutura lógica da *EN*, nem apresentar um *résumé* do conteúdo de *Seg. Anal.* B.

Seria obviamente afoito antecipar aqui as dificuldades suscitadas pela interpretação de Natali sem antes haver exposto o essencial de sua leitura, que está no que segue; contudo, não posso deixar de assinalar dois como que ingredientes dos futuros problemas que aqui serão submetidos a exame mais detalhado. Em primeiro lugar, o autor não explicita exatamente a que resultados as referidas pesquisas na área biológica chegaram e quais especificamente estão operando em

visada subjetiva, de todo ausente na investigação de tom objetivo e impessoal dos tratados éticos de Aristóteles, que em muito se assemelham nesse pormenor a suas investigações científicas.

⁶⁰ Natali (2007), p. 381. A referência é aos trabalhos de Walzer, *Magna Moralia*, e J.O. Urmsom, *Aristotle's Ethics*, entre outros.

⁶¹ Idem, pp.376-77.

⁶² A referência explícita é aos ensaios de Lennox (1980), Bolton (1980) e Charles (2000), cf. nota 38, p. 377.

⁶³ Natali (2007), p. 377.

sua análise; aparentemente não há nada de mais nisso – seu leitor as conhece, por certo –, mas ao menos no caso de uma interpretação tão complexa como a desenvolvida por David Charles em seu *Aristotle on Meaning and Essence*, ainda que se adivinhe o que Natali está supondo, a simples menção ao capítulo 12 da obra pode não ser suficiente para avaliar-lhe a aplicação aqui. Em segundo lugar, o exame dos referidos capítulos de *Seg. Anal. B*, reputados dos mais difíceis do *corpus* aristotélico, não será – e antecipo-me aqui – sumário apenas nesta primeira etapa da investigação do comentador italiano; também o artigo seguinte, quero crer, padecerá de certas dificuldades em vista talvez de uma visada demasiado geral do ponto. Fiquem essas considerações provisórias aqui a título de parênteses, antecipando algo da problematização que proponho ao final do presente capítulo.

A exposição a seguir divide-se em dois momentos. Em 1.2.1, exponho a porção da doutrina dos *Segundos Analíticos* que Carlo Natali mobiliza para construir sua interpretação; em 1.2.2, apresento sua leitura da *EN* à luz de tal doutrina. Somente em 1.3 apresento as linhas gerais das dificuldades suscitadas por tal interpretação. Vale lembrar que este é o estágio inicial da investigação de Natali, e ambos os passos receberão tratamento mais detido em seu ensaio seguinte, que analiso no capítulo 2. Ao contrário do que ocorreu com o que Natali chamou de aspectos retóricos da *EN*, em que incorri em algumas análises das passagens do tratado por ele apenas referidas, buscarei agora ater-me mais apenas à reconstrução e à problematização do seu argumento, uma vez que essa porção de seu esquema receberá ainda tratamento mais minucioso nos capítulos seguintes desta dissertação.

1.2.1 *Segundos Analíticos B*: esboço do esquema da busca definicional

A incursão de Natali em *Seg. Anal. B*.1-2 e 8-10 apresenta ao leitor quatro pontos que serão compreendidos em sua análise da *EN*. São eles:

- a) as perguntas características da investigação científica: *to hoti, to dioti, ei esti, ti esti* (o “que”, o “porque”, se é, o que é), centrado sobretudo em *Seg. Anal. B*.1-2, mas não apenas;
- b) um estágio “intermediário”, no dizer do autor, na busca pela definição quando não se está de posse do conhecimento da existência do item investigado, centrado sobretudo em *Seg. Anal. B*.8;

- c) a definição nominal e sua função no esquema;
- d) a definição real; (c) e (d) centrados em *Seg. Anal.* B.10, e serão apresentados aqui em conjunto.

Passo a uma breve recapitulação desses itens para que se possa vislumbrar adequadamente a proposta de interpretação de Carlo Natali. O tratamento oferecido pelo próprio autor é, nesse primeiro artigo, um tanto sumário (como já fora nas etapas acima), apenas indicando as linhas gerais da direção que estava seguindo; preservo essa brevidade por três razões: primeiro, porque ao final deste capítulo uma subseção inteira é dedicada a problematizar esses seus resultados preliminares; segundo, porque ao longo de todo o capítulo 2, que apresenta os desdobramentos de sua pesquisa no artigo seguinte, concluo avaliando como as dificuldades foram solucionadas, se é que de algum modo, e quais delas, se é que alguma, o foram; por fim, porque o essencial do presente trabalho consiste na proposta de se reconsiderar o modelo da busca definicional, tarefa levada a cabo no capítulo 2 e qualificada no capítulo 3.

(a) As quatro perguntas características da investigação científica:

Em *Seg. Anal.* B.1 89b23-25 lê-se:

As coisas que investigamos (*ta zêtoumena*) são iguais em número às que conhecemos cientificamente (*epistametha*). Investigamos quatro coisas “o ‘que’” (*to hoti*), “o ‘porque’” (*to dioti*), “se é” (*ei estí*) e “o que é” (*ti estin*).

A seguir, em B.2 93a14-15, Aristóteles procede à identificação entre as questões *dioti* e *ti estin*: “em todos esses casos, pois, é manifesto que o ‘o que é’ e o ‘porque é’ são o mesmo” (*en hapasi gar toutois phaneron estin hoti to auto esti ti esti kai dia ti estin*). Há, contudo, uma cláusula, a saber, a investigação deve respeitar uma certa ordem: a questão *ei estin* deve ser respondida antes da questão *ti estin*, ainda que o Estagirita reconheça que por vezes uma e outra se nos apresentam de pronto. Deixando de lado as aporias levantadas por Aristóteles em B.3-7 dos *Seg. Anal.*, Natali procura extrair seu primeiro resultado; seguindo diretamente ao capítulo 8, quando Aristóteles está retomando a explicação positiva das dificuldades anteriormente examinadas, pode ali o autor encontrar, com efeito, o passo decisivo, aquilo que chama de “regra de prioridade”. Em *Seg. Anal.* B.8 tem-se a formulação inequívoca de tal regra:

Digamos, então, retomando do princípio, de maneira é possível [demonstrar o “o que é”]. Como, de fato, investigamos o “porque” possuindo o “que”, e ainda que por vezes ambos venham a ser evidentes juntos, não é possível, seguramente, conhecer o “porque” sem antes conhecer “que é”, do mesmo

modo, é evidente que não podemos conhecer “aquilo que é seu ser” ignorando “se é”.

Estabelecido esse primeiro resultado, Natali avança para a consideração seguinte.

(b) Um estágio intermediário

É preciso considerar, portanto, o que significa saber que o item investigado existe e como se dá o passo em direção à definição de tal item, passo expresso pela busca do *ti estin*. Os problemas quanto ao conhecimento da existência, segundo Natali, são resolvidos mediante um estágio intermediário da investigação, requerido nas circunstâncias em que “a existência e a essência do objeto não são imediatamente evidente”⁶⁴ e que permitirá que se proceda à busca pela definição. Nesses casos, não há de desesperar: a lição aristotélica indica um caminho:

É impossível, pois, saber o que é (*ti estin*) desconhecendo se é (*ei estin*). Por vezes, possuímos (*echomen*) o “se é” (*ei estin*) por acidente (*kata sumbebêkos*), noutras, possuindo algo da coisa mesma (*echontes ti autou tou pragmatos*), como do trovão, que é um certo ruído nas nuvens (*hoti psophos tis nêphon*), e do eclipse, que é uma certa privação de luz (*hoti sterêsis tis phôtos*), e do homem, que é um certo animal (*hoti zôon ti*), e da alma, que move a si mesma (*hoti auto hauto kinoun*). Quando, então, sabemos por acidente que é o caso (*hoti estin*), necessariamente não possuímos coisa alguma (*anankaion medamôs echein*) em relação ao “o que é” (*pros to ti estin*), pois sequer sabemos que é o caso (*hoti estin*). E o investigar o “o que é” (*to de zêtein ti esti*) não possuindo o “que é o caso” (*mê echontas hoti esti*), é nada buscar (*mêden zêtein estin*). Mas quando possuímos algo da coisa mesmo, é mais fácil (*kath' hoson d'echomen ti, raion*). Assim como possuímos o “que é o caso”, deste modo possuímos também algo em relação ao “o que é” (*hoste hôs echomen hoti estin, houtôs echomen kai pros to ti estin*)

A passagem acima, como, de resto, os dez primeiros capítulos de *Seg. Anal. B.*, serão examinados detalhadamente no capítulo 3. Por ora, importa registrar que, segundo a interpretação proposta por Natali, trata-se de um estágio em que se apreende “algo da coisa mesma” (*ti autou tou pragmatos*). Os exemplos de Aristóteles na passagem assinalam ainda um caráter duplo daquilo que é apreendido, pois ao mesmo tempo em que efetivamente prestam um serviço informativo ao investigador, não dão por encerrada a investigação. Com efeito, saber do trovão, que é um *tipo* de ruído nas nuvens; do eclipse, que é um *tipo* de privação de luz; do homem, que é um *tipo* de animal, não é ainda possuir uma definição do que seja trovão, eclipse ou homem, o que permite a Aristóteles concluir que “assim como possuímos o ‘que é o caso’, deste modo possuímos também algo em relação ao ‘o que é’”. Para Natali, é isso que bem dispõe o investigador para que venha a

⁶⁴ Natali (2007), p. 378.

conhecer a natureza do objeto e, com isso, venha a dispor de uma explicação para as características mesmas que foram apreendidas naquilo que o autor chamou de “estágio intermediário”. Escreve Natali: “Por exemplo, quando sabemos que trovão é um ruído nas nuvens, encontramos-nos em boa posição para definir o que é a essência do trovão (93b4-5) e explicar porque ele é um ruído nas nuvens.”⁶⁵

Assim, estabelecida regra da prioridade de certas questões sobre outras e, ainda, caracterizadas as condições do estágio intermediário para a aquisição do conhecimento da existência do objeto investigado, Natali passa aos terceiro e quarto elementos dos *Segundos Analíticos* que irão compor sua interpretação da *EN*.

(c) Tipos de definição: a definição nominal

Em *Seg. Anal.* B.10, lê-se:

Mas já que a definição (*horismos*) é dita ser uma explicação do “o que é” (*legetai einai logos tou ti esti*), é manifesto que um tipo será uma explicação do que significa um nome ou outra expressão nominal (*phaneron hoti ho men tis estai logos tou ti sêmainei to onoma ê logos heteros onomatôdes*), como o que significa triângulo.

Introduzida a passagem assim, de modo um tanto abrupto (e, insisto, as análises concernentes a essas passagens dos *Analíticos* ocorrerão no capítulo 3), Natali procura ver na sentença de abertura de B.10, em 93b28-31, tanto (i) que Aristóteles reconhece a definição nominal como sendo um tipo de definição e (ii) que tal definição fornece apenas o significado de um termo, e não a essência do objeto; ao passo que a sentença de 93b38-39 remete à definição real, esta sim exibindo porque – oferecendo a explicação causal, portanto, tal item existe. A questão suscitou inúmeras disputas entre os especialistas,⁶⁶ mas Natali apresenta apenas um pequeno ajuste: em geral, os comentadores contemporâneos acreditaram ver um uso para a definição nominal apenas na busca pelo *ei esti*, mas trata-se apenas de uma lição moderna, nada havendo de explícito quanto a isso no texto aristotélico. O ajuste é importante, pois, segundo sua interpretação, no caso da *EN*, a definição nominal é parte do inquérito pelo *ti estin*.

1.2.2 A busca definicional na *Ethica Nicomachea*: primeiras aproximações

Em sua primeira sugestão de leitura do esquema definicional da *EN* à luz dos *Seg. Anal.*, é importante registrar que o autor parece procurar os passos de um tal esquema diretamente de acordo com a evolução textual dos primeiros capítulos do

⁶⁵ Idem, ibidem.

⁶⁶ Isso já será esboçado no capítulo 2.

primeiro livro do tratado, indicando-lhe os momentos decisivos. Assim, segundo o autor, a investigação do Estagirita concernente à definição do Sumo Bem Humano consistiria em cinco passos, que poderiam ser assim resumidos: (i) a investigação pelo *ti estin* resulta primeiramente em uma definição nominal; (ii) a definição nominal fornece algumas informações acerca do Sumo Bem Humano; (iii) o exame das *endoxa* a respeito do objeto de tal bem; (iv) a indicação das *qualidades* da *eudaimonia*; e, finalmente, (v) a obtenção da definição real de *eudaimonia*.

Conforme já se afirmou aqui, Natali desloca o papel da definição nominal da pergunta pela existência (*ei estin*), em que é tradicionalmente situado, para a investigação pelo *ti estin* do objeto em questão, o supremo bem humano (SBH). Assim, mesmo reconhecendo que Aristóteles parte de uma pergunta “se x existe ou é o caso”, tal como encontramos ao início da *EN*, Natali apenas afirma que Aristóteles “de algum modo consegue demonstrá-lo nas linhas seguintes”,⁶⁷ admitindo que se trata de passagem bastante disputada.⁶⁸ O que importa por ora é que, de acordo com Natali, tal demonstração faria parte do preâmbulo. A seguir, passa-se às linhas gerais das etapas da busca pela definição do SBH.

(i) Em *EN* I.4 1095a15-16, Aristóteles afirma que, uma vez que todo conhecimento e toda decisão visam a um bem, é preciso investigar “o que é (*ti estin*) o bem que afirmamos que a ciência política busca e o que é (*ti estin*) o supremo bem alcançado na ação”. Trata-se, como se viu acima, de uma retomada (*legômen d’analabontes*), após as considerações preliminares estabelecidas no preâmbulo, acerca do objeto e do método da investigação, bem como acerca do público adequado para tais lições. A primeira informação acerca do SBH fornecida pelo Estagirita corresponde a uma definição nominal (DN), o que estaria em sintonia com o modo de investigação estabelecido nos *Seg. Anal.*:

Ora, em relação ao nome, há acordo quase completo da maioria (*onomati men oun schedon hupo tôn pleistôn omologeitai*): pois, tanto o vulgo quanto os mais refinados dizem ser a felicidade (*tên gar eudaimonian kai hoi polloi kai hoi charientes legousin*) e supõem ser o bem viver e o bem agir o mesmo que o ser feliz (*to d’ eu zên kai to eu prattein tauton hupolambanousi tõi eudaimonein*).

Assim, resulta que o nome do SBH é *eudaimonia*, havendo acordo (puramente formal, por ora) entre os mais refinados (*charientes*) e o vulgo (*polloi*) na suposição do que seja isso, a saber, “bem viver” (*eu zên*) e “bem agir” (*eu prattein*).

(ii) Como observa Natali, alcança-se, assim, um segundo passo:

⁶⁷ Natali (2007), p. 378.

⁶⁸ Os termos da disputa serão examinados no capítulo 2.

A (DN) nos fornece algumas indicações quanto ao que seja o SBH: trata-se de um modo de vida, algo contínuo, não apenas uma sensação passageira. A (DN), porém, não pode resultar em uma descrição da natureza da felicidade. É preciso seguir investigando.⁶⁹

Vale notar, ainda, que Natali afirma a partir disso (no que segue Sarah Broadie) que, dessa passagem em diante, Aristóteles vale-se indiscriminadamente dos termos “felicidade” (*eudaimonia*), “o bem supremo” (*ariston*) e “completo” ou “final” (*teleion*).⁷⁰ Na próxima seção, tentarei mostrar que essa identificação feita assim, sem mais, já a partir da passagem de 1095a15 e seguintes dará origem, a meu ver, a algumas dificuldades.

(iii) Após fornecer a (DN) e o acordo – ainda nominal, como se verá – entre os mais refinados e o vulgo, Aristóteles reconhece de pronto que tal acordo não passa desse primeiro nível meramente formal: quanto ao que é a felicidade, com efeito, o vulgo e os sábios não dão a mesma resposta (1095a19-22). Ato contínuo, Aristóteles expressa mais detalhadamente esse desacordo, afirmando que o vulgo julga tratar-se algo evidente, como ao prazer ou a riqueza; os sábios afirmando ainda que é algo ainda distinto disso (1095a22-28).

Como se vê, Aristóteles aprofunda as divergências para além de uma simples tensão entre as opiniões dos *polloi* e dos *charientes* (nomeadamente *sophoi*, “os sábios”, já à linha 1095a21). Entre a massa das gentes, também, há uma diversidade de posições quanto aquilo em que consiste, de fato, o ser feliz e viver bem, lição que acorda com o que já havia sido dito nas considerações metodológicas do preâmbulo, em 1094b17-19 (*toiautên de tina planên echei kai tagatha dia to pollois sumbainein blabas ap'autôn*): a oscilação do que seja o bem é tal que mesmo as circunstâncias mais fortuitas para ela contribuem, vide exemplos daqueles que, adoentados ou empobrecidos, passam a ver na saúde ou na riqueza a felicidade. E, se de um lado as opiniões tendem a oscilar de tal modo entre a maioria das pessoas, de outro há ainda as opiniões dos sábios, que supunham haver um bem em si, causa do ser bom dos demais (1095a26-28), a saber, os platônicos.

O desacordo quanto a que se referem as expressões acerca das quais nominalmente se está de acordo quanto à sua equivalência (*eudaimonein*, *eu zên* e *eu prattein*) – digamos, um desacordo *material* malgrado o acordo *formal* – é que dá ensejo àquilo que Natali reconhece como o terceiro passo, o exame das opiniões

⁶⁹ Natali (2007), p. 379

⁷⁰ Cf. Natali (2007), p. 379, nota 40.

reputadas, que percorre boa parte de *EN* I.4-6 (especificamente de 1095a22 a 1097a13). Com efeito, à exceção da igualmente já mencionada passagem de 1095a31-b13, em que ocorre uma digressão acerca do método do inquirido e do público que lhe é adequado, o restante da passagem é consagrado ao exame de três candidatos a preencherem materialmente a noção de *eudaimonein*: em 1095b17-23 é apresentada a vida devotada aos prazeres; em 1095b23-1096a3 o filósofo examina a honra e a virtude na vida política; por fim, em 1096a5-10, a vida dedicada à riqueza recebe seu tratamento. Vale lembrar que em 1096a4-5 é mencionada a vida contemplativa, mencionada inicialmente entre os três candidatos a serem examinados (1095b19), acerca da qual o Estagirita apenas afirma que será discutida mais adiante. Por fim, a mais longa seção, que vai de 1096a11 a 1097a14 é dedicada ao exame da opinião de um filósofo, Platão. Assim, encerrando o passo mais longo até agora, os resultados são negativos, descartando os candidatos até aqui avaliados.

Antes de passar àquele que é, segundo a leitura de Natali, o quarto passo da busca pela definição do SBH, vale frisar um certo aspecto não de todo alheio à interpretação do autor, mas que por ele não é abordado diretamente. Ao repassar aqui algumas das considerações do *scholar* italiano acerca do interesse de Aristóteles em *convencer* seu público, o primeiro elemento examinado (B.i) foi justamente a presença de um preâmbulo; como procurei mostrar ali, evidenciava-se no texto a preocupação do Estagirita de emendar certas expectativas que surgiriam como que naturalmente em sua audiência, figurando entre elas, como não poderia deixar de ser, algumas concepções acerca do objeto perseguido pela filosofia moral, a saber, o bem. Tal precaução evidenciava a necessidade de preparar o terreno em meio a sua audiência para que se seguisse, então, o correto caminho na busca pelo bem em questão, o que, nesse sentido, tornaria ainda mais forte o vínculo entre aquelas correções iniciais e o delineamento de um certo perfil dos ouvintes adequados para as lições do mestre: tal qual a má educação, as expectativas equivocadas comprometeriam as possibilidades de um aprendizado adequado e proveitoso relativamente ao que seguia; e tal qual o anseio por exatidão (provável herança platônica), também o anseio por encontrar um ou outro tipo de bem resultaria no mesmo comprometimento.

Creio que a incursão em um exame das *endoxa* tal como se o verifica em *EN* I.4-6 está, de certa forma, associada àquele passo precavido. Certo, o andamento

da análise aristotélica requer, conforme a retomada de 1095a15 e seguintes, que se constate o desacordo (que chamei de *material*) quanto ao que seja o SBH, o que por si justifica a consideração dos candidatos a tal bem; creio, porém, que seria curioso que Aristóteles simplesmente buscasse emendar as expectativas reconhecidamente mais comuns de sua audiência sem oferecer-lhe maiores justificativas. Nesse sentido, a incursão pelas *endoxa* nos capítulos 4-6 pode ser tomada também como um desdobramento daquela primeira sugestão de correção do que o público pode esperar ou não das lições ministradas pelo filósofo. Como se vê, minha sugestão em nada contraria o essencial da análise de Natali, e penso que é mesmo um resultado possível graças a ela, conforme anunciado em (B.i).

(iv) A seguir, após retomar a investigação pelo SBH (1097a14 e seguintes), Aristóteles apresenta, segundo Natali, duas *qualidades* ou *propriedades* da *eudaimonia*, primeiramente em 1097a27-b7 e, alogo depois, em 1097b7-20. Faço aqui duas ressalvas antes de prosseguir. Em primeiro lugar, a passagem de 1097a14-27 é lida por Natali como um resumo retomando os resultados precedentes, sendo esses de pouca monta; segundo, em virtude da leitura do autor que identifica “felicidade” (*eudaimonia*), “o bem supremo” (*to ariston*) e o “bem mais completo” ou “mais final” (*to teleiotion*) já a partir de 1094a15, pôde ele, então, afirmar, como o fez, que Aristóteles, neste quarto passo, indica as *qualidades* ou *propriedades* da *eudaimonia*. Insisto que uma e outra coisa podem ser a causa de dificuldades internas à interpretação de Natali que examinarei a seguir com mais vagar. Assinalo isso a título de precaução quanto ao que segue, pois, mais adiante, buscarei mostrar que dessa identificação sem maiores qualificações resultam certas dificuldades. Adiante.

Em 1097a27 e seguintes, Aristóteles afirma que o bem supremo (*to ariston*) é algo completo (*teleion*), apresentando, a seguir, um condicional: se apenas um fim for completo, este será o bem buscado; se mais de um, então estes todos que forem completos. Assim, a primeira propriedade do item investigado é a *finalidade* ou *completude*. A seguir, o filósofo procede ao exame das relações entre “fim buscado por si mesmo” e “fim buscado em vista de algo”, em que o primeiro é mais completo (*teleiotion*) que o segundo; e entre fins “nunca escolhidos em vista de algo outro que eles mesmos” e, por contraste, entre fins que “são escolhidos tanto em vista de si mesmos quanto de algo outro que si mesmos”, sendo o primeiro caso, novamente, mais completo, como afirma nas linhas seguintes de 1097a28-31. Assim, segundo o

filósofo, é completo sem qualificação (*haplôs*) o fim que é sempre escolhido por si mesmo, e nunca em vista de algo mais: Com isso, conclui Aristóteles que a *eudaimonia* é esse fim, sempre sendo escolhida por si mesma, nunca por outras coisas que não ela mesma (1097a33b6)

Que haja bens que sejam buscados apenas como meios não há dúvidas; em 1095a6-7, o dinheiro é inequivocamente assim apresentado Assim, tem-se o primeiro termo (negativo) da comparação com o fim “buscado por si mesmo”, a saber, aquele que é “buscado por causa de outro fim”. O segundo termo (negativo) da comparação com o fim que “é sempre escolhido por si mesmo, nunca por algo outro que ele mesmo” é, entretanto, tal que é escolhido por si mesmo, mas *também* com vistas a algo mais. Aristóteles explicita que certos bens, como a honra, o prazer e o intelecto são, com efeito, escolhidos por si mesmos, mas também por causa da *eudaimonia*. Assim, os dois momentos da comparação estão claramente ao alcance de sua audiência.

A segunda propriedade do item investigado, a autossuficiência (*autarkes*) é apresentada a seguir: “É manifesto que também o mesmo se segue da autossuficiência, pois o bem completo parece ser autossuficiente (*phainetai de kai ek tês autarkeias to auto sumbainein. to gar teleion agathon autarkes einai dokei*) (1097b7-8).” A conexão com o passo anterior, que fez emergir a propriedade de ser “completo” (*teleion*), é primeiramente explicitada, quando Aristóteles enuncia que o bem completo é autossuficiente; a seguir, o filósofo presta alguns esclarecimentos quanto à extensão em que tal bem deve ser autossuficiente,⁷¹ para a seguir examinar conceitualmente a questão, mostrando como tal propriedade vem à tona. Em 1097b14-15, Aristóteles afirma: “estabelecemos ser autossuficiente aquilo que de por si faz a vida digna de escolha, nada lhe faltando (*to d’ autarkes tithemen ho monoumenon haireton poiei ton bion kai mêdenos endea*)”. Como se vê, não apenas pela menção explícita na linha 8 estabelece-se a conexão com o bem que foi visto ser completo; afinal, o bem que é completo, ou melhor, completo *simpliciter*, é tal que é sempre digno de escolha por si mesmo, nunca em vista de algo mais (do contrário, não seria completo, uma vez que algo outro lhe poderia ser acrescido, a saber, um outro fim em vista do qual se escolheria algo); e, se é assim, é tal que por

⁷¹ A saber, esclarecendo, como faz em 1097b8-13, ao afirmar que não se trata de uma vida solitária, que um indivíduo possa realizar independentemente de família, amigos e da polis, ainda que se deva a isso estabelecer um limite para que não se faça o bem de um indivíduo depender infinitamente de seus pais, dos pais de seus pais; de seus filhos, dos filhos de seus filhos; de seus amigos, dos amigos de seus amigos, etc. Aristóteles remete à discussão levada a cabo em *EN* I.10, 11 e IX.10.

si mesmo, i.e., em função de sua natureza completa, mesmo, torna a vida de quem o elege digna de escolha, sem faltas; e isso mesmo é ser autossuficiente, como na afirmação de Aristóteles acima supramencionada. Tal é, segundo o Estagirita, a *eudaimonia*. A obtenção dessas duas propriedades, completude e autossuficiência, é, segundo Natali, “análoga ao nível intermediário da busca que os *Seg. Anal.* descrevem sob a fórmula ‘apreender algo da própria coisa’”.⁷²

(v) Finalmente, de posse de tais resultados, Aristóteles empreende uma longa argumentação que pretende exibir a definição real do SBH, o que ocorre em 1098a15-17: “o bem humano vem a ser uma atividade da alma segundo a virtude (*to anthrôpinon agathon psuchês energeia ginetai kat’aretên*) e, sendo muitas as virtudes, com a melhor e mais completa (*ei de pleious hai aretai, kata tên aristên kai teleiotatên*).”

Eis, em síntese, os passos da investigação da definição do SBH de acordo com a leitura de Natali. Antes de passar a certas dificuldades no que concerne a sua interpretação, uma última consideração sobre o arremate do ensaio aqui considerado. O autor propõe uma expansão, ainda que de modo muito geral, do esquema conceitual para os próximos livros da *Ethica Nicomachea*, mostrando como cada análise seguinte está conectada, quando não subordinada, às demandas conceituais das análises precedentes. Assim, por exemplo, como o termo “virtude” (*aretê*), quando aplicada à “alma” (*psuchê*) pode fazer referência à parte da alma que é “propriamente e em si racional”, ou à parte da alma que é “como capaz de ouvir em certa medida o pai” (*EN* I.13 1103a2), ou seja, àquela parte que, “apetitiva e, em geral, desiderativa participa de certo modo da razão, na medida em que é acatadora e obediente, do modo como dizemos *prestar atenção à razão* do pai e dos amigos, mas não do modo como dizemos *ter razão* na matemática” (1102b30-33). Em função disso, como nota Natali, Aristóteles é levado a distinguir as virtudes da alma: “Também a virtude é dividida segundo esta diferença, pois dizemos que umas são intelectuais e outras, morais” (1103a3-5). É nesse sentido que o segundo livro do tratado busca a definição de virtude moral, a que se chega em 1106b35-1107a2: “A virtude [moral] é, portanto, uma disposição de escolher por deliberação, consistindo em uma mediedade relativa a nós, disposição delimitada pela razão, isto é, como a delimitaria o prudente”.

⁷² Natali (2007), p. 379.

A articulação conceitual, contudo, não se encerra aqui; o exame da virtude moral requer que se a considere em suas “partes”, ou seja, que se considere as “virtudes particulares” – a coragem, a temperança, a generosidade, etc. Ora, ao tratar das considerações de Natali relativas ao problema do convencimento na *EN*, insisti na importância do item (B.iv), a saber, certa inclinação aristotélica para articular as definições mais gerais com análises mais detidas, buscando descer aos detalhes particulares, o que, como o autor sublinhava, exibia, para além de um propósito teórico (preencher a definição em seus detalhes e levar adiante a análise para que fosse completa), também um interesse prático da parte do Estagirita, um interesse ditado pelo objeto próprio dos “discursos relativos às ações”, conforme *EN* II.7 1107a28-32.

Meu ponto então consistia em frisar a conexão entre (A.iii), certo traço estilístico da *EN* relativamente ao modo como concatena e organiza conceitos e definições, abordado na seção anterior, e (B.iv), sugerindo que, combinadas, as duas considerações apontavam para uma relação íntima entre o aspecto retórico da organização e os propósitos científicos do tratamento definicional. Já ali, contudo, busquei assinalar um desdobramento no qual, ainda que não constitua o núcleo das análises deste trabalho, sem dúvida é como um seu horizonte, a saber, a dimensão *prática* do modo de articulação das definições e do tratamento a elas dispensado.

Assim, estilo e organização interna do tratado conectam-se ao proceder teórico – a articulação das definições –, uma coisa e outra tendo implicações práticas – levar a explicação conceitual o mais próximo possível da particularidade das ações, *sem com isso violar o preceito segundo o qual, em sua particularidade mesma, as ações são irredutíveis a uma explicação teórico-conceitual*.⁷³ Assim, acertadamente, Natali conclui que “Esse modo de apresentação permite a Aristóteles organizar suas ideias logicamente, tornando-as convincentes para os membros mais cultivados de sua audiência”.⁷⁴ E, em sendo assim, as considerações do preâmbulo acerca da objeto da investigação, corrigindo possíveis expectativas desviantes de sua audiência, e acerca da precisão apropriada à busca ali empreendida, parecem crescer em importância, sendo mais que parênteses preliminares, delimitando as condições para o sucesso *prático* das lições, como busquei assinalar no exame de (B.i).

⁷³ Pace MacDowell (2008), por exemplo.

⁷⁴ Natali, p. 381.

1.3 Dificuldades suscitadas pela interpretação

Não são poucas as dificuldades – ou, ao menos, os passos incertos – da leitura de Natali; conforme anunciado nas considerações preliminares deste capítulo, são antes dificuldades *internas à sua leitura*, e seu tratamento é condição para um eventual futuro exame de dificuldades mais gerais que possa vir a suscitar. Preferi abordá-las, neste capítulo, em conjunto e apenas depois de ter esmiuçado seus passos, tarefa a qual passo agora. Dividi-as por comodidade em dois grandes blocos: o primeiro se encarrega de problemas relacionados à leitura de *Segundos Analíticos* B.1-10; o segundo trata das complicações relativas à aplicação do modelo da busca por definições ao primeiro livro da *Ethica Nicomachea*. Algumas observações se impõem, contudo.

Primeiramente, importa registrar aqui que algumas das questões abordadas no que segue têm antes um caráter explicativo, ou seja, não são equívocos ou omissões da interpretação proposta pelo autor – uma pretensão da qual espero ser escusado –, sendo antes por mim levantadas para dar ocasião a um exame mais detalhado de sua argumentação, esmiuçando passos muito brevemente enunciados pelo autor (em virtude da natureza mesmo de seu primeiro trabalho sobre o tema). Segundo, conforme já havia indicado em comentário anterior, creio que ao menos em parte os problemas da aproximação proposta por Natali entre os *Segundos Analíticos* e a *Ethica Nicomachea* devem-se à ausência de uma maior clareza quanto a exatamente que estrutura tem a busca por definições nos *Seg. Anal.*, coisa por ele apenas indicada via menção aos trabalhos de autores como Robert Bolton e David Charles. Em terceiro lugar, esclareço que as respostas e as soluções a tais dificuldades, se é que possíveis, ainda não serão oferecidas de pronto aqui; restará, ainda, perscrutar os desdobramentos da interpretação de Natali em seu artigo seguinte.⁷⁵ As dificuldades serão retomadas e reconsideradas no capítulo seguinte; as que ali não forem solucionadas, então, no capítulo 3.

1.3.1 Dificuldades referentes à leitura de *Segundos Analíticos* B.1-10.

1ª) Natali começa a abordagem do problema da busca por definições no segundo livro dos *Segundos Analíticos*, conforme expus, fazendo menção à clássica

⁷⁵ Natali (2010a).

abertura de B.1, em que Aristóteles apresenta as quatro perguntas que caracterizam a busca pelo conhecimento científico – *to hoti*, *to dioti*, *ei esti* e *ti estin* (89b23-25). Sem maiores análises, o autor prontamente remete à passagem de B.2 93a14-15 em que o “o que é” e o “porque é” são identificados. O autor, contudo, não explora qual é efetiva relação interna entre as quatro perguntas nem como (e com que propósitos) Aristóteles procede à identificação entre elas. Sem esse exame, dificulta-se a compreensão de um ponto decisivo para sua interpretação, a saber, o sentido em que pode ocorrer, se é que ocorre, a identificação entre o *ti estin* e a *definição* e, em ocorrendo, em que termos se dá. Assim, Natali salta em seu artigo da busca pelo *ti estin* para termos como a “essência” de um item, ou sua “natureza”, mas o que o autoriza a dar tal passo não é explicitado. Ainda, vale indicar que fica sem exame a relação entre as outras duas perguntas, *to hoti* e *ei esti*, e sua importância para a investigação. Não quero sugerir que haja erro nisso; apenas que, estabelecidos esses pontos com mais clareza, será possível desenhar melhor em que consiste a estratégia do Estagirita em *Seg. Anal. B* para a obtenção – ou algo mais – de definições.

2º) Uma segunda questão, intimamente conectada à primeira, consiste no seguinte: qual é a relação entre *Seg. Anal. B.1-2* e *B.8-10*? A dificuldade é aqui suscitada porque o próximo passo da exposição de Natali consistia em estabelecer a “regra da prioridade” entre as questões, recorrendo o autor, para tanto, à passagem de *Seg. Anal. B.8* 93a16 e seguintes. Contudo, a prioridade aparece já formulada, ao menos *prima facie*, nos dois primeiros capítulos de *Seg. Anal. B*. Em si mesma essa diferença não parece aportar nada à interpretação defendida pelo autor; ocorre, entretanto, que no contexto de *B.8*, a questão surge conectada a uma problemática não explicitamente referida nos dois primeiros capítulos: o problema das *definições* e de sua *demonstrabilidade* ou não. Assim, já na abertura de *B.8*, 93a1-3, escreve Aristóteles:

E, uma vez mais, é preciso investigar o que dentre essas coisas foram bem ditas, e o que não (*palin de skepteon ti toutôn legetai kalôs kai ti ou kalôs*), o que é a definição e se há de algum modo demonstração do “o que é” ou se é impossível (*kai ti estin ho horismos, kai tou ti estin ara pôs estin apodeixis kai horismos hê oudamôs*).

A própria passagem citada por Natali, *Seg. Anal. B.8* 93a16-20, em que Aristóteles ainda uma vez mais insiste na prioridade da pergunta *ei esti* em relação àquela que conduz ao conhecimento do *ti estin*, é precedida, ela mesma, por

considerações acerca da demonstração (*apodeixis*) e, ainda mais, da noção bastante controversa de *logikos sullogismos*,⁷⁶ conforme *Seg. Anal.* B.8 93a14-16:

Relativamente a esse primeiro modo, então, dissemos anteriormente que não é uma demonstração, mas antes um *logikos sullogismos* do ‘o que é’. (houtos men oun ho tropos hoti ouk an eiê apodeixeis, eirêtai proteron. all’ esti *logikos sullogismos* tou ti *estin*). Digamos, então, retomando do princípio, de maneira é possível [demonstrar o “o que é”] (hon de tropon endechetai, legômen, eipontes palin ex archês).

Em vista disso, a dificuldade inicial, qual seja, estabelecer adequadamente a relação entre B.1-2 e B.8-10, desdobra-se em algo mais substancial do ponto de vista exegético e filosófico, pois é um requisito básico para compreender melhor o sentido em que as quatro perguntas que caracterizam a investigação científica se relacionam com as noções de *definição* e de *demonstração*, compreensão que parece se estender a um aspecto da primeira dificuldade, a saber, a relação entre *ti estin*, “essência” e “natureza”.

3ª) Como se vê pelas passagens de *Seg. Anal.* B.8 e pelo comentário acima, Aristóteles está ali retomando e resolvendo uma série de dificuldades expostas em B.3-7; assim, qualquer que seja a boa explicação para as duas primeiras dificuldades, ela precisará, igualmente, lidar com o modo pelo qual esses capítulos intermediários entre aqueles incorporados à interpretação de Natali (B.1-2 e 8-10) estão conectados às aporias ali percorridas por Aristóteles.

4ª) Qual é, exatamente, o esquema da busca por definições que Natali reconhece em *Seg. Anal.* B.1-2; 8-10? Pelo modo como Natali apresenta sua leitura, não é claro quantas e quais são as etapas da investigação em direção à obtenção da definição real de um dado objeto. Levando-se em conta parte da exposição feita na seção 1.2.1, item (b), aparentemente, o esquema de Aristóteles seria o seguinte: (i) em toda investigação científica, deve-se começar estabelecendo se o item investigado existe (*ei esti*); apenas quando se sabe que um tal item existe (*hoti estin*) pode-se investigar o que ele é (*ti estin*), resultado que há de indicar por que o item é aquilo mesmo que ele é (*dioti estin*); (ii) por vezes, no entanto, não se sabe se o item existe ou não, e tal conhecimento acerca de sua existência é um tanto problemático; nesses casos, a investigação requer uma etapa intermediária, na qual apreende-se a existência do item mediante “algo da própria coisa” (*ti autou tou pragmatos*) investigada; (iii) de posse de algo da própria coisa, está o investigador em boa posição para chegar à definição real do item. Acresce-se, a título quase de adendo,

⁷⁶ Tratarei do tema ao final do capítulo 2.

que por vezes a obtenção de uma definição nominal pode ajudar seja na apreensão da existência do item (o que é, segundo Natali, a interpretação de comentadores contemporâneos), seja na investigação do *ti estin* (tal como ele proporá relativamente à *Ethica Nicomachea*). Assim, textualmente o passo (i) é dado pelo esquema das quatro perguntas que caracterizam a investigação científica (*Seg. Anal. B.1-2*); o passo (ii) é fornecido por uma consideração acerca da demonstrabilidade ou não das definições (*Seg. Anal. B.8*); presumivelmente, o passo (iii) é dado por esse mesmo contexto, ainda que não à exclusão de outros esquemas, como o método da divisão, tal qual se o lê em *Seg. Anal. B.13-14*, mas do qual Natali não trata; (iv) é como uma ferramenta de apoio, e textualmente ocorre – ao menos ali – na discussão sobre os tipos de definição (*Seg. Anal. B.10*).

A ser assim, a estrutura que o comentador italiano vislumbrou no texto, então, parece sobrepor o esquema das quatro perguntas do conhecimento de *Seg. Anal. B.1-2* e o esquema de demonstração (a ver em que sentido) de definições de *Seg. Anal. B.8-10*. E, uma vez que, como indiquei na segunda e na terceira dificuldades, não está claro como o autor propõe que sejam conectados os diferentes tratamentos de diferentes problemas nos dez primeiros capítulos de *Seg. Anal. B*, a estrutura da busca por definições parece resultar um tanto hesitante. São as quatro perguntas de B.1-2 ou são os passos para a demonstração de definições que orientam a busca do investigador? Uma e outra coisa estabelecem os mesmos resultados para Aristóteles? Ou por outra, são investigações distintas, mas, de algum modo, complementares? Como elas podem formar, se é que podem, um esquema coeso? Sem respostas mais precisas a tais questões, a tarefa de avaliar a aproximação entre a teoria da definição de Aristóteles nos *Segundos Analíticos* e a estrutura lógico-conceitual da *Ethica Nicomachea* fica comprometida: não se sabe se a aplicação à *EN* é ao menos plausível, nem se sabe se os ajustes realizados por Natali eram necessários ou não.

5^a) Ainda no que concerne ao passo (b) examinado em 1.2.1, Natali sugere que é “quando a existência e a essência do item não são imediatamente evidentes” que se requer um “estágio intermediário”, a saber, vindo a conhecer “algo da própria coisa”.⁷⁷ Já a formulação das condições de um tal passo é problemática, pois, a ser assim, todas as circunstâncias em que se busca conhecer algo a exigiriam, uma vez que somente aquele que já possui conhecimento em sentido estrito está de posse

⁷⁷ Natali (2007), p. 378.

do conhecimento da existência e da essência de um objeto, conferindo um caráter de gratuidade à investigação; logo, não seria “por vezes” que tal estágio seria requerido, antes *sempre que se buscasse conhecer algo*.

A dificuldade maior, a meu ver, não está no que vai acima – fruto, talvez, apenas de uma infelicidade na expressão. Afinal, o autor poderia estar apenas fazendo referência à passagem de *Seg. Anal. B.8 93a17-18*, em que o filósofo afirma que, quanto ao *dioti* e ao *hoti*, “por vezes eles se tornam evidentes ao mesmo tempo” (*eniote de kai hama dêla ginetai*), restando apenas esclarecer o sentido em que emprega “essência” em sua formulação. O que realmente parece reivindicar melhor esclarecimento é o sentido que Aristóteles dá à ideia de que, quando o investigador possui algo da própria coisa (*ti autou tou pragmatos*), já então ele possui algo do “o que é” (*ti estin*). O que falta no conhecimento do investigador que impõe a continuidade da investigação? O contexto sugere que é apenas a demonstração propriamente, o que, se de fato for assim, gera ainda outras dificuldades, sobretudo para a aplicação do esquema ao texto de *EN*.

6ª) A etapa intermediária descrita em 1.2.1 (b) é decisiva para a interpretação do autor, pois, como se viu em 1.2.2 (iv), será conectada ao exame das propriedades da *eudaimonia*, completude e autossuficiência (1097a14-b7). Contudo, resta saber o que exatamente é esse “algo da própria coisa” que se obtém em tal etapa. A versão completa da passagem de *Seg. Anal. B.8* citada por Natali opõe, de um lado, a posse de um conhecimento acidental da existência de um objeto *a*, de outro, a posse de algo do próprio objeto: “Por vezes, possuímos (*echomen*) o “se é” (*ei estin*) por acidente (*kata sumbebêkos*), noutras, possuindo algo da coisa mesma (*echontes ti autou tou pragmatos*).”

Que “algo” é esse? Basta considerar o contraste a um conhecimento acidental da existência do item e o que vem à mente é um conhecimento essencial; contudo, fosse esse o caso, a busca estaria encerrada, já o investigador estando de posse daquilo que procurava, a definição, que exhibe a essência do item. Seria, então, apenas uma parte da definição, restando ainda o trabalho de completá-la? A ser assim, em que consiste essa parte? Alguns dos exemplos parecem sugerir que se trate do gênero, ainda ausente a diferença específica, e o caráter vago assinalado por *tis* em quase todos os casos (a alma é exceção) poderia sugerir algo nesse sentido. Caso se adote essa interpretação, no entanto, será forçoso oferecer uma

explicação quanto ao sentido de “partes” da definição, haja vista a tese aristotélica da unicidade das definições, enunciada, por exemplo, em *Seg. Anal.* B.10 93b35-37.

Além disso, como se dá a obtenção desse “algo da coisa mesma”? Trata-se de um contato empírico ou de uma informação teórica? Em verdade, creio que na origem dessa quinta dificuldade está justamente a jogada interpretativa de Natali de deslocar a função da definição nominal da investigação relativa ao *ei esti* para a busca pelo *ti estin*, conforme exposto nos itens (c) e (d) de 1.2.1. Afinal, segundo as interpretações modernas correntes, a definição nominal prestaria auxílio ao investigador precisamente ao indicar-lhe alguma propriedade do objeto, sem se comprometer com sua existência, interpretação que, sem dúvida, suscita ela também as suas dificuldades. De todo modo, resta o fato de a questão se desdobrar: além de não se saber ao certo o que é que se apreende, não se sabe tampouco como se dá essa apreensão. Dirimir essa dificuldade é condição *sine qua non* para que se compreenda a aplicação da teoria da definição dos *Analíticos*, que dirá para uma sua aproximação com a *Ethica Nicomachea*.

7ª) Por fim, resta assinalar que há uma dificuldade prévia à consideração da correção do deslocamento proposto por Natali, abrindo a possibilidade de deslocar o papel da definição nominal para o inquérito relativo ao *ti estin*. Trata-se de examinar, primeiro, se em *Seg. Anal.* B.10 93b29-32 Aristóteles efetivamente está se comprometendo com um certo tipo legítimo de definição, a saber, a definição nominal. Caso ela seja legítima e, mais que isso, possua um papel na teoria de Aristóteles, aí sim se impõe o esclarecimento relativo a qual seja esse papel.

Como se vê, as dificuldades não são poucas, mas, em verdade, estão todas intimamente conectadas; acresce que a ausência de uma menção mais clara relativamente aos modelos de interpretação da teoria da definição proposto por autores como David Charles concorre, a meu ver, para a irrupção das questões acima. Isso posto, creio que o exame do modelo seguido pelos autores referidos por Natali somado a um tratamento mais minucioso (escusa dizer que não exaustivo) dos dez primeiros capítulos de *Segundos Analíticos* B em muito deve contribuir para oferecer uma resposta, lá onde isso for possível, às dificuldades apresentadas relativamente à leitura dos *Segundos Analíticos* feita pelo autor. É isso que será feito, respectivamente, nos capítulos 2 e 3.

Passo, agora, ao exame do segundo bloco de dificuldades.

1.3.2 Dificuldades referentes à aplicação do modelo da busca definicional ao primeiro livro da *Ethica Nicomachea*

No que concerne à passagem à *Ethica Nicomachea* no trabalho de Natali ora examinado, gostaria de apontar aqui sete dificuldades, umas mais gerais, outras bastante pontuais. Como no caso precedente, a maior parte delas – se é que não todas – está interligada; além disso, antecipo que é minha opinião que seu esclarecimento é, ao menos parcialmente, dependente do modo como se solucionam as questões apresentadas em 1.3.1 acima.

1ª) Primeiramente, há de se considerar que na leitura apresentada pelo *scholar* italiano, a apresentação por parte de Aristóteles da questão *ei esti* – no caso, *se há um sumo bem* – é apenas parte do preâmbulo,⁷⁸ não sendo incluída no esquema definicional, que teria início diretamente com pergunta pelo que seja tal bem (*ti estin*). Ocorre que, qualquer que seja o modelo interpretativo de Natali quanto *Seg. Anal. B*, há de se levar em conta que a pergunta pela existência é reputada constitutiva da investigação, uma vez que só é dispensável quando a informação relevante – qual seja, a existência do item – é manifesta, sobre ela não havendo disputa. E, a ser assim, fica a pergunta: por que, no tratamento dispensado às passagens iniciais da *EN*, o autor desconsidera a questão? Afinal, uma coisa é dizer que, por interesse seu, prefere concentrar-se na parcela da investigação consagrada ao *ti estin* do item sob consideração – o Sumo Bem para o Homem –, furtando-se ao comentário de uma etapa que lhe é preliminar; coisa bem diferente é dizer que essa etapa apenas faz parte do preâmbulo, não a incluindo nos passos rumo ao *ti estin*. Quero crer que o ajuste deva-se menos a uma adaptação exigida pela matéria própria da filosofia moral (até porque Aristóteles julgou necessário apresentar a questão existencial nos capítulos iniciais da *EN*, e mais de uma vez, aliás) do que a um certo passo previamente estabelecido, a saber, o deslocamento do papel da definição nominal para a busca pelo *ti estin*, conforme apontado na 7ª dificuldade de 1.3.1.

Além disso, afirma o autor apenas que Aristóteles parte da indagação pela existência do referido bem e, “de algum modo, consegue demonstrá-lo”, admitindo que a passagem é deveras conturbada, tendo gerado, sobretudo a partir da segunda metade do século passado, uma considerável massa de bibliografia. Ocorre que, se o esquema definicional estiver operando nessa etapa, o modo como se dá a

⁷⁸ Idem, *ibidem*.

confirmação da existência do bem considerado não mais depende exclusivamente do argumento condicional apresentado em *EN I.2* (e retomado em *EN I.7*). Com isso em mente, creio que uma melhor acomodação das etapas da investigação no texto nicomquéio é bem-vinda.

2ª) Segundo Natali, portanto, já a pergunta pelo *ti estin* de 1095a15-16 em diante dá por assegurada a existência de um SBH. Isso permite ao comentador italiano o movimento de deslocamento das funções da definição nominal do *ei esti* para o *ti estin*, movimento esse insistentemente por mim referido no que vai acima. Supondo que isso de fato seja o caso, uma dificuldade vem à tona no que tange ao quarto passo da busca pela definição (em suma, pelo *ti estin* da *eudaimonia*), conforme exposto no item (iv) de 1.2.2. Pela leitura de Natali, o procedimento de Aristóteles em *EN I.7* 1097a27b21, pelo qual são apresentadas duas propriedades do item investigado (para Natali, a *eudaimonia*), é análogo ao que chamou de etapa intermediária na busca por definições em *Seg. Anal.* B.8 93a21-24, ou seja, conhecer “algo da própria coisa”. Ora, como foi visto no exame preliminar dessa passagem, tal etapa intermediária descreve a situação em que aquele que busca a definição de um item vem a cumprir uma sua condição prévia, a saber, estar de posse do conhecimento da existência do referido item, cumprindo, assim, com a regra da prioridade das perguntas na investigação científica: não se investiga o “o que é” sem antes saber “se é”. Ao propor que as situações são análogas, Natali parece deslocar não apenas o papel da definição nominal para o plano da investigação pelo *ti estin*, mas também a própria apreensão da existência do item sob investigação.

Não quero com isso sugerir que essa adaptação, se é que se trata disso, é indevida; antes, quero apenas assinalar que não são claras as razões para que Aristóteles, na *EN*, desloque o passo característico da apreensão da existência de um objeto acerca do qual se busca a definição para um contexto em que tal existência já de há muito (para Natali, *EN I.2*, 1094a18-22) está assegurada. Certo, Aristóteles poderia como que pinçar esse elemento solto da etapa descrita em *Seg. Anal.* B.8 e dele se valer para uma melhor caracterização do objeto considerado, facilitando assim a obtenção de uma sua definição, o que, creio eu, é o modo como Natali lê a passagem. Mas isso não é necessário, e a ocorrência de um tal procedimento em *EN I.7* 1097a27-b21 pode assinalar, pelo contrário, que a existência do item investigado ainda não está garantida.

3ª) Ainda relativamente ao que Natali considera ser o quarto passo da busca pela definição de *eudaimonia*, há uma outra dificuldade que julgo ser de grande importância para a correta compreensão do esquema nicomaqueio. Conforme a exposição no item (iv) de 1.2.2, Natali considera que já a partir de 1094a15-16 Aristóteles passa a se referir ao objeto da investigação indistintamente por meio dos termos “felicidade” (*eudaimonia*), “o supremo” (*to ariston*) e “o mais completo ou final” (*to teleiôtaton*), seguindo a interpretação de Broadie. Acresce que, como o autor considera que a existência de um tal bem já está garantida antes mesmo do exame de *EN* I.7, a identificação ganha ainda mais força. Agora, lendo atentamente os passos da análise levada a cabo nos dois blocos que constituem a passagem de 1097a27-b21 – a primeira relativa à completude, a segunda à autossuficiência – percebe-se que o movimento geral do exame aristotélico consiste em buscar o que, se é que algo, satisfaz a propriedade de “ser completo”, extraída, como mostrei, das relações estabelecidas pelo filósofo entre as noções de “bem” e “fim”, de um lado, e de “melhor fim” e “ser escolhido sempre em vista de si mesmo”, de outro. O único objeto que satisfaz a condição é, como se viu, a *eudaimonia*; o mesmo procedimento é levada a cabo no que diz respeito à condição da autossuficiência: a *eudaimonia* é aquilo que satisfaz tal condição igualmente.

Agora, considere-se que Aristóteles não estivesse operando com nenhuma distinção entre “o melhor bem”, “bem mais completo” e *eudaimonia*. O resultado seria, então, não que os conceitos de “bem”, “fim”, “melhor fim” e “ser escolhido em vista de si mesmo” estabelecem a condição de completude, satisfeita pela *eudaimonia*, mas simplesmente que a *eudaimonia* estabeleceria as condições – de completude e de autossuficiência – que apenas a *eudaimonia* satisfaria, tornando o resultado da análise, para dizer o mínimo, uma platitude. Nesse sentido, creio que seja necessário rever a interpretação que reza que já em 1095a15-16 a identificação está garantida *tout court*, não apenas como uma primeira consideração nominal, e que Aristóteles, dali em diante, não mais discriminaria o uso dos termos “felicidade”, “melhor bem”, “bem mais completo”.

4ª) Ainda relativamente a esse passo da interpretação de Natali, a passagem de *EN* 1097a14-27 parece simplesmente recapitular resultados prévios, dando sequência ao inquérito como a afirmar serem parcos os resultados até ali; contudo, há boas evidências textuais e filosóficas para que se acredite que a retomada da linha de investigação de *EN* I.1-2 relativamente ao bem que se busca na filosofia

moral contribua para certos esclarecimentos vitais para o que segue. Assim, fossem os resultados *estritamente* os mesmos, já o reconhecimento de uma plethora de fins, que parece ocorrer em 1097a14-21, por exemplo, estaria assegurada em pelas considerações acerca do bem em 1094a1 e seguintes; assim também para a identificação entre o bem (*agathon*) e fim (*telos*). Sem dúvida que isso pode ser o caso, mas para uma melhor compreensão do exame que conduz às duas propriedades que caracterizam a *eudaimonia* em *EN* I.7, assim como para esquadrihar as conexões entre a abertura do tratado e suas retomadas até I.7, receio ser mais prudente considerar mais atentamente a questão, o que farei, antecipo aqui, para divergir pontualmente da interpretação de Natali no que concerne a tal passo.

5ª) Natali afirma que a definição nominal, no caso da *EN*, faz parte da investigação pelo *ti estin*. Segundo um dos modelos correntes de interpretação do papel da definição nominal que será examinado em grande detalhe no *capítulo 3* desta dissertação, seu papel seria antes o de fornecer alguma informação relativamente ao item do qual se busca a definição lá onde a existência do item não fosse do conhecimento daquele que empreende tal busca. Assim, sua contribuição é perfeitamente clara, pertencendo sobretudo à etapa da pergunta *ei esti*. Ao transferir a contribuição da definição para a pesquisa relativa ao *ti estin*, portanto, caberia a Natali esclarecer como a definição nominal contribui para tanto. Em vista do que foi sugerido em sua interpretação, tal como exposta acima, parece que a definição nominal apenas indica certos traços muito gerais, não sendo claro como ela estaria operando, se é que de fato o faria, no argumento de I.7 que procura obter a definição real, na passagem que vai de 1097b2 a 1098a20.

6ª) O que me leva a uma sexta dificuldade. Considerando a primeira versão da interpretação de Natali, não fica claro como as etapas anteriores à obtenção da definição real efetivamente concorrem para que a ela se chegue, assumindo que o façam. Assim, o argumento de *EN* I.7 1097b2 a 1098a20 precisa ser examinado, se não em todas as suas dimensões, ao menos no que concerne a essa dificuldade.

7ª) Por fim, cabe dizer que os cinco passos descritos por Natali e que, segundo ele, configuram o esquema da busca pelo *ti estin* da *eudaimonia* parecem não resultar em uma formulação clara do modelo da busca por definições empregada no primeiro livro do tratado nicomaqueio. Ao menos à primeira vista, o que parece ficar claro é que Natali acomoda a definição nominal na busca pelo SBH,

estabelecendo uma relação entre *Seg. Anal.* B.10 93b29-32 e *EN* I.4 1095a15-16, e sugere uma analogia entre a obtenção do conhecimento da existência de um item descrita em *Seg. Anal.* B.8 93a21-24 e a obtenção das qualidades da *eudaimonia* em 1097a27-b21. Será essa toda a aproximação possível entre o segundo livro dos *Segundos Analíticos* e a *Ethica Nicomachea*?

Qualquer tentativa de resposta a tais dificuldades deve, antes de mais nada, considerar os desdobramentos da pesquisa do professor Carlo Natali, cujos resultados aparecem em uma nova e mais detalhada versão de sua interpretação no artigo seguinte, “*Posterior Analytics* and the definition of Happiness in *NE* I”.⁷⁹ A isso é dedicado o próximo capítulo da presente dissertação.

⁷⁹ Natali (2010a).

2 *Segundos Analíticos* B.1-10 e a busca pela definição de eudaimonia em *Ethica Nicomachea* I.1-7: a interpretação de Carlo Natali desenvolvida

Considerações preliminares

O capítulo anterior foi consagrado à reconstrução detalhada da interpretação oferecida por Carlo Natali ao esquema conceitual da *Ethica Nicomachea* à luz do segundo livro dos *Segundos Analíticos*. Tal interpretação era, como frisei, um primeiro estágio de sua pesquisa relativamente a essa abordagem, indicando o autor as grandes linhas estabelecendo alguns dos seus pontos fundamentais, ainda que sem os desenvolver plenamente. Ali, como se viu, alguns aspectos ditos “retóricos” foram examinados com bastante vagar, conectados aos aspectos ditos “científicos”, mostrando-se, ainda, que o esquema insinuava uma expansão ao quadro geral dos livros do tratado nicomaqueio, apenas que à exclusão dos livros comuns. Ao final do capítulo, procurei apresentar se não todas, ao menos as principais dificuldades suscitadas por tal interpretação.

A resolução de tais dificuldades dependia, no entanto, de se considerar os desdobramentos da pesquisa de Natali,⁸⁰ os quais passo a expor agora neste segundo capítulo da presente dissertação. Antes de reconstruir com a cautela exigida os avanços na interpretação do autor, faço aqui duas ressalvas gerais. Em primeiro lugar, já no capítulo precedente busquei centrar o foco de minha pesquisa naquelas considerações do comentador italiano que concerniam à busca pela definição de *eudaimonia* nos primeiros capítulos de *EN* I; tal é o movimento do próprio autor, agora, no segundo estágio de sua pesquisa. Escusado dizer que isso não bloqueia ou contraria a possibilidade de expansão da interpretação, ou, ao menos, de parte dela, aos demais livros do tratado nicomaqueio: isso será feito por Natali ao final deste segundo artigo, e ainda em um terceiro, consagrado ao exame das virtudes particulares,⁸¹ mas o ponto aqui estará centrado apenas no primeiro livro nicomaqueio.

Em segundo lugar, gostaria de frisar que, uma vez que o esquema mais geral da interpretação do autor está devidamente esboçado, assim como seus principais impasses, procurarei, à proporção que avance a reconstrução da argumentação de

⁸⁰ Natali (2010a).

⁸¹ Natali (2010b).

Natali nesse seu segundo artigo, indicar em que medida as formulações aqui apresentadas divergem daquelas expostas no capítulo anterior e, lá onde isso ocorrer, indicar como podem oferecer soluções para as dificuldades previamente consideradas; buscarei fazer o mesmo com os eventuais novos dilemas que por ventura sejam ocasionados em virtude da nova apresentação da interpretação em questão. Ao final deste capítulo, retomarei tais questões em conjunto, reconsiderando impasses e rumos da leitura aqui apresentada.

2.1 O modelo da busca definicional em *EN I* reconsiderado

Uma queixa que o capítulo anterior buscou explicitar consistia em afirmar que não estava claro qual era o modelo da busca definicional que Carlo Natali parecia importar de *Segundos Analíticos B* para o contexto de *Ethica Nicomachea I*. Tal queixa, que ocorre pontualmente ao longo de todo o capítulo, foi exposta de maneira mais direta na 4ª dificuldade da seção 1.3.1 e, novamente, na 7ª dificuldade da seção seguinte, 1.3.2. A isso, com efeito, o autor oferece uma solução inequívoca ao longo de seu segundo ensaio, que melhor explicita as etapas da referida busca (etapas essas que serão examinadas no que segue), concluindo com um claro enunciado da estrutura da investigação:

Primeiro, estabelece se o objeto existe, e procura pelo significado dos termos usados na linguagem comum para indicá-lo [= primeira etapa]; a seguir, considera algumas qualidades do objeto [= segunda etapa], concluindo, então, com uma descoberta de sua definição [= terceira etapa].⁸²

Há muito que se discutir tal formulação, que sem dúvida altera consideravelmente o quadro das primeiras análises do autor e, como procurarei mostrar, soluciona algumas de suas dificuldades para além das já mencionadas. Por ora, contudo, interessa-me assinalar aqui três pontos básicos para o andamento da análise da reconstrução de seu argumento.

(i) Primeiramente, vale notar que esse esquema é oferecido em contraste ao modelo metodológico que tradicionalmente se acredita estar operando na filosofia prática de Aristóteles. Como foi visto nas considerações preliminares do capítulo 1, a

⁸² Natali (2010a), p. 324.

referência é à *Ethica Nicomachea* VII.1 1145b2-7, que podemos chamar por economia de “prova das opiniões reputadas”. Reapresento aqui a passagem:

Deve-se, então, assim como nos outros casos (*hôsper epi tôn allôn*), estabelecer as fenômenos (*tithentas ta phainomena*) e, primeiro tendo passado pelas dificuldades (*diaporêsantas*), provar, preferencialmente, todas as opiniões reputadas (*deiknunai malista ta men panta ta endoxa*) sobre essas afecções (*pathê*), se não [todas elas], a maioria (*ta pleista*) e as mais autorizadas (*kai kuriôtata*). Pois se as dificuldades são resolvidas e as opiniões reputadas permanecem, terá sido suficientemente demonstrado.

Igualmente, foi assinalado nos inícios do capítulo 1 que uma parcela considerável dos intérpretes contemporâneos de Aristóteles julga ser esse o método *par excellence* na ética do Estagirita. O trabalho de Natali constitui-se, assim, em ainda mais um caso dentre os comentadores contemporâneos a apontar para uma direção diversa quanto a esse ponto:

Concluindo, podemos dizer o seguinte. Em *EN I*, encontramos um *logikos sullogismos*⁸³ da definição, em vez do procedimento descrito em *EN VII.1*, a saber, “provar (...) as opiniões reputadas (*deiknunai ... ta endoxa*)”, que é baseado em três passos: primeiro, estabelecer as aparências, a seguir, delas se valer para armar as aporias e, então, resolvê-las com vistas a fazer com que restem as *endoxa* mais autorizadas.⁸⁴

Para Natali, também o referido *logikos sullogismos* da definição de *eudaimonia* consiste em três passos, como foi visto acima, e mais: “Ambos os procedimentos têm claras indicações de uma ordem a seguir: não se pode *diaporêsai* [percorrer as aporias] antes de *tithenai ta phainomena* [estabelecer as aparências], nem se pode investigar *ti estin* antes de haver estabelecido *hoti estin*”,⁸⁵ mas os passos são indisputavelmente distintos, e, de acordo com o autor, tais diferenças são dadas particularmente pelos distintos contextos em que ocorrem. Natali não chega a desenvolver a questão, mas pelo que procurei indicar no capítulo precedente ao armar o problema que seria aqui investigado, a diferença de métodos seguramente envolve – para não dizer que nisso se esgotem suas razões – os diferentes tratamentos que a questão metodológica recebe nos livros que pertencem exclusivamente à *Ethica Nicomachea* e nos livros comuns à *Ethica Eudemia*, conforme a observação já mencionada de Marco Zingano.

A ser isso o que Natali tem em mente, como creio que de fato seja, então suas considerações acerca das diferenças estilísticas entre os dois tratados, abordadas no capítulo precedente no item (A.iii) da seção 1.1.1, saem mais encorpadas. E, com efeito, é para isso que aponta sua conclusão, que faz questão

⁸³ Não vou examinar ainda a noção de *logikos sullogismos*; isso será feito na seção 2.5.1

⁸⁴ Natali (2010a), p. 324.

⁸⁵ Idem, ibidem.

de afirmar que “o assim chamado ‘método da ética’ descrito em *EN VII.1* e muito estudado desde o artigo seminal de G.E.L. Owen de fato, não se aplica ao primeiro livro da *EN*, i.e., à seção mais polida e refinada do tratado.”⁸⁶

(ii) Com essa formulação em mente, é possível delinear melhor que elementos dos *Segundos Analíticos* estão em ação na leitura da *Ethica Nicomachea* e onde. Assim, tem-se que:

(a) a primeira etapa descrita por Natali, a indagação pela existência do item, remete a *Seg. Anal.* B.1-2 e B.8 e às reiteradas formulações da chamada “regra da prioridade” da pergunta *ei esti* em relação à indagação pelo *ti esti*. Para o *scholar* italiano, isso envolve, ainda que parcialmente, o uso da definição nominal, que vem aqui prestar sua contribuição, conforme *Seg. Anal.* B.10, um resultado novo em relação à primeira formulação da interpretação do autor. Essa primeira etapa ocorre na *EN* nos dois primeiros capítulos, *EN I.1-2 1094a1b11*, sendo retomada, a seguir, em *EN I.4 1095a15-16* e seguintes; para atingir o resultado desejado, ainda outros recursos entram em cena, e deles tratarei mais adiante.

(b) A segunda etapa corresponde à descoberta de certas propriedades do objeto da investigação, o que corresponde à sugestão de *Seg. Anal.* B.8 93a21-24; sua aplicação na *Ethica Nicomachea* dá-se na seção de *EN I.7 1097a27-b21*. Ao contrário da primeira formulação, que não esclarecia em detalhes o modo como se dava a obtenção de tais propriedades, aqui elas são caracterizadas como *necessárias*, e o autor expõe e examina como se dá sua obtenção. Também isso será visto no devido momento.

(c) Por fim, o terceiro passo consiste na obtenção da definição real de *eudaimonia*; de acordo com Natali, isso corresponde a um *logikos sullogismos*, tal como, segundo Natali, este é apresentado em *Seg. Anal.* B.8 93a14 e seguintes. Assim, responde-se como se dá a demonstração da definição real, que ocorre em *EN I.7 1097b21 a 1098a21*, e em sua nova formulação, os passos desse *logikos sullogismos* são melhor desenhados.

(iii) Um último ponto. A descrição feita por Natali das três etapas da busca pela definição aqui exposta permite, agora, que se lhe aponte a matriz de modo, creio eu, bastante claro. Sem questionar em momento algum que se trate de uma lição, ao menos em suas linhas gerais, do segundo livro dos *Segundos Analíticos*, parece-me igualmente seguro afirmar que, corretamente ou não, Natali se vale, com

⁸⁶ Ibidem.

variadas adaptações, da interpretação oferecida por David Charles em seu já clássico *Aristotle on Meaning and Essence*.⁸⁷ Natali, com efeito, já havia feito referência ao trabalho de Charles como uma sua inspiração para aplicar o modelo da teoria da definição de Aristóteles em *Segundos Analíticos B* à estrutura conceitual da busca por definições da *EN*,⁸⁸ assim como a outros trabalhos dedicados em especial à relação entre os *Segundos Analíticos* e os tratados biológicos do Estagirita.⁸⁹

A interpretação de Charles pode ser sintetizada nos seguintes termos: uma primeira etapa da investigação científica é aquela em que o investigador possui uma explicação do que um nome (ou alguma expressão como um nome) significa; a segunda etapa é alcançada quando se tem o conhecimento da existência daquilo que é significado pelo nome; por fim, a terceira etapa resulta no conhecimento da definição que exhibe a essência do item investigado.⁹⁰ Como já se pode ver, a interpretação de Natali oferece algumas adaptações, com efeito, à tese de Charles; certamente ela é mais próxima das demais formulações mencionadas por ele. Veja-se, por exemplo, o modo como Bolton entende que se desdobre a investigação relativa à definição:

Podemos, agora, enunciar novamente as teses de Aristóteles relativamente ao modo normal pelo qual procede a investigação científica e pelo qual tem ocasião a descoberta científica, postas nos termos introduzidos por sua discussão da definição. (1) Normalmente começamos com uma definição da espécie que é objeto de nosso inquérito tal que exhiba suas características ou manifestações perceptualmente mais acessíveis. Tipicamente, essas características não são aquelas fundamentais da espécie em termos das quais outras podem ser explicadas, mas antes explicáveis por referência a traços mais fundamentais, e, portanto, características que figuram “na conclusão de demonstrações”. (2) A investigação avança passando de uma compreensão de alguma coisa baseada em uma definição desse tipo para uma compreensão em que possuímos uma explicação ou definição que exhibe por que a coisa tem as características que figuram no tipo de definição anterior. (3) Continuamos nossa investigação para determinar se há ainda outra explicação ou definição que explique as características já utilizadas para explicar aquelas inicialmente apreendidas, continuando nesse passo, até que tenhamos uma definição baseada na característica ou nas características mais básicas do ponto de vista da explanação.⁹¹

Assim, o modelo exposto por Bolton concerne fundamentalmente ao modo como os chamados tipos de definição, referidos por Aristóteles em *Seg. Anal.* B.10, caracterizam, a cada passo, as linhas gerais do que seja a investigação científica,

⁸⁷ Charles (2000). Também Devereux & Demoss (1988) parecem estar em vista.

⁸⁸ Natali (2007), p. 377, nota 38. Bolton (1976) parece concorrer para as formulações defendidas por Natali.

⁸⁹ Como é o caso de Bolton (1980).

⁹⁰ Charles (2000), p. 24. O próximo capítulo da presente dissertação é inteiramente consagrado ao exame da interpretação de David Charles para *Seg. Anal.* B.8-10.

⁹¹ Bolton (1980), pp. 145-146.

preocupação essa alheia aos propósitos de Natali. Além disso, uma das pedras de toque da análise de Natali, a chamada definição nominal, não tem lugar claro nos três momentos descritos por Bolton,⁹² enquanto que, no caso de Charles, ela é proeminente. Por certo que isso não é tudo; já na abertura do artigo de Natali ora comentado, é Charles quem comparece via sugestão do procedimento aristotélico de “explicar o significado do termo *tagathon*”, em perfeita sintonia com sua tese relativa ao papel da definição nominal;⁹³ e sua presença é ainda perfeitamente perceptível em outros momentos da análise, conforme ainda pretendo indicar.

Que sirvam esses três pontos iniciais, portanto, para que se estabeleça o roteiro do que segue. Tratarei de (i) e (ii) no restante deste capítulo; averiguar tão metodicamente quanto desejável a tese de Charles e o uso que dela faz Natali será tarefa do capítulo seguinte.

2.2 Em busca da definição: a pergunta pela existência

A nova configuração que a interpretação de Natali apresenta agora passa a considerar como primeira etapa da investigação justamente a pergunta pela existência, *ei esti*. Assim, a primeira das dificuldades apresentadas em 1.3.2 do capítulo anterior parece ser resolvida: ao contrário do que ocorria na primeira formulação, a leitura do autor agora incorpora a pergunta pela existência ou não de um bem para tudo aquilo que fazemos – e que será identificado com o SBH – ao esquema da busca por sua definição. Recorre-se ainda uma vez à associação com *Seg. Anal. B.1* e às perguntas que caracterizam o conhecimento científico, bem como à sua ordem, para indicar que a abertura da *EN* lhe corresponde. Contudo, o modo como o autor sugere que Aristóteles tenha obtido a resposta positiva para a existência do bem em questão dá margem a novas dificuldades.

Para Natali, após explicar o significado do termo *tagathon*, Aristóteles teria chegado à existência do Bem Supremo já em *EN* I.2 1094a18-22:

Se, então, existe algum fim das coisas que fazemos (*ei dê ti telos esti tôn praktôn*), o qual desejamos por si mesmo, e todas as outras coisas por

⁹² Para a análise de Bolton no que diz respeito à definição nominal em Aristóteles, cf. Bolton (1976). Alguns pontos de sua interpretação serão mencionados no tratamento dedicado no próximo capítulo à tese de David Charles acerca do assunto.

⁹³ Natali (2010a), p. 305. Veja-se o agradecimento a Charles, aliás.

causa deste (*ho di'auto boulometha, ta alla de dia touto*), e se não escolhermos todas as coisas por causa de outras (pois se assim se fizesse se iria ao infinito, de modo que nosso desejo seria vazio e vão), resulta claro que este deve ser o bem, e o melhor [i.e., o bem supremo] (*délon hós tout' an eiê to agathon kai ariston*).

Como o próprio Natali já observara, a passagem deu ocasião a um intenso debate entre os comentadores do século passado, sobretudo. Acusou-se Aristóteles, a partir do seminal artigo de Peter Geach, *History of a Fallacy*,⁹⁴ de passar de “toda série cujos termos sucessivos estão na relação em vista de um termo último” para “há algo que é o termo último de toda série cujos termos sucessivos estão na relação em vista de”, uma falácia que Geach chamou de “boy-and-girl fallacy”. Zingano sintetiza as complicações relativas ao ponto, assinalando que não apenas o comentário antigo não percebeu a dificuldade, como por vezes atribuiu à controversa abertura da *EN* um papel excessivo, como no caso de Eustrácio. Escreve Zingano:

Defendendo uma leitura excessivamente platônica da passagem (a ponto de o impedir, por exemplo, de pelo menos analisar a crítica de Aristóteles a Platão em *EN* I.4), Eustrácio influenciou fortemente a tradição (principalmente através da tradução latina feita por Grosseteste) no sentido não só de não ver aqui nenhum problema, como também localizar nesta passagem o que há de mais precioso na ética aristotélica [i.e., a definição do Bem transcendental]. Assim, pode-se ler em Alexander Grant, a respeito do *regressus in infinitum*, que “este é o argumento sobre o qual está baseado todo o sistema da Ética”. Os editores modernos não modificaram tal panorama: Tricot comenta em nota que Aristóteles provou a existência do bem supremo; Gauthier e Jolif, com mais cautela, dizem somente que Aristóteles retomou uma prova de origem platônica bem conhecida de seu auditório; Dirlmeier menciona com aprovação o juízo de Grant.⁹⁵

Gauthier e Jolif, de resto, parecem seguir em seu comentário a tese de J. Burnet,⁹⁶ segundo a qual a inteira abertura da *Nicomachea* (quando não o resto do tratado) dá-se em terreno comum ao platonismo, em uma espécie de exercício dialético com alunos familiarizados com os esquemas acadêmicos, ainda que sugerindo que Aristóteles glose o texto à sua maneira, fazendo avançar algo da análise.⁹⁷ Não vou entrar nos detalhes dessa discussão, mas procurarei oferecer uma leitura distinta quando tratar de *EN* I.7 mais adiante, leitura esta que julgo estar em harmonia – e mesmo ser uma sua consequência – com a interpretação geral de aproximação com o esquema definicional. Por ora, quero concentrar as atenções no modo como Natali buscou oferecer uma possível interpretação para o procedimento de Aristóteles aqui nos dois primeiros capítulos do tratado. Diz o autor: “Em minha

⁹⁴ Geach (1972), pp.1-13.

⁹⁵ Zingano (2007a), pp. 98-99.

⁹⁶ Cf., por exemplo, Burnet (1900), p. xix.

⁹⁷ Gauthier & Jolif (2002), p. 2.

opinião, o melhor argumento de Aristóteles [i.e., em defesa da existência do SBH] vem a seguir e baseia-se nas ciências”.⁹⁸ O passo não é inteiramente novo, e parece mesmo combinar algo do espírito da interpretação de Burnet e de Gauthier e Jolif, de um lado, e de Sarah Broadie de outro. Broadie, de fato, sugere que o argumento de *EN* I.2 é indisputavelmente inválido do ponto de vista formal, e que Aristóteles apenas chega a *um* fim único por força “da ideia de uma atividade efetivamente orientando as energias das pessoas que precisam viver daquilo que eles e seus concidadãos fazem.”⁹⁹ Como isso ainda não resolve as dificuldades, valer-se-ia Aristóteles de “um *datum* da experiência humana por ser uma condição necessária para muito dessa experiência: o fato de que sociedades humanas existem e são organizadas”,¹⁰⁰ o que conduz ao exame da “ciência arquitetônica”, a política. Assim, quer se trate da via platônica, na leitura de comentadores como Burnet ou Gauthier e Jolif, quer de um exame das condições de progressão do argumento, como na sugestão mais recente de Broadie, parece que a incursão no exame da ciência a que pertence a investigação deste sumo bem poderia concorrer quer para provar sua existência, quer para em socorro de tal prova, esclarecendo-a ou complementando-a.

Que Aristóteles associe uma coisa e outra não está em disputa. Na sequência do texto do Estagirita, o leitor depara-se com uma incursão pela ciência própria de tal bem: “E, se é assim, deve-se esforçar-se para determinar, em linhas gerais ao menos, o que ele é e de qual ciência ou capacidade é objeto (*ei d’houtô, peirateon tupoi ge perilabein auto ti pot’ esti kai tinos tôn epistêmôn ê dunamenôn*),” para a seguir sugerir que a ciência em questão parece ser a mais superior e arquitetônica, este sendo o caso da ciência política. Seria o simples recurso à referida ciência capaz de dissolver a suspeição de falácia no argumento aristotélico e, mais, servir de garante à prova? Já Zingano assinalava que não quando assim escrevia:

(...) a afirmação de uma ciência suprema (e conseqüentemente de seu objeto supremo) aparece atenuada por seu caráter arquitetônico em relação somente àqueles fins que caem sob uma única capacidade no interior de um variegado de fins que são objetos de diferentes artes e ciências, sem que haja necessariamente uma ciência de todos os fins (*EN* I.1 1094a6-10).¹⁰¹

⁹⁸ Natali (2010a), p. 306.

⁹⁹ Broadie (1991), p. 10.

¹⁰⁰ Idem, p. 15.

¹⁰¹ Zingano (2007a), p. 102.

Ainda assim, é a tal argumento que recorre Natali agora para acomodar a pergunta pela existência (*ei estin*) no quadro geral das etapas rumo à definição. Pensa Natali que o “melhor argumento” está baseado nas ciências e vale-se de um “esquema Acadêmico de argumentação (o *argumentum ex-scientiarum*)”.¹⁰² O argumento assume a seguinte forma: (i) se há uma ciência ou capacidade suprema ou arquetônica, o SBH é seu objeto (1094a25-27); (ii) tal ciência ou capacidade existe – a política (1094a27-28); (iii) subentende-se que, portanto, o SBH existe.¹⁰³ O restante da passagem, 1094a28-b7, defenderia a premissa (ii). Assim, para Natali, já a esta altura, acerca do SBH, “sabemos que ele existe”.¹⁰⁴

A meu ver, Natali acertou em incorporar a etapa relativa ao *ei estin* no esquema da busca definicional, corrigindo assim, não apenas a dificuldade concernente a tal ponto (a primeira de 1.3.2), como também ajudando a melhor esclarecer qual é o modelo em funcionamento em sua interpretação (cf. sétima dificuldade da mesma seção). Já quanto ao modo como o autor procedeu a tal incorporação, entretanto, peço licença para sugerir que há mais erro que acerto.

Em primeiro lugar, surge a dificuldade de se considerar a passagem de *EN* I.2 como estando a oferecer já a prova da existência do SBH. Esse modo de interpretar a passagem está conectado à leitura que Natali faz da retomada da investigação em 1097a15-27, que, segundo o autor, não faz mais que repetir resultados. Ao examinar a análise de Natali da apreensão das qualidades da *eudaimonia* em 1097a27 e seguintes, buscarei problematizar essa sua leitura, oferecendo de maneira sucinta uma interpretação divergente.

Em segundo lugar, a proposta de tentar ver na passagem o esquema do “argumento a partir das ciências” é, por si só, bastante atribulada. Assinalo no que segue duas dificuldades. A primeira, mais geral, consiste no seguinte: de que modo seria possível compatibilizar a tese de que se trata de um argumento tipicamente platônico com o restante do chão conceitual do primeiro livro? Comentadores como Burnet, que viram no preâmbulo – e em muito mais, na verdade – do tratado do Estagirita a presença de uma argumentação dialética em vista, em boa medida, da presença de uma argumentação marcadamente platônica (influenciada ou não pelo tipo de audiência de Aristóteles, pouco importa) julgaram estar isso de acordo com a natureza eminentemente prática da ética, apartada radicalmente do chão conceitual

¹⁰² Natali (2007a), p. 306.

¹⁰³ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁴ *Ibidem*.

daquilo que Aristóteles entendia por ciência.¹⁰⁵ Já o esquema da busca definicional proposto por Aristóteles nos *Seg. Anal.* não parece pertencer ao mesmo quadro conceitual da influência platônica de juventude. Assim, seria preciso esclarecer como dois procedimentos tão apartados entre si integrariam com harmonia e unidade o modelo em ação nos capítulos iniciais de *EN I*. Voltarei a isso a seguir, ao considerar ainda um último elemento da interpretação que Natali oferece para a etapa da pergunta *ei estin*.

Esse é, contudo, um problema mais geral; descendo ao detalhe, há uma segunda dificuldade, cabendo aqui averiguar a plausibilidade do recurso ao “argumento a partir das ciências”. Antes de mais nada, importa esclarecer que o assim chamado *argumentum ex scientiarum* é o primeiro dos argumentos do tratado aristotélico de juventude *Peri Ideôn*; reza o argumento, segundo suas três apresentações, que a existência das ciências (ou de ramos da ciência) requer a existência das formas platônicas. Assim, uma primeira dificuldade consiste em determinar que forma do argumento platônico estaria sendo assumida aqui. Creio que muito provavelmente algo análogo à primeira delas, tal como apresentada no longo e metódico estudo de Gail Fine sobre o *Peri Ideôn*,¹⁰⁶ que assim segue: (i) toda ciência concerne a uma e única coisa (*hen ti kai to auto*); (ii) nenhuma ciência concerne a particulares (*kath’hekasta*); (iii) assim, para toda ciência há algo outro (*allo*) que e para além (*para*) os sensíveis (*aisthêta*), que é eterno (*aidion*) e um paradigma (*paradeigma*) das coisas que vem a figurar entre as ciências (*tôn kath’ hekasetên epistêmên ginomenôn*); (iv) portanto, há formas.

Por certo que o eventual recurso a um tal argumento no contexto nicomaqueio é consideravelmente adaptado, para ele contribuindo a primeira premissa da segunda formulação do argumento no *Peri Ideôn*, a saber: “os objetos das ciências são/existem”.¹⁰⁷ Ou, ainda, o terceiro argumento apresentado por Fine, que reza o seguinte: (i) a medicina é a ciência não desta (*tode*) saúde, mas da saúde *simpliciter* (*haplôs*), assim para as demais ciências; (ii) portanto, existe tal coisa – a saúde em

¹⁰⁵ Para além das questões filológicas – fora do meu alcance de avaliação – creio que tese de Burnet reage a interpretações como a de Stewart, que via no procedimento de Aristóteles algo se não perfeitamente científico, “deveras influenciado pela analogia com a *epistêmê*”, por isso abrindo o tratado com “uma proposição universal”, que é “causa final”, sendo as observações particulares sempre referidas a conceitos e definições altamente abstratos. Cf. Stewart (1892), pp.1-2. A tese de Stewart é muito provavelmente uma demasia, mas toca em um ponto relevante para se considerar o procedimento do filósofo moral no que tange ao tratamento conceitual que sua análise dispensa à matéria tratada.

¹⁰⁶ Fine (1993), p. 67.

¹⁰⁷ Idem, p. 69.

si; (iii) portanto, há formas.¹⁰⁸ Ocorre que, independentemente de qual seja a adequada reconstrução que estaria Aristóteles fazendo do “argumento a partir das ciências”, a dificuldade está em compreender exatamente por que o filósofo a eles recorreria, uma vez que foram alvo de inequívoca crítica de sua parte.

Como observa Fine, já Alexandre de Afrodísia registra que Aristóteles acreditava que os “argumentos a partir das ciências” não demonstram (*ou deiknousin*) que as formas existem.¹⁰⁹ Por que razão tal argumento seria mobilizado para garantir a existência do SBH? Ainda que se insistisse que tais argumentos são, para Aristóteles, válidos no que tange à prova da existência do que há de comum a cada ciência, como parece ter sido compreendido, isso repõe a dificuldade previamente exposta por Zingano, a saber, o argumento do caráter arquetônico da ciência suprema parece ser mitigado por ter seu escopo restringido aos fins que caem sob uma mesma ciência ou capacidade, o que, *ao menos no que concerne ao argumento ora apresentado*, não dirime o problema da passagem indevida a um fim único, antes o acentuando. Assim, uma outra leitura parece ser requerida para a passagem, a qual, como já assinalai, será apresentada em tempo.

Resta, por fim, uma última consideração acerca da análise de Natali para a primeira etapa da investigação, aquela concernente ao *ei estin*, que dá origem a um problema conexo à dificuldade geral acima exposta, qual seja, a compatibilização do caráter fortemente dialético do recurso aos esquemas platônicos e uma sua incompatibilidade com o tratamento de feitiço mais científico que a análise à luz dos *Seg. Anal.* parece conferir à passagem. Creio que Natali estava perfeitamente atento aos escolhos ocasionados por sua nova formulação; não por outra afirma o comentador italiano que “o argumento estava baseado na opinião, uma indicação do fato de que não há conflito entre arguir em favor dos princípios de uma ciência partindo de *endoxa* e o procedimento descrito nos *Seg. Anal. B*”.¹¹⁰ Há duas possibilidades, aqui, para se compreender o alvo de Natali em tal ressalva, uma mais forte, uma mais fraca. A versão forte consistiria no seguinte: Natali estaria considerando que desde a abertura do tratado, com as primeiras considerações acerca do bem, Aristóteles já está baseando suas análises em *endoxa*, em opiniões reputadas. Desconsiderando problemas que extrapolam a letra do texto, a única evidência para isso seria se Natali estivesse tomando a expressão “e por isso [o

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 77.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 279, nota 2.

¹¹⁰ Natali (2010a).

bem] foi definido justamente como aquilo a que tudo tende (*dio kalôs apephênanto tagathon, hou pant' ephietai, 1094a3*)” como assinalando a dialeticidade da inteira investigação. Não creio que se trate disso, contudo, pois afirmar uma tese – “o bem é aquilo a que tudo tende” – e, a seguir, dizer que quem assim se expressou o fez acertadamente, não é o mesmo que afirmar a tese *porque* assim se expressam as pessoas, quem quer que sejam elas, esta última parecendo ser a versão adequadamente dialética. A alternativa mais fraca, e mais de acordo com o espírito da interpretação de Natali, consiste em tomar tanto o exame do significado do termo *tagathon*, já mencionado acima e, possivelmente, também incluir o recurso ao “argumento a partir das ciências”, e julgar que nisso residiria o caráter dialético da passagem. É possível evitar também essa conclusão, ao menos no todo de sua força, caso se tenha em mente dois elementos.

Primeiro, ainda que o argumento relativamente à ciência política seja, de fato, uma adaptação de um argumento acadêmico, ele não é probante, pelas razões que foram acima expostas. Como já havia insinuado, o resultado mais decisivo quanto à existência do SBH mora em outra passagem – qual seja, a retomada da investigação em *EN I.7* – que será por mim examinada posteriormente. Se é assim, para o resultado realmente decisivo, a incursão pelo platonismo não contaminaria o resultado aristotélico. Defendo essa perspectiva na seção 2.4.2 deste capítulo.

Segundo, restaria, então, que Natali está considerando o exame do significado de um termo, *tagathon*, bem como de suas relações conceituais, como um passo dialético. É isso, com efeito, que parece sugerir sua menção às análises de David Charles, por contraste a Robert Bolton.¹¹¹ Indo ao ensaio de Bolton para verificar o que estava no horizonte de Natali, constata-se que ele procuraria escapar ao cheque-mate da dialeticidade do método nas ciências biológicas,¹¹² ao passo que, no entender de Natali, Charles não veria no concurso da dialética à prática científica um escolha para Aristóteles. No entanto, não creio que seja esse o caso. Creio que David Charles comprometa-se apenas com a tese segundo a qual o conhecimento que caracteriza a primeira etapa da investigação científica para Aristóteles – segundo o seu esquema, que é diferente daquele de Natali, como afirmei no início deste capítulo – envolve a compreensão da “expressão linguística relevante”,¹¹³ ou seja, do significado do nome ou das expressões nominais que se

¹¹¹ Natali (2010a), p. 306.

¹¹² Bolton (1980), pp. 146-166.

¹¹³ Charles (2000), p. 24.

referem ao objeto investigado, ao menos no que concerne à menção feita por Natali. Uma rápida consideração do esquema científico aristotélico em operação no capítulo 12 do livro de Charles, citado como inspiração por Natali no artigo anterior, indica a mesma compreensão da questão, via noção de “*common usage*” que parece operar na passagem da Primeira para a Segunda Etapa tal qual reza a formulação de Charles; aliás, algo que já ocorria na interpretação de *scholar* galês desde o capítulo 9, ao menos.¹¹⁴

A tese de Charles será examinada metodicamente no próximo capítulo desta dissertação; em vista disso, furto-me a comentá-la em detalhe aqui – basta que se lembre da rápida caracterização feita na abertura deste capítulo. Por ora, importa apenas frisar que uma consideração da significação dos termos e de certas relações conceituais entre vários termos, ainda que possa ser *instrumento* da dialética,¹¹⁵ não é razão suficiente para que se considere qualquer procedimento que disso se valha como um procedimento dialético. A isso oferecerei tratamento adequado na seção 2.3.1, item (iii), mas já aqui é possível dizer algo sobre a questão.

Não está em discussão aqui saber se Aristóteles vale-se ou não da dialética no contexto geral dos livros da *Ethica Nicomachea*; a resposta é seguramente afirmativa, quando não por outros momentos, ao menos pela discussão dos candidatos a SBH que tem lugar em *EN* I.4-6 (mesmo que, também aqui, isso não vai sem mais). O que é decisivo é compreender se, lá onde estaria operando um esquema definicional nos moldes das prescrições dos *Seg. Anal.*, Aristóteles se valeria de premissas dialéticas tal como reza a definição de argumento dialético em *Tópicos* I.1 100b22 e seguintes. Conforme o que se viu na abertura do capítulo 1 desta dissertação, o *silogismo* ou *argumento* dialético recebe uma caracterização muito precisa, incidindo, sobretudo, na natureza das premissas que o definem: são reputadas, e embora possam ser verdadeiras, não o são necessariamente, sua reputabilidade sendo derivada – depende de quem as sustenta. E, ao menos no que concerne à passagem examinada aqui, não creio que seja adequado passar sem mais de “exame do significado do termo e de relações conceituais que lhe são próprias” para “argumento baseado em *endoxa*”; o que faria de toda a semântica uma disciplina dialética – quando não de toda e qualquer atividade linguística.

¹¹⁴ *Idem*, p. 240.

¹¹⁵ Cf. *Top.* I.15, por exemplo.

Algo semelhante pode ser dito da consideração de Natali acerca de 1095a15-20, em que se encontra a definição nominal de *eudaimonia*,¹¹⁶ bem como de seu novo exame de 1097a33b5, que versa sobre suas qualidades. Uma coisa e outra, creio, devem alterar, ao menos em parte, a avaliação do *scholar* italiano do que seja o *logikos sullogismos* da definição de *eudaimonia*.¹¹⁷ Sobre isso, algo será dito na seção final, em 2.5.1.

2.3 Em busca da definição: a definição nominal

Ao contrário do que ocorria na primeira formulação da interpretação de Natali, agora a definição nominal faz parte, em certo sentido, da investigação da existência, como já assinalai: “Primeiro, estabelece se o objeto existe, e procura pelo significado dos termos usados na linguagem comum para indicá-lo (...).”¹¹⁸ O terreno aqui é, ainda, e ao menos em parte, aquela da primeira etapa tal como por ele descrita. Entretanto, avança-se já agora em direção à busca pelo *ti estin*, como se verá abaixo. Por isso, não se deve estranhar que o comentador italiano abra a seção de seu artigo fazendo referência à passagem de *Seg. Anal.* B.8 93a16-20, em que o filósofo, conforme análise precedente, estabelece que se investiga o “porque” após ter-se assegurado do “que”; e do mesmo modo, que não se pode apreender o que é a essência ou natureza do objeto (*to ti ên einaî*) sem antes saber que tal objeto existe – a regra de prioridade das perguntas.

Assim, se, por um lado, o que segue pertence ainda à investigação da existência do objeto sob consideração, por outro, há progressão em direção à etapa seguinte da investigação – saber “o que é” (*ti estin*) tal objeto. Consequentemente, para Natali, é em vista disso que Aristóteles afirma, ao retomar a linha de sua busca, que é preciso saber “o que é (*ti estin*) o bem que afirmamos que a ciência política busca¹¹⁹ e o que é (*ti estin*) o supremo bem alcançado na ação” (1095a14-16), o que será feito, em um primeiro momento, mediante recurso à definição nominal.

¹¹⁶ Natali (2010a), p. 308

¹¹⁷ Idem, p. 314, nota 15.

¹¹⁸ Idem, p. 324.

¹¹⁹ O autor toma a passagem “uma confirmação do fato de que Aristóteles valeu-se de um *argumentum ex scientiarum* nas linhas precedentes”. Creio ser isto um equívoco: tudo o que vai no que Aristóteles afirma é que se deve estabelecer o que é o objeto da referida ciência política. Aliás,

A etapa divide-se em dois tempos, e assim a examinarei: primeiro, chega-se ao nome (ou a alguma expressão semelhante a um nome) do objeto investigado, o que corresponde, segundo Natali, às indicações presentes na passagem de *Seg. Anal. B.10 93b29-32*. Isso será analisado abaixo na seção 2.3.1, que inclui uma discussão acerca da interpretação adequada da lição aristotélica quanto à definição nominal. A seguir, Natali inclui nessa etapa a incursão pelas *endoxa*, as opiniões reputadas analisadas em *EN I. 4-6*; tratarei disso abaixo na seção 2.3.2.

2.3.1 O nome do Sumo Bem: *eudaimonia*

Em *EN I.4 1095a16-20*, Aristóteles escreve:

Ora, em relação ao nome, há acordo quase completo da maioria (*onomati men oun schedon hupo tôn pleistôn omologeita*): pois, tanto o vulgo quanto os mais refinados dizem ser a felicidade (*tên gar eudaimonian kai hoi polloi kai hoi charientes legousin*) e supõem ser o bem viver e o bem agir o mesmo que o ser feliz (*to d' eu zên kai to eu prattein tauton hupolambanousi tôi eudaimonein*).

Natali busca extrair três resultados interconectados dessa passagem: (i) que a existência de um nome na linguagem comum para o objeto que está sendo investigado atesta a existência do objeto e já fornece algo de sua estrutura causal; (ii) que isso equivale *tout court* ao que Aristóteles tinha em mente em *Seg. Anal. B.8 93a22* ao falar em “apreender algo da coisa mesma”; e, conseqüentemente, (iii) que a definição nominal é um *endoxon* e que faz avançar o conhecimento relativo ao *ti estin* do SBH. Procurarei mostrar que (i) é talvez um passo demasiado, com implicações para o que vai em (ii) e (iii).

Acerca de (i), escreve o autor:

Pode ser o caso que encontrar uma definição nominal confirme a existência do objeto. Podemos ficar mais confiantes acerca da existência do SBH se, na linguagem comum, há uma palavra, *eudaimonia*, que o indique. Desse modo, a descoberta da definição nominal faz parte do busca pelo *ei estin*.¹²⁰

A inspiração para uma tal leitura é evidente, haja vista o que já expus acima acerca do modo como David Charles sugere que na primeira etapa da investigação científica aristotélica,¹²¹ há menção ao significado dos termos e aos usos da linguagem comum. Até aqui, não há maiores problemas; o que é estranho é que Natali afirme que a existência do nome indique a existência do nomeado, o que

talvez a evidência de que esteja em aberto ainda o *que é* objeto da ciência política contrarie fortemente sua tese. Cf. Natali (2010a), p. 307.

¹²⁰ Natali (2010a), p. 307.

¹²¹ Segundo seu modelo, que, insisto, difere em vários aspectos do modelo de Natali. Veja-se o capítulo seguinte.

contraria em boa parte o já mencionado modelo de Charles que lhe serve de inspiração.

Certo, poder-se-ia argumentar que se trata de uma das adaptações requeridas pela matéria própria da disciplina ética, mas não apenas não há razões para isso, pois, como já apontei insistentemente ao longo deste trabalho, há um outro modo de interpretar o passo da confirmação da existência do SBH que não demanda uma suposição no mínimo incômoda como essa (cf. 2.4.2), como ainda, de qualquer forma, restaria a dificuldade de esclarecer que tipo de relações estariam dadas entre metafísica e teoria semântica na filosofia aristotélica para garantir a legitimidade da passagem da ocorrência de um nome para a existência do nomeado. A ser como descreve Natali, Aristóteles continuaria soando como uma espécie de Heráclito, quando este afirmava: “Os homens não conheceriam o nome da justiça se tais coisas não existissem”.¹²² Com efeito, a leitura de *Seg. Anal.* B.7 92b5-7 parece sugerir que a tese aristotélica no mínimo abre espaço para que se possa dizer (quando não afirme que isto é *tudo* o que se pode dizer) que a significação de um nome e uma sua eventual presença na língua não é garante – quiçá nem mesmo indício – da existência extra-linguística do item nomeado:

o não ser, pois, ninguém sabe o “o que é” (*to gar mê on oudeis oiden ho ti estin*), mas pode-se saber o que significa a explicação ou o nome (*alla ti men sêmainei ho logos ê to onoma*) quando digo “bode-cervo” (*hotan eipô tragelaphos*), já o “o que é” bode-cervo (*ti d’ esti tragelaphos*) é impossível conhecer (*adunaton eidenai*).

Mais curioso ainda é a força que vem atribuída a essa definição nominal quando considerada como informativa acerca do *ti estin* do SBH. Escreve Natali que isso significa dispor-se já de um certo modo relativamente à causa e à explicação do objeto investigado: “Encontrar o *ti estin* é idêntico a encontrar a causa do objeto, como é dito mais adiante [nos *Analíticos*]: ‘É claro que o ‘o que é’ e o ‘porque é’ são idênticos (*to auto esti to ti esti kai dia ti estin* 90a14-15).”,¹²³ *dia ti estin* equivalendo à causa.¹²⁴ Não há erro algum nisso, obviamente; minha divergência, para qual peço licença, reside em outro aspecto da sugestão do *scholar* italiano. Trata-se de considerar como problemático, primeiramente de modo intuitivo, o fato de que essa perspectiva *causal* seja algo já no horizonte de uma definição nominal: a ser assim, esse tipo de definição deveria trazer consigo pesadas implicações metafísicas, sejam existencialistas, sejam essencialistas, caso pudesse, de fato, conter qualquer

¹²² Trata-se do fragmento 60 da edição de Bywater, citado por Burnet (2006), p. 155.

¹²³ Natali (2010a), p. 307.

¹²⁴ A conexão é examinada no capítulo 3 desta dissertação.

relação causal com o item referido pelo nome. Em uma palavra, *o nome de algo não parece manter relação causal com aquilo que nomeia*; e se o contexto aqui é o de uma definição nominal, como é, então qualquer relação que possa o nome ou um seu assemelhado manter com a explicação causal adequada não pode ser apresentada sem análises complementares.

Não fica claro se Natali apenas considera que Aristóteles precisou adaptar sua concepção às exigências da investigação acerca do SBH (e, sendo esse o caso, nada se esclarece acerca de que exigências teriam se imposto) ou se no próprio seio da teoria exposta nos *Segundo Analíticos* há já alguma reformulação de tal corolário. O capítulo seguinte, em que examino em detalhe a estrutura e as teses de *Seg. Anal. B.1-10* à luz da interpretação de David Charles, oferece uma resposta a tal problema; mas já aqui é preciso dizer algo a respeito, investigando as possíveis razões de Natali para adotar tal leitura e situando-a no quadro dos debates contemporâneos sobre a questão – e não era esta mesmo uma das propostas desta dissertação? –, pois não basta afirmar que interpretação contraria algum ponto intuitivo a seu respeito. Tanto a passagem de “dispor de uma definição nominal” para “comprovação da existência do nomeado” quanto a relação entre definição nominal e explicação causal tem, em sua origem, a mesma disputa interpretativa. Passo, agora, a ela, ainda que brevemente.

Os comentadores contemporâneos parecem estar de acordo quanto ao fato de que, pelo que reza a teoria aristotélica da definição exposta em *Seg. Anal. B*, a definição nominal cumpre um papel relevante na pesquisa científica. Bolton, por exemplo, afirma que “a definição nominal encapsula informação da qual dispõe o cientista acerca de uma entidade antes que ele possua uma explicação relativa à sua natureza ou essência. Isso permite ao cientista fixar-se em objetos apropriados para investigação ulterior.”¹²⁵ Devereux e Demoss, em artigo de uma década seguinte, também assim reconhecem a questão: a título de uma etapa inicial da pesquisa científica, vinculada à regra da prioridade das perguntas *ei esti* e *ti estin*, “devemos dispor de uma explicação preliminar da forma ‘trovão é um tipo de ruído nas nuvens’”; são explicações “do que termos tais como ‘trovão’ ou ‘eclipse’ *significam* na medida em que capturam aquelas características que os falantes têm

¹²⁵ Bolton (1976), p. 521.

mente quando usam e compreendem tais termos”;¹²⁶ e é isso que habilita o investigador a seguir adiante em sua busca científica.

O acordo, entretanto, parece se encerrar aqui, pois duas questões impõem-se forçosamente para a adequada compreensão do ponto. Primeiramente, não é claro o que conta ou não como uma definição nominal. Dependendo do modo como se interpreta a teoria aristotélica de *Seg. Anal.* B.1-10, pode-se sugerir que Aristóteles aceite como definições nominais legítimas apenas aquelas definições de itens realmente existentes. Segundo, e conseqüentemente, as definições nominais seriam tais que acarretariam consigo uma implicação existencial e, em certo sentido, essencial, isto é, a compreensão do significado dos termos implicaria no conhecimento da existência do significado, que se daria por meio da apreensão de certos traços de sua estrutura, dispondo o indivíduo de posse de uma tal definição em certa posição de conhecimento relativo à causa – à explicação relevante – do item nomeado. É nessa chave que Bolton interpreta a lição de Aristóteles: “Assim, a apreensão dessas definições nominais envolve a apreensão da existência de algo que lhes sejam conforme.”¹²⁷

Devereux e Demoss, no entanto, sugerem outro modo de compreender a lição do Estagirita. Com vistas a preservar a tese acerca do conhecimento preliminar requerido pela estrutura da investigação científica segundo Aristóteles e, ao mesmo tempo, abrir espaço para a tese segundo a qual não é necessária a suposição existencial em tal etapa, afirmam os autores, seguindo Sorabji, que “não há inconsistência entre as afirmações (a) não há definição de não-existentes e (b) definições (i.e., expressões definicionais) são não-comprometidas no que concerne a existência das coisas definidas”;¹²⁸ uma solução que repousa sobre a distinção entre a definição nominal legítima – comprometida com a existência, ainda que não garantindo ao seu detentor de pronto um conhecimento acerca da existência – e as “expressões definicionais”, que, informativas e relevantes nos estágios preliminares da investigação, não envolvem a noção de existência.

A disputa passa, como reconhecem Devereux e Demoss,¹²⁹ pelo modo como se compreende a relação entre os capítulos aporéticos de *Seg. Anal.* B.3-7 com os capítulos precedentes, B.1-2, e imediatamente subsequentes, B.8-10, e a

¹²⁶ Devereux & Demoss (1988), pp.135-36.

¹²⁷ Bolton (1976), p. 522.

¹²⁸ Devereux & Demoss (1988), p. 142, nota 22.

¹²⁹ Idem, p. 133.

relação com a noção de demonstrabilidade das definições, o que, por sua vez, está intimamente conectado com o modo como se interpreta a lição quanto aos tipos de definição listados por Aristóteles em B.10. Já havia mencionado essa problemática no capítulo 1 deste trabalho; reapresento-a, agora, em termos um pouco mais específicos. O tratamento adequado do ponto, entretanto, terá lugar no próximo capítulo, em que a interpretação de David Charles procura resolver essas e outras questões conexas, fazendo emergir um quadro claro da teoria aristotélica da definição e sua relação com a investigação científica.

Posso, agora, retornar aquela divergência que deu origem a essa incursão pelas disputas acerca da definição nominal tal qual empregada por Carlo Natali em sua leitura da *Ethica Nicomachea*. O problema todo consiste, portanto, em reconhecer que Natali parece favorecer uma interpretação aos moldes do que é preconizado por Bolton, sobrepondo-lhe as linhas gerais do esquema defendido por David Charles (que é distinto do e oposto ao de Bolton). Por isso, creio que a importação existencial e a menção à causalidade, uma e outra presentes na definição nominal para Natali, são ambas fruto dos impasses quanto ao modelo a ser adotado do que, de fato, está ocorrendo em *Seg. Anal.* B.1-10 – em uma palavra, quanto ao que é e o que faz uma definição nominal e como ela se relaciona com os demais tópicos ali tratados por Aristóteles. Após as análises do próximo capítulo desta dissertação, pretendo indicar uma interpretação adequada para a questão, que arranje harmoniosamente o precioso instinto filosófico de Natali ao voltar-se para a *EN* em chave definicional com o modelo descrito por David Charles de modo a evitar esses impasses.

(ii) Poder-se-ia sugerir, ainda, que Natali não chega a afirmar a tese da passagem que vai de uma definição nominal para a existência, pois escreve em termos como “é possível”, “pode ser o caso”. Se fosse assim, a longa discussão acima seria despropositada. Contudo, é uma tal passagem que ele inequivocamente afirma um pouco mais adiante, ao buscar conectar a etapa em questão à posse de “algo da coisa mesma”, tal como reza a lição de *Seg. Anal.* B.8. De fato, ao esclarecer de que modo a definição nominal é incorporada na investigação do *ti estin*, escreve o comentador italiano que “a razão para isso é que a definição nominal *não apenas afirma que o objeto existe* [grifos meus], como também ‘fornece-nos alguma informação acerca do objeto de nossa busca’ (*Seg. Anal.* B.8 93a22)”.¹³⁰

¹³⁰ Natali (2010a) pp. 307-8.

Que tal conexão exista é algo que não quero disputar; já os comentadores citados acima nela se apoiam.¹³¹ A dificuldade, portanto, é relativa ao ponto tratado em (i) acima, ou seja, o que conta como uma definição nominal, em que termos ela fornece um tal conhecimento de “algo da coisa mesma” e, claro, o que exatamente é isso. No próximo capítulo, a partir da análise da versão que David Charles dá ao esquema da busca definicional, defenderei que é possível manter o papel da definição nominal com os resultados esperados, compreendendo em outra chave, no entanto, não apenas em que ela consiste como também de que modo se relaciona com a referida passagem dos *Segundos Analíticos*.

(iii) O que se sabe, então, com base no que foi fornecido pela definição nominal, acerca do SBH? Em primeiro lugar, que seu nome na linguagem comum é *eudaimonia* (“felicidade”), o que, para Natali, equivale a passar de um *logos onomatôdês* – “*akroataton tôn praktôn agathôn*” – para um *onoma* – “*eudaimonia*” (cf. *Seg. Anal.* B.10. 93b30-31);¹³² segundo, que “ser feliz” (*eudaimonein*) equivale a “bem viver” (*eu zên*) e “bem agir” (*eu prattein*).¹³³ Essa equivalência dada na linguagem comum, por sua vez, faz avançar o que se sabe sobre o termo *tagathon* apresentado nas primeiras linhas do tratado: o bem para o homem equivale nominalmente a ser feliz, a levar uma boa vida, nela sendo exitoso. Exclui-se, portanto, que tal bem seja um objeto, uma emoção momentânea ou um estado passageiro ou um estado que emirja após a morte; antes, trata-se de um modo de vida, o que Natali aponta acertadamente.

Ocorre que, uma vez que Natali identifica o esclarecimento do significado de um termo com a noção de opinião reputada (*endoxon*), o autor toma o enunciado da definição nominal precisamente nesses termos: “isso [i.e., a definição nominal e o acordo que há quanto a ela] é claramente um *endoxon*.”¹³⁴ Já afirmei que não é necessário considerar o recurso à linguagem comum como sendo constitutivo, invariavelmente, de um procedimento dialético, embora seja empregado na dialética. Com o perdão da trivialidade do exemplo, creio que esclarecer que o termo “banco” e a expressão “certo tipo de instituição financeira encarregada das funções econômicas tais-e-tais” se equivalem em determinada língua corrente não constitui

¹³¹ Cf. Bolton (1976), pp. 522 e seguintes; Devereux & Demoss, pp. 135-38, principalmente.

¹³² No artigo de Natali (2010a), à página 309, a menção é a 95b30-31, mas isso é claramente um lapso da revisão.

¹³³ Conforme já assinalado na primeira abordagem dessa passagem no capítulo 1, “bem agir” traduz aqui genericamente algo que pode ser ambíguo, ao menos nessa altura do texto, podendo significar algo como o nosso coloquial “passar bem” ou “estar bem”.

¹³⁴ Natali (2010a), p. 308.

um caso de *endoxon*, apenas um esclarecimento *formal* quanto à equivalência dos termos.

A sugestão de que se trate de um *endoxon*, no entanto, parece derivar da ocorrência de *polloi* (“o vulgo”, “a massa”, ou, simplesmente, a “maioria”) e *charientes* (“os mais refinados” ou “mais cultivados”). É, isso, com efeito, que sugere a menção de Natali à passagem de *Top.* I.1 100b22 e a definição mesma da premissa dialética, a saber, aquela que afirma que são *endoxa* as opiniões sustentadas por todos, pela maioria ou pelos sábios. De fato, no texto da *EN*, o par *polloi* e *charientes*, que ocorre em 1095a17-18, logo a seguir é rerepresentado como o par *polloi* e *sophoi*, fazendo eco ao trecho mencionado dos *Tópicos*. Não é necessário, contudo, adotar essa interpretação. Como quer que se venha a ler a passagem do início de *EN* I.4, no entanto, é forçoso entender o que a menção à maioria e aos sábios ou cultivados ali faz, bem como qual a sua relação com a identificação nominal entre as expressões “ser feliz”, “bem viver” e “bem agir”.

Começo pelo funcionamento da equivalência dos termos. Uma primeira possibilidade seria considerar a equivalência linguística que Aristóteles assinala ao apresentar a definição nominal do SBH em 1094a17-20 em uma chave *forte*. Assim, a relação de identidade entre as expressões “ser feliz”, “bem viver” e “bem agir” seria análoga à relação entre as expressões “solteiro” e “indivíduo do sexo masculino não-casado”, por exemplo, ou entre o termo “triângulo” e “figura geométrica com três lados”. De fato, indicar uma tal equivalência, em certos contextos, pode ser útil – digamos, para ensinar a alguém, por qualquer motivo que seja, o significado do termo na língua, e não há dúvidas de que se trate de uma equivalência.¹³⁵

Agora, atente-se para o seguinte: de posse de uma tal identificação formal no plano linguístico, pode haver disputas quanto ao que cai sob a extensão de tais expressões? Quer dizer, de posse da identidade entre os termos “triângulo” e a expressão “figura geométrica com três lados”, é possível que ainda seja o caso que não se saiba identificar *instâncias* (portanto, no nível extra-linguístico) daquilo a que os termos estejam a fazer referência? Creio que a resposta deva ser aqui negativa: pode ser que alguém de posse da informação da equivalência formal entre as expressões em questão não saiba, por exemplo, se triângulos – a figura, não o seu nome – existem; ou por outra, talvez isso esteja garantido (como sugere a interpretação de Natali para as definições nominais), mas, ainda assim, a pessoa de

¹³⁵ Cf. Charles (2000), p. 26, nota 9; p. 27. O ponto será examinado detidamente no capítulo seguinte.

posse de tal conhecimento não tenha uma *explicação* quanto à razão de os triângulos possuírem três lados; muito provavelmente, também, o indivíduo pode desconhecer a existência de uma variedade de tipos de triângulos. Tudo isso é verdade, mas certamente a posse da identidade formal, linguística entre as expressões não fará com que essa pessoa entre em disputas quanto ao que pode ser um referente das expressões identificadas, ora apontando para um quadrado, ora para um círculo.

Da mesma forma, dois ou mais indivíduos de posse do conhecimento da identidade formal, no plano linguístico, entre aqueles termos, não devem exibir discrepâncias quanto aos itens que, no plano extra-linguístico, reconhecem como instâncias ou casos daquelas expressões. O mesmo parece valer para os termos “solteiro” e “indivíduo... não-casado”. Isso significa que a informação contida na definição nominal é tal que provê aquele que a detém de conhecimento suficiente para reconhecer os referentes extra-linguísticos (se porventura existirem) das expressões.¹³⁶ O acordo relativo à identidade dos termos na linguagem estende-se àquilo que é referido por tais termos. Assim, a identidade não é meramente formal (i.e., no plano linguístico), mas também material (i.e., no plano extra-linguístico), pois uma como que fixa o referente material da outra: não é possível haver disputa quanto ao que se queira dizer com uma e com outra coisa; não há disputa quanto ao que pode preencher materialmente uma e outra coisa, e estar de posse da informação relativa à sua identidade formal acarreta sua eventual (o item pode não existir) identidade material.

Não é esse o caso em vista por Aristóteles. Quer dizer, assinalar a identidade peculiar na língua entre as expressões “ser feliz”, “bem viver” e “bem agir” não acarreta, para Aristóteles, a pronta informação quanto ao referente ou quanto àquilo que preenche materialmente a identidade formal. É isso mesmo, aliás, que justifica a menção aos *polloi* e aos *sophoi*: por certo que estão de acordo nominalmente, isto é, formalmente, mas podem divergir, e divergem, quanto a que se referem as expressões, o que dá ensejo a análise das opiniões acerca do SBH em parte de *EN* I.4 e, a seguir, em I.5-6. Portanto, a identidade entre aquelas expressões, para Aristóteles, não pode ser desse tipo.

¹³⁶ É isso, precisamente, que se viu no item (i) desta seção, ao caracterizar, ainda que brevemente como os intérpretes contemporâneos compreendem a lição de Aristóteles em *Seg. Anal.* B.1-10.

Pode haver, contudo, uma identidade linguística de outra natureza. Considere-se, por exemplo, as expressões “morar bem”, “residir bem” e “habitar uma boa casa”; é perfeitamente razoável afirmar que se equivalem, no nível linguagem. Tudo o que isso está apontando é que, antes mesmo de saber a que essas expressões se referem – a que objeto ou estado de coisas no mundo elas fazem referência, sabe-se de antemão que elas, do ponto de vista formal, se equivalem. Até aqui, o exemplo parece ser do mesmo tipo que o anterior. Contudo, nesse caso, é fácil perceber que a informação acerca da identidade linguística fornecida por algo que expressa um acordo nominal *não é condição suficiente* para fixar o referente extra-linguístico, ou seja, aquilo a que se referem as expressões. É perfeitamente possível que em um tempo t^1 de sua vida um indivíduo considere que “morar bem” (expressão que ele sabe ser idêntica as outras duas) tem por referente uma mansão no bairro nobre da cidade e, em um tempo t^2 de sua vida, julgue que a mesma expressão (e preservando a mesma identidade linguística com as demais) refira-se a uma tranquila casa no campo.

O mesmo vale para grupos de indivíduos: tome-se dois grupos de pessoas, A e B, ambos de posse da informação linguística relevante, a saber, a identidade entre as expressões “morar bem”, “residir bem” e “habitar uma boa casa”; considere-se ainda que os grupos A e B serão expostos a vídeos que exibam pessoas morando em no mínimo dois tipos de lugares e em variadas condições – por exemplo, uma frugal casa no campo e uma luxuosa cobertura na cidade. Quando solicitados a apontar a que se referem aquelas expressões, se o vídeo exibindo as pessoas que vivem no campo ou o vídeo exibindo pessoas que vivem na cidade, é perfeitamente natural que os dois grupos apontem para vídeos diferentes *sem que isso signifique que não reconheçam a identidade nominal* entre as expressões “morar bem”, “residir bem” e “habitar uma boa casa”.

Assim, percebe-se que, em casos como esse, a identidade formal entre as expressões não é suficientemente explicativa para que se fixe o referente de maneira rígida, garantindo via identificação nominal a referência material para que os nomes apontam. Creio ser isso o que está em jogo quando Aristóteles apresenta a definição nominal do SBH em 1095a17-20. A ser assim, justifica-se a menção ao acordo que se dá entre as duas pontas da opinião – o vulgo e os mais refinados – pois logo ali, quando se tratar de preencher materialmente os termos “ser feliz”, “bem viver” e “bem agir”, apontando a que eles se referem em suas práticas (plano extra-

linguístico), de fato, haverá divergências em que pese o reconhecimento de ambos os grupos quanto a equivalência daquelas expressões na linguagem (plano linguístico).

Desse modo, à luz do que já foi exposto pelas passagens precedentes acerca do papel da definição nominal, fixando o alvo para que aqueles que a possuam reconheçam os casos – o seu referente extra-linguístico – podendo, então, prosseguir com a investigação em busca da definição real, resulta que Aristóteles estaria assinalando aqui em I.4 que a definição nominal do SBH por ora apresentada ainda não cumpre o papel esperado: ela não habilita aquele que esteja por ventura de posse dela a selecionar a que se referem os termos em questão. Será preciso melhor formulá-la, talvez, ou recorrer ainda a alguma outra estratégia que venha a servir de sucedâneo ao papel desempenhado pelas definições nominais nos *Analíticos*. O que, contudo, pode-se perguntar, vascolega de tal modo a definição nominal do SBH apresentada por Aristóteles?

Creio que a resposta é assaz simples, e já Aristóteles fornecera-a poucas linhas antes. Em *EN* I.3 1094b14-16, afirmava o Estagirita o seguinte: “as coisas belas e justas (*ta de kala kai ta dikaia*), a respeito das quais investiga a ciência política (*peri hôn hê politikê skopeitai*), possuem diferença e variam (*echei diaphoran kai planên*) de tal modo a parecer serem apenas por convenção (*hôte dokein nomôn monon eina*), e não por natureza (*phusei de mê*)”. Ato-contínuo, prossegue Aristóteles assinalando à audiência de suas lições que, na vida, muitos teriam sido arruinados por sua riqueza, ou por sua coragem – coisas tomadas como boas –, tamanha a oscilação quanto ao que sejam as tais “coisas belas e justas”, que, como se viu, equivalem ao bem humano (*to anthrôpinon agathon*) mencionado em *EN* I.2 1094b8. O sentido geral da passagem já foi analisado no primeiro capítulo. O que importa destacar aqui é que, valendo as observações acerca da variação ou flutuação das coisas belas e justas também para o bem, como de fato valem, o ponto de Aristóteles pode, então, ser assim sintetizado: o termo “bem” é tal que seu referente, sem maiores análises, *não é e não pode ser* fixado de modo a garantir aquela condição que se supunha poder ser cumprida pela definição nominal: por isso a equivalência entre *eudaimonein*, *eu zên* e *eu pratein* não possibilita a informação quanto a que se referem as expressões – as variadas situações que instanciam o bem viver e o bem agir perturbam a estabilidade da referência. Claro está que isso não exclui que se possa precisar o significado e garantir, ainda que

minimamente, tal referência, e isso mesmo a definição real de *eudaimonia* virá a fazer.

Essa interpretação parece trazer vantagens, pois, de um lado, não requer que se considere todo esclarecimento relativo ao significado de termos e conceitos na linguagem comum como sendo um procedimento necessariamente dialético; de outro, abre a possibilidade para que o acordo nominal não seja condição suficiente para a fixação do referente dos nomes e expressões nominais identificados – como é o caso de “ser feliz”, “bem viver” e “bem agir”, acomodando harmoniosamente a um só tempo a menção ao acordo nominal entre os *polloi* e os *sophoi* e a menção à divergência quanto a que as expressões se referem. Ademais, a incursão pelas opiniões divergentes, portanto, não é *necessariamente e sem mais* um indício de que a definição nominal seja um passo dialético; este é dado, com efeito, apenas quando da consideração das opiniões divergentes, e mesmo ali sua natureza não é de todo clara, o que buscarei elucidar agora.

2.3.2 Uma incursão pela dialética: EN I.4-6

Em 1095a20-22, Aristóteles afirma que

Relativamente ao que é a eudaimonia, discordam, e o vulgo e os sábios não respondem do mesmo modo (*peri de tês eudaimonias ti estin, amphisbêtousin kai ouch homoiôs hoi polloi tois sophois apodidoasin*).

A seguir, após dizer que a massa considera que se trata de algo óbvio e evidente, como o prazer, a riqueza e a honra¹³⁷ – exatamente os candidatos examinados a seguir – Aristóteles ainda sugere que o mesmo indivíduo, por força das circunstâncias, ora considera que se trate de uma coisa – a saúde quando se está doente, por exemplo – ora julga que é outra – como o dinheiro quando se está na pobreza, retomando o ponto acima mencionado quanto à flutuação do bem. Contrastando com as variadas opiniões da maioria, Aristóteles apresenta a tese de um filósofo, Platão – referido apenas por “alguns” –, que sustentava que, além desses vários bens, haveria um bem em si e que seria causa do ser bom dos outros vários bens. Não disputo – e nem creio que se o faça – o caráter dialético dessa passagem; estou de acordo, igualmente, com a avaliação de Natali segundo a qual o exame das *endoxa* oferece ao fim e ao cabo apenas resultados negativos,

¹³⁷ No tratamento da honra, em EN I.5 1095b22-1096a1, são os *charientes*, os “refinados” ou “cultivados”, que sustentam ser a honra (política, em particular) o sumo bem; essa oscilação, contudo, não tem maiores consequências para minha análise.

descartando os candidatos examinados.¹³⁸ Portanto, a análise que pretendo oferecer aqui tem em vista duas perguntas, a saber, como Aristóteles elimina os candidatos a SBH nesse incurso dialético e o que isso pode revelar, se é que revela algo, relativamente ao procedimento metodológico de Aristóteles. Responder, ainda que brevemente, uma ou outra requer enunciar problemas mais gerais da filosofia de Aristóteles que não poderão ser examinados em detalhe aqui, mas para o qual também se buscará uma palavra que venha em socorro da boa compreensão do que vai adiante.

Após a digressão (*parékbasis*) de 1095a31-b13, já referida no primeiro capítulo desta dissertação, Aristóteles reconhece que, não sem razão (*ouk alogôs*), as concepções de bem, isto é, da *eudaimonia* (*to gar agathon kai tèn eudaimonian*) é dada pelo modo como conduzem suas vidas. A seguir, apresenta o filósofo os três os principais tipos de vida: (i) a vida dissoluta (dedicada aos prazeres), (ii) a vida política e a vida contemplativa. Quanto à vida dedicada à contemplação, tudo o que Aristóteles afirmar por ora é que ela será examinada posteriormente (1096a4). Em vez dela, é (iii) a vida dedicada ao dinheiro – já referida ao falar de riquezas (1095a23-24) – que é considerada. A mais longa seção (*EN* I.6 1096a10-1097a14) desse passo dialético é consagrada ao exame da opinião platônica acerca do bem. Uma palavra sobre ela, já que não me deterei no embate aristotélico com as posições acadêmicas.

Creio que o juízo de Natali acerca da passagem é acertado, afirmando o autor que a crítica de Aristóteles a Platão repousa em seu próprio trabalho filosófico, como, por exemplo, a distinção entre as categorias e ainda outros conceitos metafísicos,¹³⁹ o próprio Estagirita reconhecendo que a discussão ultrapassa os limites daquela *disciplina filosófica* (1096b30-31). Quero assinalar aqui apenas um ponto muito básico, de modo a resultar clara a unidade de tratamento que concedo à inteira incursão dialética de *EN* I.4-6. O ponto é o seguinte: se o que ocorre é um recurso a outras disciplinas e a outros resultados filosóficos obtidos pelo próprio Aristóteles, o pôr de parte certas opiniões – da maioria ou dos sábios – acerca de um tópico em questão é antes uma consequência filosófico-conceitual de tais pesquisas aplicadas à discussão do que um procedimento “diaporético” tal como se costuma caracterizar o método dialético em ética. Esse parece ser o caso do exame

¹³⁸ Natali (2010a), p. 310.

¹³⁹ Idem, pp. 309-10.

da tese platônica relativa ao bem.¹⁴⁰ Além disso, a perspectiva de um exame conceitual da questão com vistas a apresentar algum resultado próprio, mais seguro, parece estar a indicar igualmente um papel mitigado para a dialética. Logo, a natureza procedimental da passagem não é tal que não envolva alguma problematização.

O ponto não é novo, e muitos comentadores buscaram defender versões similares para fugir de leituras fortemente dialéticas para as pesquisas aristotélicas.¹⁴¹ Uma versão forte desse procedimento, altamente dependente da *Metafísica*, é aquela expressa por Terence Irwin: “Aristóteles julga poder avaliar as opiniões comuns desde um ponto de vista suficientemente independente, pois dispõe de argumentos metafísicos para justificar alguns de seus princípios centrais.”¹⁴² Não creio, entretanto, que seja preciso assumir-lhe todos os (de resto pesados) postulados. Certo, a questão é assaz mais complicada, e não está no centro das atenções e dos propósitos do presente trabalho, mas ainda assim vale assinalar os termos em que se dá o debate, preparando o terreno para uma possível defesa, ainda que mínima, das sugestões de leitura que seguem abaixo – essas, sim, conectadas a certos resultados da leitura de comentadores atuais como aqueles apresentados no panorama inicial do primeiro capítulo.¹⁴³

A objeção a essa formulação que busca reconhecer no procedimento de Aristóteles um recurso ou bem a pontos de outras investigações, ou bem a resultados extraídos estritamente de análises conceituais quando da consideração das chamadas *endoxa* (ou *legomena*) consiste em procurar mostrar que, contrariamente a isso, o Estagirita não estaria avaliando (positiva ou negativamente) tais opiniões comuns ou reputadas em virtude de seus resultados, antes, partindo delas e tomando-as como *critério* da verdade ou validade de suas próprias formulações – e.g., as de SBH e *eudaimonia*. A estar certa essa formulação, então o *partir das opiniões* acorda com a definição do argumento dialético enunciado em

¹⁴⁰ Com o perdão do exemplo anacrônico e descontextualizado, peço que se considere a seguinte situação. Suponha que um físico como Albert Einstein tivesse que esclarecer a um físico como Isaac Newton por que sua (de Einstein) é superior à dele (de Newton). É natural esperar que Einstein reconstruísse a concepção da física concorrente e, à luz de seus resultados, indicasse: “os fenômenos x e y não são adequadamente explicados”, coisa que a nova concepção o faria. É algo dessa ordem que, neste ponto relativo ao platonismo, julgo ser o caso – nada digo sobre o procedimento “diaporético”, ou, simplesmente, dialético, nos demais tratados de Aristóteles.

¹⁴¹ Já havia assinalado isso ao considerar o contraste entre a leitura de Burnet, fortemente dialética – seu *locus classicus*, mesmo – e a de Stewart. Hardie (1980) e Irwin (1988) podem ser tomados como dando sequência à linhagem inaugurada no comentário moderno por Stewart.

¹⁴² Irwin (1988), p. 358. Cf. ainda Irwin (1980).

¹⁴³ Cf. Zingano (2007a); Salmieri (2009); Natali (2007) e (2010a).

Top. I.1 100b22 e seguintes;¹⁴⁴ e, como as premissas dialéticas – as opiniões reputadas – derivam sua reputabilidade daqueles que as sustentam, então as análises de Aristóteles repousam, em última instância, nisso, a saber, na reputabilidade daqueles que defendem tal ou qual opinião utilizada como premissa.¹⁴⁵

Posta essa caracterização geral da questão, proponho que se retorne ao exame da análise aristotélica dos candidatos ao SBH na chave de exegética de Carlo Natali. Com isso em mente, procurarei enunciar o que poderia ser uma interpretação que problematizasse a que Natali apresenta, com isso indicando uma possível alternativa à formulação acima apresentada quanto ao papel das *endoxa* no contexto de I.4-6 e quanto a algumas relações conceituais que se desdobram para além da passagem. Ao fazer isso, portanto, não tomarei partido quanto a leituras específicas, seja a de Irwin supracitada, seja com alguma sua contendora.

(i) Acerca do primeiro tipo de vida, aquela dedicada aos prazeres, Aristóteles afirma que é escolha da escolha, consistindo em uma vida completamente escravizada e mais própria aos animais (1095b19-22). Parece que aquilo que mais se aproxima de uma razão para que se descarte essa forma de vida é o fato de se tratar de uma vida escravizada e tipicamente animal. Contudo, há de se notar que em nenhum momento do texto até então há menção ao fato de o bem em questão, a *eudaimonia*, tal como se a busca nesse inquérito, ser um tipo de bem que o escravo não é capaz de realizar, o que é referido somente em *EN* X.6 1177a6-11, em contexto próprio da investigação aristotélica, e não nesse passo dialético de I.5. Ao mesmo tempo, deve-se considerar que a noção de *bem humano* já está introduzida desde as primeiras análises conceituais da noção de “bem” 1094b7: “e assim, este será o bem humano (*hoste tout’ an eiê to anthrôpinon agathon*)”, como já mencionei; e que, além disso, é apenas em *EN* I.7, ao dar início à investigação da função (*ergon*) do homem, que Aristóteles afirma que a vida sensitiva, por que comum aos demais animais, não pode ser a função própria do homem (1098a2-3), função esta que indicará o que é o bem para o homem.

Note-se, por fim, que o primeiro resultado – a noção de que o bem é um *bem humano* – depende das considerações conceituais de *EN* I.2, encontrando suporte

¹⁴⁴ Cf. as “Considerações preliminares” no capítulo 1. Mais sobre isso será dito a seguir.

¹⁴⁵ Destrée (2008), p. 385. Como já afirmei, o ponto é complexo e um seu adequado tratamento aqui exigiria muito mais análise e erudição quanto ao tema, e sou forçado a confessar que decepcionarei em ambas.

primeiramente na ideia de que se trata de um bem alcançado pela ação (1094a18), que envolve nosso desejo e nossa escolha (1094a19 e a20, respectivamente) e que importa grandemente para nossa vida (1094a22), e, a seguir, na distinção entre o bem para um indivíduo e o bem da polis (1094b8-10). Já o eco à vida e à função distintiva do homem por oposição àquela dos animais, além de se encontrar formulada em *EN* I.7 1098a2-3, é ele próprio um recurso à biologia e à psicologia aristotélica,¹⁴⁶ o que o próprio Natali afirmará logo mais em seu ensaio ao comentar a noção de “partes da alma”: “Novamente, isso não é uma opinião comum, mas o resultado da pesquisa psicológica conduzida pelo próprio Aristóteles”.¹⁴⁷

Começa a se desenhar, assim, a resposta para as questões que afirmei estarem no horizonte desta seção: o modo como Aristóteles parece eliminar os candidatos a SBH em I.4-6 vale-se de noções e conceitos próprios à formulação aristotélica do tipo de bem por ele visado, incluindo – e importa frisar isto – conceitos que somente depois serão devidamente apresentados e analisados. A concepção de SBH/*eudaimonia* do filósofo e as implicações conceituais que lhe são próprias é que servem de *critério de julgamento* das opiniões comuns ou reputadas, ela mesma não sendo afetada pelas opiniões.

Certo, o ponto quanto à natureza dialética da passagem não é drasticamente alterado, e isso mesmo busquei assegurar já de início; que seus resultados fossem negativos tampouco está em questão. A leitura corrente, contudo, busca ver nessa passagem um caso do procedimento metodológico dialético por excelência na ética, ou seja, o procedimento em três passos descrito em *EN* VII.1 1145b2-7 mencionado na abertura deste capítulo. Tal não parece ser, contudo, a realidade da análise aristotélica. Assim, a interpretação de Salmieiri mencionada nas considerações iniciais do primeiro capítulo deste trabalho parece estar correta:

Creio que esse modo [via. *EN* VII.1] de ler o livro I é enganadora, pois essas opiniões [i.e., I.4-6] são consideradas tão-somente como respostas possíveis a uma questão já apresentada independentemente delas, e porque os capítulos que levam a cabo a maior parte do trabalho, I.1-2 e I.7, não são, eles mesmos, organizados em torno de aporiais, e não creio que

¹⁴⁶ Zingano (2008), pp. 84-5, em sua análise de *EN* I.13 indica um posição em contrário. Segundo ele, algumas importantes diferenças de tratamento acerca da alma, mormente aquelas concernentes à divisão “parte racional” – “parte não-racional”, sugerem que não se deve considerar a doutrina ali exposta como sendo propriamente o resultado da investigação de Aristóteles. Escreve ele: “Creio, assim, que se deve voltar à leitura tradicional e ver aqui o uso de uma doutrina que Aristóteles não esposaria em tratado de psicologia, nem mesmo quando estava escrevendo a *EN*, mas que é útil à exposição que está fazendo”. A distinção, talvez, possa ser considerada em termos de uma adequação aos propósitos do tratado em questão, o que não implicaria maiores alterações no quadro da interpretação sugerida quanto ao ponto metodológico geral aqui defendido.

¹⁴⁷ Natali (2010a), p. 316.

se possa ver nisso, com plausibilidade, uma instância de qualquer dos procedimentos dos três passos [de VII.1].¹⁴⁸

A lição básica a ser assegurada é por ele claramente expressa: “Amiúde as discussões de *aporiai* são precedidas por passagens em que Aristóteles desenvolve sua própria explicação positiva [quanto aos pontos em questão]”.¹⁴⁹ Isso parece ser verdadeiro, em especial, no que tange às discussões posteriores no tratado nicomaqueio, como, por exemplo, o exame da noção de ato voluntário em *EN* III.3 e a análise da escolha deliberada em *EN* III.5; o caso do livro I envolvendo ainda o trabalho posterior de I.7, exatamente nos termos assinalados por Salmieri.

(ii) O exame da vida política, consagrada à honra ou à virtude, parece seguir o mesmo padrão e pode conduzir ao mesmo resultado relevante para meu ponto. Após afirmar que as pessoas refinadas ou cultivadas, ativas na vida política, concebem a honra como sendo o bem em questão, Aristóteles qualifica o ponto, esclarecendo que tais homens buscam, de fato, a virtude, o que é exposto em 1095b29-33. Como uma e outra coisa, tal como as concebem essas pessoas, são descartadas?

Quanto à honra, é afirmado que não pode ser o SBH “pois parece estar mais em quem honra do que em quem é honrado (*dokei gar en tois timôsi mallon einai ê en tôi timômenôi*) (1095b24-25)”, ao passo que o bem em questão não parece ser assim, antes sendo pensado em termos de algo próprio ao indivíduo e não instável. Ora, a honra, portanto, é tal que, em certo sentido, não depende nós, ou, ao menos, não no sentido requerido: ela não está inteiramente em nosso poder. A justificativa parece fazer eco à *EN* III.5, 1112a30; ali, com efeito, escreve Aristóteles que “deliberamos sobre o que está em nosso poder e que é realizável (*bouleuometha de peri tôn eph’ hêmin kai praktôn*)”. A essa altura da investigação, já se está em estágio consideravelmente avançado; esse talvez seja o motivo para que Aristóteles não se valha expressamente das noções de “deliberação”, “escolha” e, principalmente, “aquilo que está em nosso poder” (*to eph’ hêmin*), ali em I.4, o que seria muito abrupto;¹⁵⁰ a distinção conceitual acerca do bem que se tem em mente e aquele considerado como tal pelos *charientes* em I.5, contudo, aponta, entre outras coisas, para essa direção, apenas que de modo suavizado.

¹⁴⁸ Salmieri (2009), p. 313-14.

¹⁴⁹ Idem, p. 314.

¹⁵⁰ O que quadra com a análise estilística de Natali (2007), apresentada no capítulo 1 desta dissertação.

Certamente outros elementos estão em jogo, como, por exemplo, a noção da constância da *eudaimonia* (que será examinada em I.8), mas a leitura sugerida por Salmieri também aqui parece valer. Por exemplo, ao considerar a virtude (*aretê*), tida, em última instância, por aqueles que levam uma vida devotada à política como sendo o bem, não basta essa menção genérica a tal conceito – central, como se sabe, à ética aristotélica – pois, sem maiores explicações, seria possível conceber alguém que possua a virtude, mas seja inativo (1095b33-34), em um passo que parece contar com a já frisada noção de “realizável” ou “atingível pela ação” (*praktôn*), que já está assegurada desde *EN* I.2 1094a18 e que é insistentemente frisada por Aristóteles. Se de um lado recorre a uma noção conceitualmente já apresentada – independente dos contextos aporéticos ou dialéticos em geral –, por outro, aponta para a explicação mais qualificada de I.7 e para a noção de *energeia*,¹⁵¹ constitutiva, finalmente, da definição de *eudaimonia*. Novamente aqui, portanto, a leitura apenas sugerida por Salmieri parece se confirmar.

(iii) Aristóteles afirma, finalmente, que a vida consagrada ao dinheiro é forçada, e que evidentemente a riqueza não é o bem que se busca (*ho ploutos délon hoti ou to zêtoumenon agathon*). A razão para isso é que a riqueza é antes um instrumento útil, valioso mesmo, mas para algo outro que a simples riqueza. Como não se disputa que seja um bem – é a este título que ela é examinada –, e como já se estabeleceu a relação entre bem e fim já à abertura do tratado (*EN* I), pode-se dizer que a distinção visada aqui é entre um bem ou fim buscado estritamente por ele mesmo, de um lado, e, de outro, um bem ou fim que também pode ser visado por causa de outros bens ou fins. Ora, mas isso mesmo já estava assegurado em *EN* I.1 1094a14-15, em um argumento, então, acerca da subordinação dos fins de certas artes ou ciências em relação a outras, as arquitetônicas; já a seguir, em *EN* I.2 1094a18-22, no entanto, a ideia de que certos bens ou fins possam ser tais que sejam desejados ou perseguidos em vista de outros concerne, agora, o bem próprio da investigação, este sendo caracterizado precisamente como aquele que não é desejado ou perseguido em vista de nada mais. Como procurarei mostrar a seguir, a análise de Aristóteles em *EN* I.7 que o conduz às qualidades ou propriedades do SBH repousa em tal distinção, que I.7, de resto, faz avançar.

Portanto, também quanto à vida dedicada às riquezas, o proceder aristotélico parece ter sido bem descrito pela tese de Salmieri, aqui defendida, segundo a qual o

¹⁵¹ Em sentido mais geral, a expressão já ocorre em 1094a4 e seguintes.

verdadeiro trabalho filosófico do livro I é realizado fora desse contexto dialético. No caso do procedimento de avaliar e descartar os candidatos ao SBH, o grosso dos resultados ali mobilizado é atingido fora do contexto diaporético ou dialético dos capítulos de I.4-6, ocorrendo em e decorrendo de análises conceituais levadas a cabo em I.1-2 e I.7 ou outras passagens. E, vale dizer, isso quadra perfeitamente com o andamento do texto: após oferecer uma definição nominal do SBH, Aristóteles esclarece sua audiência quanto às divergências materiais relativas a tal definição nominal; em virtude disso, incorre em uma análise de tais opiniões, mas vale-se, para aquilo que é relevante no trabalho filosófico ali realizado, de seus próprios resultados, estabelecidos independentemente de contextos aporéticos (como sugeriria o método prescrito em *EN VII.1*) ou dialéticos em outro sentido (tal qual a caracterização clássica em *Top. I.1*, por exemplo).

Outras passagens poderiam sugerir que há erro no que expus acima, contradizendo minha caracterização do pôr de fora os candidatos ao SBH. Por exemplo, na abertura de *EN I.8 1098b8-11*, escreve Aristóteles:

Deve-se examinar isso [i.e., da definição de *eudaimonia*] (*de peri autês skepteon*) não apenas a partir das conclusões e das premissas da explicação (*ou monon ek tou sumperasmatos kai ex hôn ho logos*), mas também a partir dos ditos a seu respeito (*alla kai ek tôn legomenôn peri autês*). Pois a verdade se acorda aos fatos (*tôi men gar alêthei panta sunaidei ta huparchonta*), mas de pronto com o falso diverge [o verdadeiro] (*tôi de pseudei tachy diaphônei [talêthes]*).

Assim, os defensores do método diaporético compreendem a passagem identificando *legomena*, os ditos (equivalente a *endoxa* no sentido relevante), com *huparchonta*, encontrando no trecho acima não apenas o que seria um perfeito exemplo do método de “percorrer as aporias”, como também a noção, exposta acima, de que o *critério* da verdade da explicação (*logos*) acerca da *eudaimonia* são os ditos ou as opiniões. Assim, se não no exame dos candidatos, ao menos no que vai em *EN I.8*, ter-se ia uma clara evidência do procedimento dialético descrito em *EN VII.1*, este, por sua vez, quadrandos com a caracterização de argumento dialético em *Top. I.1*.

A questão não pode ser esquadrihada aqui, mas é possível, sem fugir do terreno dos propósitos deste trabalho, também para isso oferecer resistência – mesmo sem triunfar na batalha. A resistência consiste não em sugerir que a passagem não seja dialética – de modo algum afirmaria isso; já o fato de Aristóteles mencionar que sua concepção do bem harmoniza com “crença antiga e sustentada por filósofos” (1098b17-18); ou, ainda, ao referir-se às opiniões segundo as quais a

eudaimonia consiste na virtude, para uns, na prudência, para outros, ou ainda em alguma forma de sabedoria, ou isto envolvendo prazer e bens externos (1098a20-28); tal referência é, ainda uma vez, descrita em termos de opiniões tradicionais, defendidas por pessoas de boa reputação.

No entanto, será isso condição suficiente para que se saquem as duas condições da leitura que defende aqui um inequívoco exemplo da prescrição dialética? Ou seja, atestaria a passagem acima tanto que é *a partir* das opiniões que correm os argumentos que conduzem à definição de *eudaimonia* (sentido requerido por *Top.I.1*) quanto que a reputabilidade das opiniões é que o garante do resultado? É aqui que divirjo, e isso mediante dois breves passos. Primeiro, Aristóteles não hesita em afirmar acerca das variadas opiniões ali apresentadas que é razoável supor que seus defensores não *tenham errado de todo*, acertando em algum ou mesmo em muitos aspectos (1098b29-30); mas será a sua análise conceitual que *emendará* os erros, estabelecendo distinções e chegando a novas formulações, mesmo – e isso contraria as duas condições acima: nem as opiniões são aquilo *a partir* do que se chega aos resultados pretendidos, nem é a reputabilidade um garante do acerto de tais resultados. Ademais, o alvo é a verdade, como se viu acima; mas a dialética a isso não pode almejar: “Essas questões, então, devem ser investigadas no nível filosófico segundo a verdade, mas dialeticamente segundo a opinião (*pros men oun philosophian kat’ alêtheian peri autôn pragmateutéon, dialektikôs de pros doxan, Top.I.14105b3-31*).”¹⁵² Não foi a verdade que levou o Estagirita a divergir, ainda que penosamente, do indubitavelmente reputado Platão?¹⁵³

2.4 Em busca da definição: as qualidades do SBH

Pelo modo como Natali apresenta os três passos que caracterizam o procedimento da busca pela definição de *eudaimonia* tal como foi exposto já na abertura deste capítulo, a etapa precedente consistia em indagar pela existência do SBH para, a seguir, via definição nominal (*eudaimonia*) somada a certas análises

¹⁵² Salmieiri (2009), p. 331, sugere que os *huparhconta* não devem ser assimilados aos *legomena*, antes indicando os “fatos”. A ser assim, o critério de avaliação dos resultados do filósofo igualmente não dependeria das opiniões reputadas.

¹⁵³ Cf. EN I.6 1096a10-15.

conceituais, obter o resultado da sua existência. Já mostrei as dificuldades relativas a tal modo de ler o procedimento; indiquei, igualmente, que poderia haver alternativas, sugerindo certas vantagens. As demais análises requeridas, sobretudo quanto ao melhor modo de propor o modelo da busca definicional, seguem no capítulo seguinte. Cabe agora, portanto, avaliar a segunda etapa do modelo defendido por Natali, que consiste na apreensão das qualidades ou propriedades da *eudaimonia*.

Divido a análise seguinte em dois blocos: em 2.4.1, lido com a interpretação do autor para o modo como Aristóteles obtém as qualidades do objeto da investigação, retomando uma dificuldade previamente apresentada. A seguir, em 2.4.2, volto ao trecho inicial de *EN* I.7, 1097a15-27, retomando a avaliação de sua contribuição para o exame das referidas qualidades e reconsiderando alguns impasses relativos ao *ei esti*.

2.4.1 Obtendo as qualidades

A segunda etapa da busca pela definição da *eudaimonia* consiste na obtenção de propriedades do SBH, e corresponde, segundo o autor, a “possuir algo da coisa mesma (*echein ti autou tou pragmatos*)” nos termos estabelecidos em *Seg. Anal.* B.8 93a25-29. Essa nova formulação apresenta claros avanços em relação ao primeiro artigo de Natali, correspondendo ao quarto passo de sua versão anterior. Dando sequência à reconstrução de sua leitura, pretendo ver agora que ajustes o autor apresenta nesta reformulação, averiguando-lhe as consequências e dificuldades.

Proponho que se considere, primeiramente, que o capítulo anterior indicou uma possível dificuldade relativamente à leitura de Natali para essa passagem. Com efeito, na 3ª dificuldade da seção 1.3.2, viu-se que Natali dava como garantida a identidade *sem mais*, já a partir de *EN* I.4 1095a16, entre os termos “*eudaimonia*”, “bem supremo” e “bem mais completo” ou “final”, defendendo o autor que dali em diante seu uso era intercambiável, e que isso gerava um possível problema quando da consideração do passo relativo à obtenção das qualidades que a *eudaimonia* virá a exhibir. O problema consistia no seguinte: se é a título de *eudaimonia* – e isso poderia ser o caso se distinção não houvesse entre os termos acima referidos – que Aristóteles apresenta os critérios formais da completude e da autossuficiência, sua análise partiria de duas propriedades implicadas pelo conceito de *eudaimonia* para

concluir que a *eudaimonia* as satisfaria. Se for assim, trata-se de um passo em falso, para não dizer vão.

Na nova configuração da interpretação defendida por Natali, contudo, tem-se um ganho parcial relativamente a essa dificuldade. Primeiro, porque ainda que siga considerando que os termos SBH e *eudaimonia* são abordados de maneira alternada ao longo do livro I, o autor agora reconhece que é enquanto SBH (*akrotaton tôn praktôn agathôn*) que o bem supremo possui as propriedades de ser um fim último, possuindo enquanto *eudaimonia* a propriedade, por exemplo, de ser um modo de vida – bem viver (*eu zên*).¹⁵⁴ Acertadamente, a meu ver, o autor descarta a possibilidade de que isso gere confusão, pois a identificação nominal entre um e outro está assegurada na abertura de I.4. Assim, mais adiante escreve:

O SBH, enquanto *eudaimonia*, é uma qualidade de uma substância individual, este homem. Mas isso não elimina a possibilidade de que possua algumas qualidades ele mesmo, que Aristóteles agora descreve. São duas: a completude e a autonomia [=autossuficiência] (*teleion ti... autarkes* 1097a28, b8). A discussão sobre elas é dividida em duas grandes seções, uma para cada qualidade (1097a14-b6 e 1097b6-21).¹⁵⁵

A seguir, o autor descreve os passos do exame aristotélico de tais propriedades, passos esses já examinados em detalhe no capítulo 1 deste trabalho. Além de reconhecer algum grau de distinção entre os usos de SBH e *eudaimonia*, Natali agora efetivamente se põe a questão: “de onde essas duas qualidades, *teleitês* e *autarkeia*, saem (...)?”. Assim, pode-se dizer que a objeção suscitada na 3ª dificuldade da seção 1.3.2 era legítima, e a resposta insinuada já foi oferecida pelo próprio autor: são propriedades que saem da noção de SBH. Na referida seção do capítulo 1, busquei analisar como corria a análise de Aristóteles consagrada a ambas.

Se afirmei, contudo, que a nova roupagem que o autor atribui ao exame aristotélico das qualidades que resultarão pertencerem à *eudaimonia* era parcialmente correta, foi porque, ainda aqui, quero insistir na possibilidade de dele divergir quanto ao modo como se enfrenta questão. Essa divergência como se verá, é mínima, e se resolve perfeitamente a partir da própria leitura do autor e em harmonia com seus propósitos – menos uma divergência que um pequeno ajuste, portanto.

¹⁵⁴ Natali (2010a), p. 309.

¹⁵⁵ Natali (2010a), pp. 311-312. Note-se que o autor inclui a passagem da retomada da investigação que reapresenta o argumento acerca de um fim último para todas as nossas ações.

De fato, para o comentador italiano, além da pergunta acima mencionada (“de onde saem essas qualidades?”), há ainda que se perguntar de onde Aristóteles tira a ideia de atribuir essas propriedades ao SBH. Para Natali, não se as pode postular analiticamente a partir da noção de *eudaimonia*, no que diverge de J. Ackrill,¹⁵⁶ e, pelas razões já expostas (a 3ª dificuldade de 1.3.2), o faz acertadamente. Natali considera, então, que os comentadores que viram na passagem um eco platônico é que estavam no bom caminho: tais qualidades seriam uma lição do *Philebo* (20d1-6). Broadie sugere essa interpretação, afirmando que “completude, autossuficiência e ser mais desejável quando contado em meio a outros bens era características reconhecidas do bem supremo que eram utilizadas em debate não tanto para caracterizá-lo, mas para mostrar que certos contendores *não* são o bem supremo”.¹⁵⁷ Tal leitura tem descendência mais remota, e já comentadores como Burnet liam a passagem nessa chave.¹⁵⁸

Veja-se, no entanto, como Natali aprova a leitura: “Parece-me isso mais aceitável, já que a noção de supremo bem humano parece implicar completude e autossuficiência. É enquanto bem supremo que a *eudaimonia* é completa e autossuficiente, e não enquanto modo de vida.”¹⁵⁹ Ora, na análise desenvolvida no capítulo 1 relativamente a essa passagem, foi precisamente isso o que procurei mostrar; a opinião do autor indicaria que se estava, então, no bom caminho quanto ao procedimento aristotélico: a noção de SBH implica completude e autossuficiência. Portanto, a evidência textual já examinada de que Aristóteles vale-se de certos argumentos, armados a partir das relações conceituais entre as noções por ele apresentadas em 1097a15-27, indica que são eles que constituem o horizonte do filósofo; e é com base em tais argumentos e análises conceituais, conforme examinado, que Aristóteles extrai os dois critérios, *teleiôtês* e *autarkeia*, para se indagar o que, se é que algo, satisfaz esses critérios, assim passando a atribuí-los legitimamente, e com base na análise conceitual precedente, à *eudaimonia*. Nesse sentido, é a título de consequência conceitual, e não de opinião reputada, que são obtidas as propriedades do SBH que permitem a análise subsequente.¹⁶⁰

¹⁵⁶ Natali (2010a), p. 312. A remissão a Ackrill vem na nota 13.

¹⁵⁷ Broadie; Rowe (2002), p. 273.

¹⁵⁸ Burnet (1900), p. 32,

¹⁵⁹ Natali (2010a), p.312-13.

¹⁶⁰ Natali considera que o exame segue o modelo dos *Tópicos*; os *topoi* seriam o “do preferível” (116a19-31) e aquela “da definição” (115a26-29). Que isso não implica em caráter dialético do exame já foi dito: o recurso de um determinado instrumento – a análise das relações conceituais evocadas a

Quanto aos passos desse procedimento, já se tratou no capítulo 1 desta dissertação. Ainda abaixo retomo alguns de seus elementos.

2.4.2 O problema da existência reconsiderado: *EN I.7 1097a15-27*

Assim como nos demais momentos da reconstrução do modelo interpretativo de Natali aqui levada a cabo, também as dificuldades relativas ao modo como o autor compreendia a comprovação da existência do SBH já em *EN I.2* (ainda que o exame da definição nominal para isso viesse também prestar sua colaboração) poderia receber um tratamento diferente. Já insisti o suficiente quanto à natureza das críticas ou problematizações que compõem o presente trabalho: é antes uma proposta de elucidar o que nela vai e de sugerir, aqui e ali, diferentes formulações para certas questões, não uma discordância quanto ao esquema geral ou ao sentido de sua interpretação. No que concerne aos resultados da primeira etapa de seu modelo não será diferente. O propósito aqui é buscar reconhecer, no espírito da interpretação de Natali, um modo de evitar algumas das dificuldades a que, se minha leitura estiver correta, tal interpretação dá ocasião.

A dificuldade relativa ao passo do *ei estí* já foi apresentada em 2.2. De um lado, tem-se a acusação de que Aristóteles teria cometido uma falácia; de outro, a solução de Natali via *argumentum ex scientiarum*. Creio ter mostrado as dificuldades que emergem da adoção de tal argumento acadêmico no contexto de *I.2*. Resta que a acusação de falácia ainda se manteria. Assim, proponho que se recorra à passagem de *EN I.7 1097a14-27*, imediatamente anterior ao exame expresso das qualidades do SBH, para que se proponha uma leitura divergente. Assim como na primeira abordagem da questão, não incorrerei em uma série de pontos conexos ao problema, como, por exemplo, a exata natureza do bem ali por ventura demonstrado; ateno-me, enfim, a considerações mais rentes à avaliação do modelo interpretativo aqui examinado.

Segundo a interpretação do *scholar* italiano, essa passagem que antecede o exame das qualidades do SBH apenas retoma, de modo levemente modificado, o que já havia sido dito nos capítulos precedentes; não haveria nela, portanto, maiores interesses. À exceção, talvez, de um, a saber, o fato de o trecho assinalar uma mudança no tom do procedimento de Aristóteles, pois encerrada a incursão pelas

partir de um certo termo ou tema, por exemplo – não acarreta o seu emprego ser, sempre e em todos os casos, estritamente dialético.

opiniões realizada nos capítulos anteriores (I.4-6), a investigação agora é retomada em tom mais neutro e expondo os resultados do próprio Aristóteles.¹⁶¹ Nisso reside, quiçá, a explicação para Natali não ter conectado mais explicitamente esse trecho com os subsequentes, em que é conduzida a análise propriamente da completude e da autossuficiência.

É possível, no entanto, vislumbrar algo distinto na abertura de I.7, conferindo-lhe maior interesse, nela buscando tanto (a) uma solução para as dificuldades relativas à existência do SBH quanto (b) um vínculo mais à vista com o exame que a ela se segue. Uma e outra coisa estão ligadas, como pretendo mostrar. Para isso, valho-me de algumas das análises da passagem empreendidas no capítulo 1 quando da primeira apresentação do trecho.

Começo por (a). Aristóteles principia por anunciar novamente os termos da investigação: “Voltemos novamente ao bem buscado (*zêtoumenon agathon*), o que pode ser. É manifesto, pois, que é diferente em diferentes ações e artes, pois é diferente na medicina e nas artes da estratégia, e igualmente nos demais casos. O que é, então, o bem em cada uma (*ti oun hekastês tagathon*)?” (1097a14-18).” Por certo que a investigação é retomada, e a remissão ao contexto de EN I.1 é evidente. Lá, com efeito, em EN 1094a1-3, Aristóteles, afirmava: Toda arte e toda investigação, igualmente toda ação e toda escolha, parece tender a algum bem”, expondo, a seguir, até a linha 18, examinando a relação subordinação de certos fins a outros, indicando que bem e fim são termos que são correferências (bem e fim são o “em vista do quê” tudo é realizado), exame que procede com base na subordinação de certas artes ou ciências a outras. No quadro de I.2, como se viu em 2.2, poder-se-ia supor que a constatação da existência do bem buscado pela investigação, o bem supremo, fosse viabilizada pela existência de uma arte ou ciência que subordinasse todas as demais, este sendo o caso da política.

Agora, contudo, no contexto de I.7, não há menção a nada do tipo, o que obviamente não escapou aos comentadores da passagem;¹⁶² antes, o ponto de Aristóteles parece ser outro. Prossegue o Estagirita, com efeito, afirmando que “Não é, então, aquilo pelo que tudo o mais é feito (*ê ou charin ta loipa prattetai* 1097a18)?”, e, ato-contínuo, insiste na multiplicidade do “aquilo pelo que tudo o mais é feito” em cada arte ou ciência, como a medicina e as artes da estratégia, assim

¹⁶¹ Cf. Natali (2010a), p.310-11.

¹⁶² Cf. e.g. Irwin (1999), p.181.

para os demais casos; acresce que, agora Aristóteles afirma que “em toda ação e toda a escolha, é o fim (*en hapasêi de praxei kai proairesei to telos*), pois todos fazem tudo o mais em vista disso (*toutou gar heneka ta loipa prattousi pantes*). Linhas antes, o *bem* havia sido identificado como “aquilo pelo que” (*charin*) tudo o mais é feito; agora, é o *fim* que recebe igual tratamento – é o “em vista de que” (*heneka*). Assegura a identidade, tudo o que Aristóteles afirma é que, em todos os casos, visa-se ao fim, que é, em todos os casos, o bem. Assim, onde *EN* I.1 realizava uma passagem sem mais de *bem* (*tagathon*) para *fim* (*telos*), as duas sentenças de I.7, primeiro em 1097a18, depois em 1097a21, tornam mais explícita sua relação.

Quer dizer, Aristóteles prepara-se para chegar a um certo resultado sem menção à relação de hierarquia e subordinação entre as artes ou ciências. Assim, quando mais adiante Aristóteles afirmar ter a explicação, por outro caminho, chegado ao mesmo ponto (*metabainôn dê ho logos eis tauton aphiktai*), Irwin, por exemplo, viu nessa diferença – acertadamente, creio eu – o significado desse “por outro caminho”: apenas a análise das relações conceituais dos conceitos “bem” e “fim” entram em ação no argumento, e não a hierarquia entre as ciências e artes, diferentemente do argumento de I.2.¹⁶³ mantenha-se esse resultado em mente.

Nada, contudo, permite saber, por ora, o que é bem ou o fim; tem-se apenas uma descrição formal do conceito: “aquilo em vista de”. Salvo erro, nada aqui vai que possa causar espécie. O que vem a seguir, entretanto, aponta para uma diferença mais visível entre o tratamento conferido por I.1-2 e I.7 relativamente à existência do bem investigado. Afirma Aristóteles que “De modo que, se há um fim de tudo o que é praticável, tal será o bem prático (*hoste ei ti tôn praktôn hapantôn esti telos, tout' an eiê to prakton agathon*), se mais de um, estes (*ei de pleiô, tauta*) (1097a22-23)”, grifos meus. Operando na frase está a conexão entre fim e bem, já anunciada em I.2 e melhor estabelecida em I.7, garantindo a passagem da implicação sem atribuições. O resultado faz eco à passagem de *EN* I.2 1094a18-23, que trazia antecedente e conseqüente similares: “se há um fim das coisas realizáveis (...), este será o bem”.

¹⁶³ Burnet, por exemplo, julga que a mudança de passo é apenas em relação à posição platônica examinada anteriormente. Assim, o resultado que é o “mesmo”, como reza o texto, seria o mesmo dos platônicos, que precisariam apenas aceitar alguns ajustes, via críticas aristotélicas, em sua noção do bem. Tal hipótese é, a meu ver, difícil de aceitar, pois o resultado que é “o mesmo”, como se verá, remete antes ao contexto de *EN* I.2 que ao bem platônico.

Assim, no que tange ao eventual recurso ao *argumentum ex scientiarum* em I.2 para provar a existência do bem investigado, ainda que fosse o caso de se aceitar que tal argumento, de fato, estivesse operando em I.2, o fato de a passagem de I.7 não se valer dele e, como já antecipei acima, chegar igualmente ao mesmo resultado de I.2 (e Natali concorda, como já se afirmou aqui, que os resultados são os mesmos), tal fato, dizia eu, parece poder sugerir alguma coisa sobre as dificuldades que apresentei em 2.2. Primeiro, a ausência de tal argumento em I.7 combinada à evidência do mesmo resultado de I.2 apontaria para o seguinte: Aristóteles não considera o argumento necessário para provar a existência do bem em questão. Como explicar sua presença (ou algo muito semelhante) em I.2, então? Já ofereci razões para supor que Aristóteles não o estivesse, de fato, empregando; proponho, agora, que, antes, tudo o que o filósofo estaria a fazer seria uma consideração acerca da disciplina que estudaria esse bem, o que permitira a ele, perfeitamente no espírito das intenções do preâmbulo da *EN* (e mais: na exata chave de leitura oferecida por Natali ao preâmbulo, conforme exame do capítulo 1) esclarecer em que sentido a investigação levada a cabo na *Ethica Nicomachea* seria política – e é isso que o filósofo afirma em 1094b11, “sendo [i.e., a investigação] em certo sentido política (*politikê tis ousa*)”, o sentido tendo sido assinalado, ainda que em linhas muito gerais, imediatamente antes, em 1094b4-11.

Em segundo lugar, poder-se-ia sugerir que, contrariamente a Natali (e sua prova sem o *argumentum ex scientiarum* parece perder força), tudo o que corre de I.2 em diante ainda está, no que diz respeito ao SBH, sob o escopo do condicional: sua existência ainda não teria sido garantida; apenas uma noção muito geral de que todas as ações (ou séries causais ordenadas pela relação “estar em vista de”) são feitas em vista de um bem estaria garantida em I.2, sem se comprometer com a ideia de que há *um* bem para o qual convergem todas as ações (ou séries causais ordenadas daquele modo). Broadie sugere algo vagamente nessa direção, mas recorre ainda ao objeto da política para buscar a comprovação da existência de tal bem;¹⁶⁴ não creio que isso seja necessário, e já aponte em 2.2 que tal leitura repõe a dificuldade, apenas que em outros termos. O texto parece indicar que essa preocupação estava no horizonte do Estagirita, pois em I.7, logo após reapresentar o condicional acresce que *ei de pleiôs, tauta: se mais de um, estes*.¹⁶⁵ Ora, se dúvida

¹⁶⁴ Broadie; Rowe (2002), pp. 263-64.

¹⁶⁵ A natureza deste bem é motivo de intensas disputas entre os comentadores contemporâneos que discutem se se trata de um bem *inclusivo*, i.e., um arranjo de uma variedade de bens, ou de um bem

houvesse quanto ao reconhecimento de uma pletera de bens para as variadas ações e artes, por certo que essa dúvida agora é dirimida: ao menos quanto ao condicional apresentado em I.7, Aristóteles está atento à dificuldade e a reconhece.

A conclusão condicional em 1097a23, no entanto, não dá a questão por encerrada, “por outro caminho tendo chegado ao mesmo ponto”, como se viu acima. E, sendo esse mesmo ponto o condicional de I.2, como não se provava a existência do SBH ali, também aqui até agora se a não provou. É preciso, portanto, seguir na análise, o que nos leva a (b), a saber, a reconsideração de como a passagem inicial de I.7 se conecta à obtenção das qualidades do SBH.

Conforme já se viu no capítulo 1 ao tratar desse passo, Aristóteles procede, a seguir, a uma análise das relações entre “fins escolhidos por si”¹⁶⁶ e “fins escolhidos por outros”, ou seja, em vista algo outro que eles mesmos. Quer isso dizer, apenas, que alguns fins podem ocupar a posição de meio em uma determinada cadeia causal. Logo, está garantida a noção de *fim instrumental* e, ao menos insinuada, a de *fim final*. Se é assim, isso sugere que, dentre os muitos fins, nem todos são completos (*dêlon hôs ouk estin panta teleia*, 1097a27), mas o melhor – o bem supremo – é algo completo (*to d’ ariston teleion ti phainetai*, a28).

O que, contudo, se entende por ser completo? Não são aqueles, claro, que já foram descartados – os fins que podem ocupar a posição de meio para algo; resta, portanto, aquele tipo de fim que é “escolhido por si”, não por outra coisa qualquer, e isso mesmo Aristóteles afirma em 1097a30 e seguintes: são mais completos (*teleioteron*) os fins que são perseguidos (*dioktôn*) por si (*kath’ auto*). A seguir, a noção é qualificada, e o Estagirita acrescenta que um fim que *nunca* é escolhido em vista de algo outro que ele mesmo é mais completo que um fim que é escolhido por si mesmo, mas também em vista de algo outro (*kai kath’auta kai dia touth’ airetôn*, a31-32). A distinção visa a garantir que certos fins instrumentais são, com efeito, escolhidos por eles mesmos – mas não o são *sempre*. Logo, serão completos sem qualificação (*haplôs*, a32) aqueles fins que não exibem essa dupla possibilidade, sendo sempre escolhidos por si mesmo, *nunca* em vista de algo outro. O “fim escolhido sempre por si mesmo, nunca por outra coisa”, o “fim mais completo” e o “fim escolhido por si mesmo *haplôs*”, portanto, referem-se ao mesmo tipo de fim.

dominante, quer dizer, um dentre muitos bens. Não é meu propósito examinar a questão aqui, pois o foco da pesquisa reside no modelo de busca pela definição de *eudaimonia* em I.7. Em outros contextos, no entanto, essa destacada questão deveria ser melhor examinada.

¹⁶⁶ Aristóteles usa de modo intercambiável as noções de “escolhido” e “buscado”.

Retrocedendo algumas linhas, constata-se que Aristóteles armara um novo condicional: “Se apenas um fim é completo, este será o investigado, se mais de um, o mais completo destes (*ei men estin to monon teleion, tout’ an eiê to zêtoumenon, ei de pleiôs, to teleiotaton toutôn*)” (a28-30). Logo, tem-se algo da forma “se apenas um fim é tal que é escolhido por si mesmo, este é o fim investigado; se mais de um fim é escolhido por si mesmo, então o fim investigado será o fim que é sempre escolhido por si mesmo, nunca por outra coisa”. Aquilo que se investiga, portanto, deve ser entendido nos termos de “um fim que é sempre escolhido por si, nunca por outra coisa”, sendo os demais – e são muitos – fins que, ainda que por vezes escolhidos por si, podem ser também escolhidos em vista de outras. Pode-se resumir os passos da seguinte forma:

[1] O fim que se busca é o bem supremo (I.2; repetido em I.7).

[2] O bem supremo é completo (1097a27).

[3] Logo, o fim que se busca é completo.

[4] Se há apenas um fim completo, então este é o bem que se busca, se há mais de um, então o mais completo destes. (a28-9)

[5] Há fins mais completos que outros (via análise de a30-2).

[6] Logo, busca-se o mais completo destes. (cf. [4])

[7] Ser mais completo é ser completo *haplôs*. (a32)

[8] Ser completo *haplôs* equivale a “ser *sempre* escolhido por si mesmo, *nunca* em vista de outra coisa” (a30-32).

[9] Logo, o fim que se busca é tal que é *sempre* escolhido por si mesmo, *nunca* em vista de outra coisa”.

A ser assim, então da análise conceitual de termos e de noções como “bem”, “fim”, “fim instrumental” e “fim final” extrai-se a noção de “completo” e de “mais completo”; e esta, por sua vez, desempenha o papel de *fixar* o alvo, apresentando-se como o *critério* daquilo que se investiga. Com efeito, pode-se formular, agora, a pergunta, nos seguintes termos: “o que, se é que algo, é *sempre* escolhido por si mesmo, *nunca* em vista de outra coisa?”. Desse modo, tal como sugeri no início dessa reconsideração dos passos para a obtenção das qualidades do SBH, a porção inicial de I.7 contribui para o estabelecimento do critério da completude através do esclarecimento das relações entre “bem”, “fim” e “em vista de que”. Portanto, à diferença do que ocorria em I.2, não apenas a diversidade de fins/bens é incorporada à tarefa de investigar o SBH, como permite, mediante as distinções

acima referidas, extrair a noção de completude, que cumpre o decisivo papel de fixar melhor o alvo da busca.

A seguir, Aristóteles extrai a segunda qualidade do SBH: “É manifesto que também o mesmo se segue da autossuficiência, pois o bem completo é parece ser autossuficiente (*phainetai de kai ek tês autarkeias to auto sumbainein. to gar teleion agathon autarkes einai dokei*) (1097b7-8)”. Ato-contínuo, oferece o Estagirita esclarecimentos acerca do que se quer dizer com autossuficiente, conforme já examinado no capítulo 1, e conclui estabelecendo uma identidade clara: “estabelecemos ser autossuficiente aquilo que de por si faz a vida digna de escolha, nada lhe faltando (*to d’ autarkes tithemen ho monoumenon haireton poiei ton bion kai mêdenos endea*) (1097b14-15)”. Assim, tem-se que (i) o bem completo implica a autossuficiência, (ii) esta é definida e (iii) assim como no caso da completude, fixa o alvo daquilo que se busca, podendo a pergunta ser assim parafraseada: “o que, se é que algo, satisfaz esse critério”.

Como se sabe, é a *eudaimonia* que é apresentada, em um como em outro caso, como aquilo que satisfaz os dois critérios. Tendo em vista aquilo que propus examinar neste item (b), resulta que a análise conceitual desenvolvida na porção inicial de *EN* I.7 1097a14-24 não apenas avança as considerações sobre a existência do SBH indicadas apenas em I.2, como participa dos passos da obtenção das qualidades deste, que resulta ser a *eudaimonia*. Ainda, isso resolve as dificuldades apontadas quanto a esse passo no capítulo precedente.

Para concluir, vale sugerir talvez ainda uma outra vantagem dessa interpretação que quadra com as ambições do modelo proposto por Natali, ainda que dele divergindo nos passos dados. Propunha o comentador italiano, com efeito, que se lesse a passagem de *Seg. Anal.* B.8 93a21-24 como fornecendo a ligação entre um estágio preliminar, em que não se sabe da existência do objeto investigado, e o estágio subsequente, em que se lhe apreende a um só tempo existência (*ei esti*) e a algo acerca do que é (*ti estin*). No que já se expôs sobre o tema ao longo deste trabalho, constatou-se que Natali julgava ser esse o caso, na *EN*, do que ocorria quando da apresentação da definição nominal do SBH em I.4. Assim, colocando a definição nominal já no passo do *ti estin*, Natali ali posicionava (parcialmente) a obtenção da existência e já algo do *ti estin* do SBH.

Uma rápida incursão à referida passagem dos *Seg. Anal.*, contudo, pode sugerir algo um pouco distinto. Retorne-se, portanto, a texto:

Por vezes, possuímos o “se é” por acidente, noutras, possuindo algo da coisa mesma (*echontes ti autou tou pragmatos*), como do trovão, que é um certo ruído nas nuvens, e do eclipse, que é uma certa privação de luz, e do homem, que é um certo animal, e da alma, que se move a si mesma.

Em vista da passagem, Natali sugeria que era a definição nominal que dispunha o investigador em tal posição de apreender “algo da coisa mesma”, sendo este algo um tipo de propriedade, sempre segundo Natali, necessária. Conforme o que procurei mostrar ao longo das seções precedentes, o modelo interpretativo, em suas linhas gerais, encontra defesa no texto dos *Analíticos* e no comentário, antigo e contemporâneo; contudo, uma série de dificuldades quanto à interpretação da passagem emergem quando se tenta formular claramente a lição aristotélica – nada que tenha que ver, portanto, necessariamente com o modo como a lê Natali. Entretanto, no que tange à aplicação dessa análise ao esquema nicomaqueio, as dificuldades são de outra natureza, e então, sim, cabe avaliar melhor o esquema proposto pelo autor. O que sugiro abaixo, portanto, tem o propósito de testar uma reconsideração forte da primeira e segunda etapas descritas por Natali, sugerindo um outro caminho.

Em primeiro lugar, trata-se de considerar, à luz do que foi exposto acima, que a confirmação da existência (*ei esti*) do SBH não se dê em I.2, mas sim adiante, em I.7. Como se viu anteriormente, um dos propósitos da definição nominal seria *fixar o alvo* do objeto a ser investigado, sem lhe supor a existência de partida. Contudo, viu-se que a definição nominal de SBH não permitia essa referência fixa do alvo. Ora, mas foi isso justamente que se acabou de constatar que o exame conceitual – formal, sem nenhuma referência ao conteúdo – de bem, fim e conceitos conexos permitia que se fizesse. Extraía-se, com efeito, uma propriedade e, depois, outra, tal que se poderia perguntar: “o que, se é que algo, possui essa propriedade?”. A pergunta deve ser lida assim, no condicional, precisamente porque a implicação formulada em I.7 antes do exame das propriedades do SBH era condicional, nada havendo que satisfizesse de pronto as condições para sua afirmação; e isso mesmo dava-se em I.2, como mostrei acima. Assim, a estrita definição nominal de I.4 falhando em cumprir seu papel, restava ainda outro recurso: mais exame formal dos conceitos constitutivos ou relacionados ao objeto da busca – o supremo bem humano – que completariam a tarefa da definição nominal: fixar o alvo da busca.

À pergunta “o que, se é que algo, exhibe tais propriedades?”, que pôde ser formulada graças às considerações sobre a completude e a autossuficiência, tem-se, como se viu, uma resposta afirmativa, a *eudaimonia*. Sobre ela, algumas coisas já se

sabia graças à definição nominal de I.4, mas a qual se pode chegar em virtude do exame de I.7. E, apreendendo-a, apreendia-se, além de sua existência (pois há algo que satisfaz aquilo que se fixou nas condições), também “algo da coisa mesma” – o seu ser completa e autossuficiente. Ora, mas era isso mesmo que requeria a leitura da passagem de *Seg. Anal.* B.8 acima; sua sequência afirmava: “Assim como possuímos o ‘que é o caso’, deste modo possuímos também algo em relação ao ‘o que é’” (93a28-29).

A ser assim, evita-se toda a sorte de dificuldades expostas acima, seja quanto à natureza da definição nominal, seja quanto ao modo pelo qual se chega à existência do SBH; esclarece-se, ainda, que tipo de propriedade se apreende no passo de I.7, elas são “algo da coisa mesma”, sendo, portanto, não-acidentais. Tal leitura está em harmonia com a recomendação dos *Analíticos*, como quer, no geral, e acertadamente, a interpretação de Natali, cujo modelo parece requerer um ajuste: em vez de (1) provar existência do SBH via *argumentum ex scientiarum* combinado à definição nominal e (2) obter as propriedades não-acidentais do SBH, já lhe sabendo algo do *ti estin*, melhor seria propor (1’) definição nominal do SBH combinada a análises conceituais acerca das noções de “bem”, “fim” e correlatos, fixando a referência da busca, para, a seguir, (2’) obter resultado positivo quanto à existência do SBH através das propriedades afixadas em (1’), já se dispondo, nessa segunda etapa, de um conhecimento de propriedades não-acidentais do objeto da investigação.

A análise se aproxima, assim, do modelo da busca definicional proposto por David Charles, mas isso requer exame mais demorado, o que será feito no capítulo seguinte. Por ora, encerro apenas considerando uma última objeção. Poder-se-ia dizer, com efeito, que isso não explica o andamento do texto aristotélico, pois há uma primeira formulação do tipo *ei esti* em I.2, como já em I.4 há claramente a pergunta *ti estin*. Creio que a boa resposta a essa objeção venha do próprio Natali, indiretamente: no capítulo 1, afirmei que incorreria numa reconstrução das teses de Natali acerca dos aspectos retóricos da organização da *EN* porque tinha em mente dois resultados. Um deles foi apresentado já no primeiro capítulo, em 1.1, item (B.iv); resta o segundo, que consiste justamente em apontar que a mesma preocupação de Aristóteles, corretamente sublinhada por Natali, em organizar a exposição com vistas a convencer sua audiência, preocupação essa que o levou a incluir um próêmio ou a assinalar idas e vindas, na argumentação fez com que apresentasse o ponto relativo

ao SBH paulatinamente; mas uma vez retomada a investigação de I.7, ela segue um passo muito mais claro e sem solavancos.

Antes de passar, portanto, àquilo que é exigido pelo ponto a que chegou a presente pesquisa, ou seja, o exame mais demorado do modelo de busca definicional proposto por David Charles, é preciso ainda caracterizar, mesmo que brevemente, a leitura de Natali quanto à terceira etapa do seu modelo de leitura: a definição real do SBH ou *eudaimonia*. Um exame mais minucioso dessa terceira etapa, contudo, não poderá ser realizado plenamente aqui, o que se justifica pelo fato dos consideráveis ajustes que os passos anteriores parecem estar a requer.

2.5 Em busca da definição: a etapa final

Segundo a interpretação de Carlo Natali, Aristóteles assegurou, em 1097b21, (i) que o SBH existe e (ii) que é a *eudaimonia*; dele, sabe-se já uma série de coisas: é o objeto de uma investigação, ao menos em certo sentido, política; seu nome equivale a “bem viver” e a “bem agir”; é antes um modo de vida do que qualquer outra coisa; não corresponde precisamente às opiniões comuns acerca do que isso seja; é algo completo e autossuficiente.¹⁶⁷ A seção seguinte de I.7 é dedicada a obter uma definição real, que possa oferecer uma explicação mais detalhada do que seja a *eudaimonia*.

A seção é das mais decisivas, e como tudo o mais em Aristóteles, abre caminho para inúmeras e proveitosas discussões, muitas das quais, certamente pareceriam mais filosoficamente proveitosas do que vou propor aqui. Com efeito, caso se mantenha em mente o propósito sempre reiterado deste trabalho, qual seja, o exame de um modelo interpretativo baseado na busca por definições inspirado nos *Segundos Analíticos* aplicado à leitura de *Nicomachea* I, compreende-se por que centrarei minhas atenções apenas em dois pontos: (i) a natureza do argumento que resulta na definição de *eudaimonia*, que discuto em 2.5.1, e (ii) qual a natureza dessa definição, apresentado em 2.5.2.

¹⁶⁷ Natali (2010a), p.313.

2.5.1 Os passos do argumento

Assim, no primeiro passo para se chegar a uma definição mais completa e esclarecedora do que seja a *eudaimonia*, Aristóteles recorre à noção de função própria do homem (*to ergon tou anthrôpou*, 1097b25). Segundo Natali (mas não apenas ele), “o apelo ao *ergon* é um lugar-comum entre os pensadores gregos da época para definir o bem humano”; ¹⁶⁸ essa avaliação terá consequências para o que segue. Por ora, vale resumir os passos dados por Aristóteles em 1097b22-33, que seriam, segundo Natali, os seguintes:

[1] Para tudo que tem um *ergon* (função), seu bem reside na realização do *ergon*. (1097b25-27)

[2] O homem possui uma função. (1097b28)

[3] Logo, o bem do homem consiste na realização de seu *ergon*. (1097b27-28)

Como assinala Natali, é preciso agora buscar caracterizar o que é o *ergon* do homem, sem o que, o resultado final não pode ser obtido. Segundo o autor, isso se dá mediante o exame de Aristóteles da divisão da alma e de suas funções. Assim, escreve o autor que “uma vez que a vida vegetativa é comum também às plantas, e que a vida sensitiva é comum aos outros animais, resulta que a única atividade típica do homem vem a ser a vida segundo a razão”.¹⁶⁹ Assim, pode Aristóteles concluir que a função do homem é a atividade da alma segundo a razão. Acresce que, sendo a razão dupla, uma parte sendo racional por obedecer a razão, outra por possuir razão e de fato pensar (1098b5-7), é preciso qualificar a afirmação: “E, como ‘vida do elemento racional’ tem dois significados, devemos afirmar que vida no sentido de atividade é o que queremos dizer” (1098b8-9).

Assim, pode-se chegar, agora, à definição do bem humano que se tinha em vista desde o início, a *eudaimonia*:

[3] O bem do homem consiste na realização de seu *ergon*.

[4] A função do homem é a atividade da parte racional da alma segundo a virtude.

[5] Portanto, o bem do homem vem a ser a atividade da alma (i.e., de sua parte racional, via 1098b5-9) segundo a virtude (=definição).

A conclusão é afirmada em 1098a15-16: *to anthrôpinon agathon psychês energeia ginetai kat' aretên*. Aristóteles ainda a qualificará, acrescentando que “se

¹⁶⁸ Idem, p. 314.

¹⁶⁹ Idem, p. 316.

são muitas as virtudes, segundo a melhor e mais completa (*ei de pleious hai aretai, kata tèn aristên kai teleiotatên*)” (1098a16-17). Chega-se, assim, ao *alvo fixado* desde o início da busca.

O ponto desta seção era, como havia dito, considerar a natureza do argumento. Estabelecidos os seus passos – que poderiam eventualmente ser rediscutidos –, resta ver como Natali o caracteriza. Segundo o autor, trata-se de um *logikos sullogismos*, tal como referido nos *Segundos Analíticos* B.8 93a15.¹⁷⁰ A expressão segue gerando intensa controvérsia nos meios aristotélicos,¹⁷¹ mas é possível, dados os propósitos desta pesquisa, considerar a questão a partir da compreensão de Natali. Ao contrário de Barnes, que prefere traduzir a expressão nos *Segundos Analíticos* por “dedução geral” (*general deduction*),¹⁷² ou mesmo de Burnyeat, que a parafraseia em termos de um silogismo “lógico” no sentido de demasiado abstrato ou formal, apartado de *phusikôs*,¹⁷³ confessa o *scholar* italiano sua inclinação para tomá-lo como sendo um silogismo *dialético*, em virtude de considerar, ao menos no caso da *EN*, que algumas das premissas são derivadas da opinião.¹⁷⁴

A tradução é problemática por se sobrepor à expressão *dialektikos sullogismos*, tal como ocorre em *Top.* I.1 100a30 e ss., onde, ali sim, o argumento ou silogismo é dito dialético em função de suas premissas serem *endoxa*. Não é isso o que parece estar em vista em *Seg. Anal.* B.8; antes, a expressão refere-se aos casos introduzidos em B.8 93a10: quando um “o que é” é provado por meio de outro (*to di' allou to ti esti deiknusthai*). Aristóteles afirmará, a seguir, que esse modo não é propriamente uma demonstração (*apodeixis*).¹⁷⁵ Se for isso, então o argumento fornecido para a definição do bem humano quadra, de fato, com a lição dos *Seg. Anal.* pouco importando se a noção de *ergon* é um *endoxon* ou não: provar-se-ia a definição do bem humano, mas tal prova repousaria em algo não provado, a saber, a natureza do homem, que permite extrair a sua função própria. O ponto é tão instigante quanto complexo, mas, como eu havia afirmado antes, não poderá ser aqui examinado adequadamente. Os propósitos estabelecidos, no entanto, para esta

¹⁷⁰ Idem, p. 314.

¹⁷¹ Cf., e.g., Mosquera (1998); Burnyeat (2001); Zingano (2007b); Peramatzis (2010).

¹⁷² Barnes (1994), p. 212.

¹⁷³ Burnyeat (2001), pp.19-24.

¹⁷⁴ Natali (2010a), p. 314, nota 15.

¹⁷⁵ Natali lê, assim como Pellegrin (2005), pp. 275 e 406-7, a expressão *logikos sullogismos* de 93a15 como referindo-se ao que segue na exposição do capítulo, e não, portanto, ao que antecede, onde Aristóteles refere-se à prova de um *tí esti* por meio de outro. Cf. sua nota 15 à página 314.

seção estão satisfeitos: sabe-se, agora, que tipo de argumento está operando na demonstração do bem humano.

2.5.2 A natureza da definição

Para completar a caracterização das três etapas da busca definicional apresentadas por Natali, resta ver a natureza de tal definição. Ela precisaria concordar com o papel de uma definição real tal como a compreende Aristóteles, a saber, como sendo o enunciado daquilo que é, de fato, o item, seja, de sua natureza. E isso mesmo ela parece fazer, pois atesta o qual é a natureza essencial da *eudaimonia*, seus termos dando a conhecê-la, e somente a ela.

Chegou-se, por fim, a uma definição real.

2.6 Conclusões provisórias

Pode-se, agora, resumir os resultados em vista das dificuldades apontadas no primeiro capítulo, bem como em relação ao que foi exposta acima. Relativamente ao primeiro bloco de dificuldades, exposto em 1.3.1 do primeiro capítulo, percebe-se que restam não resolvidas parte daquelas que diziam respeito a um certo detalhamento da interpretação defendida acerca dos dez primeiros capítulos de *Seg. Anal. B*; refiro-me às dificuldades 1 2 e 3 expostas em 1.3.1. Assim, à luz dos problemas que tais questões suscitavam, resta analisar ainda as conexões entre as quatro perguntas que caracterizam a investigação científica expostas em *Seg. Anal. B.1*; avaliar qual é a conexão entre os capítulos B.1-2 e B.8-10; e, finalmente, esclarecer qual é conexão entre os capítulos intermediários (B.3-7) com os demais. O propósito de um tal exame é, sobretudo, construir uma adequada interpretação do modelo da busca definicional com vistas a evitar os impasses aqui apresentados.

Quanto às demais perguntas desse primeiro bloco de questões, o exame acima já indicou de maneira mais adequada qual é a interpretação que Natali parece estar atribuindo ao modelo da busca definicional nos *Analíticos* (e isso foi feito mediante incursão pelos trabalhos de Bolton, Devereux e Demoss e David Charles), dando cabo da 4ª dificuldade de 1.3.1, mas indicando a necessidade de mais análises quanto ao ponto. Quanto à quinta e à sexta dificuldades desse mesmo

bloco, que versavam sobre o sentido de *ti autou tou pragmatos*, mostrou-se aqui com mais clareza o que Natali entende por isso, sugerindo consideráveis ajustes na interpretação. Já em reação a 7ª dificuldade, relativa a se considerar a legitimidade da definição nominal, já se esboçou o tipo de divergência que há entre comentadores como Bolton e Charles, restando, agora, analisar o modelo de Charles no próximo capítulo. Já com relação às dificuldades apresentadas em 1.3.2, relativamente à aplicação do modelo de busca definicional à *Ethica Nicomachea*, pode-se dizer que a todas elas ofereceu-se uma resposta aqui. Quanto à sétima das dificuldades aí apresentadas, i.e., uma melhor elaboração do modelo de busca definicional empregado, o próprio Natali esclareceu-o de maneira satisfatória. Solucionou-se, ainda o problema relativo à inclusão do *ei esti* como etapa da investigação (1ª dificuldade), ainda que disputando fortemente com o autor italiano o bom modo de fazer isso, o que depende, agora, de uma reformulação do modelo a ser aplicado; também quanto às razões que levaram Natali a deslocar a definição nominal para a busca pelo *ti esti* aqui se deu tratamento adequado, esclarecendo, ainda, em quê proponho uma leitura divergente. Qualificar ainda mais a análise aqui oferecida é tarefa que depende antes de um exame da natureza da definição nominal nos *Seg. Anal.* do que de qualquer outra consideração mais geral, o que dá cabo da quinta dificuldade.

A mais encorpada das dificuldades, a terceira de 1.3.2, foi longamente examinada e resolvida aqui ao se reavaliar minuciosamente o passo da obtenção das propriedades distintivas do SBH, resolvendo, no mesmo passo, da quarta dificuldade, relativa ao papel da porção inicial de *EN I.7* no quadro da investigação pela definição do SBH. Também ela, no entanto, requer uma reformulação considerável do modelo da busca definicional a ser empregado na *EN*. Quanto ao modo de demonstração da definição real, de *eudaimonia*, constatou-se em melhores termos o que Natali entendia que ocorria naquele trecho, e mostrou-se que isso pode ser consonante aos *Seg. Anal.*

Cabe agora, portanto, bem examinar as questões de 1.3.1 relativas aos *Segundos Analíticos*. Essa análise, contudo, estará associada com as diversas passagens deste capítulo 2 que apontavam para a necessidade discutir pontos conexos à boa interpretação do modelo definicional, sem o que, os ajustes aqui propostos ficariam no ar. A isso, então, consagra-se o capítulo 3.

3 **Segundos Analíticos B.8-10: as três etapas da investigação científica em Aristóteles segundo a interpretação de David Charles**

Considerações preliminares

A boa avaliação da abordagem da *Ethica Nicomachea* segundo o modelo da busca definicional tal como proposta por Carlo Natali e examinada nos capítulos precedentes resultou depender de um mais detalhado exame relativamente à teoria da definição esposada por Aristóteles nos *Segundos Analíticos*. De um tal exame, como efeito, depende a compreensão de alguns pressupostos da tese de Natali, bem como de certos dilemas já examinados. Contudo, como se viu no decorrer do segundo capítulo desta dissertação, procurei oferecer uma série de ajustes ao modelo de aplicação da busca definicional na *EN*. Conforme assinalado no capítulo 2, meus ajustes se aproximavam mais estreitamente da interpretação de David Charles, sem que isso fosse uma disputa quanto aos propósitos mais gerais da leitura de Natali. Assim, também a avaliação dos ajustes por mim defendidos no capítulo anterior depende de uma reconstrução da tese de Charles.

Segundo essa tese, Aristóteles separa três etapas distintas da investigação científica. Para facilitar a análise a seguir, apresento novamente as referidas etapas propostas pelo autor, retomando o esquema já exposto no capítulo 2:

Primeira Etapa: o indivíduo encontra-se na primeira etapa quando conhece uma explicação do que um nome (ou uma expressão nominal) significa. [=conhecimento de uma definição nominal]

Segunda Etapa: o indivíduo encontra-se na segunda etapa quando sabe que aquilo que é significado pelo nome (ou expressão nominal) em questão de fato existe. [=conhecimento da existência do item significado na primeira etapa]

Terceira Etapa: o indivíduo encontra-se na terceira etapa quando sabe a essência do objeto e/ou da espécie significada pelo nome (ou expressão nominal). [=conhecimento da definição real do item em questão]

Assim, a primeira etapa representa um conhecimento *do que algo significa*; a segunda, *de que este algo existe ou é o caso*; a terceira, por fim, um conhecimento *do porquê* aquilo que existe ou é o caso é, com efeito, aquilo que é – logo, um conhecimento causal realmente explicativo nos moldes aristotélicos. Apesar de já ter

sido enunciada em momentos anteriores desta investigação, a passagem da obra aristotélica em que se fundamenta a tese de Charles ainda não havia sido analisada em sua totalidade. Trata-se de *Seg. Anal.* B.10, especificamente a passagem de 93b-29 a 94a14, e, para que se possa fazer avançar a interpretação por esse caminho, portanto, é preciso voltar a *Seg. Anal.* B. a fim de delinear, no limite do escopo desta investigação,¹⁷⁶ em que consiste, de fato, a tese proposta por Charles para, a seguir, poder avaliar a interpretação de Natali e assim como minhas propostas de ajuste. No que segue, forneço o texto de B.10 gradativamente, de modo a compreender a construção da interpretação em cada passo. Escusa dizer que a análise em questão não se restringirá aos trechos de B.10: para que se compreenda o texto e, sobretudo, o ponto filosófico em jogo, é necessário inseri-lo no quadro mais geral da segunda parte do tratado, em particular, como vai enunciado no título deste capítulo, no bloco formado pelos capítulos B.8-10 – e mesmo, pode-se dizer, de capítulos decisivos do livro A. Antes, no entanto, é preciso dizer alguma coisa sobre o projeto geral de Charles com seu livro, ainda que de maneira muito sucinta.

Seu trabalho, de fato, apresenta uma ousada proposta de discussão de dois temas da filosofia aristotélica: de um lado, a teoria da significação operante em termos de espécies naturais como “homem”, “peixe”, “eclipse”; de outro, o essencialismo aristotélico, i.e., a teoria das essências de tais espécies, que remete aos traços básicos referidos na significação dos termos. Contudo, em *Aristotle on Meaning and Essence*, Charles procura tratar desses problemas em chave um tanto distinta, como que chamando o problema à atualidade, e discutindo o projeto aristotélico em contraste com o que ele vai chamar de “essencialismo moderno”. O autor chama atenção para o fato de que os pensadores comuns, os “não-filósofos” ou “não-cientistas”, segundo as explicações do essencialismo moderno, ao apreenderem o significado de termos de espécies naturais estão se comprometendo

¹⁷⁶ Ou seja, é preciso compreender adequadamente a já mencionada “visão das três etapas” da investigação científica, desvendando-lhe seus mecanismos básicos, ainda que sem entrar detalhadamente em toda uma gama de questões relativas à metafísica aristotélica, por exemplo, embora admitindo que sejam centrais para os propósitos de David Charles em seu livro. Creio ser possível e justo afirmar que essa restrição dos interesses da análise aqui empreendida não prejudica os rumos desta dissertação, uma vez que não é minha intenção apresentar uma tese especificamente sobre a correção da interpretação de David Charles em seu livro; antes, busco considerar a adequação da aplicação de certos elementos gerais da referida tese – a saber, as linhas magnas em que se dão as três etapas da investigação científica e certas exigências e implicações teóricas dessa concepção – às interrogações metodológicas relativas à *Ethica Nicomachea* (considerando, sobretudo, o seu primeiro livro, mas não apenas), conforme o que já foi exposto nos capítulos 1 e 2 desta dissertação.

com profundas suposições acerca da estrutura interna desses itens. Essas suposições metafísicas, essencialistas, são as seguintes: a) a existência da espécie, pois a compreensão depende do contato direto ou indireto com instâncias da espécie e b) a existência de uma propriedade ou conjunto de propriedades unificadora para as instâncias de espécies que já sabem existir (posição atribuída a Putnam, sobretudo). Charles vê o essencialismo moderno precisamente nesse passo, tentando justificar o discurso sobre os traços essenciais dos objetos e espécies com base nisso. Daí que diga que, para o essencialista moderno, se nossas práticas estão em boa ordem, não há necessidade de maiores teorias metafísicas das essências.

Para Charles, a explicação de Aristóteles é fundamentalmente diferente. De acordo com ele, Aristóteles não julga que o conhecimento dos termos (logo, do *significado*) de uma espécie natural envolva nem conhecimento da existência, nem conhecimento da essência da espécie em questão. Daí a necessidade de uma elaborada teoria metafísica, em acréscimo. Para Aristóteles, enfim, não era possível se valer das “profundas intuições dos pensadores ordinários” quanto a isso. Em síntese, pode-se dizer que enquanto a explicação do essencialista moderno envolve uma profunda teoria da significação – e pouca teoria metafísica –, para Aristóteles a balança é oposta: muita teoria metafísica, e uma teoria da significação talvez estreita, rasa. Onde ser tarefa da metafísica, e não da filosofia da linguagem, fazer afirmações essencialistas.

Com isso em vista, o trabalho de Charles investe pesadamente nos temas relativos a essa questão, o que resulta em obra de grande alcance e complexidade, sem dúvida. No que diz respeito aos propósitos desta pesquisa, o resultado almejado é, no entanto, bastante mais modesto, e alguns de seus aspectos merecem destaque, ao menos por esclarecer, por exclusão, o que *não* se pretende. Para além de, como já foi dito, entender em que consiste a referida “visão das três etapas” da investigação científica, esclarecendo-lhe o andamento, mesmo que em linhas gerais, busca-se ainda extrair, a partir dos resultados da análise aqui empreendida, os elementos que serão decisivos para que se qualifique melhor qual é o modelo adequado da busca definicional segundo Aristóteles e, assim, avaliar a melhor abordagem da *EN* nessa chave sugerida por Carlo Natali, a qual veio sendo examinada até agora.

Assim, desde a perspectiva dos interesses desta pesquisa, um resultado que apresente como plausível a leitura de Charles – i.e., como encontrando algum suporte no texto bem como na teoria de Aristóteles – é mais fundamental que a correção no detalhe de um conjunto de teses com as quais o autor de *Meaning and Essence* se compromete; do mesmo modo, um resultado que, por exemplo, confira alguma legitimidade – e atribua-lhe algum papel – à noção de definição nominal em Aristóteles é mais decisivo para os meus propósitos do que o exame pormenorizado da correção da interpretação do autor no que concerne à relação entre definição e demonstração em sentido científico, já que na *Ethica Nicomachea* não se está lidando com essa noção mais forte de demonstração. Dito isso, seria redundante afirmar que nem todos os elementos de *Segundos Analíticos* B.10 (ou de qualquer outra parte) serão preservados neste trabalho, que busca, isto sim, uma espécie de versão *deflacionada* de tal interpretação, mesmo estando correta em todos os seus detalhes (o que não é sequer considerado aqui) a tese de David Charles parcialmente submetida à análise (e, em geral, defendida) no que segue.

O exame pormenorizado que se pretende fazer, como já disse, está fundamentado, em especial, em *Seg. Anal.* B.8-10. Não se trata de tarefa simples, pois, como já havia notado Barnes, os capítulos em questão, que visam a apresentar a explicação positiva de Aristóteles para certos impasses expostos em B.3-7, são de “uma dificuldade excessiva”, já acumulando “uma massa de literatura secundária considerável”.¹⁷⁷ Juízo, aliás, que parece fazer eco a uma constatação bastante comum por parte dos especialistas na matéria – não por acaso Ackrill descreve uma das passagens analisadas a seguir como sendo “desesperadoramente obscura”.¹⁷⁸ Longe, portanto, de resolver os problemas exegéticos e filosóficos da passagem, este capítulo pretende focar na apresentação de uma hipótese interpretativa, avaliando-lhe a plausibilidade.

3.1 Aristóteles e a definição nominal: a Primeira Etapa

Na abertura de *Seg. Anal.* B.10 93b29-30, Aristóteles afirma o seguinte:

¹⁷⁷ Barnes (1994), p. 217

¹⁷⁸ Ackrill (1981), p. 375

Mas já que a definição (*horismos*) é dita ser uma explicação do “o que é” (*legetai einai logos tou ti esti*), é manifesto que um tipo será uma explicação do que significa um nome ou outra expressão nominal (*phaneron hoti ho men tis estai logos tou ti sêmainei to onoma ê logos heteros onomatôdes*), como o que significa triângulo.

Inicialmente, gostaria de tecer algumas considerações acerca da abertura do texto de B.10, considerações estas que procuram operar de modo independente dos notáveis comentários e das inúmeras interpretações que esta passagem – como outras o fizeram – suscitou ao longo dos tempos. A seguir, passarei a expor o ponto mais estritamente engajado na consideração da interpretação proposta por David Charles, acompanhado, ainda, alguns importantes comentadores do texto dos *Seg. Anal.* e de questões conexas.

A sentença inicial da passagem citada acima parece estabelecer uma tese acerca do que conta ou não como uma definição para Aristóteles. Sobre isso – i.e., sobre o que é ou não considerado como uma definição –, pode-se, então, extrair três informações: em primeiro lugar, uma definição é uma explicação (*logos*) do que algo é (*logos tou ti esti*); conseqüentemente, e em segundo lugar, a definição é, para Aristóteles, uma explicação (*logos*) que responde à questão “o que é?” (*ti estin*), o que nos remete a *Seg. Anal.* B.1, 89b24-5; por fim, em terceiro lugar, o texto estabelece que um tipo (*tis*) de definição do que algo é - ou seja, um tipo de resposta para a pergunta “o que é x?” – é uma explicação do que um nome ou outra expressão nominal significa (*hoti ho men tis estai logos tou ti sêmainei to onoma ê logos heteros onomatôdes*).¹⁷⁹

O ponto filosófico mais substancial para a presente investigação encontra-se fundamentalmente na terceira informação – uma espécie de conclusão, como se verá a seguir –, pois, a estar correta a interpretação descrita acima, atribui-se a Aristóteles a tese segundo a qual a explicação do significado de um termo (um nome ou uma expressão nominal) conta como uma definição. Em suma, Aristóteles estaria

¹⁷⁹ Ross (1949) em seu comentário chamou atenção para uma possível sutileza na leitura da sentença. Segundo ele, haveria uma suposição, fonte de muitos equívocos, que veria na expressão *logos heteros onomatôdes* uma alternativa à expressão precedente, *logos tou ti sêmainei to onoma*; contudo, conforme sua observação, tal leitura parece não acomodar adequadamente o uso de *heteros*; em sua interpretação, deve-se ler *logos heteros onomatôdes* como alternativa apenas a *to onoma*, conforme a tradução no corpo do texto, em solução adotada por diversos tradutores e especialistas, como Barnes (1994) e Pellegrin (2005). Barnes, aliás, reconhece na expressão grega *logos onomatôdes* a origem do termo corrente ‘definição nominal’, ainda que, para ele, *onomatôdes* dificilmente possa ser equivalente a ‘nominal’. Segundo ele, Ross tem razão em ver na expressão um equivalente a algo como “frase nominal mais longa”. Os exemplos de Ross sugerem isso, de fato (cf. p. 635); Barnes em seus comentários remete ainda aos *Tópicos* (cf. p. 248). Charles (2000) discute algumas possibilidades a partir dessa interpretação na nota 6, p. 26.

aceitando as chamadas definições nominais¹⁸⁰ como um tipo legítimo de definição, um resultado que está longe de ser inteiramente isento de maiores problemas.

Que a definição para Aristóteles concerne ao *ti estin* não parece haver disputa. Era isso que, já em *Seg. Anal.* B.3 90b4, afirmava Aristóteles (*ho men gar horismos tou ti estin einai dokei*), tese repetida, não sem a introdução de novas complicações (por conta da identificação com a *ousia*), em 90b30-31. Não é de todo evidente, contudo, que o Estagirita aceite sem mais o caminho de volta: do fato de toda definição necessariamente ser relativa ao *ti estin* não se segue que, necessariamente, todo e qualquer enunciado do *ti estin* seja uma definição. O ponto é simples: a depender das restrições e das elaborações filosóficas de Aristóteles no que diz respeito ao que é uma definição (em sentido técnico, encorpado, por assim dizer), pode ser o caso de enunciados do *ti estin* não serem definições a pleno título. Para o ponto central deste trabalho, contudo, pode-se considerar tais enunciados, no mínimo, como *definicionais* (*horika*), o que não é por completo estranho ao tratamento dado pelo Estagirita à questão: em *Tópicos* I.5, por exemplo, Aristóteles refere-se a enunciados como “é belo aquilo que é adequado” (*kalon esti to prepon*) como um enunciado definicional (*horikon*).

De resto, ao apresentar o primeiro dos predicáveis, precisamente a definição, em *Top.* I.5 Aristóteles julga que todos os enunciados que versam sobre a questão da identidade e da diferença dos termos da predicação são, nesse sentido, definicionais, precisamente porque tal questão é da natureza mesmo da definição. A ser assim, o enunciado que exprime o “o que é ser” de algo (*to ti ên einai*) é, nos termos estabelecidos por Aristóteles em *Top.* I.5 101b38, uma definição (*esti d' horos men logos ho to ti ên einai sêmainon*); mas se o argumento de Aristóteles em *Top.* I.5 102a9-14 acerca da natureza definicional dos enunciados recém examinados estiver certo, talvez seja possível considerar outros predicáveis como sendo “definicionais”; assim, em 102a31-35, o gênero (*genos*) é descrito como o que

¹⁸⁰ Vale esclarecer ainda uma vez: basta que se entenda provisoriamente por definição nominal aquela explicação acerca do que um dado termo significa, independente qualquer outra suposição relativamente à existência ou não do item em questão. Essa concepção é bastante intuitiva e tem as seguintes vantagens: (i) não se compromete com nenhuma suposição seja do ponto de vista metafísico (existência ou estrutura básica de itens), seja do ponto de vista epistemológico (o que se conhece mediante de tal explicação); (ii) igualmente do ponto de vista linguístico não parece haver grandes suposições, tornando o sentido com que se emprega a expressão “definição nominal” algo bastante básico: aquilo que se entende, em dada linguagem, pelo termo ‘x’; (iii) por não fazer tais suposições, permite que se investigue nas seções vindouras justamente o ponto interpretativo em questão em B.10, qual seja, a legitimidade ou não das definições nominais e sua função (no caso, especificamente no quadro da teoria aristotélica). É somente com tal investigação que se pretende esclarecer o sentido do conceito para Aristóteles.

é predicado no “o que é” (*en tōi ti esti*) de uma pluralidade de itens diferentes pela espécie (*genos d’esti to kata pleionon kai diapheronton tōi eidei en tōi ti esti kategoroumenon*), configurando, portanto, um caso de resposta (talvez apenas parte dela, contudo) à questão *ti estin*.

Também o *próprio* (*idion*) poderia cumprir, em certo sentido, esse papel, pois trata-se de atributo que, mesmo sem revelar a essência do sujeito, pertence-lhe necessariamente a ele, e somente a ele (cf. 102a18-19); o exemplo de Aristóteles, de fato, parece ser da mesma ordem que aqueles considerados como indisputavelmente definicionais pelo Estagirita em 102a9-14, envolvendo sem dúvida a noção de identidade: “Por exemplo, o ser apto à gramática é próprio do homem; se, pois, é homem, é apto à gramática; se é apto à gramática, é homem” (*oion idion anthrōpou to grammatikês einai dektikon; ei gar anthrōpos esti, grammatikês dektikos esti, kai ei grammatikês dektikos estin, anthrōpos estin*, 102a20-22). Em sendo assim, Aristóteles poderia expandir a noção de “definicional”, em sentido *lato*, para os demais predicáveis. (É bem verdade que o acidente, *sumbebêkos*, não atende esse critério; curiosamente, no entanto, Aristóteles engaja-se em um argumento para conectá-lo com a noção de “próprio relativo e momentâneo” (*pros ti kai pote*, 102b25), remetendo ao tratamento do próprio em 102a25-26 (*pote é pros ti idion rhêthesta*). Essas considerações são relevantes para o exame da aplicação de um modelo definicional que não nos contextos estritos da ciência demonstrativa examinada nos *Seg. Anal.* – uma versão *deflacionada* da tese de Charles. Tudo o que me basta assinalar, por ora, é que pode ser o caso de as propriedades ou qualidades do SBH serem *idia*, “próprias”, e não “necessárias” nos termos em que sugeria Natali, i.e., *essenciais*, em toda sua força causal. A ser assim, evitar-se-ia uma porção de dificuldades quanto ao que se apreende já na primeira etapa, sobretudo justamente quanto à natureza causal de tal apreensão, que não pode ser senão problemática.

Retornando ao ponto relativo à primeira sentença de B.10, é preciso reconhecer, contudo, que não parece ser evidente ou manifesto (*phaneron*) que uma explicação do que um nome ou uma expressão nominal significa (*sêmainei*) seja um tipo ou um caso de explicação do “o que é” algo (*tou ti estin*), em sentido equivalente ao de ser uma resposta à questão *ti estin*, “o que é x?”, como a passagem faz supor. Caso, portanto, se pretenda que a relação intercambiável entre um tipo de

explicação e outro seja válida, é preciso argumentar em favor dessa relação, esclarecendo em que termos ela ocorre, se é que ocorre.

Antes de se considerar com mais detalhe esse tópico, no entanto, gostaria de esclarecer algo relativamente às duas primeiras informações extraídas da sentença de abertura de B.10. Tal esclarecimento faz-se necessário para uma melhor compreensão do sentido em que a definição nominal – caso a interpretação proposta esteja correta – é introduzida por Aristóteles. Refiro-me ao sentido em que uma definição pode ser tomada como sendo uma explicação do “o que é”, daquilo que algo é, o que conduz à relação entre a concepção de definição introduzida em B.10 (93b29) e a tese aristotélica de B.1-2 sobre as quatro perguntas que caracterizam a busca científica e que são em igual número ao que se sabe cientificamente, conforme já se viu nos capítulos anteriores desta dissertação.

3.1.1 A relação com *Segundos Analíticos* B.1-2

Mesmo permanecendo em um registro livre de interpretações mais encorpadas, tal como sugiro na introdução a esta análise, é possível estabelecer um nexó claro entre as teses de *Seg. Anal.* B.1-2 e a sentença inicial de B.10. Com efeito, em 89b23-25 Aristóteles afirmara o seguinte: “As coisas que investigamos (*ta zêtoumena*) são iguais em número às que conhecemos cientificamente (*epistametha*). Investigamos quatro coisas: o “que” (*to hoti*), o “porque” (*to dioti*), “se é” (*ei esti*) e “o que é” (*ti estin*).”

A seguir, prosseguia o filósofo fornecendo a análise (truncada, como sói ocorrer com Aristóteles) de cada uma dessas questões e da relação entre elas. Após afirmar o que se busca e o que se conhece cientificamente em uma investigação, Aristóteles parecia reunir ainda em B.1 as questões em dois blocos: de um lado, o conhecimento do pertencimento de um predicado a um sujeito – saber *que (hoti)* S é P – é dado como condição para que se tenha uma explicação para tal relação atributiva, i.e. para saber *por que (dioti)* S é P; de outro, o conhecimento da existência de um sujeito S – se S é ou *existe* – é dado como condição para que se tenha uma explicação do que seja tal sujeito, i.e., para saber *o que é (ti estin)* S. Ora, em ambos os blocos, as perguntas que ocorrem *após* satisfeita certa condição prévia é que são explicativas, e podem, em certo sentido, ser identificadas uma à outra, coisa que fica clara caso se mantenha em mente três informações, uma delas

textualmente anterior a *Seg. Anal.* B.1, as demais, posteriores à passagem em questão:

(i) a tese de *Seg. Anal.* A.2 71b9-12, pilar da concepção de conhecimento científico para Aristóteles, e segundo a qual conhecemos algo cientificamente “quando pensamos conhecer a causa pela qual a coisa é, que é a causa desta (*hotan ten t’aition oiômetha ginôskein di’ hen to pragma estin, hoti ekeinou aitia esti*) e que não pode essa coisa ser de outra maneira (*kai mê endechesthai allôs echein*)”;

(ii) a tese que o Estagirita apresenta em B.2, primeiro em 90a14-15, ao afirmar que “em todos esses casos, pois, é manifesto que é o mesmo o ‘o que é’ e o ‘porque é’” (*en hapasi gar toutois phaneron estin hoti to auto estin to ti esti kai dia ti estin*), e ainda em 90a30-31, em que o filósofo diz que “saber o ‘o que é’ e saber o ‘porque é’ é o mesmo” (*to ti estin eidenai tauto esti kai dia ti estin*); e, por fim

(iii) a tese apresentada em B.8 93a3-5-, que reafirma tal identidade, como se lê em 93a4 que “é o mesmo saber o ‘o que é’ e saber a causa do ‘se é’” (*tauton to eidenai ti estin kai to eidenai to aition tou ei esti*).

Assim, ao afirmar que uma definição é dita ser uma explicação do que algo é (*logos tou ti estin*), tal como se lê em B.10, pode-se perceber que Aristóteles retoma o esquema já apresentado em B.1-2, pois a resposta à questão *ti estin* – o que é x? – em certo sentido é, como se vê agora (pois o termo não ocorre nos dois primeiros capítulos) uma definição de x.¹⁸¹ Mais que isso, a mesma identificação ocorre textualmente antes do capítulo 10, e com vocabulário muito semelhante, em B.3, 90b4-5, quando Aristóteles afirma que “a definição, pois, parece ser do ‘o que é’” (*ho men gar horismos tou ti estin einai dokei*). A diferença fundamental entre as duas ocorrências – B.3, a primeira menção ao termo definição, e B.10, aqui analisada – encontra-se no fato de aquela dar-se em um contexto em que os esforços de Aristóteles estão concentrados em mapear e enfrentar as *aporai*, como já se disse que é o caso dos capítulos B.3-7, ao passo que a esta, como veremos a seguir, dá-se em contexto de explicação positiva: Aristóteles está, em verdade, apresentando

¹⁸¹ Algumas informações básicas devem ser mantidas em mente antes de prosseguir a análise. Considerada isoladamente e sem uma interpretação mais encorpada, a primeira parte da sentença ainda não deixa claro em que sentido as noções de definição (*horismos*) e de “o que é” algo (*ti estin*) estão sendo empregadas; já apontei certas complicações que podem estar em jogo nessa relação às páginas 116-17 acima. Que tais noções, contudo, referidas do modo como estão na sentença ora analisada, remetem o leitor ao contexto dos capítulos iniciais do livro B. dos *Segundos Analíticos* o texto não parece deixar dúvidas; resta analisar, no entanto, como o presente capítulo pretende fazer, se não há nenhuma alteração no sentido em que são empregadas tais noções, ampliando, restringindo ou preservando seus usos em relação a ocorrências anteriores a B.10.

soluções às aporias previamente enunciadas. Sirvam esses comentários, portanto, a título de resposta às dificuldades que, ao final do capítulo 2, restavam de pé.

É importante que se tenha em mente tal relação, pois a correta interpretação da sentença depende, entre outras coisas, do que se pode extrair de três noções: ser uma explicação do “o que é”, ser uma explicação do que um nome significa e ser uma definição.

3.1.2 A passagem de *logos tou ti esti* para *logos tou ti sêmainei* e a relação com *Seg. Anal. A.1 71a13-15*

Conforme o que se viu na sentença de abertura de B.10, para Aristóteles, a explicação do que um nome significa parece ser um *tipo* ou *caso* de explicação do “o que é”. Isso quer dizer que Aristóteles aceitaria como um tipo ou caso de resposta para a questão “O que é triângulo?” a resposta dada à pergunta “O que é ‘triângulo?’”, tal como o exemplo da própria passagem indica. Essa última formulação da questão seria, em verdade, equivalente à “o que ‘triângulo’ significa?”. O caráter co-extensivo dessas explicações não é novidade no texto dos *Seg. Anal.*: de fato, pode-se encontrar apoio em A.1, 71a13-15 para tal tese,¹⁸² pois já ali Aristóteles afirmava:

O conhecer previamente é necessário de dois modos (*dichôs d’anankaion proginoskein*): de algumas coisas, pois, é necessário apreender previamente que são (*ta men gar, hoti esti, proupolambenein anankaion*), de outras, o que é o que é dito (*ta de, to legomenon esti*), e de outras, ambos, por exemplo, que de tudo é verdadeiro ou afirmar, ou negar, que é o caso; do triângulo, que ele significa isto (*to de trigonon, hoti todi sêmainei*) (...).

Note-se ainda que a passagem de A.1, além de servir para estabelecer uma relação entre o “o que é” e “o que significa” (este sendo, a estar certa a tese, um caso daquele), estabelece uma outra relação de extrema importância para o argumento central defendido neste trabalho, saber, aquela entre conhecimento prévio, de um lado, e, de outro, conhecimento do significado dos termos (ou nomes) relevantes para a investigação em questão. Tal relação parece evocar, ainda que com diferenças, o tipo de identidade formal que Aristóteles assinalaria acerca das expressões “*eudaimonia*”, “*eu zên*” e “*eu prattein*”. Assim, avançando, pode-se considerar o seguinte: se *Seg. Anal. B.10* admite que a explicação do que um nome ou expressão nominal significa é um caso de definição (a definição nominal), e ainda, se *Seg. Anal. A.1* estabelece que a explicação do que um nome ou termo

¹⁸² Charles (2000), p. 27.

significa é um tipo de conhecimento prévio exigido para qualquer ensinamento ou aprendizado nas investigações científicas,¹⁸³ então é possível afirmar que, para Aristóteles, possuir uma explicação relativa aos significados dos termos – possuir uma definição nominal, em suma – constitui uma condição para a pesquisa científica, um conhecimento prévio a qualquer investigação.

Ocorre que, como já foi dito, a relação entre ser uma explicação do “o que é” e ser uma explicação do que um nome ou expressão nominal significa não é tal que dispense maiores análises. Para esclarecer adequadamente esse ponto, bem como para compreender melhor o papel desempenhado pelas questões até aqui levantadas em nesta investigação, passo agora à consideração da interpretação oferecida por David Charles a *Seg. Anal.* B.8-10. À medida que avance a análise, resultará mais claro o modelo que já no capítulo 2 poderia servir de ajuste à interpretação da busca definicional nos *Seg. Anal.* tal como está suposto, creio ter mostrado, na interpretação de Natali. Com isso, também acerca dos ajustes relativos à interpretação da *Ethica Nicomachea* se terá uma melhor visada.

3.1.3 O argumento da primeira sentença de B.10

3.1.3.1 A estrutura da primeira sentença

Segundo David Charles, a primeira sentença estaria estruturada da seguinte maneira:

(1) Diz-se que uma definição é uma explicação do que algo é. (Premissa)

¹⁸³ Não está claro, contudo, qual é a relação entre ser um conhecimento “prévio” para a explicação e/ou para o aprendizado (*Seg. Anal.* A.1), de um lado, e ser uma “primeira etapa” da investigação científica (*Seg. Anal.* B.10), de outro. A ponte precisa ser estabelecida. Uma hipótese seria a seguinte. (i) O sentido em que é preciso ter esse conhecimento prévio está em sintonia com a seguinte prática: o que entendemos pelo termo *x*? Essa prática é perfeitamente aristotélica, permitindo que o filósofo estabeleça uma série de distinções conceituais que poderão lhe ser de grande utilidade; é nesse estágio que é possível fazer, por exemplo, uma incursão pelo universo da linguagem comum, incluindo, talvez, a dialética, e não há dúvidas de que Aristóteles faça isso. (ii) Esse exercício – que deve ser feito ou para que o indivíduo que porventura não possua o conhecimento prévio em questão venha a adquiri-lo, ou para que se clarifique e se especifique o que se entende pelo termo ‘*x*’ ou ‘*y*’ nos casos em que há disputa quanto ao significado do referido termo – tal exercício, dizia, é que faz com que o indivíduo se coloque na boa posição para a investigação científica ou mesmo para que possa avançar no aprendizado de uma determinada exposição; é por isso que Charles refere-se à Primeira Etapa precisamente assim: o estágio que é alcançado quando alguém possui uma explicação do que um nome ou outra expressão que seja como um nome significa. (iii) Assim, pode ser necessário oferecer esse tipo de explicação nominal nas eventuais ocasiões em que o indivíduo envolvida em uma situação de aprendizado ou de investigação científica assim o requeira.

Da qual se deriva a conclusão (C):

(C) É manifesto que um tipo de definição¹⁸⁴ é uma explicação do que um nome ou outra expressão nominal significa.

Já assinala a dificuldade em compreender exatamente o sentido em que ser uma explicação do que um nome significa pode ser tomado como um caso de ser uma explicação do que algo é; não bastasse a dificuldade – bastante intuitiva, a meu ver –, Aristóteles parece acrescentar ainda uma certa nota inusitada, ao afirmar que é manifesto (*phaneron*) que isso seja o caso. Assim, para tentar entender o passo dado pelo filósofo, pode-se afirmar, segundo a interpretação de Charles, que “a suposição ligando a premissa (1) e a conclusão (C) parece ser a seguinte:

(2) Uma explicação do que um nome ou outra expressão nominal significa é um tipo de explicação do que algo é. (Premissa)”.

Ora, pelo que se viu na seção 3.1.2, Aristóteles valera-se já em *Seg. Anal.* A.1, 71a13-15 da pergunta “o que é o que é dito?” como sendo intercambiável com a pergunta “o que é ‘triângulo?’”, cuja resposta é da forma “‘triângulo’ significa *isto*”. Como assinala Charles, ambas as questões são satisfatoriamente respondidas por uma sentença do tipo:

‘Triângulo’ significa

Obviamente, o complemento da resposta será uma frase que explique o significado do termo ‘triângulo’. Ocorre que, ainda segundo o uso de 71a13-15 e segundo o argumento subjacente à sentença de 93b29-32, parece haver margem

¹⁸⁴ Lendo *tis* de 93b30 modificando *horismos*, e não *logos*. Cf Charles (2000), p. 31, nota 15. Segundo o autor, “se *tis* tivesse o propósito de qualificar *logos*, deveria ocorrer logo após *logos* (cf. *de An.* A.4, 407b32) ou (possivelmente) *estai* (cf. *de An.*, frag. 4, 68)”. Ross (1949), cuja leitura geral da passagem diverge bastante daquela apresentada por Charles, também lê assim o texto, parafrazeando a sentença nesses termos em seu comentário (p. 634); Barnes (1994) parece seguir igualmente essa leitura (cf. tradução, p. 58; cf. ainda comentário à passagem, p. 222); do mesmo modo Pellegrin (2005), p. 283. Em síntese, não parece haver disputas quanto ao modo de ler a frase; se disputa há, ela tem lugar apenas na operação interpretativa da sentença e de seu conteúdo filosófico, o que exclui, *prima facie*, qualquer incerteza quanto à leitura segura da letra do texto. Curiosamente, tal leitura parece indicar uma interpretação que pode contrariar aquelas apresentadas pelos autores acima citados, que divergem de Charles.

para concluir que uma resposta alternativa à questão “O que ‘triângulo’ significa?” poderia assumir a seguinte forma:

‘Triângulos’ são ...

em que o complemento da resposta será nada mais que o significado do termo ‘triângulo’. Ainda segundo Charles, essa compreensão do ponto está em acordo com uma interpretação tradicional da questão, cuja origem remonta a comentadores como Temístio, Eustrácio e Filopono.¹⁸⁵

3.1.3.2 A forma da explicação do que um nome significa

Resta saber, agora, qual é a forma que uma explicação do que um nome significa pode assumir. É possível chegar a uma resposta quanto a isso de modo bastante intuitivo, a saber: a explicação do nome significa o mesmo que o nome. Assim, uma explicação do nome ‘triângulo’ seria a seguinte:

figura com a soma dos ângulos internos igual ao de dois ângulos retos.

Afirmo que essa forma é intuitiva, mas isso não quer dizer que não haja evidências no texto aristotélico. A mais forte parece ser precisamente a passagem de *Seg. Anal.* A.1, 71a13-15, em que “triângulo significa *isto*” refere-se sem dúvida ao termo ‘triângulo’. David Charles apresenta ainda dois outros indícios textuais, ambos em B.7, de que a explicação do que um nome significa assume a forma “Este nome significa *isto*”, em que, para usar as palavras do próprio Charles, *isto* designa uma explicação que significa o mesmo que o nome. A primeira passagem ocorre no início do argumento – inserido no contexto maior de indicar as *aporias* de B.7 92b25-28 Ali, com efeito, Aristóteles afirma o seguinte:

Se aquele que define (*horisdomenos*) prova (*deiknusin*) ou bem o que algo é, ou bem o que o nome significa (*ê ti estin ê ti sêmainei toúnoma*), e se de modo algum [prova-se] o que algo é (*ei me estí medamôs tou ti estin*), então uma definição será uma explicação que significa o mesmo que o nome (*eiê an ho horismos logos onomatí to auto sêmainon*).

¹⁸⁵ Cf. Charles (2000) nota 8, p. 27. Como observa Ross (1949), p. 634, no entanto, Filopono não via a definição nominal de 93b29-31 como um tipo legítimo de definição; era assim, aliás, que resolvia o problema da (aparente) contradição que surgirá quando, em conclusão a *Seg. Anal.* B.10, Aristóteles sintetiza os resultados alcançados falando de três tipos de definição (cf. 94a11-14).

Já fiz menção ao fato de que as *aporiai* de B.3-7 serão resolvidas em B.8-10, e isto será analisado a seguir – sobretudo nas seções finais deste capítulo. O que importa, por ora, é reconhecer que Aristóteles, na passagem em questão, aceita a identidade de significado entre um nome e a expressão que explica o que este nome significa. A segunda passagem mencionada por Charles ocorre logo a seguir, em 92b32-34, quando Aristóteles afirma que “nenhuma demonstração demonstraria que este nome significa isto (*oudemia apodexis apodeixeien an hoti touto tounoma touti dêloi*) (...)”, indicando que a forma de uma definição nominal consiste na estrutura acima referida. Preferi, no entanto, valer-me apenas do já citado trecho de A.1 71a13-15 e do exemplo fornecido ao final da primeira sentença de B.10 precisamente porque o contexto de B.7 é extremamente incerto, como bem o notaram tanto David Charles quanto Jonathan Barnes em seus comentários à referida passagem, não dependendo, portanto, de uma ou outra interpretação específica para qualquer dos trechos.¹⁸⁶

3.1.3.3 Resultado parcial da interpretação de Charles para a sentença inicial de B.10

Pode-se, agora, estabelecer um resultado parcial da interpretação de Charles para a primeira sentença de B.10. Sendo a explicação do que um nome significa da forma “Este nome significa *isto*”, tal como a análise até o presente momento apontou, e sendo uma tal explicação um *tipo* ou *caso* de definição (como a sentença de abertura de B.10 está a indicar), então podemos concluir, aparentemente com Aristóteles, que um tipo ou caso de definição será da forma “Este nome significa *isto*”. Como Charles esclarece, esse tipo de explicação parece abarcar tanto coisas que existem (homem, triângulo), como coisas que não existem (o *tragelaphos* – o “bode-cervo”); basta recuar um pouco no texto, voltando a B.7 92b5-7, em que Aristóteles afirma:

o não-ser, pois, ninguém sabe o “o que é” (*to gar mê on oudeis oiden ho ti estin*), mas pode-se [saber] o que significa (*sêmeinei*) a explicação ou o nome (*ho logos ê to onoma*) quando digo bode-cervo (*hotan eipô tragelaphos*), já “o que é” ‘bode-cervo’ (*ti d’esti tragelaphos*) é impossível conhecer (*adunaton eidenai*).

Logo, Aristóteles admitiria não apenas (i) que uma explicação do que um nome ou outra expressão nominal significa é um tipo ou caso de definição quanto (ii)

¹⁸⁶ Charles (2000), nota 6, p. 26; Barnes (1994), p. 217.

que é possível dar uma explicação do que um nome significa, mesmo quando este nome não se refira a nenhuma substância ou a algo que exista. A estar certa tal interpretação, portanto, Aristóteles aceitaria a definição do nome 'bode-cervo' como um tipo de definição e, com isso, contaria as definições nominais entre as definições; mais que isso, endossaria a tese segundo a qual tais definições não acarretam nenhuma suposição existencial. Esse resultado parcial – que, como indiquei acima, descende de antiga linhagem de comentadores e é esposado por David Charles – suscita uma primeira dificuldade para a interpretação aqui defendida. Com isso, avança-se consideravelmente na compreensão seja da gênese, seja da solução das dificuldades dos capítulos anteriores quanto à relação entre significação e definição nominal, e vai-se configurando mais e mais a validade das sugestões do segundo capítulo desta dissertação quanto ao buscar-se na interpretação de Charles o bom modelo do esquema definicional dos *Seg. Anal.* Passo, então, à dificuldade mencionada.

3.1.3.4 Dificuldade relativa à estrutura da explicação do que um nome significa

Uma consideração mais detida das passagens que contribuem para estabelecer a estrutura da explicação do que um nome significa pode mostrar que os mesmos trechos podem igualmente trazer à tona a dificuldade acima mencionada. Senão vejamos: em B.7 92b26-30, Aristóteles afirmava que, uma vez que aquele que demonstra não prova o que a coisa é, mas sim o que o nome significa, então a definição seria uma explicação de mesmo significado que o nome; contudo, no contexto aporético de B.7, o filósofo prosseguia afirmando que isto seria, impossível absurdo (*all' atopon*). Ora, o caráter absurdo, indesejado de tal conclusão vem explicado nas linhas a seguir, em que se lê: “pois, em primeiro lugar, haveria definições tanto de não-substâncias como de coisas não existentes (*prôton men gar kai mê ousiôn an eiê kai tôn mê ontôn*): pois há o significar de coisas não existentes (*sêmainen gar esti kai ta mê onta*)”. Costura-se, assim, como se vê, uma relação íntima entre os capítulos intermediários B.3-7 e os demais, indicando, em boa medida, a solução para as dificuldades já abordadas nos dois capítulos anteriores desta dissertação.

Assim, seria tese de Aristóteles a recusa da possibilidade de as definições dizerem respeito a coisas que não existem. Tal percepção parece fazer eco à passagem de B.3, 90b16-17, em que o filósofo afirma que “ainda, se a definição dá a

conhecer alguma substância (*eti ei ho horismos ousias tinos gnôrismos*), então é evidente que estas coisas [i.e., as definições] não são substâncias (*ta ge toiauta phaneron hoti ouk ousia*)”. Nesse caso, a dificuldade que se põe à interpretação aqui oferecida da primeira sentença de B.10 consiste fundamentalmente nisto: a concepção de definição ali apresentada parece incluir as definições nominais como legítimas – implicando, como consequência, a possibilidade de haver definições de coisas que não existem –, sendo que tal concepção entraria em conflito com a visão mais restritiva de definição oferecida pelo filósofo nos capítulos anteriores a B.8-10.

3.1.3.5 Uma solução da dificuldade: a interpretação “liberal” de David Charles

Segundo Charles, o que permite solucionar a dificuldade em questão é precisamente o modo como se interpreta o passo de Aristóteles na abertura de B.10. Assim, há dois caminhos possíveis: a) a interpretação liberal; b) a interpretação restritiva.

a) A interpretação liberal

De acordo com essa interpretação – implícita na já referida leitura tradicional que remonta ao comentário antigo –, o movimento filosófico de Aristóteles em 93b29-32 consistiria em ampliar o escopo da noção de definição, de modo a abarcar explicações do que nomes significam, independentemente da existência ou não dos itens significados por tais nomes.

Se for assim, poderá haver um tipo de definição que enuncia o que nomes significam, quer para coisas que existem, quer para coisas que não existem. Nessa compreensão, Aristóteles aceitará na premissa (2) exposta acima que uma explicação do que “F” significa é uma explicação que, conforme foi esclarecido, fornece uma resposta à questão “O que é F?” (mesmo se não houver espécie ou objeto algum que seja significado pelo nome).

A estar certa tal interpretação, o passo de Aristóteles seria, então, o de “afrouxar” ou “liberalizar” as restrições mais fortes (extraídas de B.3 e B.7) relativas à boa definição. É essa interpretação “liberal” que Charles defende e que estava implícita em muito do que vinha sendo exposto no presente capítulo.

b) A interpretação restritiva

Uma alternativa para solucionar a dificuldade ora discutida consiste em defender que as restrições aristotélicas quanto à definição estão sendo plenamente utilizadas na sentença inicial de B.10. Adotar essa tese, contudo, implica reconhecer que, *prima facie*, a sentença inicial de B.10 é problemática, não sendo claro nem seu sentido, nem sua função naquele contexto. Assim, para dar sentido à primeira sentença de 93b29-31, a leitura restritiva parece requerer uma interpretação distinta para o passo filosófico ali realizado. Trata-se, com efeito, de conceber a premissa (2), introduzida para explicar a sentença em questão, como assumindo uma forma distinta – trazendo, de par, uma conclusão modificada. Eis como Charles as apresenta:

(2*) Algumas explicações do que é F serão idênticas a algumas explicações do que nomes significam.

Assim, a conclusão na leitura restritiva seria igualmente alterada:

(C*) É manifesto que algumas definições de F serão idênticas a algumas explicações do que “F” significa.

Como se vê, a leitura restritiva, precisamente por julgar que as restrições que Aristóteles havia estabelecido nos capítulos precedentes estão em pleno vigor em B.10, considera que apenas um subconjunto das explicações do que um nome significa conta como explicação do que é algo – justamente o subconjunto das explicações de termos que significam itens que de fato existem e que possuem essências. É isso que leva à conclusão alternativa [C*], segundo a qual serão incluídas entre as definições legítimas apenas aquelas explicações do que nomes significam que fazem parte de tal subconjunto: a de nomes que significam itens realmente existentes e com essências.¹⁸⁷

Além disso, cabe ressaltar que, segundo essa leitura, há uma relação de identidade, estabelecida tanto em (2*) quanto em (C*), entre algumas explicações do que nomes significam (em que a restrição “algumas” seleciona apenas aqueles termos que significam itens existentes) e algumas explicações ou definições do que

¹⁸⁷ Do mesmo modo como Charles havia sugerido anteriormente que a chamada interpretação “liberal” estava em sintonia com uma parcela do comentário antigo, também a leitura dita “restritiva” descende de linhagem ilustre no comentário recente. O autor, com efeito, reconhece que “restritiva” tinha sido a leitura de Ross no comentário à sua edição dos *Analíticos*, aparentemente seguindo Averróes e Zabarella. Parte do debate das últimas décadas parece igualmente se direcionar para uma tal posição, como pode ser visto sobretudo em Bolton (1976); Devereux e Demoss (1988), já discutidos no capítulo 2. Cf. Charles (2000), nota 12, p. 29.

algo é.¹⁸⁸ Essa caracterização geral da interpretação restritiva é importante para entender as objeções a ela levantadas por Charles ao defender sua leitura. Passo, agora, a ela.

3.1.3.5.1 Defesa da interpretação liberal

Há três pontos fundamentais para que se compreenda as vantagens da interpretação dita “liberal”, tal como proposta por Charles, por oposição ao que se chamou de oposição “restritiva” acima: os pontos (1) e (3) são textuais; o ponto (2) explora uma dimensão de certa forma intuitiva quanto às interpretações em jogo. Apresento-os aqui para esclarecer os nexos com a etapa seguinte; importa reiterar, contudo, a observação da nota 188 acima, quer relativamente à compatibilidade da hipótese restritiva fraca com a visão das três etapas da investigação científica, quer relativamente à centralidade da tese que garante a não-ocorrência de nenhuma suposição ou implicação existencial quando da apreensão da explicação do que um termo significa – quer dizer, da definição nominal. E, em sendo assim, fica evidente que pouco importa qual dessas duas leituras se assuma, o que é decisivo para os ajustes no modelo de aproximação da busca definicional para o quadro da *EN* fica assegurado: a plausibilidade da tese de David Charles no que concerne às etapas da investigação científica e o papel a ser desempenhado pela chamada definição

¹⁸⁸ Segundo a análise de Charles, há duas possíveis versões para a leitura restritiva. Ambas têm como traços fundamentais as duas características sublinhadas acima, a saber: (i) são consideradas definições apenas aquelas explicações do que nomes significam em que os referidos nomes significam itens existentes e com essências e, conseqüentemente, (ii) as definições mencionadas em (i) são idênticas em conteúdo às definições genuínas das espécies e/ou objetos. Charles assinala, no entanto, que é possível admitir um tipo (1) de leitura restritiva em que, ao apreender uma explicação da significação de um termo – mesmo que com as características distintivas da leitura restritiva, ou seja, (i) e (ii) acima – não é necessário supor a existência da espécie em questão, pois o indivíduo pode não saber *ainda*, nesse primeiro momento, que a explicação de que dispõe para o termo é, com efeito, *definicional*; já um tipo (2) de leitura restritiva – digamos, sua versão forte – implica que a apreensão de uma explicação do que um nome significa – sempre cumprindo os critérios (i) e (ii) – é tal que vem de par com a suposição existencial, pois o indivíduo sabe que tal explicação é definicional da *espécie*. É como se, na versão restritiva forte, fosse acrescentada uma terceira característica, a saber, (iii) a apreensão do caráter definicional da primeira explicação – relativa ao nome – é transparente para quem a apreende. A versão restritiva fraca é, no dizer do próprio Charles, compatível com a sua tese das três etapas da investigação científica (o que sublinha a importância atribuída a uma compreensão tal da definição nominal que não implica em suposição existencial); a versão forte – incompatível com a tese das três etapas – é defendida, por exemplo, por Bolton (1976). Creio ser oportuno registrar, no entanto, que para os propósitos deste trabalho, não é essencial discutir cada variante interpretativa em todas as suas conseqüências, pois, como já afirmei antes, o foco deve ser buscar compreender as linhas gerais do esquema proposto pelo autor para explicar as etapas da investigação científica em Aristóteles. Aliás, mesmo esse objetivo só faz sentido nesta dissertação em virtude da possível aproximação entre esse esquema em três etapas e a estrutura conceitual que organiza o texto de *Ethica Nicomachea* I.1-7. Para tanto, faz-se indispensável assegurar a plausibilidade (interpretativa e conceitual) da visão em três etapas de Charles, que é, de resto, a finalidade básica de todo este capítulo.

nominal *sem* comprometimento existencial já de pronto em relação ao item investigado – naquele contexto, o Supremo Bem Humano, ou *eudaimonia*.

(1) A primeira sentença de B.10 não parece restringir “algumas” explicações do que um nome é como sendo definições, ao passo que é precisamente isso que a interpretação restritiva requer. Caso se fique com uma leitura mais estrita do texto da apódose em 93b30 (*phaneron hoti ho men tis estai logos tou ti sêmainei to onoma ê logos heteros onomatōdes*), é visível que *tis* modifica *horismos*, “definição”, que ocorre na prótase, sendo improvável que qualificasse *logos*, “explicação”; aliás, como já fora mencionado anteriormente, é assim que os tradutores e comentadores lêem a frase, restando a disputa apenas quanto à interpretação mais adequada. Vale acrescentar: se a restrição estivesse operando, o resultado seria que o foco de Aristóteles teria mudado de “explicações do que nomes significam”, tal como encontramos em B.7 92b5-7 e 26-23, para “algumas explicações do que nomes significam” aqui na apódose de B.10 93b30, o que seria uma mudança abrupta, como observa Charles.¹⁸⁹

(2) Segundo o texto de Aristóteles, a conclusão da sentença de abertura de B.10 é *phaneron*, “manifesta” – evidente, óbvia. Ao início deste capítulo, chamei atenção para uma possível estranheza de tal caracterização; pois bem, a depender de como se a compreende, a tese é, com efeito, “manifesta”. Quer dizer, é perfeitamente intuitivo considerar que um tipo ou caso de resposta à pergunta “O que é F?” seja da forma “O que é ‘F’?”; assim, tal como sugere a interpretação liberal aqui defendida, é, sim, “manifesto” que uma explicação do que um nome (ou outra expressão nominal) significa é um *tipo* ou *caso* de definição. Segundo a interpretação restritiva, por outro lado, a sentença diria algo muito mais forte, pois, uma vez que, de acordo com tal leitura, apenas o subconjunto das explicações do que nomes significam para itens existentes estariam em questão na passagem, então uma explicação do que o nome significa coincidiria com a definição real da espécie e/ou do item em questão; não se teria mais uma mera definição nominal.

¹⁸⁹ Charles (2000), pp. 31-32. Charles esclarece, a meu ver com sucesso, ainda uma outra dificuldade. Como efeito, é preciso reconhecer que seria plausível levantar a seguinte objeção à explicação até aqui encaminhada: *Seg. Anal.* B.7 92b26 e ss. descarta a possibilidade de se considerar como sendo *definições* as explicações do que nomes significam que, no entanto, não apreendam o *ti estin*, e, nesse sentido, se poderia supor, que não apreendam a *essência* de algo; assim, Aristóteles estaria, em B.10, excluindo tal tipo de explicação do que nomes significam do seu horizonte de consideração mesmo. Contudo, é preciso lembrar que em B.7 o filósofo recusava o estatuto de *definição* para as explicações do que nomes significam em casas de itens não-existentes; em nenhum momento as sentenças de 92b30-1 parecem desafiar sua condição de *explicações* – e isso basta para tornar plausível interpretação do possível argumento de B.10 como Charles sugere.

Ora, não é nada “manifesto” que todas as explicações do que nomes ou expressões nominais significam (ou mesmo, como aponta Charles, que alguma) sejam equivalentes em conteúdo às definições do que a espécie ou o item em questão de fato é.¹⁹⁰ Uma evidência disto pode ser a seguinte: em 92b26-8, Aristóteles vale-se da distinção entre “explicações do ‘o que é’”, de um lado, e “explicações do que um nome significa”, de outro. Ora, a interpretação liberal sugere que “O que é ‘F’?” (“O que é o termo em questão?”) é um tipo ou caso de “O que é F?”; com isso, não é preciso sobrepor as duas coisas: não é verdadeiro que todas as respostas à questão “O que é ‘F’?” sejam idênticas em conteúdo às respostas à questão “O que é F?”, preservando o sentido da distinção aristotélica de B.7 e, conseqüentemente, evitando uma alteração abrupta do sentido da expressão. Devo observar, contudo, que esta é apenas uma parte da explicação: a questão ficará mais clara quando se reconhecer que outro tipo de definição (ou outros, se mais de um) Aristóteles estabelece em B.10, nas linhas seguintes, conforme se verá ao final deste capítulo da dissertação.

(3) Outra evidência para a interpretação liberal pode ser considerada dupla. Em primeiro lugar, já a abertura de B.10 está a afirmar o caráter co-extensivo das explicações do “o que é”, de um lado, e, de outro, das explicações do que um nome (ou outra expressão nominal) significa, conforme análise acima. Apenas isso,

¹⁹⁰ O problema que se coloca aqui diz respeito, entre outras coisas, ao tipo de predicação que ocorre em cada um dos casos. A predicação que oferece a explicação do que é a espécie ou item em questão – a definição real – é da forma “F’s são *essencialmente* G”, em que F está pela espécie ou item, não pelo seu termo na linguagem, e G está pela propriedade explanatória fundamental ou essência de tal espécie, e não por um significado. Ocorre que não é trivialmente verdadeiro – e muito menos “manifesto” – que todas as (ou mesmo algumas das) explicações do que nomes significam assumam a forma de uma predicação de essência. Também esse embaraço pode ser evitado caso se adote a interpretação liberal de Charles, que precisamente recusa a identificação entre os conteúdos de uma e outra explicação, ponto que será analisado com um pouco mais de vagar a seguir, ainda. Por ora, basta considerar um ou dois casos modelos para esclarecer a questão provisoriamente. À p. 32 de seu livro, com efeito, Charles lança mão de um exemplo que parece ser bastante adequado. Considere-se uma situação em que seja preciso ensinar a alguém – ou esclarecer – significado de um termo qualquer da linguagem – ‘ouro’, por exemplo. A resposta “é um metal que, sob certa luz, parece amarelo” (acrescente-se, ainda, qualquer outra propriedade, como “ser valioso”, desde que se assuma que o conteúdo da explicação não faça parte da essência da espécie ou item em questão) satisfaz as condições gerais requeridas por uma explicação do que o nome significa. No entanto, uma tal explicação não é idêntica à que alguém que dispusesse da explicação do que é a *espécie natural* ouro poderia enunciar – esta sim, fazendo referência à essência da espécie, às suas propriedades fundamentais básicas e explanatórias. Poderia ser objetado que o exemplo de Charles padece de uma fraqueza, a saber, a de não fornecer uma boa explicação do que o termo ouro significa (digamos: não é suficiente para distinguir este de outros metais que parecem amarelo). Tome-se, então, o caso do termo ‘água’. Poder-se-ia proceder do mesmo modo: dizer “‘água’ significa um certo líquido incolor, inodoro e insosso” é fornecer uma explicação adequada do que o termo ‘água’ significa; novamente, contudo, não se trata de um conteúdo idêntico ao da explicação “água é um líquido cuja estrutura fundamental é H²O”, em que o que ocorre é uma definição real, da espécie em questão, e não do termo ‘água’.

contudo, não basta (pois, se fosse o suficiente, a análise poderia ter sido encerrada na referida seção) para esclarecer minimamente o ponto. Por isso mesmo Charles desdobra essa evidência em outro elemento, a saber, o uso da expressão *legetai*, em 93b29; com efeito, as explicações do que algo é e do que um nome significa são ditas co-extensivas; esse vocabulário pode ser compreendido como um certo afrouxamento da concepção técnica mais forte e restritiva que Aristóteles havia apresentado até então – ou seja, precisamente as exigências que a leitura restritiva quer ver operando em pleno vigor na sentença de B.10.¹⁹¹ Em segundo lugar, se é verdadeiro afirmar que Aristóteles está liberalizando a noção de definição na abertura de B.10, então é lícito dizer que o filósofo ainda precisaria contrastar esse uso mais geral a um uso mais específico, mais técnico; segundo Charles, é precisamente o movimento que o texto faz:

Há ainda mais evidências de que Aristóteles está fazendo o necessário movimento liberalizante em B.10. Isso exigiria que ele contrastasse o uso mais amplo de definição introduzido na primeira sentença de B.10 com seu próprio padrão. Assim, em 93b38 ele distingue “uma definição de definição”, que acabara de ser dada, e outra, que vem a seguir. A frase – complexa, aliás – sugere que a primeira definição não é uma definição no mesmo nível que as seguintes, sendo antes um exemplo de um diferente tipo de definição. Já que as três [seguintes] estão ligadas à noção de prova, a primeira [i.e., a nominal, da abertura de B.10] será diferente se não tiver semelhante ligação. Isso será o caso se o primeiro tipo de definição for uma explicação do tipo “O que ‘F’ significa?”. Uma vez que se diz que tais explicações não estão diretamente relacionadas com provas (92b32-33), elas serão definições de um tipo radicalmente diferente dos três tipos seguintes.¹⁹²

São fortes, portanto, os indícios da ocorrência desse passo liberalizante na abertura de B.10.

¹⁹¹ Não posso deixar de registrar com certo espanto a nota 17 de David Charles, à página 33 de seu livro. Diz o autor: “‘É dito’ (*legetai*) é utilizado nesses capítulos dos *Analíticos* para descrever as visões de outros (cf. B.8, 93a1), e não para enunciar doutrina aceita pelo próprio Aristóteles”. Ora, mas o propósito inteiro de Charles é mostrar que sim, é doutrina aristotélica, a referida liberalização da concepção de definição que ocorre em B.10, sobretudo na passagem de abertura. De fato, o uso desse vocabulário já resultou em inúmeras discussões de peso, quer sobre a dialética, quer sobre o papel da análise semântica como uma propedêutica à investigação filosófica em Aristóteles. Não pretendo entrar nesse proflúo e já longo debate; tudo o que quero assinalar é que, a meu ver, a nota de Charles parece contrariar o próprio espírito de sua interpretação, que é o de considerar a liberalização da noção de definição como sendo não apenas tese aristotélica como, além disso, servindo a certos propósitos filosóficos de peso, desde retomar e qualificar as teses de A.1-2 e B.1-2 até resolver as aporias percorridas em B.3-7. Bastaria para Charles afirmar – o que me parece correto, mesmo – que o fraseado de 93b29-30 indicam sim um alargamento, uma liberalização da noção de *horismos*, e que *legetai* está (ou, ao menos, pode estar) a indicar um sentido mais geral de definição, que será qualificado a seguir; dizer que a tese é atribuída a outros, como Charles faz, não parece ajudar para estabelecer sua legitimidade aristotélica.

¹⁹² Charles (2000), p. 33.

3.1.3.6 Conclusões provisórias

Desse modo, pode-se afirmar que tanto do ponto de vista da interpretação do texto de Aristóteles quanto da perspectiva da acomodação filosófico-conceitual da passagem acima, a leitura liberal para a sentença de abertura de B.10 é não apenas plausível como quicá recomendável: preserva o sentido de 93b29-31, compatibilizando seu significado com as passagens precedentes do texto dos *Segundos Analíticos* e, mais que isso, em harmonia com a sequência do texto, ainda por examinar. Para além disso, como se verá a seguir, tal procedimento, por parte de Aristóteles, procura resolver certas dificuldades por ele anteriormente levantadas, o que, a estar correta a presente linha de interpretação, reforça ainda mais os motivos para que se tome a sentença de abertura de B.10 como fazendo o referido movimento de alargamento da concepção de definição.

Retomando os propósitos iniciais da análise levada a cabo até aqui, percebe-se que não se deu toda essa atenção ao problema da abertura do referido capítulo de *Seg. Anal.* por acaso: o esforço maior da presente investigação está concentrado, como já foi dito, na compreensão da chamada “visão das três etapas” da investigação científica; segundo tal visão, a primeira etapa consiste em dispor de uma explicação do que um nome ou outra expressão nominal significa, o que equivale a dispor de uma definição nominal. Ora, assegurar a plausibilidade textual e conceitual de uma interpretação de *Seg. Anal.* B.10 que abra espaço para as definições nominais é condição *sine qua non* para que se aceite igualmente a plausibilidade da visão das três etapas da investigação científica.¹⁹³ Pode-se dizer, em suma, que a plausibilidade relativamente à Primeira Etapa, de fato, está assegurada; é necessário, contudo, entender os passos seguintes, sem os quais não se pode compreender claramente por que ela é *primeira* e qual é a sua precisa função. Delinear o funcionamento e o alcance explicativo da visão das três etapas,

¹⁹³ Para além desse esclarecimento, não custa lembrar que parte do esforço interpretativo da estrutura conceitual dos capítulos iniciais da *EN* depende fortemente dessa tese relativa à definição nominal e a seu papel na investigação de tipo científico. Como se viu nos capítulos precedentes, Natali reconhece precisamente um papel central na *EN* para a busca pela definição de *eudaimonia* (e, a seguir, de outros conceitos decisivos na ética aristotélica); no processo dessa busca, Natali atribuía relevante papel à definição nominal como etapa para se estabelecer a definição real. Viu-se, no entanto, que, do modo como Natali propunha sua leitura, inúmeras dificuldades (nenhuma de pouca monta) surgiam, e um dos focos principais de tais dificuldades concerne especialmente à chamada definição nominal. Mais que isso, como já se sublinhou no capítulo 2, é possível perceber que entre um e outro artigo, há uma sobreposição não-analisada e não-esclarecida entre o esquema das quatro perguntas de B.1-2, de um lado, e a busca definicional (como referências indiretas à visão das três etapas de B.8-10), de outro. É propósito deste capítulo, claramente, lançar as bases para um esclarecimento de todas essas questões, propondo, por fim, os ajustes e correções necessários à interpretação de Natali.

abrir espaço para as definições nominais (determinando-lhes um papel na investigação de tipo científico) e esclarecer a relação entre a Primeira e a Segunda Etapa – eis o que é mais decisivo para que se possa retornar à análise da *EN* à luz dos *Seg. Anal.*, tal como previamente considerada no capítulo 2 desta dissertação. Conforme se verá adiante neste capítulo, ao se examinar a Terceira Etapa, certos detalhes técnicos concernentes à relação entre *definição* e *demonstração* serão de todo dispensáveis para a análise da *EN*; já um resultado positivo quanto à Primeira e à Segunda Etapas, por outro lado, é de capital importância para a tese mais geral aqui defendida.

3.2 Após a definição nominal: rumo à Segunda Etapa

Se a definição nominal constitui a Primeira Etapa da investigação científica, tal como propôs a análise precedente, é preciso compreender, então, o que se busca a seguir; em outras palavras, de posse da definição nominal, o que é que se investiga? A resposta parece vir nas linhas imediatamente posteriores à abertura de B.10; além disso, a passagem em questão reforça uma das teses centrais quanto à Primeira Etapa, a saber, que a explicação do que um nome ou expressão nominal significa não implica conhecimento da existência da espécie (ou item) significada – um resultado de capital importância para a tentativa de interpretação de *EN* I.1-7 e a definição de *eudaimonia* ali apresentada, conforme já se viu em momentos anteriores. Passo, então, ao texto de B.10 93b32-35, analisado a seguir:

Quando possuímos que é o caso (*hoper echontes hoti esti*), investigamos por que é o caso (*zêtoumen dia ti estin*). Mas é difícil compreender¹⁹⁴ deste modo (*houtôs*)¹⁹⁵ o que não sabemos que é caso (*ha mê ismen hoti estin*). A causa da dificuldade foi fornecida antes: que não sabemos se é o caso ou não (*hoti oud' ei estin ê mê ismen*), salvo por acidente (*all' ê kata sumbebêós*).

Não parece haver dúvidas quanto aos propósitos de Aristóteles na passagem acima: afirma o filósofo que não é possível investigar por que algo é o caso ou existe (*dia ti estin*) antes de estabelecer que é o caso ou existe (*hoti esti*); apenas quando

¹⁹⁴ Aqui, como em outras passagens dos *Seg. Anal.*, *lambanein* tem este sentido. Cf. Angioni (2004), p. 100.

¹⁹⁵ A passagem não é clara, o que levou os comentadores a reconhecerem variadas possibilidades de interpretação para o advérbio. Deixo a tradução aqui sem uma glosa e sem o uso dos colchetes explicativos, pois discuto a questão logo abaixo.

se sabe que a espécie ou item em questão existe é que se pode investigar por que isto existe, obtendo, aí sim, uma explicação de tipo causal relevante. A lição, em verdade, não é completamente nova, já se fazendo presente em *Seg. Anal.* B.1, conforme análise precedente; que a frase tenha esse sentido existencial é algo que não parece ter sido colocado em dúvida, sobretudo em virtude da contextualização oferecida pela sentença anterior: não basta saber o que significa um dado termo – ‘triângulo’, como no exemplo em questão –, é forçoso, seguir em frente no processo de conhecer, saber que, de fato, aquilo que é significado pelo termo existe. Assim, o *hoti esti* de 93b32 parece, com todo sentido, referir-se ao item significado por um nome ou outra expressão nominal (cf. 93b30-31), e cujo exemplo é ‘triângulo’.¹⁹⁶ Como já foi indicado nas seções anteriores, há disputa quanto ao estatuto do primeiro tipo de definição reconhecido por Aristóteles em 93b29-31 – a definição nominal; no entanto, caso se aceite a interpretação aqui proposta, percebe-se que a sequência da passagem parece fazer mais sentido, pois estaria dizendo algo do tipo:

(i) um tipo de definição é a explicação do que um nome ou outra expressão nominal significa, não havendo nisso, contudo, nenhuma prova ou garantia da existência do item significado;

(ii) somente quando se sabe que o item significado pelo nome ou expressão nominal acima mencionado de fato existe é que se pode investigar por que ele existe.

Ora, o sentido da condição estabelecida pela sentença de 93b32 parece justamente supor a interpretação oferecida nas seções precedentes; caso contrário, não ficaria muito clara a razão para estabelecer como condição para se proceder à pergunta “por que” o item existe justamente o conhecimento de sua existência – uma tal condição estaria satisfeita como que trivialmente se a primeira sentença não estivesse lidando com a possibilidade de definições nominais sem comprometimento

¹⁹⁶ Ross (1949), de fato, glosa assim a passagem: “Quando sabemos que algo que responde a isso existe, investigamos por que existe” (p. 634), ou seja, quando sabemos que existe aquilo que responde pelo termo ‘triângulo’, podemos investigar por que ele existe. Barnes (1994) igualmente toma a sentença nesse sentido existencial, explicando-a nos seguintes termos: “quando sabemos que existem triângulos, perguntamo-nos por que existem” (p. 223), ainda que proponha, no geral, um outro sentido para a passagem como um todo, conforme vai analisado no corpo do texto acima. Já Pellegrin (2005) lê a sentença nos mesmos termos – ou seja, quando sabemos que o item em questão existe, investigamos por que existe –, mas conclui, um tanto surpreendentemente, que isso é evidência para a tese de que não se tratava, desde a frase de abertura, de uma definição nominal nos termos acima defendidos, ou seja, que não contivesse nenhum comprometimento existencial; para ele, desde o início de B.10 já está excluída uma tal hipótese, e Aristóteles teria em vista apenas definições de espécies ou itens de fato existentes, o que, na visão de Pellegrin, a frase condicional de 93b32-33 apenas viria a confirmar (cf. nota 3, p. 408); Parece ser o caso da interpretação de Bolton (1976), p. 523-6.

existencial.¹⁹⁷ Na verdade, esse parece ter sido precisamente o esforço de Aristóteles na passagem anterior, em sintonia com certas teses dos capítulos anteriores, conforme a análise acima pretendeu mostrar. Assim, para que se possa compreender adequadamente em que consiste a Segunda Etapa e por que ela é introduzida, é necessário examinar melhor a natureza da “dificuldade” a que faz referência o texto de Aristóteles.

3.2.1 O advérbio *houtôs*: compreendendo a dificuldade expressa em 93b33

Uma maneira de lançar luz ao problema talvez esteja nas diferentes possibilidades de interpretar passagem de 93b33 (*chalepon d' houtôs esti labein ha me ismen hoti estin*). O que significa dizer que é difícil compreender “deste modo” (*houtôs*) o que não sabemos ser o caso? Barnes¹⁹⁸ sugere que a expressão deve ser lida como fazendo referência à posse apenas de uma definição nominal; assim, segundo sua leitura, o sentido da passagem seria algo como “é difícil compreender deste modo [= via apenas uma definição nominal, ou seja, apenas a significação de um nome] o que não sabemos ser o caso [=não sabemos existir]”. Isso, no entanto, parece contrariar fortemente o movimento geral do texto dos *Seg. Anal.* até aqui: Aristóteles vem construindo o caso para aceitar a possibilidade de compreensão do que um nome significa, e isso independentemente de qualquer suposição existencial ou essencialista; essa tensão precisa ser explorada para que se possa entender o que está em jogo na passagem.

Permito-me, no entanto, antes, de seguir por esse caminho, um parêntese: creio que não parece estar aberta a essa leitura do advérbio *houtôs* proposta por Barnes a possibilidade de adotar a interpretação restritiva para a sentença inicial de B.10, que aceita entre as *definições* legítimas apenas as explicações do que nomes de itens existentes significam; se assim fosse, a frase sequer faria sentido, pois

¹⁹⁷ Não custa lembrar que tal condição é tese indiscutivelmente aristotélica, já estabelecida em *Seg. Anal.* B.1-2, e pontualmente retomada, como por exemplo em B.8 93a20, em que Aristóteles escreve: “é impossível, pois, saber o ‘o que é’ (*eidenai ti estin*) não sabendo se é (*agnoountas ei estin*)”. O ponto aqui é saber se a sequência textual de B.10 adota a visão das três etapas da investigação científica tal como descrita por Charles – o que implicaria em uma certa sequência conceitual no texto em questão, sobretudo entre a primeira sentença relativa às definições nominais e o trecho acima, que concerne aos conhecimentos existencial e causal do item significado pelo nome – ou se há algum tipo ruptura entre as considerações iniciais do capítulo e a passagem de 93b32-35, esta sim estabelecendo certas condições para a investigação científica. A tese de Charles, aqui defendida, não vê tal ruptura, é claro.

¹⁹⁸ Barnes (1994), p. 223. Trata-se também de uma das possibilidades consideradas por Ackrill (1981), p. 375.

afirmaria algo como “é difícil compreender deste modo [= por meio de definições nominais que somente incluem itens realmente existentes] o que não sabemos ser o caso [=existir]” – algo que parece ficar entre o trivial e o absurdo; afinal, se já estava dada a restrição na sentença de abertura, sequer se colocaria o problema de compreender por meio de definições nominais espécies ou itens não existentes; seria mesmo absurdo afirmar que (a) definições nominais somente valem para itens existentes e, depois, (b) que é difícil compreender o que não sabemos que existe por meio de definições nominais – não é “difícil”; antes, é uma possibilidade excluída *a priori* (caso se adote a leitura restritiva).¹⁹⁹

Assim, retomando o ponto, se essa interpretação da glosa de Barnes (de resto, brevíssima quanto a esse ponto) estiver correta, então o advérbio em questão referir-se-ia ao que Charles chama de Primeira Etapa, ou seja, à apreensão de uma definição nominal, o que torna essa leitura, um tanto problemática. Isso porque não parece haver passagens no texto de Aristóteles que sustentem a tese segundo a qual é difícil compreender nominalmente (ou seja, a significação dos termos) aquilo que não se sabe se existe; como busquei analisar nas seções anteriores, Aristóteles aceita expressamente isso, podendo haver disputas – e as há, de fato – no que concerne ao estatuto *definicional* de tais explicações. Assim, caso se interprete o advérbio de 93b33 como se referindo à Primeira Etapa, contraria-se, quero crer, uma lição bastante segura do texto dos *Segundos Analíticos*.

A segunda possibilidade seria considerar o advérbio em questão como se referindo não à Primeira Etapa, mas sim à Segunda. Não por acaso Charles afirma que essa alternativa não é mais que uma platitude:²⁰⁰ com efeito, a Segunda Etapa é aquela em que o indivíduo sabe, além de uma explicação para o significado do nome da espécie ou item investigado, também a sua existência. Assim, a frase em questão seria lida como dizendo algo do tipo: “é difícil compreender deste modo [= de posse da informação existencial] o que não sabemos se é o caso [=se existe]”. Essa leitura não poderia fazer jus a Aristóteles, nem mesmo à frase aqui analisada tomada isoladamente.

¹⁹⁹ Escusa dizer que Barnes não adota essa interpretação restritiva; com efeito, a questão sequer é considerada por ele desde uma tal perspectiva, uma vez que, relativamente a essa passagem, apenas um único tipo de definição será reconhecido por ele, e claramente não se trata da definição nominal. Cf. Barnes (1994), p. 224.

²⁰⁰ Charles (2000), nota 18, p. 34.

Ross,²⁰¹ em seu comentário, parece ter posto em melhor termos o problema da condição expressa na sentença. De fato, em sua glosa às linhas 32-33, lê-se o seguinte: “é difícil progredir de uma definição não-causal em direção a uma definição causal, a não ser que, além da definição não-causal, saibamos definitivamente que a coisa existe.”

Não estou tão seguro, contudo, de que essa seja a boa interpretação *por inteiro* da passagem; de todo modo, parece-me certo que Aristóteles não vê a definição nominal como sendo uma definição *causal* da espécie ou item por ela significado – o que o nome significa não é causa de a espécie ou item ser aquilo que é, nunca é demasiado dizê-lo expressamente. O que parece não ficar completamente claro na explicação de Ross, em verdade, é qual o passo que Aristóteles reconhece como sendo difícil; caso se busque ler os termos de Ross no fraseado da interpretação de Charles, por exemplo, teríamos algo como o seguinte: “é difícil passar da Primeira à Terceira Etapa”, pois é mais propriamente na Primeira Etapa proposta por Charles que se pode falar com segurança de uma definição não-causal – a definição nominal; já na Segunda Etapa, ao menos nos termos da questão postos pelos *Seg. Anal.*, algum tipo de conhecimento causal já estaria operando.²⁰²

São boas as razões, portanto, para que se tome o advérbio *houtôs* como fazendo menção ao conhecimento daquilo que Charles concebe como a Terceira Etapa. Assim, a sentença em questão estaria dizendo o seguinte: “é difícil compreender deste modo [=retomando *dia ti estin* da sentença anterior, 93b32, e não a inteira sentença de abertura, 93b29-30] o que não sabemos que é o caso [= se existe]”;²⁰³ e, dessa forma, a restrição de Aristóteles em 93b33 quadra bem com outras passagens em que o ponto parece ter sido já estabelecido: não é possível passar às questões efetivamente explanatórias (o *dioti estin* e o *ti estin*) sem que se tenha estabelecido o ser o caso (quer trate-se da existência do objeto em questão, quer de uma certa relação predicativa do tipo “B pertence a A”). Na hipótese dessa leitura estar correta e, de fato, o advérbio *houtôs* fazer referência ao que Charles

²⁰¹ Ross (1949), p. 636.

²⁰² Este, com efeito, é um dos aspectos da visão de Charles que, em virtude de seu papel nos *Seg. Anal.* – e mesmo do propósito ali assumido – pode ser, como já afirmei, *deflacionado* quando da aplicação da tese das três etapas da investigação científica em outros contextos, como o esboçado nas partes iniciais desta dissertação; afinal, como se verá, em certos contextos, não é necessário uma informação propriamente causal na Segunda Etapa, também. O exame do *próprio (idion)* na abertura do capítulo já sugeria isso.

²⁰³ Ackrill (1981), p. 375; esta é exatamente a sua segunda hipótese de interpretação para a sentença.

chama de Terceira Etapa, a sugestão de Barnes, que remete a 93a20, conforme comentário acima, estaria bem posta, mesmo que sua leitura seja, no conjunto, divergente da que apresento aqui.

Aliás, creio que se poderia afirmar algo ainda mais forte: lendo a sentença em questão dessa maneira, tudo o que se estaria afirmando é que não é possível obter um conhecimento causalmente explicativo (i.e., aquele fornecido pelas respostas às questões *ti estin* e *dioti estin*) sem que se tenha estabelecido com segurança a existência do item em questão. Ora, tal tese é claramente aristotélica – já a análise de B.1-2 o mostrara – e, em certo sentido, pode-se tomá-la como sendo independente da visão das três etapas de Charles. Como não é preciso supor a visão das três etapas de Charles para avaliar essa interpretação específica, mas, pelo contrário, precisamente uma tal interpretação (mesmo que não apenas ela) parece, ela sim, contribuir para o estabelecimento da visão das três etapas, então a leitura proposta por Charles para a sentença parece ser a mais adequada, se harmonizando mais naturalmente com as demais menções ao tema no tratado aristotélico. Vale lembrar que, no limite, é precisamente por essa sua contribuição referente à passagem em questão que a submeto a tal escrutínio, e não por qualquer outro interesse.

Da análise precedente, com efeito, parece resultar uma resposta afirmativa relativamente à continuidade ou não entre a consideração inicial de B.10 sobre as definições nominais e o condicional da sentença de 93b32 que estabelece o requisito para uma investigação bem-sucedida do *dia ti estin*. Nesta segunda sentença, uma vez aceito que um tipo de conhecimento do que é algo é da forma “o que o termo significa”, estabelece-se, então, uma nova condição: para se chegar ao conhecimento causal relevante, é preciso, antes, o conhecimento da existência do item significado pelo termo – e sem essa condição, é difícil chegar ao *dia ti estin*. A sequência de abertura de B.10, portanto, parece desenvolver a concepção do inquérito científico em três etapas. A seguir, completando a análise da passagem citada (93b32-35) na abertura desta seção, proponho examinar a que contexto e a que resultados, de fato, Aristóteles parece estar remetendo o leitor ao final do referido trecho.

3.2.2 A causa da dificuldade: retomando *Segundos Analíticos B.8*

Já ao comentar a interpretação de Barnes acima, deparava-se o leitor com a remissão à passagem de *Seg. Anal. B.8, 93a20*, em que Aristóteles sustenta a tese segundo a qual é impossível saber o “o que é” (*ti estin*) sem que se saiba antes “se é” (*ei estin*). A inteira passagem de *B.8 93a20-29* parece oferecer um horizonte explicativo seguro para aquilo que o filósofo pensou ter já garantido como constituindo condição para que se conheça a existência de um item de modo não-acidental. É somente assim que se pode, com efeito, prosseguir em direção ao conhecimento causal relevante mencionado na citação de *93b32-35*: um conhecimento apenas acidental da existência do item é precisamente a *causa* da dificuldade para que se obtenha o conhecimento efetivamente explicativo, qual seja, aquele proporcionado pela resposta às questões *dioti* e *ti estin*, como foi mencionado há pouco.

Recorro, então, a *Seg. Anal. B.8 93a20-29* para que se possa compreender com mais clareza ainda a dificuldade posta em *93b34-35*; proponho que, além disso, tal análise – que se desenvolverá nas seções seguintes – permitirá reconhecer de maneira ainda mais explícita algo que vem sendo afirmado desde o título mesmo deste capítulo, a saber, a unidade formada pelos capítulos *B.8-10*, mostrando, sobretudo, como eles procuram responder a dificuldades já mencionadas nos capítulos precedentes, retomando em chave conclusiva e qualificada as teses propostas em *B.1-2*. No que segue, muito do propósito da análise é explicar e avaliar a interpretação defendida por David Charles; como nos passos anteriores, contudo, busco primeiramente ater-me ao texto, para, a seguir, sim, complementar com as análises dos comentadores relevantes para o ponto – Charles sobretudo, mas não apenas. Cito a passagem de *B.8*:

É impossível, pois, saber o que é (*ti estin*) desconhecendo se é (*ei estin*). Por vezes, possuímos (*echomen*) o “se é” (*ei estin*) por acidente (*kata sumbebêkos*), noutras, possuindo algo da coisa mesma (*echontes ti autou tou pragmatos*), como do trovão, que é um certo ruído nas nuvens (*hoti psophos tis nêphon*), e do eclipse, que é uma certa privação de luz (*hoti sterêsis tis phôtos*), e do homem, que é um certo animal (*hoti zôon ti*), e da alma, que move a si mesma (*hoti auto hauto kinoun*). (*93a20-24*).

E, na sequência imediata:

Quando, então, sabemos por acidente que é o caso (*hoti estin*),²⁰⁴ necessariamente não possuímos coisa alguma (*anankaion medamôs*

²⁰⁴ Esse parece ser um bom exemplo de como Aristóteles aceita passar de um tipo de interrogação “se é” (*ei estin*), em sentido existencial, para uma resposta da forma “sabe-se que é” (*hoti estin*), em

echein) em relação ao “o que é” (*pros to ti estin*), pois sequer sabemos que é o caso (*hoti estin*). E o investigar o “o que é” (*to de zêtein ti esti*) não possuindo o “que é o caso” (*mê echontas hoti esti*), é nada buscar (*mêden zêtein estin*). Mas quando possuímos algo da coisa mesmo, é mais fácil (*kath’ hoson d’echomen ti, raion*). Assim como possuímos o “que é o caso”, deste modo possuímos também algo em relação ao “o que é” (*hoste hôs echomen hoti estin, houtôs echomen kai pros to ti estin*) (93a24-29).²⁰⁵

Assim, percebe-se já pelo que vai dito em 93a20 que Aristóteles considerava, à esta altura, segura e garantida a tese segundo a qual não é possível conhecer o “o que é” (*ti estin*) ou o “por que é” (*dioti estin*) – quer dizer, o conhecimento causal relevante – sem que antes se tenha conhecimento do “que é o caso” ou “se é” – em sentido existencial; a frase de 93b34-35, portanto, retoma corretamente essa lição. Ocorre que, ao que parece, há mais em jogo, seja na passagem de B.10, seja no trecho de B.8 ao qual se faz referência; a tese aristotélica é mais exigente, e estabelece que quando (a) *não possuímos o conhecimento de que algo é o caso/se algo existe* e (b) *quando possuímos um conhecimento de que algo é o caso/de que algo existe apenas por acidente*, nos deparamos com a referida dificuldade para buscar a explicação causal relevante. A exigência de Aristóteles, portanto, é a mais forte: não basta eliminar o problema posto por (a), pois é preciso mais que isso, ou seja, evitar o problema posto por (b); em outras palavras, uma vez que é possível ter um conhecimento da existência da espécie ou item que se investiga *kata sumbebêkos*, então é preciso qualificar a exigência e afirmar que somente se

sentido claramente existencial, novamente (retomando a formulação de 93a20). Sobre isso, cf. Ross (1959), p. 643.

²⁰⁵ O trecho em questão apresenta, em sete linhas da paginação Bekker, sete ocorrências do verbo *echein*, três delas apenas em 93a28. Não é de todo claro qual a oscilação (se é que alguma) de sentido está em curso na passagem, mas creio que mesmo mantendo uma tradução próxima da literalidade – ainda que grosseira –, é possível compreender o ponto. David Charles, no entanto, propõe esclarecer a passagem assinalando os distintos usos do verbo ali em jogo. Segundo ele, deve-se considerar três sentidos: (a) 93a21, 27 e segunda ocorrência de 28: é equivalente a “saber”; (b) 93a22, primeira ocorrência de 28 e 29: possuir algo da coisa/do “o que é”; (c) 93a28 (terceira ocorrência): estando em dada relação com algo. Creio, contudo, que não é absurdo tratar frases do tipo “possuindo algo da própria coisa”, como no primeiro exemplo do caso (b) de Charles, em sentido equivalente a “sabendo/conhecendo algo da própria coisa”, o que tornaria a distinção pouco útil, salvo, talvez, pela linha 28, em que “estar em dada relação com algo” parece elucidar algo de relevante da passagem, que diria, como na tradução proposta por Charles, o seguinte: “*Thus, how we stand with regard to [grifos meus] finding out what something is is determined by the way we know that it exists*” (p. 37). No entanto, basta conferir as traduções de Barnes (1994) e de Pellegrin (2005) para se constatar que outras alternativas mais simples parecem dar conta do problema; afinal, não se parece perder filosoficamente com a tradução de Barnes, que usa “grasp” de modo quase padrão ao longo de toda a passagem, vertendo a sentença final assim: “*Hence, in so far as we grasp that it exists, in that extent we also have some grasp on what it is*” (p.53); o mesmo parece valer para o caso da tradução francesa, que oferece o seguinte: “*(...) dans la mesure où nous possédons le fait que la chose est, alors dans cette mesure aussi nous avons accès au ‘ce que c’est’*” (p. 275). Mesmo sem adotar a interpretação de Charles ao traduzir o trecho, portanto, seu ponto interpretativo em relação à passagem pode ser perfeitamente compreendido, como busquei fazer na análise subsequente, em particular ao considerar as possíveis interpretações para a expressão *echontes ti autou tou pragmatos*. Cf. Charles (2000), nota 22, p.37-8.

encontra em boa posição para seguir adiante com a investigação aquele que possui um conhecimento *não por acidente* da existência da espécie ou item em questão. Como quer que se qualifique tal conhecimento (tarefa das análises a seguir), uma coisa é certa: ele não pode ser redutível ao conhecimento por acidente da existência da espécie ou do item investigado.

Charles²⁰⁶ analisa o ponto reconhecendo em B.8 três situações distintas em que o investigador pode se encontrar; a seguir, segundo ele, Aristóteles sobreporia em B.10 duas dessas situações, enunciando a tese mais forte, esta sim de interesse para que se siga com a análise. Ainda segundo Charles, as três situações admitidas por B.8 seriam as seguintes:

- (i) desconhece por completo se a espécie ou item em questão existe ou não;
- (ii) possui um conhecimento por acidente que a espécie ou item em questão existe;
- (iii) possui um conhecimento não-acidental de que a espécie ou item em questão existe.

A abertura de B.8 (93a20-21) dá a entender, com efeito, que é dupla a possibilidade: por vezes, sabe-se por acidente que algo é o caso ou existe, por vezes, sabe-se que algo é o caso ou existe mediante a apreensão de uma propriedade da coisa mesma; como a sentença inicial dava conta da impossibilidade de se saber o “o que é” (*ti estin*) quando não se sabe “se é”, estabeleciam-se, assim, as três situações reconhecidas por Charles. Segundo sua análise, efetivamente, B.10 reunia os casos (i) e (ii) em uma só condição de dificuldade. Escreve Charles:

A seguir, em B.10, 93b32-4, Aristóteles faz colapsar a distinção entre as categorias (i) e (ii), enunciando a tese mais forte tanto de uma quanto de outra conjuntamente. O melhor que se pode esperar caso não se atinja a categoria (iii) é extrema dificuldade na apreensão do que a espécie é. Será o caso de quem se encontrar na categoria (ii). Afirmar que os que estão na categoria (i) terão dificuldades na investigação é (claro) amenizar um embaraço muito maior. Mas isso não deve causar confusão alguma, pois em B.10, Aristóteles está considerando todos aqueles fora da categoria (iii). Dificuldade na investigação é característica de todos, exceto por aqueles suficientemente bem-aventurados que se encontram na categoria (iii).²⁰⁷

Cabe dizer, no entanto, que é possível reconhecer a tese mais forte não apenas em B.10, mas já em B.8; com efeito, Charles parece ter sido excessivamente caridoso ao considerar o passo de Aristóteles em 93a25-27; ali, como se viu, Aristóteles (i) identifica a condição de saber por acidente que algo é o caso ou existe

²⁰⁶ Charles (2000), p. 35.

²⁰⁷ Idem, *Ibidem*.

com (ii) não saber, de fato, se algo existe; e sobre essa condição, afirma (iii) que investigar o “o que é” nesses termos (i.e., sem saber “que é o caso”/“que existe”) equivale a buscar por nada – e isso dificilmente é um *tipo* de investigação, fácil ou difícil. De todo modo, pode-se conceder o ponto a Charles, desde a perspectiva mais geral da lição, e menos da letra do texto, que sim, poderia ser o caso de, a partir de propriedades acidentais, ainda que com extrema dificuldade, se chegar à apreensão de propriedades não-acidentais, tal como propõe em trecho de seu livro imediatamente anterior ao supracitado. O que fica, no entanto, é uma lição segura quanto ao que a passagem de 93b32-35 estabelece como condição para que se siga na boa investigação pelo *dia ti estin*, a saber:

(1) que é preciso saber que aquilo que é significado pelo nome (Primeira Etapa) existe;

(2) que somente se tem um conhecimento seguro de (1) por meio de propriedades da coisa mesma (*ti autou tou pragmatos*), i.e., não-acidentais.

Isso, contudo, ainda não é o bastante pra esclarecer a concepção das três etapas da investigação científica. Será preciso entender como ocorre a passagem da Primeira para a Segunda Etapa, o que, por sua vez, exigirá uma análise do tipo de propriedade não-acidental relevante que permite a condução do inquérito. Como se pode ver pelo que se examinou nos capítulos precedentes, os resultados relativos à passagem da primeira para a segunda etapa são centrais para minhas análises dos impasses de Natali, bem como para minha proposta de se ajustar o modelo da investigação nominal nos termos do que propõe Charles.

3.2.3 A passagem da Primeira para a Segunda Etapa

Dando seguimento à exposição e à análise do quadro geral proposto por Charles, cabe agora compreender, então, como é possível, segundo essa interpretação de *Seg. Anal.* B.8-10, obter um conhecimento não-acidental de que aquilo que é significado pelo termo (Primeira Etapa), de fato, existe (Segunda Etapa). Provisoriamente,²⁰⁸ seria possível dizer que o esquema proposto – a estar

²⁰⁸ Apresento a versão provisória com um asterisco ao lado da numeração dentro do parêntese – por exemplo, (i*); a seguir, com o esquema já ajustado ao que penso estar de fato sendo proposto por Charles, vai a numeração normal, sem o asterisco – (i), (ii).

correta a visão das três etapas da investigação científica defendida por Charles – é como segue:²⁰⁹

(i*) na Primeira Etapa, o investigador encontra-se de posse de uma explicação do que um nome ou expressão nominal significa – uma definição nominal; é dessa definição nominal, portanto, que deve partir o inquérito que comprovará ou não a existência da espécie (ou item) significada pelo nome, uma vez que a simples significação do termo não garante sua existência, mesmo sem impedir a compreensão de seu significado.

(ii*) na Segunda Etapa, descobre-se (mediante algum processo investigativo que não supôs a existência do objeto da investigação) que tal objeto, de fato, existe.

Como é possível compreender a passagem de (i*) para (ii*)? Se, com efeito, não há suposição existencial na Primeira Etapa e, ainda assim, ela é a informação que o indivíduo possui previamente ao conhecimento da existência do item, então parece ser o caso de a definição nominal fornecer algum tipo de informação suficientemente relevante para que se prossiga para a etapa seguinte. Talvez seja possível esclarecer o ponto recorrendo ao que já se disse sobre a explicação do que um nome significa, ou seja, sobre a definição nominal. Como já foi visto, uma resposta à questão “O que ‘triângulo’ significa?” é dada por uma expressão que significa o mesmo que o nome ‘triângulo’, sem que haja qualquer comprometimento em relação à existência daquilo que é significado por esse nome. Assim, “figura plana com três ângulos” é uma explicação do que o nome ‘triângulo’ significa, mas nada diz sobre a existência ou inexistência de triângulos, muito menos sobre sua *essência* ou estrutura fundamental.

Ocorre que, se essa informação deve ter alguma utilidade na comprovação da existência do item em questão, então é porque ela, de algum modo, fornece ao investigador as bases para que se passe à informação da Segunda Etapa. Nesse sentido, ao afirmar que o indivíduo sabe o significado do termo, mas não sabe se aquilo que é significado pelo termo existe ou não (conhecimento da Primeira Etapa), pode-se dizer, então, no que concerne à existência do item, que o conhecimento do investigador se resume a um condicional, algo como: “triângulos, se existem, são figuras planas com três ângulos”. O que a definição nominal fornece, portanto, é uma propriedade (ou mais de uma) que, se o item em questão existir, ele a possui.

²⁰⁹ Charles (2000), p. 35-40.

Se essa sugestão estiver correta, então é possível afirmar que o investigador pode como que se guiar pela informação oriunda da definição nominal para vir a descobrir, na sequência, a existência do item sob consideração. O reconhecimento de um objeto com aquelas propriedades – se elas cumprirem certas condições ainda por determinar – permite ao investigador em questão saber apropriadamente que o item existe. Com isso, é possível reformular a apresentação provisória da evolução da Primeira para a Segunda Etapa, acima descrita, chegando aos seguintes termos:

(i) na Primeira Etapa, graças a uma definição nominal, o conhecimento do investigador parece se resumir ao seguinte: “Se um objeto F existe, então ele possui uma determinada propriedade P”; importa frisar que tal etapa não implica nenhuma suposição existencial quanto ao objeto investigado, tampouco acarreta algum comprometimento de tipo essencialista relativamente a eventuais propriedades fundamentais e explanatórias de tal objeto;

(ii) na Segunda Etapa, descobre-se que existem objetos com a referida propriedade P. Logo, F existe.

Por essa leitura, a informação obtida na Primeira Etapa, a saber, aquela segundo a qual o objeto sob investigação, caso exista, possui uma determinada propriedade (que satisfaça certas condições), serve de “trampolim”, no dizer de Charles – ou, para ficar com meu vocabulário do capítulo anterior, uma espécie de foco que *fixasse o alvo da busca* – para o conhecimento da Segunda Etapa. Quer dizer, a informação obtida na explicação do que o nome ou expressão nominal significa – a definição nominal – fornece ao investigador os critérios que orientam sua busca no que tange ao conhecimento da existência do item ou objeto sob investigação. E, a serem assim as coisas, as duas primeiras etapas trariam – valho-me agora dos exemplos utilizados por David Charles – as seguintes informações:

Primeira Etapa: ‘Triângulo’ significa figura plana com três ângulos.

Segunda Etapa: Existem figuras planas com três ângulos. Logo, existem triângulos.

Eis como Charles esclarece o ponto:

Com base na explicação da Primeira Etapa, o máximo que se pode reivindicar saber é que triângulos, se existem, são figuras planas com três ângulos. Pode-se vir a saber isso sem nenhum tipo de conhecimento relativo à existência do triângulo (B.7, 92b16-18). Na Segunda Etapa, estabelecer-se-ia (quiçá mediante uma prova por construção) a existência de figuras deste tipo particular. Munido de tal informação, pode-se buscar mais facilmente uma resposta para à questão “por que?” (Terceira Etapa).

Pois poder-se-ia investigar aquela propriedade do triângulo da qual deriva o seu ter três ângulos.²¹⁰

Assim, o “trampolim” fornecido pela Primeira Etapa, segundo a interpretação de Charles, opera como um *critério* para orientar a investigação que conduz ao conhecimento seguro da Segunda Etapa – em uma palavra, a busca pela existência. Desse modo, possuir uma definição nominal adequada na Primeira Etapa equivale a estar de posse de uma informação sobre certas propriedades que como que *fixam o alvo* da investigação pela existência que conduz à Segunda Etapa sem que haja, na Primeira, qualquer tipo de importação existencial.²¹¹ Que essa seja a função da informação adquirida no estágio inicial da investigação e, mais que isso, que ela seja uma condição para o sucesso do estágio seguinte, é algo que parece ficar claro caso se tenha em mente o que já foi visto relativamente a *Seg. Anal.* B.8, 93a21-2, quando Aristóteles distingue os processos de aquisição do conhecimento de que algo é o caso:

Por vezes, possuímos o “se é” por acidente, noutras, possuindo algo da coisa mesma (*echontes ti autou tou pragmatos*), como do trovão, que é um certo ruído nas nuvens, e do eclipse, que é uma certa privação de luz, e do homem, que é um certo animal, e da alma, que move a si mesma.

Assim, para melhor esclarecimento do ponto em questão, passo à análise mais detida do significado e do papel da expressão “possuindo algo da coisa mesma” em 93a22. Tal análise deverá esclarecer não apenas os termos em que se dá o conhecimento seguro da Segunda Etapa como, além disso, lançará luz sobre a passagem para a Terceira Etapa.

²¹⁰ Idem, p. 36.

²¹¹ David Charles apresenta, acrescentando à explicação citada à página anterior desta seção, uma elucidação do que poderia ser um prova por construção, tida como “um dos diversos modos para estabelecer a existência de figuras geométricas”. Escreve Charles: “Um exemplo de um método construtivo, partindo de dois ângulos e uma linha reta, poderia ser tal como segue: ‘Construa dois ângulos internos na linha, assegurando-se de que a soma de seus ângulos combinada é menor do que dois ângulos retos. Continue as linhas formadas pelos ângulos até que se encontrem’. Esse método permitirá que se construa qualquer tipo de triângulo (e não apenas, e.g., o isósceles), e nada além de triângulos. Assim, tal prova fornecerá o conhecimento da existência do triângulo, e não apenas de algum tipo de triângulo”. O conhecimento da Primeira Etapa, no caso desse método de prova, seria oriundo de uma compreensão do que significa ‘linha reta’ e ‘triângulo’. Ainda segundo Charles, Aristóteles é cuidadoso quanto ao “separar o conhecimento que concerne triângulos do conhecimento a respeito de tipos de triângulo (cf. *Seg. Anal.* A.24, 85b9-13)”. Sobre esse ponto, dois esclarecimentos fazem-se importantes: (i) em nenhum momento é necessário supor que haja qualquer tipo de comprometimento da evolução das três etapas da investigação de tipo científica com provas geométricas; a prova em questão apenas exemplifica um possível procedimento; (ii) um tal exemplo, portanto, não confina o procedimento de passagem da Primeira à Segunda Etapa da investigação científica a provas por construção nesses termos; tanto uma investigação empírica quanto uma análise teórica de candidatos a satisfazer os quesitos requeridos pela propriedade estipulada na Primeira Etapa podem igualmente ser caminhos legítimos de estabelecer o resultado da Segunda Etapa. Sobre detalhes relativos à prova geométrica, cf. Charles (2000), nota 21, p. 36; sobre a distinção entre provar o *hotí* ou o *dióti*, veja-se também a nota 27 à página 40.

3.2.3.1 *Segundos Analíticos B.8 93a22: echontes ti autou tou pragmatos*

Já havia sugerido acima que, independentemente de como se interpretasse o tipo de propriedade que Aristóteles exigia como condição para a apreensão da existência da espécie ou item significado na Primeira Etapa, havia algo assegurado quanto a isso: a propriedade em questão *não* poderia ser acidental; se o fosse, o conhecimento da existência da espécie ou item seria apenas *kata sumbebêkos*, o que, pela letra texto aristotélico, não seria o bastante para que se prosseguisse com êxito a investigação. Assim, a informação expressa na explicação do que o nome significa, por oposição ao tipo de conhecimento acidental da existência, deve fazer referência a uma propriedade *não-acidental* do item, garantindo, dessa forma, a apreensão segura de sua existência, ou seja, igualmente oposto ao acidental – condição para não cair na dificuldade referida em 93b33. Como já foi exposto, ao conhecimento *kata sumbebêkos* da existência de alguma coisa, Aristóteles opõe a expressão *echontes ti autou tou pragmatos*. À medida que se esclareça o que Aristóteles entende por esse conhecimento oposto ao acidental, esclarece-se, no mesmo, passo como se chega à Segunda Etapa; daí a necessidade de investigar o que o filósofo parece querer dizer ao referir-se a “algo da coisa mesma”. Para tanto, apresento, primeiramente, a distinção levantada por David Charles²¹² relativamente a como se entende o emprego da expressão aristotélica em questão; a seguir, exponho os resultados dessa leitura desde a perspectiva da aquisição do conhecimento que caracteriza a Segunda Etapa. Uma vez que isso tenha sido feito, será possível entender a nada simples relação entre a Segunda e a Terceira Etapa da investigação científica tal como identificada por Charles em *Seg. Anal. B.8-10*.

Um primeiro modelo “M” para se compreender o funcionamento da frase de 93a22 poderia ser descrito como segue:

- (1) O indivíduo depara-se com um determinado item ou objeto.
- (2) Ao fazê-lo, o indivíduo apreende determinada propriedade não-acidental do item ou objeto acima referido.
- (3) O indivíduo apreende tal propriedade não-acidentalmente.

A estar certa essa leitura da expressão aristotélica de 93a22, o filósofo estaria falando, então, de um certo *modo* de apreender a propriedade em questão; e, em

²¹² Charles (2000), p. 38, nota 23.

sendo assim, “possuindo algo da própria coisa” refere-se a uma propriedade que somente pode ser apreendida quando do encontro do indivíduo com a coisa (já que lhe caracteriza o modo da apreensão). Assim, para falar com Charles, trata-se da “informação que se apreende ao encontrar a coisa”. Ora, se isso estiver certo, duas conclusões parecem se impor: primeiro, que o indivíduo apenas vem a saber o que quer que seja relativamente ao item ou objeto sob investigação ao deparar-se com ele; segundo, que a primeira informação de que o indivíduo dispõe será, portanto, de algo da natureza do item ou objeto, e não, por exemplo, da significação do termo que a ele faz referência. Essa leitura, no entanto, apesar de sua aparente naturalidade,²¹³ pode gerar alguma dificuldade na interpretação do propósito de Aristóteles no passo em questão.

²¹³ Pellegrin (2005), que verteu *echontes ti autou tou pragmatos* para o francês como “*en possédant quelque chose de la chose elle-même*”, registrou em suas notas essa naturalidade da referida interpretação, escrevendo o seguinte sobre a passagem de 93a21-24 (chamo atenção para sua referência aos comentadores antigos): “Os exemplos e a coerência do argumento levam a ver neste ‘*quelque chose de la chose elle-même*’ isso que é, por fim, provado pela demonstração pela causa: por exemplo, que o trovão é um certo ruído nas nuvens, e seu silogismo sendo o seguinte: ‘O trovão é a extinção do fogo na nuvens; A extinção do fogo produz um ruído. O trovão é um ruído nas nuvens’. Os comentadores interpretam geralmente a expressão como significando ‘*quelque chose d’essentiel de la chose* [alguma coisa de essencial/da natureza da coisa]’ (Filopono, 367, 31, cf. Anônimo, 562, 28), o que não é falso, na medida em que Aristóteles opõe este ‘*quelque chose*’ àquilo que se apreende por acidente”; cf. nota 16, p. 407. Jonathan Barnes (1994), no comentário à referida passagem em sua tradução dos *Seg. Anal.*, pergunta-se, afinal, o que pode ser este “algo da própria coisa”? Em sua breve análise, repassa algumas propostas de interpretação ao problema, como (i) a já mencionada tese de Bolton (1976) sobre a definição nominal, ainda que, nessa interpretação do problema, o conhecimento acidental de algum item ocorreria quando o indivíduo desconhecesse uma determinada definição nominal. Diz Barnes: “Um conhecedor ‘acidental’ será, então, alguém que não sabe o que [o termo] ‘eclipse’ significa: mesmo tendo visto o que nós vimos, ele não sabe relatar sua observação dizendo compreensivelmente ‘eis um eclipse’” (p. 218). Não custa esclarecer que não é esse o sentido em que Charles emprega a noção de definição nominal e o modo como esta permite uma passagem para o conhecimento da existência do item, o que vem de par com uma compreensão distinta da noção “conhecer algo *kata sumbebêkos*”, circunscrita mais ao tipo de propriedade que a informação do indivíduo – seja oriunda da definição nominal ou não – lhe oferece, interpretação que, a estar correta, neutraliza a objeção de Barnes segundo a qual Aristóteles veria o indivíduo que dispõe de uma definição nominal precisamente no campo dos que detém um conhecimento apenas “acidental”. Barnes considera, ainda, (ii) a possibilidade de se tomar a expressão como referindo-se, ela mesma, a “propriedades não-essenciais” do item sob consideração, o que ele descarta em virtude dos exemplos que Aristóteles dá na sequência da passagem (91a22-24). Esse passo parece, caso se tenha em mente o que vem sendo exposto até aqui, francamente absurdo, e confesso que não consigo entender exatamente o que Barnes pretende com essa sugestão, pois, em primeiro lugar, não é claro como ele vê o exemplo de Aristóteles em 93a36-b2 como possivelmente quadrando com a referida hipótese, a não ser que (e, em segundo lugar) Barnes pretendesse considerar o “algo da própria coisa” como sendo uma propriedade não-essencial, mas por exemplo, necessária, garantindo, assim, a oposição às propriedades acidentais do item (e quadrando bem com os exemplos de 93a36-b2); se for isso, então o movimento de sua interpretação não apenas não ficou claro como também não recebeu a devida atenção (pois essa, sim, seria um possibilidade com resultados potencialmente interessantes). Há, ainda, (iii) o modo muito “natural” de leitura a que fiz referência no corpo do texto, e Barnes, com efeito, apresenta-o: “Parece, então, que o ‘algo’ que apreendemos deve ser parte da essência do objeto. *Metafísica Z* 17, 1041b2-9 e H 4, 1044b9-20 sugerem que o ‘algo’ em questão é a matéria do objeto, e que ainda estamos em busca de sua forma; alternativamente, poderíamos tomar este ‘algo’ como estando pela espécie ou gênero do objeto, e considerar que ainda estamos na busca

Senão, considere-se o seguinte: (i) a passagem de 93a20 e ss. começa estabelecendo a impossibilidade de se conhecer o “o que é” (*ti estin*) sem que se saiba antes “se é/existe” (*ei estin*); (i.i) o saber “se é/existe” é usado de maneira intercambiável com o “que é” (*hoti estin*) no sentido de “que é o caso” (93a25); (ii) o saber “se é” / “que é o caso” é duplo – *kata sumbebêkos*, por acidente, ou *echontes ti autou tou pragmatos*, possuindo algo da coisa mesma, dos quais o primeiro caso é inútil para a investigação científica (cf. 93b34-36); (iii) o segundo caso – por exclusão, o único relevante para a investigação científica – vem textualmente identificado com os exemplos que Aristóteles fornece imediatamente a seguir – “certo ruído nas nuvens” para trovão, “certa privação de luz” para eclipse, etc., (iv) isto, por sua vez, é identificado com a ocorrência de *echomen ti tou ti estin* em 93a29. Ora, em 93a29 e ss., Aristóteles está considerando claramente uma circunstância em que se busca provar a existência do eclipse (93a30-36), resultado a que se chega partindo de “algo da própria coisa”, do “o que é”. A ser assim, duas objeções poderiam ser formuladas, como observa Charles:

(a) o contexto iniciado em 93a20 é o de uma busca pela comprovação da existência, sendo, portanto, ao menos plausível sugerir que não se está partindo de

por sua diferença. Nenhuma das sugestões, contudo, quadra com todos os exemplos de 93a22-24, e a uma interpretação menos específica parece ser preferível”. Barnes, conclui, então, apresentando sua interpretação: “se um conjunto de predicados $E^1, E^2 \dots E^n$ expressa o que x é, então ‘apreendemos algo’ de X quando sabemos que X é E_i para ao menos um i .” (p. 219). Mais uma vez, no entanto, vejo-me compelido a confessar que não sei o que Barnes buscava explicar com isso, pois tudo segue dependendo de como ele interpreta, na sua solução, o que significa para aquele conjunto de predicados “expressar o que X é”, pois se ali estão incluídas propriedades necessárias e essenciais – e se essa distinção faz sentido –, então a segunda hipótese por ele apresentada não pode ser descartada tão simplesmente. Barnes remete seu leitor ao texto de Ackrill (1981), seu clássico *paper* sobre *Seg. Anal.* B.8-10, que curiosamente, antes de discutir o exato sentido da frase de 93^a, 22 faz recair a dúvida sobre qual das duas possibilidades iniciais de 93a21-22 os exemplos a seguir (93a22-24) estão a ilustrar: o do conhecimento da existência *kata sumbebêkos*, o primeiro caso mencionado, ou o segundo, quando *echontes ti autou tou pragmatos* (p. 371)? A primeira parte de sua análise talvez ajude a lançar alguma luz à consideração (ii) levantada por Barnes e exposta acima. De fato, caso se tome os exemplos como ilustrando o conhecimento *per accidens*, então, aquele que viesse a saber que existem eclipses via a informação “certa privação de luz”, não viria a saber a existência de eclipses pelo termo médio apropriado – a causa propriamente – do fenômeno; com isso, apenas a apreensão da propriedade causal relevante do “o que é X ”, relegando, com isso, os exemplos de 93a22-24 ao papel de ilustração de conhecimento *per accidens*, *kata sumbebêkos*. Ackrill remete ainda ao comentário de Zabarella (p. 372), que parece fazer precisamente esse movimento restritivo quanto ao conhecimento requerido e sua natureza causal. Tal leitura, contudo, enfrenta uma dificuldade não pequena, qual seja, a de não considerar uma informação como “privação de luz” (para o eclipse) ou “ruído nas nuvens” (para o caso do trovão) como sendo “algo da própria coisa”, por conta justamente de não ser a causa; ora, como Ackrill bem observa, “é muito difícil ver como Aristóteles poderia, em um contexto em que uma definição complexa está em jogo (e.g.. barulho causado pela extinção do fogo nas nuvens), afirmar que alguém que soubesse que trovão é ruído nas nuvens não apreendeu *algo* da ‘própria coisa’” (p. 372). Certamente a leitura alternativa, que vê nos exemplos de 93a22-24 uma ilustração do “possuindo algo da própria coisa” das linhas anteriores, deve levar a melhor resultados, e Ackrill segue por essa trilha, então. Mais sobre isso a seguir.

uma informação que já pressuponha e que já envolva a existência que virá a ser conhecida pelo silogismo proposto nas linhas de 93a30-36;

(b) não é descabido sugerir que, em um contexto de busca – seja do “o que é”, seja do “se existe” / “que é o caso”, é preciso ter alguma informação capaz de fixar o alvo da busca, de modo a que se permita reconhecer o item buscado caso ele exista; se o investigador só possui tal informação quando efetivamente se depara com o item em questão, então a ideia de algo que lhe oriente a investigação é bloqueada (ou deve ser explicada de outra maneira).

Eis o argumento de David Charles para recusar o primeiro modelo de interpretação da frase, buscando lê-la da seguinte maneira:

(1') o investigador dispõe de uma explicação do que um nome ou outra expressão nominal significa; tudo o que ele sabe nesse estágio é que, se existir, o objeto possui determinada propriedade não-acidentalmente (e isto é o “algo da própria coisa” em um registro nominal);

(2') de posse disso, o investigador fixa o alvo de sua busca via a propriedade mencionada acima;

(3') ao se deparar com o item, ele é reconhecido com base na referida propriedade (que, agora, é o “algo da própria coisa” em um registro existencial, não mais simplesmente nominal).

Se, portanto, essa sugestão de leitura estiver correta, a frase de 93a22 refere-se à “informação que o indivíduo aporta ao seu encontro com a coisa, com base na qual ele vem a reconhecer tal coisa”. Tal informação não envolveria, ela mesma, portanto, nenhum conhecimento da existência do item em questão. Pelo contrário, ela seria útil para orientar o investigador na sua busca: a existência de itens com aquela propriedade é o garante de um conhecimento não-acidental de sua existência, o que responde as objeções (a) e (b) acima, conforme sugerido por Charles. De tudo o que se viu até aqui, não fica difícil perceber, agora, o sentido mais preciso em que foi empregada a expressão “trampolim” para definir o papel da Primeira Etapa em relação à Segunda: de onde vem essa informação referente ao item, caso ele exista, e que serve de orientação na busca empreendida pelo investigador? Ora, precisamente do conhecimento que caracteriza o que Charles

chama de Primeira Etapa, ou seja, da explicação do que um nome ou outra expressão nominal significa – em suma, da definição nominal.²¹⁴

Percebe-se, assim, que à medida que se vai esquadrihando a tese de Charles, ela parece resultar, haja vista as considerações do capítulo 2 acerca do emprego da definição nominal na *EN* e do modo de obtenção das “qualidades” ou “propriedades” do SBH, em um modelo em melhor sintonia com o que parece estar ocorrendo no texto da *Nicomachea*. Igualmente, as considerações que tece a respeito das necessárias adaptações no quadro da *EN* para tal modelo de busca definicional parecem não perturbar ou alterar consideravelmente o que Charles propõe ser a boa lição de Aristóteles em *Seg. Anal.* B.1-10. Importa frisar, no entanto, que nisso não vai um desacordo com a interpretação geral de Natali; antes, apenas uma tentativa de qualificar o modelo com vistas a evitar os impasses e dificuldades trazidos à tona no capítulo 2.

Voltando ao ponto, há ainda uma informação relevante sobre essa propriedade do *item* fornecida condicionalmente pela explicação do que o *nome* significa. A análise introdutória acerca do que contaria como um enunciado definicional, ainda que não como definição *stricto sensu* buscou seguir uma lição aristotélica fornecida, por exemplo, em *Top.* I.5; a estar correta aquela consideração, então uma predicação *própria* seria, nesse sentido, definicional, mesmo não predicando de um sujeito a sua essência. Os casos como aqueles examinados na abertura deste capítulo referentes ao “próprio” (*idion*) podem ser bastante esclarecedores no que concerne às possibilidades de interpretação da passagem da Primeira para a Segunda Etapa. Afinal, se essa aproximação estiver correta, então um predicado próprio será tal que pertencerá universalmente e necessariamente ao sujeito em questão, e somente a ele; e, a estar correta essa afirmação, ele pode ser um sucedâneo perfeitamente eficaz para os propósitos assinalados por Charles no que concerne à apreensão, via Primeira Etapa, de uma propriedade que fixe o alvo da investigação existencial que conduz ao conhecimento característico da Segunda Etapa. Ou seja, no que concerne apenas ao conhecimento do item, é possível

²¹⁴ Charles sugere que é esse modelo que está operando em *Física* 213b31 e, a seguir, em *Fís.* IV.7 214a16-17, quando Aristóteles discute o conceito de “vazio”. Nesta passagem, segundo Charles, Aristóteles tem em mente alguém que sabe que o vazio é lugar, *caso tal lugar exista*, privado de corpo (grifos meus). De onde vem essa informação “condicional” a respeito do item investigado? Da explicação, sempre segundo Charles, do que ‘vazio’ significa. De fato, já nas primeiras linha de IV.7, afirma Aristóteles que para resolver a disputa quanto à existência ou não do vazio, é preciso apreender o que significa o nome (*pros de poteros echei dei labein ti sêmainei tounoma*), 213b30-31, fornecendo, a seguir, tal significado: “o vazio parece ser, com efeito, o lugar no qual nada há” (*dokei de to kenon topos einai en hō meden estin*), 231b.

passar da Primeira para a Segunda Etapa de posse de uma informação que permita reconhecer aquele item, e somente aquele, que se está investigando; essa tarefa, ao que parece, pode ser perfeitamente desempenhada não apenas pela *essência* (que caracterizaria a definição em seu sentido mais técnico), mas também pelo *próprio*.

Em suma, e para retomar uma distinção importante no horizonte filosófico do projeto maior em que se insere a investigação de David Charles em seu livro, pode ser o caso de uma propriedade necessária, mas não essencial, cumprir o papel que se exige para efetivamente obter um conhecimento do tipo requerido pela Segunda Etapa.²¹⁵

3.2.3.2 De volta a *Seg. Anal. B.10*

Essa incursão no texto de B.8 deu-se, vale lembrar, com um propósito bastante específico, qual seja, o de determinar o tipo de dificuldade exposto por Aristóteles em B.10 93b32-35 que impediria o progresso rumo a um conhecimento causal relevante daquilo que se encontra sob investigação; para tanto, cumpria analisar a referência textual ao tratamento anteriormente dado pelo filósofo a tal problema e, com isso, esclarecer que condições precisariam ser cumpridas para que se pudesse dar sequência à investigação, motivo pelo qual me demorei em B.8 93a20 e ss. Esclarecida a dificuldade mencionada em B.10 – ou seja, entendidos os termos de Aristóteles para considerar o conhecimento meramente acidental da existência de um item como sendo, em certo sentido, equivalente ao completo desconhecimento do ponto, constatou-se que a condição posta por Aristóteles para bloquear a dificuldade de 93b33 é o estar de posse de um conhecimento da existência do item investigado por intermédio da apreensão de um certo tipo de propriedade do item – “algo da própria coisa”, no fraseado do filósofo. O conhecimento seguro da existência do item vem de par com a apreensão da referida propriedade. Pelo que se viu, a fonte de informação de tal propriedade para o investigador é a explicação do que um nome (ou outra expressão nominal) significa, i.e., a definição nominal, tal como analisada ao longo de 3.1 no presente capítulo.

Assim, sem fugir ao texto de *Seg. Anal. B*, mas em sintonia com alguns outros escritos do Estagirita sobre o tema, foi possível delinear melhor o tipo de propriedade que a definição nominal precisa fornecer ao investigador, se esta deve

²¹⁵ Charles (2000), p. 35, nota 20.

servir-lhe de guia na sua busca científica. Com isso, tem-se que, ao se considerar o tipo de informação que Primeira Etapa deve fornecer ao investigador para que se possa dizê-lo em condições de levar a cabo seu inquérito de maneira bem-sucedida, é de uma propriedade não-acidental *nesses termos* – ou seja, “de algo da própria coisa” – que se está falando. Conhecer uma tal propriedade é que, de fato, permite ao investigador chegar à Segunda Etapa, pois é ela que orienta sua busca, permitindo-lhe um conhecimento não-acidental – sem as dificuldades mencionadas por Aristóteles em 93b33, portanto – da existência da espécie ou do item em questão. E, em estando correta a análise empreendida até aqui, consolida-se a leitura que vê em *Seg. Anal.* B.10 a concepção da investigação científica em três etapas, tal como vem sendo proposto; mais que essa confirmação geral da plausibilidade de sua interpretação, se a análise estiver correta, Charles tem razão, também, quando afirma que “nos casos em que possuímos um conhecimento não-acidental de que eclipses existem, possuímo-lo porque apreendemos já algo do que eclipses são”.²¹⁶

3.3 A passagem para a Terceira Etapa: *zêtoumen dia ti estin*

A análise apresentada até agora parece apontar para uma consideração que, em princípio, poderia ser considerada problemática. Afinal, ao que tudo indica, é a Primeira Etapa [=conhecimento da definição nominal] que fornece a primeira informação já sobre o “o que é” (*ti estin*) do *item* em questão, e não apenas de seu *nome*. Isso, contudo, não deve causar espécie, uma vez que se tenha em mente que um tal conhecimento é *condicional*; isto é, já uma informação da Primeira Etapa, a estar correta a análise levada a cabo até aqui, pode ser tomada como uma informação relevante do que seja o item ou objeto significado pelo nome ou termo em questão *caso o item exista*, o que é passível de descoberta nos termos do que foi exposto quanto ao tema. E, como se viu, a tese parece ser solidamente aristotélica.

A ser assim, ao proceder à investigação relativamente à existência do item, investigação essa que é como que guiada pela informação oriunda da Primeira

²¹⁶ Idem, p. 37.

Etapa, seja mediante uma prova por construção, como na geometria, seja por meio de algum outro procedimento investigativo (empírico ou conceitual), ao se comprovar a existência do item considerado, comprova-se, no mesmo passo, algo sobre o “o que é”. Novamente, tal conclusão não deve causar nenhum estranhamento, pois, como se viu, era isso mesmo que Aristóteles parecia afirmar já em *Seg. Anal.* B.8 93a28-29, quando dizia que “assim como possuímos o “que é o caso”, deste modo possuímos também algo em relação ao “o que é” (*hôte hôs echomen hoti estin, houtos echomen kai pros to ti estin*)”.²¹⁷ Além disso, ao esclarecer que a passagem do conhecimento de uma explicação do significado do nome para o conhecimento de uma propriedade do fenômeno dá-se de modo condicional – i.e., apenas se se comprova a existência – preserva-se, com isso, a tese segundo a qual não há comprometimento existencial na Primeira Etapa, ao mesmo tempo em que se lhe indica um papel claro, decisivo mesmo, em variados contextos de investigação. Há, contudo, uma outra mudança de nível a ser considerada; compreendê-la é, em boa medida, esclarecer como se dá a passagem para Terceira Etapa.

3.3.1 Saber “o que é”, saber “porque é”: uma identidade, uma passagem

Se, com efeito, é tese aristotélica a relação entre o “saber ‘que é o caso’” e o “saber o ‘o que é’”, conforme 93a28-29, também parece ser tese sua a identificação entre o conhecimento do “o que é” com o conhecimento de sua explicação ou causa – seu *porquê*. As análises das quatro perguntadas de *Seg. Anal.* B.1 já realizadas apontavam para esse resultado; novamente, na seção 3.1.1 do presente capítulo, tal análise foi retomada, e seus resultados serão importantes, agora. Ali, com efeito, considerou-se uma certa identificação, conduzida por Aristóteles, entre, de um lado, o conhecimento do “o que é” (*ti estin*) e o conhecimento de sua (por assim dizer) “razão de ser” – o conhecimento de “por que é” (*dia ti estin*); essa identificação ocorria, como se mostrou, em mais de um momento de B.2: primeiro em 90a14-15, quando o Estagirita afirma que “em todos esses casos, pois, é manifesto que é o mesmo o ‘o que é’ e o ‘porque é’” (*en hapasi gar toutois phaneron estin hoti to auto estin to ti esti kai dia ti estin*); e também a seguir, em 90a30-31: “saber o ‘o que é’ e saber o ‘porque é’ é o mesmo” (*to ti estin eidenai tauto esti kai dia ti estin*). Tal identificação, no entanto, não se restringe às passagens de B.2; também em B.8 –

²¹⁷ Na tradução de David Charles: “Thus, how we stand with regard to finding out what something is is determined by the way we know that it exists”. Cf. Charles (2000), p. 37.

em contexto de solução das *aporiai* de B.3-7, portanto –, especificamente em 93a4, escreve o filósofo: “é o mesmo saber o ‘o que é’ e saber a causa do ‘se é’” (*tauton to eidenai ti estin kai to eidenai to aition tou ei esti*).

Ora, não é difícil perceber uma consequência decisiva de tal tese aristotélica: se isso estiver correto, então é verdadeiro afirmar que aquele que possui algo do “o que é” (*ti estin*), como era o caso acima, também possui algo da razão de ser – da causa – desse algo; em uma palavra, possui também algo do “porque é” (*dia ti estin*). A estarem certas as conexões conceituais descritas e analisadas ao longo (sobretudo) deste capítulo, mais razão se tem, portanto, para se compreender Seg. Anal. B.10 na chave proposta por Charles, que vê Aristóteles ali estabelecendo uma concepção da investigação científica em três etapas. Afinal, o que vinha estabelecido no texto de Aristóteles senão que, “quando cientes de que é o caso, investigamos por que é?” (*hoper echontes hoti esti, zêtoumen dia ti estin*), como se viu em B.10 93b32? Satisfeita a condição da prótase – saber (em certos termos) “que é o caso”, passa-se à investigação afirmada na apódose, investiga-se “porque é” (*dia ti estin*); e os termos para a satisfação da condição para o conhecimento do “que é o caso” foram justamente examinados ao longo deste capítulo.

O que se pode acrescentar, agora, é que a ser de certo tipo o conhecimento da existência adquirido na Segunda Etapa, já algo se adianta em relação ao conhecimento que caracteriza a Terceira Etapa. Assim, a identidade afirmada acima – entre saber o “o que é” e saber o “porque é” – indica, igualmente, uma passagem: do conhecimento da Segunda para o conhecimento da Terceira Etapa. No que segue, pretendo mostrar porque introduzi essa ressalva – “a ser de certo tipo” – no que concerne ao conhecimento da Segunda Etapa; é minha intenção, com isso, desenvolver um ponto que já havia sido brevemente enunciado, qual seja, aquele que afirmava ser possível garantir um conhecimento não-acidental do item investigado mediante alguma propriedade *necessária*, mas não necessariamente sua *essência* – o próprio (*ídion*), por exemplo. Mostrando-se correta essa sugestão, estabelece-se igualmente a legitimidade da minha proposta de *deflacionar* a tese geral de David Charles, sobretudo com vistas a aplicá-la em outros contextos que não aqueles que envolvem demonstrações nos termos dos *Analíticos*, como é o que se espera no caso da *EN*.

3.3.1.1 As quatro perguntas, a “causa” (*aition*) e o “termo médio” (*meson*)

Como foi visto até aqui, o conhecimento não-acidental da existência do item investigado dá-se em tais circunstâncias que é verdadeiro afirmar que aquele que sabe “se é” / “que é o caso” (*ei estin / hoti estin*), sabe, em certo sentido, algo do “o que é” (*ti estin*) de tal item. Além disso, mostrou-se que, para Aristóteles, há uma relação de identidade entre saber o “o que é” (*ti estin*) e saber-lhe o “porque é” (*dia ti estin*). O que, se é que algo, conecta esses objetos de conhecimento para Aristóteles?

Voltando ainda uma vez a *Seg. Anal. B.2*, o leitor poderá reconhecer ali, em um primeiro momento, uma resposta clara (ainda que aprofundar seu sentido mais preciso requeira um passo de análise um tanto delicado, e que, em seus detalhes mais técnicos, fogem de meu propósito aqui). A resposta é clara, dizia, pois em *B.2* não há dúvidas quanto ao fato de Aristóteles identificar um objeto comum que caracteriza o que se busca ou investiga mediante cada uma das quatro perguntas já mencionadas: o termo médio (*to meson*). Em 89b36 e ss., escreve o filósofo:

Quando investigamos o “que é o caso” ou o “se é” *simpliciter*, investigamos se existe ou não um termo médio da coisa (*zêtoumen de, hotan men zêtômen to hoti ê to ei estin haplôs, ar' esti meson ê ouk estin*); e quando sabemos ou bem do “que é o caso”, ou bem do “se é”, quer parcialmente, quer *simpliciter* (*hotan de gnôntes ê to hoti ê ei estin, ê to epi merous ê to haplôs*), investigamos ainda agora o “porque é” ou o “o que é” (*palin to dia ti zêtômen ê to ti esti*), investigamos, aí então, o termo médio (*tote zêtoumen ti to meson*).

Certo, a passagem permite estabelecer que o elemento comum à busca empreendida via as quatro perguntas apresentadas em *B.1* é o termo médio; mas a simples leitura do trecho citado acima não parece ser suficiente para esclarecer exatamente o que esse termo médio é em cada um dos casos. É precisamente o que o Estagirita oferece nas linhas seguintes, esclarecendo que são duas as situações (coisa que quadra bem com a redução das quatro perguntas a duas): quando a pergunta é pela existência, seja da relação predicativa (S é P?), seja *simpliciter* (Existe S?), como nos casos das questões *hoti* e *ei estin*, o que se busca é saber se há ou não um termo médio. Conforme o exemplo de *B.2*, isso equivale a perguntar-se ou bem pela existência de um termo médio para a relação predicativa “A lua se eclipsa?”, ou bem pela existência de um termo médio para a existência da lua. Apenas quando de posse de tal informação é possível seguir adiante e interrogar-se por *qual* é o termo médio.

A passagem em *Seg. Anal.* B.2 indica, portanto, e com precisão inegável, tanto (i) a identidade entre o conteúdo do conhecimento das quatro perguntas apresentadas em B.1 com o conhecimento de um termo médio, quanto (ii) a identidade deste com a noção de causa (*to aition*) e, com isso, (iii) confirma-se a relação de identidade já antecipada ao início deste capítulo entre tais perguntas e a causa. O próprio texto de *Seg. Anal.* B.2 não poderia ser mais explícito:

Segue-se, pois, que em todas as investigações, investiga-se ou bem se há um termo médio, ou bem o que é o termo médio (*ê ei esti meson ê ti esti to meson*). Pois o termo médio é a causa (*to men gar aition to meson*), e em todos os casos é esta que é buscada (*en hapasi de touto zêteita*) (90a5-7).

Tem razão, portanto, David Charles, ao reconhecer que o esquema de B.1-2 é incorporado e qualificado pelos esclarecimentos relativos à definição que ocorrem em B.8-10. Mais que isso, pode-se afirmar igualmente que aquilo que caracterizava as três etapas da investigação científica, tal como sucintamente apresentadas nas considerações iniciais deste capítulo, está em perfeita harmonia com as teses desenvolvidas nos capítulos de abertura de *Seg. Anal.* B. Viu-se, com efeito, que o conhecimento da Terceira Etapa concernia à definição real da espécie ou item investigado. Assim, o esquema das quatro perguntas apresentado por Aristóteles em B.1-2 e a tese das três etapas da investigação científica parece, em verdade, serem complementares: Aristóteles apenas desenvolve à luz de sua preocupação com o conceito de definição (*horismos*) em B.8-10 algo que ele já havia proposto na abertura do segundo livro. Após ter reunido as quatro questões de B.1 em dois grupos (no primeiro, A, *que é e por que é*; no segundo, B, *se é e o que é*), Charles prossegue em sua análise apontando o acordo entre esse esquema e aquele proposto em B.8-10, ou seja, a tese das três etapas. Eis como Charles sintetiza o ponto:

Na Segunda Etapa, sabe-se que (e.g.) triângulos existem ou que a lua se eclipsa. Com isso, sabe-se que existe um termo médio apropriado que explica o fato ou a existência do triângulo. Buscá-lo é investigar se existe ou não um termo médio (90a6 e ss; 9-11).

A Terceira Etapa envolve a descoberta de qual é o termo médio. Pois isto responderá as perguntas A.2 e B.2 [i.e., “por que” e “o que”]. Em ambas as Etapas (Segunda e Terceira), a busca é direcionada à descoberta relacionada ao termo médio. Na Segunda Etapa, a questão é se existe um. Na Terceira Etapa, a questão é o que é este termo médio. Essas Etapas são logicamente separáveis mesmo se ocorram simultaneamente (90a26 e ss.).²¹⁸

O que a análise das passagens acima indica é que há uma estreita relação entre o conteúdo revelado pelas quatro perguntas que caracterizam a investigação

²¹⁸ Charles (2000), p. 70.

científica, de um lado, e, de outro, a noção de causa, tão cara à concepção aristotélica de ciência; ainda, uma vez que a noção de definição tal como foi exposta até agora está, ela também, fortemente relacionada ao conteúdo da pergunta pelo *ti estin* e, como esta, por sua vez, como se viu, é identificada com a pergunta pelo *dioti*, também a definição está, portanto, em sintonia com a noção de causa.

Já em *Seg. Anal.* B.8 93a29-36 Aristóteles havia apontado nessa direção; ali oferecia o filósofo, com efeito, um exemplo de situação em que se possui “algo do ‘o que é’” (*ti tou ti estin*, 93a29). Após apresentar os termos que formam o silogismo (A, o eclipse, C, a lua, B, a interposição da terra), afirmava o Estagirita que “se eclipsa ou não, então, é investigar se B é o caso ou não” (*to men oun poteron ekleipsei ê ou, to B zetein estin, êr estin ê ou*). E isso não difere de investigar se há uma explicação para tal (*touto d’ ouden diapherei zetein ê ei esti logos autou*) (93a31-33)”. Assim, responder à questão da existência ou não de um determinado item equivale a (i) encontrar um termo médio, (ii) que é o mesmo que lhe encontrar uma explicação. Como se viu, essa explicação é, em algum sentido, sua *causa*, e por isso Aristóteles avança a seguinte conclusão: “e quando encontramos, conhecemos, a um só tempo, o ‘que é o caso’ e o ‘porque’ (*hotan d’ heuromen, hama to hoti kai to dioti ismen*), se o fizermos por termos médios (*an dia meson ei*) (93b35-36)”.

Não por outra razão Charles sugeria, ao comentar esse trecho, que já na passagem para o conhecimento da Segunda Etapa está operando um conhecimento da “origem causal” do item investigado. Afirmava Charles:

Nessa passagem, Aristóteles está considerando alguém que sabe algo sobre eclipses, e procede para a descoberta de que existem. A descoberta de sua existência depende de que se venha a saber algo de sua origem causal, a saber, são causados pela interposição da terra. Eis como descobrimos (nesse caso) que a lua eclipsa: encontrando uma explicação para a ocorrência do eclipse, um termo médio relevante.²¹⁹

Em *Seg. Anal.* B.8, 93b10-12, Aristóteles parece estar indicando precisamente esta relação:

C, nuvem, A, trovão, B, extinção do fogo (*nephos, C, brontê A, aposbesis puros to B*). B pertence a C, nuvem (pois o fogo se extingue nela), e A, ruído, pertence a B, e B é, com efeito, a explicação do primeiro extremo A (*kai esti ge logos to B tou A prôtou akrou*).

Avança-se, com isso, de uma relação inegável entre “saber *que é o caso* (*to hoti estin*)”, um conhecimento existencial da Segunda Etapa, via algo do “o que é (*ti estin*)”, que já envolve, em certo sentido, o conhecimento explicativo da Terceira

²¹⁹ Charles (2000), p. 37.

Etapa, para saber, no mesmo passo, o “porque é (*dioti estin*)” – a causa (*to aition*), que é, em todos os casos, para falar com Aristóteles, o termo médio (*to meson*).

Com isso, esclarece-se por que já havia estabelecido nesta dissertação uma certa qualificação no conhecimento da Segunda Etapa ao afirmar que, *a ser de certo tipo* tal conhecimento, já o investigador posicionava-se de certo modo quanto à informação da Terceira Etapa. Pois, de fato, seguindo atentamente as relações aqui examinadas, o conhecimento de uma e de outra como que se sobrepõem. Sabe-se agora, portanto, a que a referida qualificação pretendia. Antes de prosseguir e tentar indicar a possibilidade de uma versão deflacionada do esquema geral de Charles, abrindo espaço para que um outro tipo de informação satisfaça as condições requeridas para a passagem das Etapas, gostaria de fazer uma breve parêntese para indicar, ainda que em linhas gerais, as razões que a meu ver fundamentam a versão mais forte de sua tese.

3.3.1.2 Um parêntese: origem causal, *Ilíada* e bode-cervo. B.10 93b35-37

Retorno, então, ainda que brevemente, ao texto de *Seg. Anal.* B.10, não apenas para completar a análise do capítulo em questão, como (e sobretudo) para buscar prestar ainda um esclarecimento à análise da seção imediatamente anterior. Creio ser possível com isso esclarecer as razões de Charles para conectar de maneira tão estreita o conhecimento que caracteriza a Segunda Etapa com a noção de causa. Uma vez feita essa análise, deverá ser conectada ao restante de B.10 para que, por fim, se possa oferecer satisfatoriamente a versão deflacionada de sua proposta.

Em 93b35-37, Aristóteles escreve parenteticamente: “Uma explicação é uma de dois modos, uma por combinação, como a *Ilíada*, outra por mostrar uma coisa de uma não por acidente (*logos d’ eis esti dichôs, ho men sundesmoi, hêsper he Ilias, ho de tõi hen kath’ henos dêloun mê katà sumbebêkos*)”. A passagem é extremamente delicada, e parece já ter ocorrido, sob a forma da argumentação aporética ali desenvolvida, em B.7 92b32, e mesmo em B.6 92a21-33. Ross parece esclarecer bem o ponto ao indicar que o que está em jogo na passagem é o sentido em que uma definição, para Aristóteles, é uma, excluindo casos mesmo em que se possa construir uma predicação complexa e verdadeira de um sujeito (por exemplo, “gramático” e “músico”), mas sem a unidade requerida; Barnes, igualmente, parece

reconhecer que o ponto está na recusa da unidade “por combinação”.²²⁰ Não se trata de problema simples, sem dúvida; busco aqui apenas apontar a leitura de Charles para cumprir os propósitos já anunciados acima.

Como expus nas seções precedentes, Charles busca explorar em sua análise a relação entre a informação obtida na Primeira Etapa (a explicação do que um nome ou outra expressão nominal significa) e aquela a que se chega na Segunda Etapa (a comprovação existencial) em sua leitura do “trampolim”: a primeira fornece as bases para que se chegue à segunda. Contudo, sua análise não se restringe a isso, e o autor, com efeito, vê nessa informação (primeiro, condicionada à existência do item, depois, dizendo respeito ao próprio item) já uma referência à “origem causal” do item, para usar uma expressão sua. Em síntese, pode-se dizer que seu esquema seria o seguinte:

(a) a informação da Primeira Etapa conduz a busca pelo conhecimento não-acidental da existência do item significado na definição nominal;

(b) de posse do referido conhecimento não-acidental da existência do item significado, sabe-se *pari passu* algo do “o que é” (*ti estin*) do item;

(b.1) o que se sabe do “o que é” do item em questão é dado, inicialmente, pela significação do termo, e é um conhecimento relativo ao termo, não ao item; apenas após o conhecimento da existência, passa a ser conhecimento do item, não apenas do termo;

(c) a informação relativa ao “o que é” do item é identificada com as noções de “porque é” (*dia ti estin*), causa (*to aition*) e termo médio (*meson*); logo, é uma informação sobre “a origem causal” do item;

(c.1) assim, ao se provar a existência do item mediante uma informação acerca do “o que é”, a ser verdadeira a (c), prova-se igualmente o seu “porque” e se lhe sabe a causa.

Ora, por tudo o que já se viu, (b.1) não há de causar espécie: não há circularidade alguma em afirmar que é preciso conhecer algo do “o que é” um determinado item para se provar justamente isso, o que (e por que) ele é o que é; afinal, o que se sabe, de início, não diz respeito ao item (salvo condicionalmente),

²²⁰ Cf. Ross (1949), p.624; Barnes (1994), p. 217 e 223. Ross reconhece, ainda, a conexão dessas passagens com o problema tratado em *Met. Z.12* e *H.6*, e ainda *Top. 153a23b24*, relativamente às noções de ato e potência, de um lado, e espécie e gênero, de outro, e os problemas da definição pelo método da divisão. Barnes aponta outra formulação da questão de *Seg. Anal. B.7* em *Met. Z.4 1030a7-9*, fazendo, também, referência à passagem de *H.6*.

mas o termo que a ele faz referência; já o que se sabe, por fim, diz respeito ao item, não simplesmente ao termo.²²¹

Gostaria, no entanto, que o foco recaísse sobre (c.1). Apesar de uma tal relação encontrar seguramente amparo textual nos *Seg. Anal.*, quero sugerir que Charles procura extrair algo da sentença parentética de 93b35-37 algo quicá demasiado forte. Às páginas 40-41 de *Aristotle on Meaning and Essence*, escreve o autor:

Nesse exemplo [i.e. o silogismo de 93b10-12 supracitado], os termos usados na explicação do que “trovão” significa (“um certo ruído nas nuvens”) pertence a uma coisa não-acidentalmente porque trovão é uma unidade natural. (...) Nesse tipo de explicação, algo pertence a algo não-acidentalmente. Pois a explicação *dirige-se àquelas características do trovão que precisam ser explicadas pela presença de suas propriedades mais fundamentais* (grifos meus).

Assim, Charles conecta essa sua análise à consideração de Aristóteles referente à unidade da definição citada acima; para ele, as “unidades naturais” são, na referida sentença, opostas às unidades “por combinação” (*sundesmoi*). Para o autor, o que Aristóteles tem em mente com o exemplo da *Ilíada* é algo da mesma ordem que ocorre com o exemplo do bode-cervo (*tragelaphos*): a unidade da definição de “bode-cervo” não emanaria de uma unidade natural da espécie real, mas apenas de uma “combinação” artificial, construída na esfera da linguagem, ao contrário da unidade natural que corresponde à estrutura causal interna ao item ou fenômeno natural em questão. Apenas nesse segundo caso, portanto, haveria, de acordo com Charles, a boa possibilidade de se prosseguir da Primeira para a Segunda Etapa (conforme a interpretação do “trampolim” que a informação daquela fornece para esta) e, a seguir, satisfeitas as condições acima descritas quanto ao quesito da naturalidade da espécie ou item investigado, aí sim, chegar ao conhecimento da Terceira Etapa. Ora, conforme anunciado, isso ajuda a esclarecer o que eu tinha em mente com a restrição “a ser de certo tipo” a informação da existência do item: satisfeitas as condições examinadas em 3.3.1.1 acerca da relação entre o conteúdo do *dioti* e do *ti estin*, de um lado, e as noções de *causa* e *termo médio*, de outro, e, acrescida a condição indicada agora quanto ao caráter natural da unidade do item investigado, entende-se porque Charles dava o passo mais seguro de uma Etapa à outra.

²²¹ Cf. *Seg. Anal.* A.1 71a11-16; e ainda A.10 76a32-34 – b32-34. Charles, com efeito, tem isso em vista ao propor a tese das três etapas da investigação científica como um caminho de solução para o paradoxo do *Ménon* mencionado em *Seg. Anal.* A.1 71a30-31. Charles (2000), p. 76.

Não creio, contudo, que a leitura de 93b35-37 acima sintetizada seja necessária para estabelecer a tese das três etapas da investigação científica – em verdade, não creio que seja verdadeira, mas apenas direi algumas palavras sobre a primeira consideração. Descontado o problema do sentido do exemplo da *Ilíada*, de sua conexão com outros contextos filosóficos, tais como *Met. Z* e *H*, restaria ainda uma outra consideração, que creio mais básica, porém suficientemente esclarecedora do que está em jogo. Trata-se de contextualizar a passagem de B.10 em face dos problemas suscitados ao longo dos capítulos de B.3-7; com isso em mente, compreende-se que o que Aristóteles busca é uma resposta para as questões relativas à demonstração (se esta for possível) da definição, e em que termos isto se dá. Assim, as relações estabelecidas entre as quatro perguntas de *Seg. Anal.* B.1 e as noções de *causa* e de *termo médio*, parecem não apenas ser válidas isoladamente, em seus contextos de ocorrência, como, mais que isso, contribuem para estabelecer uma unidade entre a análise de B.1-2, de um lado, e B.8-10, de outro. Pelo que já se examinou de ambas as passagens, verifica-se com boa dose de segurança que é possível reconhecer um acordo entre o esquema das quatro perguntas, tal como apresentado no capítulo inicial de B, e o esquema definicional, nos termos das três etapas da investigação científica, exposto em B.8-10. E, em sendo assim, há uma estreita conexão entre a possibilidade de se oferecer uma demonstração, que envolve encontrar o termo médio relevante e apropriado, e a definição, à qual envolve uma resposta às questões de B.1, como já se viu.

Se essa relação encontra, como defendi acima, apoio textual, e parece que a resposta é afirmativa, então não é necessário, para entender os propósitos de B.10, recorrer à leitura de Charles para a sentença de 93b35-37; as noções de *causa*, *termo médio* e *definição*, relacionadas nos termos da análise de 3.3.1.1, são suficientes para indicar o comprometimento com a noção de demonstração que subjaz a análise aristotélica na referida passagem.

É possível, quando não desejável, tornar mais claro o ponto. Para tanto, proponho avançar às passagens seguintes de B.10, concluindo o comentário do capítulo em questão e, com isso, indicando algumas conclusões mais substanciais do presente capítulo desta dissertação.

3.3.2 Uma definição de definição...

Ao analisar a leitura que reconhece na sentença de 93b29-31 uma definição nominal, e legitimamente uma definição, viu-se que uma das condições para a correção dessa leitura seria suprida se Aristóteles contrastasse a esse primeiro tipo de definição um sentido mais técnico para o termo. Na seção 3.1.3.5.1 (“Uma defesa da interpretação liberal”), era precisamente essa condição que o item (3) buscava analisar; constatou-se, já ali, que era isso que o texto de Aristóteles fazia. A sentença de 93b37-38 afirma-o com todas as letras: “Uma definição de definição é a que foi enunciada (*eis men dê horos estin horou ho eirêmenos*), e outra definição [de definição] é uma explicação que mostra o ‘porque é’ (*allos d’ esten horos logos ho dêlon dia ti estin*)”. Não resta dúvidas quanto ao fato de Aristóteles estar contrastando o tipo de definição apresentado em 93b29-31 com um outro tipo; agora, não é claro o sentido em que este último tipo difere do primeiro porque “mostra o *dia ti estin*”. Ora, esse diferencial, que já pode ser intuído pelo leitor com base no modo como avançou a explicação do Estagirita nas linhas anteriores, é esclarecido pela sentença seguinte, que introduz, agora sem rodeios, a noção de “prova”:

Assim, a primeira significa, mas não prova (*hôte ho men proteros sêmainei men, deiknusi d’ ou*), já a última é manifesto que será como uma demonstração do “o que é” (*ho d’ husteros phaneron hoti estai oion apodeixis tou ti esti*), diferindo da demonstração pela disposição das palavras (*têi thesei diapherôn tês apodeíxeôs*). Pois é diferente dizer porque troveja (*diapherei gar eipein dia ti brontaî*) e o que é o trovão (*kai ti esti brontê*): pois se dirá no primeiro caso “porque o fogo se extingue nas nuvens” (*erei gar houto men dioti aposbennutai to pur en tois nephesi*); o que é o trovão? (*ti d’ esti brontê*) [i.e. o segundo caso] O ruído de um fogo que se extingue nas nuvens (*psophos aposbennumenou puros em nephesin*) (93b38-94a5).

Ora, não apenas a conexão com o problema da demonstração resulta indiscutível e incontornável após a leitura do trecho acima; vê-se confirmada, igualmente, a plausibilidade da leitura até aqui apresentada, que conectava às noções de *dia ti estin* e *ti estin* com as de *causa* e *termo medio*, estando estas, por sua vez, associadas à noção de prova (*deiknumi*) e demonstração (*apodeixis*). Assim, como havia sugerido na seção precedente, não creio ser necessário adotar a interpretação de Charles para a sentença de 93b5-37; certo, os propósitos filosóficos mais substanciais do projeto geral da obra de Charles parecem ler com proveito tal sugestão interpretativa – a discussão, afinal, é fortemente concentrada nas questões relativas ao essencialismo aristotélico; para que se estabeleça, contudo, apenas a

plausibilidade da tese das três etapas da investigação científica e, mesmo mais que isso, para que se dê coerência à passagem como um todo, não é preciso comprometer-se com tal interpretação.

Aristóteles parece, com isso, poder avançar para a explicação do tipo de relação que se pode reconhecer entre demonstração e definição: 94a6-9 visa a esclarecer tal relação:

Assim, a mesma explicação é dita de diferentes modos (*hôte ho autos logos allon tropon legetai*), isto é, de um modo, uma demonstração continuada, (*kai hodi men apodeixis sunechês*), de outro, uma definição (*hodi de horismos*).

Ao que tudo indica, Aristóteles não poderia dizer o mesmo do primeiro tipo de definição, aquele introduzido na sentença de 93b29-31; afinal, por se tratar de uma “explicação do que um nome ou outra expressão nominal significa”, ela não pode ser demonstrada: a significação dos nomes está fora do escopo da definição, o que já fora assinalado pelo filósofo em B.7 92b33, conforme análise da seção 3.1.3.2 deste capítulo; é apenas a outra definição, introduzida em 93b37-38, que poderá assumir entre suas formas aquela indicada pela expressa “demonstração continuada” (*apodeixis sunechês*). Não é outro, a meu ver, o sentido da conexão estabelecida por Aristóteles também em 94b7-8 com ainda outro tipo de definição e a noção de prova. Aristóteles afirma, ali, que “Ainda, uma definição de trovão é ‘ruído nas nuvens’ (*eti estin horos brontês psophos em nephe*): isto é a conclusão da demonstração do ‘o que é’ (*touto d’ esti tês tou ti estin apodeixeos sumperasma*)”.

Creio que, no conjunto, o que foi apresentado na inteira seção 3.3 deste capítulo é, portanto, suficiente para que se possa afirmar não apenas que (i) a tese das três etapas da investigação científica, tal qual formulada por David Charles, encontra boa sustentação no texto de *Seg. Anal.* B.8-10 como também (ii) parece ser uma maneira filosoficamente profícua para se interpretar as soluções oferecidas por esses capítulos para as *aporiai* referentes à definição e demonstração suscitadas ao longo de B.3-7. Talvez se possa sugerir mesmo algo mais: pela análise das seções 3.3.1 a 3.3.2, parece ser possível constatar que Aristóteles, por meio da tese das três etapas, está refinando certas teses previamente apresentadas em B.1-2 – aquelas relativas às quatro perguntas que caracterizam a investigação e o conhecimento científicos – um resultado que, ao menos assim quero crer, é mais importante do que pode parecer à primeira vista.

3.4 Alinhavando os pontos

Duas pontas soltas do final do segundo capítulo deste trabalho agora podem ser devidamente alinhadas ao resto. De um lado, as dificuldades relativas aos capítulos B.1-10 dos *Segundos Analíticos* foram esquadrihadas com o vagar requerido; ao longo de cada passo da análise deste capítulo 3, foi-se indicando como o tratamento das questões apontava as soluções aos problemas em aberto no capítulo precedente; de outro, ao final do capítulo 2, constatou-se que, face às sugestões alternativas por mim oferecidas à interpretação da *Ethica Nicomachea* defendida por Natali, era necessário incorrer em um exame mais minucioso da tese de David Charles acerca de qual é o bom modelo de leitura da busca definicional em Aristóteles, tarefa levada a cabo neste capítulo 3. Busquei sublinhar como sua leitura poderia ser apresentada em uma versão deflacionada, de tal modo que pudesse ser aplicada também em contextos que não aqueles estritamente envolvendo a demonstração.

Alinhavados os pontos, resta avaliar a que resultados se chegou com tais propostas.

Conclusão

É forçoso concluir, e, no entanto, nada mais suspeito do que conclusões filosóficas muito definitivas. Em um trabalho de pesquisa como o que foi realizado aqui, então, em que se travou um duplo confronto – com o texto aristotélico e com o comentário contemporâneo – a dificuldade é ainda mais acentuada: a vitalidade filosófica de um texto como o de Aristóteles parece constranger a que se aceite o lugar-comum segundo o qual as grandes obras nunca cessam de comunicar, sempre e renovadamente, seus significados; já a massa de comentários secundários que se produziu sobre virtualmente todos os aspectos da obra do Estagirita parece sugerir que pouco ainda há a ser dito. Isso, contudo, não me exime da tarefa de concluir. Recapitule-se, aqui brevemente, alguns resultados para, ao final, arriscar, quiçá de maneira temerária, afirmar algo que já está no horizonte deste trabalho desde o capítulo 2, a saber, uma reformulação explícita dos três passos da busca definicional que tem lugar em *EN I.1-7* aos moldes da interpretação de Charles.

O exame da interpretação de Carlo Natali realizado no primeiro capítulo desta dissertação viu com entusiasmo a sugestão de que os passos do filósofo moral em busca das definições que constituem a arquitetura conceitual da filosofia moral poderiam ser abordados à luz do esquema definicional apresentado nos *Segundos Analíticos*. Assegurada a natureza irremediavelmente particular e contingente da ação humana e, garantida a natureza geral dos discursos sobre essas ações, ainda assim parece que a filosofia moral – o modo de proceder do filósofo moral em seus exames conceituais – constrói-se mediante procedimentos que não quadram exatamente com as opiniões dominantes sobre o assunto. Assim, em que pese ser a dialética um instrumento indiscutivelmente empregado pelo filósofo ao longo do tratado examinado, mostrou-se que ela não quadra com o procedimento de Aristóteles nos primeiros capítulos de *EN I*, que segue antes um esquema de busca por definições muito próximo, em suas linhas mestras, ao que preconizam os *Segundos Analíticos*.

Esses resultados muito preliminares, apenas esboçados no capítulo inicial, precisam agora ser assim explicitados para que se perceba mais que um simples caminho de pesquisa coerente e coeso ao longo desta dissertação. Trata-se de compreender para onde esta pesquisa aponta, ainda que lá não chegue. Creio que

que um bom desdobramento da interpretação por mim defendida ao longo deste trabalho consiste em avaliar como esse esquema de buscas definicionais, caso esteja efetivamente operando no tratado como foi aqui defendido, pode ser conectado com a dimensão *prática* dos propósitos. Julguei por bem não avaliar isso sem antes apresentar com clareza o que era o esquema conceitual em jogo; mas uma vez isso feito, seria preciso, agora, atar essas duas pontas à luz da interpretação aqui proposta.

As primeiras considerações acerca do primeiro ensaio de Natali sobre esse tema metodológico em ética terminavam com uma porção de dificuldades internas à própria interpretação por ele defendida. O capítulo 2 buscou apresentar a versão mais detalhada da interpretação de Natali, indicando-lhe as diferenças, mas principalmente, oferecendo uma defesa, a cada passo, de uma leitura divergente. Essa leitura não alterava o quadro geral da proposta de Natali quanto ao buscar uma aproximação entre os *Seg. Anal.* e o texto da *EN I*, apenas problematizando o modo como tal aproximação era feita. Com isso, chegava-se a um primeiro resultado: a boa avaliação do modelo definicional aplicado à *EN* requeria um exame mais cuidadoso da teoria da definição de Aristóteles nos *Segundos Analíticos*. Ademais, minha leitura alternativa reformulava o modelo dos três passos da busca definicional a ser aplicado na leitura do tratado nicomaqueio, incidindo especialmente na discussão acerca do papel da definição nominal no quadro da investigação da definição real. Tal reformulação deu-se, ao menos no seu primeiro esboço ali no capítulo 2, com base na tese de David Charles acerca das etapas da investigação científica.

Por isso, ao estabelecer os propósitos do terceiro capítulo, ainda nas considerações iniciais, destaquei, e volto a fazê-lo aqui, a preocupação com o esclarecimento da chamada tese das “três etapas” da investigação científica proposta por David Charles nos capítulos iniciais de *Aristotle on Meaning and Essence*. Insisti em particular na importância de, ao examinar-lhe os passos interpretativos, indicar sua plausibilidade, seja do ponto de vista de sua sustentação no texto de *Seg. Anal.* B.8-10, seja do ponto de vista de sua coerência com o restante desta obra, quando não do resto do *corpus* aristotélico. Ao fixar essa intenção geral, busquei abrir espaço para uma versão “deflacionada” dessa tese, o que permitiria deslocá-la para contextos não estritamente científicos como aqueles que parecem ser o foco nos *Segundos Analíticos*. O exame empreendido, portanto,

esteve focado nos pontos que considero essenciais para que se cumpra esse objetivo combinado, qual seja, o de uma apresentação correta da tese de Charles ao mesmo tempo que lhe indicando uma versão não tão encorpada como aquela apresentada em seu livro. Que certos tópicos, portanto, tenham sido privilegiados na análise, e isso em detrimento de outros, não é coisa que se deva estranhar.

Recapitulando, então, em algumas poucas linhas, o que me parecem ser os resultados mais decisivos da versão apresentada e examinada no capítulo 3 da tese de David Charles à luz das dificuldades apresentadas nos dois capítulos anteriores. O primeiro desses resultados, creio, é mais geral: a tese da investigação científica em três etapas é, com efeito, textualmente plausível, e mais: proveitosa. Mais especificamente, ela parece oferecer uma acomodação adequada para a noção de definição nominal, conferindo-lhe um papel positivo na investigação de tipo científico e, além disso, coerente com outras passagens dos *Seg. Anal.*, sobretudo aquelas de A.1-2 e A.10. Segundo o modelo de Charles aqui examinado, evitam-se as dificuldades e os impasses relacionados ao papel da definição nominal e seus supostos compromissos existenciais quando da aplicação desse modelo de leitura no caso dos primeiros capítulos do primeiro livro da *Ethica Nicomachea*. Logo, definição nominal não seria garante da existência do item definido; antes, contribuiria para o conhecimento de sua existência como que *fixando um alvo* para a sua busca, qual seja, a de certa propriedade (ou mais de uma) que identifica não-acidentalmente (nos termos da análise do capítulo 3) o objeto da investigação em questão.

Desse modo, as reformulações e leituras alternativas propostas no capítulo 2 desta dissertação relativamente à interpretação esposada por Carlo Natali parecem encontrar sustentação no texto aristotélico; ainda, preservam os propósitos da interpretação de Natali, sendo esta uma consideração importante a se frisar, haja vista que considero a direção de suas análises – de resto, sempre de uma impressionante erudição e de um inspirador vigor filosófico, *cela va sans dire* – um excelente caminho para ainda futuras investigações sobre os problemas de método na ética aristotélica.

Ainda, conforme apontado na análise do capítulo 3, é perfeitamente compatível com as teses de Aristóteles (e isso sem descaracterizar a tese das três etapas de David Charles) que uma tal propriedade seja, por exemplo, o *idion*, um “próprio”; um tal resultado pode indicar, como ficou insinuado ao longo do referido capítulo, que é

possível formular uma versão do modelo da busca definicional em três etapas sem, contudo, comprometer-se com todas as pesadas implicações relativas à noção de demonstração que o texto do Estagirita certamente faz emergir. Esse modelo *deflacionado*, é, em verdade, condição fundamental para que minha sugestão de o aplicar à *EN I* seja exitosa. Creio que as análises quanto a isso assinalaram ao menos a plausibilidade dessa versão deflacionada da “visão das três etapas”.

O exame de B.8-10 aqui proposto mostrou-se exitoso, pois (i), além de estabelecer a tese das três etapas da investigação científica, (ii) indicou a retomada, por parte de Aristóteles, de certas questões relacionadas a *Seg. Anal.* A.1, 71a13-15 quanto ao conhecimento prévio dado como condição em todo aprendizado e/ou investigação científica; além disso, (iii) soube bem vincular essas passagens, por sua vez, a B.1-2 e a clássica tese aristotélica das quatro perguntas que caracterizam a pesquisa e o conhecimento científicos.

A ser assim, restaria, talvez, concluir com uma esquemática formulação do que seriam os passos dados por Aristóteles em *EN I.1-7* na sua busca pela definição do sumo bem humano. À luz das já apresentadas alternativas de leitura à interpretação de Natali, sobretudo no que tange ao capítulo I.7 e, ainda, de posse de uma melhor compreensão da “visão das três etapas”, proponho que se considere a seguinte reformulação:

Primeira Etapa: conforme a leitura de Charles, equivale a dispor de um conhecimento do que um nome ou expressão nominal signifique. O papel da definição nominal é fornecer, sem suposição existencial, a informação relevante para que aquele que investiga *fixe o alvo* de sua busca. No caso da *EN I*, isso ocorreria em I.4, com o acordo nominal “supremo bem humano” = “*eudaimonia*”. Contudo, em virtude das dificuldades expostas no capítulo 2, esse papel não é satisfatoriamente realizado pela definição nominal – ela não *fixou* o referente de maneira apropriada. Assim, é preciso recorrer a outros exames, *todos eles conceituais, formais*, tal qual o que faz Aristóteles acerca das noções consideradas em I.7. Ali sim, o exame conceitual, sem dar por garantida a existência do item investigado, *fixou* adequadamente o alvo, mediante a obtenção de certas propriedades do item.

Segunda Etapa: equivale a obtenção do resultado da existência do item investigado, sendo assegurada mediante a apreensão de “algo da coisa mesma”. Tal apreensão requer tomar o “trampolim”, como diz Charles, na Primeira Etapa. De posse da informação, *existência* da coisa e *algo do que é* a coisa vêm de par.

Conforme assinala no capítulo 2, isso é o que ocorre no passo da obtenção das propriedades do bem supremo, a completude e a autossuficiência: há algo que os satisfaz, a *eudaimonia* – logo, ele existe. Mas assim como se apreende que existe, sabe-se algo que é “da coisa mesma”, a saber, que é a *eudaimonia*, que ela é completa e autossuficiente, suas propriedades não-acidentais. Pode ser o caso, como se defendeu aqui no capítulo 3, de tais propriedades serem *idia*, e não *essenciais*.

Terceira Etapa: de posse das informações, o indivíduo volta-se para a obtenção, lá onde possível, de uma demonstração da definição real. No entanto, a versão deflacionada pela qual se arguiu aqui, não precisa se comprometer com esse vínculo da demonstração *stricto sensu*. Pode ser o caso – ainda a examinar – de outros contextos demandarem outros passos filosóficos.

A ser esse o esquema operando, em que pese toda a verdadeira força da tese aristotélica acerca do caráter flutuante, oscilante, contingente das ações humanas, ainda assim ter-se ia um resultado a sugerir que, lá onde o filósofo moral se faz presente, ou seja, na análise conceitual e na busca por definições, uma estrutura muito próxima do proceder científico vem a seu auxílio, ao menos no que concerne à investigação da definição do sumo bem humano. Certo, isso não torna sua atividade um exercício matemático ou puramente lógico. Longe disso. Não por outro motivo, aliás, a análise do capítulo 1 insisitiu em uma dimensão prática da busca definicional: da generalidade de definições formais vai-se buscando chegar o mais rente à experiência particular possível, sendo que esta, se bem que em última instância irreduzível às tentativas de apreensão da *theoria*, também pode contar com algum apoio da filosofia moral.

Não era isso mesmo que ensinava Aristóteles, reconhecendo as limitações ao mesmo tempo em que assegurando a importância da filosofia moral, ao propôr que os discursos sobre as ações são demasiado gerais, mas concluindo que “embora seja assim a presente discussão, devemos vir em seu socorro (1104a10)”?

Bibliografia

I. Textos das obras de Aristóteles

I.1 Textos da *Ethica Nicomachea*

Burnet, J. *The Ethics of Aristotle*. Londres, 1900.

Bywater, I. *Ethica Nicomachea*. Oxford at the Clarendon Press, 1984 (20ª. Impressão: 1988).

Susemihl, F. & Apelt, O. *Ethica Nicomachea*. B. G. Teubner, Leipzig (1880, 1887) 1903.

I.2 Texto dos *Tópicos*.

ROSS, W. D. *Topica et sophisticis elenchi*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

I.3 Textos dos *Segundos Analíticos*.

ROSS, W. D. *Aristotle's Prior and Posterior Analytics* (A Revised Text with Introduction and Commentary). Oxford at the Clarendon Press, 1949.

I.4. Texto da *Metafísica*.

ROSS, W.D. *Aristotle's Metaphysics*. Oxford at The Clarendon Press, 1958 (1924).

II. Traduções das obras de Aristóteles

Barnes, J. *The Complete Works of Aristotle: The Revised Oxford Translation [ROT]* (Princeton, 1984).

II.1 Traduções da *Ethica Nicomachea*.

Ethica Nicomachea. Trad.: Carlo Natali. Roma: Laterza, 1999.

Ethica Nicomachea I.13-III.8 - *Tratado da Virtude Moral*. Trad.: Marco Zingano. São Paulo: Odysseus/Fapesp, 2008.

Éthique à Nicomaque. Trad.: J. Tricot. Paris: Vrain, 1990 .

Éthique à Nicomaque. Tradução, apresentação, notas e bibliografia de Richard Bodéüs. Paris: Flammarion, 2004.

L'Éthique à Nicomaque. Introduction, Traduction et Commentaire (4 vols). R. A. Gauthier e J. Jolif. Louvain: Éditions Peeters-Nauwelaerts, 2002

Nicomachean Ethics. Trad.: W. D. Ross. *Great Books of the Western World*. Chicago: Enciclopedia Britannica, 1952, v. 2.

Nicomachean Ethics. Tradução, introdução, notas e glossário de Terence Irwin. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, 1999 (2ª edição).

Nicomachean Ethics. Trad.: Christopher Rowe. Philosophical introduction and commentary: Sarah Broadie. New York: Oxford University Press, 2002.

Nicomachean Ethics. Trad. e ed.: Roger Crisp. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

The Nicomachean Ethics. Trad.: Rackham, H. Loeb, Londres-Cambridge, Mass. (1926) 1934, várias reimpressões.

II.2 Traduções dos Tópicos.

Topics. Books I and VIII with excerpts from related texts. Trad.: Robin Smith. New York: Oxford University Press, 1997.

Topiques – Livres I-IV. Trad.: Jacques Brunschwig. Paris: Les Belles Letres, 2002 (1967).

II.3 Traduções dos Segundos Analíticos.

Posterior Analytics. Trad.: Jonathan Barnes. New York: Oxford University Press, 1994 (2ª edição).

Séconds Analytiques. Trad.: Pierre Pellegrin. Paris: Flammarion, 2005.

O Livro I dos ‘Segundos Analíticos’. Trad.: Lucas Angioni. Coleção Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução nº 07. Campinas: IFCH – Unicamp, 2002.

O Livro II dos ‘Segundos Analíticos’. Trad.: Lucas Angioni. Coleção Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução nº 4. Campinas: IFCH-Unicamp, 2004.

III. Bibliografia Secundária

ACKRILL, J. “Aristotle on *Eudaimonia*”. In: *Essays on Aristotle’s Ethics*, Rorty, O. (ed.). California: University of California Press, 1980, pp. 15-33.

_____. “Aristotle’s Theory of Definition: Some Questions on *Posterior Analytics* II 8-10”. In: *Aristotle on Science: The ‘Posterior Analytics’*. *Proceedings of the Eighth Symposium Aristotelicum*, Berti, E. (ed.). Pádua: Editrice Antenore, 1981, pp. 359-383.

ANAGNOSTOPOULOS, G. *Aristotle on the Goals and Exactness of Ethics*. Berkeley: University of California Press, 1994.

ANGIONI, L. “O conhecimento científico no livro I dos *Segundos Analíticos* de Aristóteles”, *Journal of Ancient Philosophy*, Vol. I, nº 2, 2007.

_____. “Nota sobre a definição de virtude moral em Aristóteles (EN 1106b36 – 1107a2)”, *Journal of Ancient Philosophy*, Vol. III, nº 1, 2009.

BARNES, J. “Aristotle’s Theory of Demonstration”, *Phronesis*, Vol. XIV, nº 2 (1969), pp. 123-152.

_____. “Proof and the Syllogism”. In: *Aristotle on Science: The ‘Posterior Analytics’*. *Proceedings of the Eighth Symposium Aristotelicum*, Berti, E. (ed.). Pádua: Editrice Antenore, 1981, pp.17-59.

_____. “Aristotle and the Methods of Ethics”. *Revue Internationale de Philosophie*, 34, 1980, pp. 490-511.

_____. “Introduction and Bibliography”. *The Ethics of Aristotle*. Trad.: J. A. K. Thomson. Middlesex: Penguin Books 1983 (1956), pp. 9-52.

BERTI, Enrico. *As razões de Aristóteles*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2002 (1989).

_____. “Il metodo della filosofia pratica secondo Aristotele”. In: *Studi sull’etica di Aristotele*, Alberti, A. (ed.). Nápoles, 1990, pp. 23-63.

_____. “Does Aristotle’s Concept of Dialectic Develop?”. In: *Aristotle’s Philosophical Development*, Wians, W. (ed.). Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 1996, pp. 105-130.

_____. *Aristóteles no século XX*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1997.

BOLTON, R. “Essentialism and Semantic Theory in Aristotle: Posterior Analytics II.7-10”. *The Philosophical Review*, Vol. 85, nº 4, 1976, pp. 514-544.

_____. “Definition and scientific method in Aristotle’s *Posterior Analytics* and *Generation of Animals*”. In: *Philosophical Issues in Aristotle’s Biology*, Gotthelf, A. & Lennox, J. G. (eds.). Cambridge: Cambridge University Press, 1987, pp. 120-166.

_____. “Aristotle on the objectivity of Ethics”. In: *Essays in Ancient Greek Philosophy IV*, Anton, J. P. & Preus, A. (eds.). Albany: Suny Press, 1991, pp. 58-72.

BROADIE, S. *Ethics with Aristotle*. Oxford University Press, New York, 1991.

BURNET, J. *A aurora da Filosofia Grega*. Rio de Janeiro: Contraponto (2005)

BURNYEAT, M. “Aristotle on Learning to Be Good”. In: *Essays on Aristotle’s Ethics*, Rorty, O. (ed.). California: University of California Press, 1980, pp.69-92.

_____. *A Map of Metaphysics Z*. Mathesis Publications, Pittsburgh, 2001.

CHARLES, D. “Aristotle and modern realism”. In: *Aristotle and Moral Realism*, Heinaman, R. (ed.). Boulder: West View Press, 1995, pp. 135-170.

_____. *Aristotle on Meaning and Essence*. New York: Oxford University Press, 2000.

_____. *Definition in Greek Philosophy*, (ed.). New York: Oxford University Press, 2010.

COOPER, J. *Reason and Emotion: Essays on Ancient Moral Psychology and Ethical Theory*. New Jersey: Princeton University Press, 1999.

_____. "Nicomachean Ethics VII.1-2: Introduction, Method, Puzzles". In: *Aristotle: 'Nicomachean Ethics', Book VII. Symposium Aristotelicum*, Natali, C. (ed.). New York: Oxford University Press: 2009, pp. 9-39.

DEMOSS, D. & DEVEREUX, D. "Essence and Existence and Nominal Definition in *Posterior Analytics* II.8-10", *Phronesis*, Vol. XXXIII, nº 1, pp. 133-154.

DESLAURIERS, M. *Aristotle on Definition*. Leiden: Brill, 2007.

DESTRÉE, P. "Como demonstrar o próprio do homem? Por uma leitura 'dialética' de EN I.6" (Trad.; Paulo McDonald). In: *Sobre a Ética a Nicômaco de Aristóteles*, Zingano, M. (org.). São Paulo: Odysseus/CNPq, 2010, pp. 380-405

DEVEREUX, D. "Particular and Universal in Aristotle's Conception of Practical Knowledge". *Review of Metaphysics*, 29, 1986, pp. 483-505 (trad.: Paulo McDonal).

FINE, G. *On Ideas*. New York: Oxford University Press 1991.

GEACH, P. *Logic Matters*. New York: Oxford University Press, 1972.

HARDIE, W. F. R. *Aristotle Ethical Theory*. New York: Oxford University Press, 1980.

IRWIN, T. H. *Aristotle's First Principles*. New York: Oxford University Press, 1988.

_____. "Aristotle's Methods of Ethics". In: *Studies in Aristotle*, O'Meara, D. J. (ed.). Washington, 1981, pp.193-223.

_____. "The Metaphysical and Psychological Basis of Aristotle's Theory". In: *Essays on Aristotle's Ethics*, Rorty, O. (ed.). California: University of California Press, 1980, pp.35-54.

_____. "Ethics as an Inexact Science: Aristotle's Ambitions for Moral Theory". In: *Moral Particularism*, Hooker, B. & Little, M. New York: Oxford University Press, 2000, pp. 100-129.

KENNY, A. *The Aristotelian Ethics*. New York: Oxford University Press, 1978.

KOSMAN, L. A. "Being Properly Affected: Virtues and Feelings in Aristotle's Ethics". In: *Essays on Aristotle's Ethics*, Rorty, O. (ed.). California: University of California Press, 1980, pp.103-116.

KRAUT, Richard. "Aristotle on Method and Moral Education". In: *Method in Ancient Philosophy*, Gentzler, J. (ed.). New York: Oxford University Press, 1998, pp. 271-290.

MANSION, S. "'Plus connu en soi', 'Plus connu pour nous'. Une distinction épistémologique importante chez Aristote". In: *Études Aristoteliciennes*. Louvain-La-Neuve, 1984.

MCDOWELL, J. "The Role of *Eudaimonia* in Aristotle's Ethics". In: *Essays on Aristotle's Ethics*, Rorty, O. (ed.). California: University of California Press, 1980, pp. 357-376.

_____. "Virtue and Reason". In: *Anti-Theory in Ethics and Moral Conservatism*, Clarke, S. G., Simpson, E. (eds.). Albany: State University of New York Press, 1989.

_____. "Questões da Psicologia Moral Aristotélica". In: *Sobre a Ética Nicomaquéia de Aristóteles*, Zingano, M. (org.). São Paulo: Odysseus/CNPq, 2010, pp. 246-274.

_____. "Comments on T.H. Irwin's 'Some Rational Aspects of Incontinence'". *The Southern Journal of Philosophy, Supplement*, Vol. XXVII, 1988.

MOSQUERA, G. "L'interprétation de l'argumetn *logikos* chez Aristote", *Études Classiques*, 66 (1998), pp. 33-52.

NATALI, C. *La Sagesse di Aristotele*. Napoli: Bibliopolis, 1989.

_____. "Rethorical and Scientific Aspects of the Nicomachean Ethics". *Phronesis*, 52, 2007, pp. 364-381.

_____. "*Posterior Analytics* and the Definition of Happiness in *NE I*". *Phronesis*, 55, 2010a, pp. 304-324.

_____. "Particular Virtues in the *Nicomachean Ethics* of Aristotle". In: *Particulars in Greek Philosophy*, Sharples, R. (ed.). Leiden: Brill, 2010b, pp.73-95.

NUSSBAUM, M. "Saving Aristotle's Appearances". In: *Language and Logos: Studies in Ancient Greek Philosophy Presented to G. E. L. Owen*, Nussbaum, M. & Schofield, M. (eds.). Cambridge: Cambridge University Press, 1982, pp. 267-293.

_____. *The Fragility of Goodness*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

OWEN, G. E. L. Tithenai ta Phainomena. In: MANSION, Suzanne (org.) *Aristote et les Problèmes de Method*. Louvain-la-Neuve: Éditions de l'Institut de Philosophie, 1980 (1961), p. 83-103.

PORCHAT PEREIRA, O. *Ciência e Dialética em Aristóteles*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

PERAMATZIS, M. "Essence and *per se* predication in *Metaphysics Z 4*". In: *Oxford Studies in Ancient Philosophy*, Vol. XXXIX, Inwood, B. (ed.). New York: Oxford University Press, 2010, pp. 121-182.

ROSS, W. D. *Aristotle*. London: Methuen & Co., 1966.

ROWE, C. *The Eudemina and Nicomachean Ethics: a Study in the Development of Aristotle's Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

SALMIERI, G. "Aristotle's Non-'Dialectical' Methodology in the *Nicomachean Ethics*". *Ancient Philosophy*, 29, 2009, pp. 311-335.

WIGGINS, D. "Deliberation and Practical Reason". In: *Essays on Aristotle's Ethics*, Rorty, O. (ed.). California: University of California Press, 1980, pp. 221-240.

ZINGANO, M. *Estudos de Ética Antiga*. São Paulo: Discurso Editorial, 2007a.

_____. "Aristotle and the problems of method in ethics". *Oxford Studies in Ancient Philosophy*, Vol. XXXII, Sedley, D. (ed.). New York: Oxford University Press, 2007b, pp. 297-330.

_____. "Akrasia and the method of ethics". In: *Akrasia in Greek Philosophy: from Socrates to Plotinus*, Bobonich, C. & Destrée, P. (eds.). Boston: Brill, 2007c, pp. 167-191.